

Estratégia Local de Habitação

do concelho de Braga



BRAGA
Município



Ficha Técnica do Documento

Título:	Estratégia Local de Habitação do concelho de Braga
Descrição:	<p>Documento que consubstancia o produto do processo de elaboração do “Programa Local de Habitação do Concelho de Braga”.</p> <p>Este documento estabelece o enquadramento na política pública de habitação, o diagnóstico de um vasto conjunto de indicadores temáticos, uma análise SWOT, o diagnóstico global das carências habitacionais, a estratégia para orientação da política local de habitação e inerente programa de ação.</p>
Data de produção:	22 de agosto de 2019
Data da última atualização:	2 de março de 2021
Versão:	10
Desenvolvimento e produção:	Planum, Assessorias e Projetos Lda
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra
Equipa técnica:	<p>Elisa Bairrinho</p> <p>Liliana Sousa</p> <p>Manuel Miranda</p> <p>Rosa Silva</p> <p>Susana Queirós</p>
Equipa do Município:	<p>Olga Pereira Vereadora da Habitação</p> <p>Jorge Louro Gabinete de Apoio à Vereação</p> <p>Filomena Farinhas Gabinete de Apoio à Vereação</p>
Equipa da BragaHabit:	Vítor Esperança Administrador Executivo
Código de documento:	125
Estado do documento	Para aprovação em reunião de Câmara Municipal.
Código do Projeto:	071030301
Nome do ficheiro digital:	PLH_Braga_V10

ÍNDICE

ÍNDICE	3
ÍNDICE DE FIGURAS.....	6
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	6
ÍNDICE DE MAPAS	10
ÍNDICE DE QUADROS.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
ENQUADRAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO	19
Nova Geração de Políticas de Habitação.....	19
<i>Incentivos - Instrumentos de Política</i>	<i>23</i>
Instrumentos de Política Municipais	23
<i>Regimes de Apoio à Habitação</i>	<i>24</i>
<i>Projetos e Instrumentos de Programação</i>	<i>29</i>
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	42
Localização Geográfica e Administrativa.....	42
Caraterização Biofísica	43
<i>Clima</i>	<i>44</i>
<i>Relevo</i>	<i>51</i>
<i>Hidrografia.....</i>	<i>52</i>
Dinâmica Demográfica	53
<i>População residente</i>	<i>54</i>
<i>Densidade Populacional.....</i>	<i>57</i>
<i>Estrutura etária da população</i>	<i>60</i>
<i>Taxas de natalidade e mortalidade</i>	<i>68</i>
<i>Índices de juventude e envelhecimento</i>	<i>74</i>
<i>Estrutura familiar.....</i>	<i>80</i>
<i>Cenário prospetivo da Evolução População</i>	<i>96</i>
Atividades Económicas	102
<i>Setores de Atividade</i>	<i>102</i>
<i>Estrutura do Emprego.....</i>	<i>108</i>

<i>Qualificação dos Recursos Humanos</i>	<i>120</i>
<i>Rendimento Mensal</i>	<i>123</i>
CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL.....	125
Parque Edificado e Condições de Habitabilidade	125
<i>Caraterização do Parque Edificado</i>	<i>125</i>
<i>Condições de Habitabilidade</i>	<i>177</i>
Estado de Conservação do Edificado	186
CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL.....	193
Caracterização dos Aglomerados Habitacionais de Promoção pública	193
<i>Bairro Social das Enguardas.....</i>	<i>193</i>
<i>Bairro Social de Santa Tecla.....</i>	<i>194</i>
<i>Bairro Social das Andorinhas</i>	<i>195</i>
<i>Complexo Habitacional do Picoto</i>	<i>196</i>
<i>Habitações Sociais Dispersas</i>	<i>197</i>
Apoio Habitacional Concedido pela BragaHabit.....	198
<i>Famílias apoiadas em Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA).....</i>	<i>199</i>
<i>Pessoas apoiadas em Residência Partilhada</i>	<i>201</i>
<i>Famílias apoiadas em Subarrendamento</i>	<i>202</i>
<i>Famílias apoiadas em Habitação social.....</i>	<i>203</i>
MERCADO HABITACIONAL.....	212
Constrangimentos e Disfunções de Mercado.....	213
SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO	222
Contexto Demográfico	222
Contexto Socioeconómico	225
Parque Edificado.....	227
Alojamentos	229
Condições de Habitabilidade	230
Estado de Conservação	231
Oferta de Habitação Municipal	232
Oferta de Habitação Estatal	233
Mercado Habitacional	233
Matriz SWOT	233

DIAGNÓSTICO GLOBAL DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS.....	237
Nota Metodológica.....	237
Quadro de Necessidades Habitacionais	239
<i>Grupo 1: Agregados com pedidos de habitação ativos em lista de espera (BragaHabit).....</i>	<i>245</i>
<i>Grupo 2: Agregados residentes em habitações integradas em núcleos degradados (Complexo Habitacional do Picoto).....</i>	<i>246</i>
<i>Grupo 3: Agregados residentes em habitações públicas com significativo grau de degradação, integrados em conjuntos habitacionais de promoção pública (bairros sociais)</i>	<i>247</i>
<i>Grupo 4: Agregados residentes em habitações públicas com significativo grau de degradação, integrados em conjuntos habitacionais privados</i>	<i>247</i>
<i>Grupo 5: Outras situações de vulnerabilidade social que carecem de resposta habitacional</i>	<i>248</i>
<i>Outras situações de carência habitacional</i>	<i>251</i>
POLÍTICA LOCAL DE HABITAÇÃO.....	252
Missão e Visão Estratégicas.....	252
Objetivos Estratégicos	254
O Programa Local de Habitação	259
<i>Enquadramento nos princípios do 1.º Direito</i>	<i>263</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	268

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Propósitos nucleares da Estratégia Local de Habitação	16
Figura 2 Esquema conceptual do processo de elaboração de uma ELH	17
Figura 3 Ambição em termos de modelo de política e dimensão do setor.....	20
Figura 4 Princípios orientadores da NGPH	21
Figura 5 Articulação entre missão, princípios e objetivos da NGPH	22
Figura 6 Regimes de apoio à habitação no concelho de Braga	24
Figura 7 Instrumentos e incidências do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).....	30
Figura 8 Quadro geral de procedimentos e benefícios à reabilitação urbana	40
Figura 9 Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Koppen	45
Figura 10 Escalas de análise subjacentes à matriz SWOT	234
Figura 11 Meios e instrumentos utilizados no processo de levantamento de necessidades e auscultação pública.....	237
Figura 12 Tipificação de situações de habitação indigna segundo o 1.º Direito	238
Figura 13 Tipificação de situações específicas segundo o 1.º Direito	239
Figura 14 Esquema conceptual estratégico.....	254

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Gráfico Termopluviométrico para a Estação de Braga (1981-2010).....	46
Gráfico 2 Valores médios mensais da temperatura (°C) média, máxima e mínima	47
Gráfico 3 Valores extremos da temperatura (°C) (maior máxima e menor mínima)	47
Gráfico 4 Número de dias com $T_x \geq 30^\circ\text{C}$, $T_x \geq 25^\circ\text{C}$, $T_n \geq 20^\circ\text{C}$ e $T_n \leq 0^\circ\text{C}$	48
Gráfico 5 Precipitação (mm) média total e máxima diária.....	50
Gráfico 6 Número de dias com $R \geq 0,1$, $R \geq 1,0$ e $R \geq 10,0$	51
Gráfico 7 Variação da população residente nos concelhos que integram a NUT III - Cávado.....	55
Gráfico 8 Densidade populacional (2001, 2011 e 2018) dos concelhos da NUT III – Cávado	58
Gráfico 9 População residente no concelho de Braga, por grandes grupos etários (2001, 2011 e 2018)	61
Gráfico 10 Pirâmide etária do concelho de Braga (2001, 2011 e 2018).....	66
Gráfico 11 Variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2001-2011 e 2011-2018)	67
Gráfico 12 Taxa de Natalidade dos concelhos da NUT III – Cávado (2001, 2011 e 2018)	69
Gráfico 13 Taxa de Mortalidade dos concelhos da NUT III – Cávado (2001; 2011; 2018)	72

Gráfico 14 Índices de juventude no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001; 2011; 2018)	75
Gráfico 15 Índices de envelhecimento no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011)	78
Gráfico 16 Composição (N.º) de famílias clássicas no concelho de Braga (2011)	84
Gráfico 17 Provável evolução da população residente (2011 a 2031)	99
Gráfico 18 Pirâmide etária do concelho de Braga (2011, 2021 e 2031)	100
Gráfico 19 Provável variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2011 a 2021)	101
Gráfico 20 Provável variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2011 a 2031)	102
Gráfico 21 População empregada por setor de atividade económica (%) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	103
Gráfico 22 População residente empregada por setor de atividade económica (%) no concelho de Braga (2001-2011)	104
Gráfico 23 População residente, por grupo de profissões, no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	105
Gráfico 24 População ativa e inativa no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	108
Gráfico 25 População residente, com e sem atividade económica, por grupo etário, no concelho de Braga (2011)	109
Gráfico 26 População inativa e respetiva situação perante a atividade económica no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente	109
Gráfico 27 População residente empregada e desempregada no concelho de Braga (2011)	110
Gráfico 28 População empregada e população desempregada, por grupo etário, no concelho de Braga (2011)	111
Gráfico 29 Condição perante a procura de emprego no concelho de Braga (2011)	116
Gráfico 30 População residente por principal meio de vida no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	118
Gráfico 31 Taxa de analfabetismo no concelho de Braga, NUT II – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente e respetiva variação (2001-2011)	121
Gráfico 32 População residente no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente, segundo o nível de instrução mais elevado completo (2011)	121
Gráfico 33 Época de Construção dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)	131
Gráfico 34 Época de Construção dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%)	132
Gráfico 35 Estrutura Construtiva das Paredes dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)	138
Gráfico 36 Estrutura Construtiva das Paredes dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)	139

Gráfico 37 Tipo de Utilização dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)	143
Gráfico 38 Tipo de Utilização dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)	144
Gráfico 39 N.º de Pisos dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)	146
Gráfico 40 N.º de Pisos dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011).....	147
Gráfico 41 N.º de Alojamentos por Edifício Clássico no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)	150
Gráfico 42 N.º de Alojamentos por Edifício Clássico por freguesia do concelho de Braga (%) (2011).....	151
Gráfico 43 Forma de Ocupação dos Alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)	157
Gráfico 44 Forma de Ocupação dos Alojamentos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011).....	159
Gráfico 45 Área útil dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)	161
Gráfico 46 Área útil dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)	163
Gráfico 47 Número de Divisões dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)	165
Gráfico 48 Número de Divisões dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011).....	166
Gráfico 49 Regime de propriedade dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011).....	170
Gráfico 50 Regime de propriedade dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011).....	171
Gráfico 51 Estacionamentos Privados dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011).....	174
Gráfico 52 Estacionamentos Privados dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011).....	175
Gráfico 53 Número de famílias beneficiárias por regime de apoio habitacional (2019).....	198
Gráfico 54 Número de pessoas beneficiárias por regime de apoio habitacional (2019)	199
Gráfico 55 Tipologias de famílias beneficiárias do RADA (2019).....	200
Gráfico 56 Situação face ao emprego das famílias beneficiárias do RADA (2019)	200
Gráfico 57 Distribuição por género dos beneficiários do regime de residência partilhada (2019).....	201
Gráfico 58 Distribuição etária dos beneficiários do regime de residência partilhada (2019)	201
Gráfico 59 Habilitações literárias dos beneficiários do regime de residência partilhada (2019)	202
Gráfico 60 Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de residência partilhada (2019).....	202
Gráfico 61 Tipologias de famílias beneficiárias do regime de subarrendamento (2019).....	203
Gráfico 62 Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de subarrendamento (2019).....	203

Gráfico 63 Estrutura etária dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Enguardas (2019)	204
Gráfico 64 Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Enguardas (2019)	204
Gráfico 65 Habilitações literárias dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Enguardas (2019)	205
Gráfico 66 Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Enguardas (2019)	205
Gráfico 67 Estrutura etária dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social de Santa Tecla (2019)	206
Gráfico 68 Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social de Santa Tecla (2019)	206
Gráfico 69 Habilitações literárias dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social de Santa Tecla (2019)	207
Gráfico 70 Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social de Santa Tecla (2019)	207
Gráfico 71 Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Andorinhas (2019)	208
Gráfico 72 Habilitações literárias dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Andorinhas (2019)	208
Gráfico 73 Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Andorinhas (2019)	209
Gráfico 74 Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – Complexo Habitacional do Picoto (2019)	209
Gráfico 75 Habilitações literárias dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Complexo Habitacional do Picoto (2019)	210
Gráfico 76 Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Complexo Habitacional do Picoto (2019)	210
Gráfico 77 Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – habitações dispersas (2019)	211
Gráfico 78 Valor mediano das rendas/m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2017-2019)	214
Gráfico 79 Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (N.º) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2017-2019)	215
Gráfico 80 Valor mediano das vendas/m ² de alojamentos familiares (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2017-2019)	216
Gráfico 81 Valor mediano das vendas/m ² de alojamentos familiares por tipologia (€) no concelho de Braga (2017-2019)	216
Gráfico 82 Valor mediano das vendas/m ² de alojamentos familiares (€) por freguesia do concelho de Braga (2017-2019)	217

Gráfico 83 Encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	218
Gráfico 84 Encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação (€) por freguesia do concelho de Braga (2011)	219
Gráfico 85 Valores médios de avaliação bancária (€/m ²) dos alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado e NUT II – Norte (2017-2020)	220
Gráfico 86 Crédito à habitação por habitante (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2016-2018)	221
Gráfico 87 Taxa de juros do crédito à habitação (%) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2016-2018)	221
Gráfico 88 Número de pessoas ou agregados em condições habitacionais indignas no concelho de Braga, por condição prevalente (2020)	240
Gráfico 89 Número de pessoas ou agregados em situações específicas no concelho de Braga, por tipologia (2020)	243
Gráfico 90 Número de pessoas ou agregados em condições habitacionais indignas no concelho de Braga, por grupo de necessidades habitacionais (2020)	245

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 Limites das ARU do concelho de Braga	33
Mapa 2 Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Braga	42
Mapa 3 Hipsometria do concelho de Braga	52
Mapa 4 Hidrografia do concelho de Braga	53
Mapa 5 População residente (2011) e respetiva variação relativa (2001-2011) no concelho de Braga	57
Mapa 6 Densidade populacional (2011) e respetiva variação relativa (2001-2011) no concelho de Braga	60
Mapa 7 População residente por grandes grupos etários no concelho de Braga (2011)	62
Mapa 8 Taxa de natalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)	70
Mapa 9 Taxa de mortalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011) ..	73
Mapa 10 Índice de juventude por freguesia do concelho de Braga (2011)	76
Mapa 11 Índice de envelhecimento por freguesia do concelho de Braga (2011)	78
Mapa 12 Número de famílias clássicas por freguesia do concelho de Braga (2011)	82
Mapa 13 Composição (estrutura etária) das famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2011) ..	90
Mapa 14 Composição (condição perante o trabalho) de famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2011)	93
Mapa 15 População empregada por setor de atividade nas freguesias do concelho de Braga (2011)	104
Mapa 16 Taxa de atividade por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)	114
Mapa 17 Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)	116

Mapa 18 Condição perante a procura de emprego nas freguesias do concelho de Braga (2011).....	117
Mapa 19 Principal meio de vida nas freguesias do concelho de Braga (2011)	119
Mapa 20 População residente (%) segundo o nível de instrução mais elevado completo, nas freguesias do concelho de Braga (2011)	122
Mapa 21 Número de edifícios por freguesia do concelho de Braga (2011)	128
Mapa 22 Número de alojamentos por freguesia do concelho de Braga (2011)	128
Mapa 23 Número de edifícios por freguesia do concelho de Braga (2020)	129
Mapa 24 Idade média dos edifícios por freguesia do concelho de Braga (2011).....	135
Mapa 25 Proporção de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados (2011).....	188
Mapa 26 Bairro Social das Enguardas	194
Mapa 27 Bairro Social de Santa Tecla	195
Mapa 28 Bairro Social das Andorinhas	196
Mapa 29 Complexo Habitacional do Picoto	197
Mapa 30 Número de pessoas ou agregados em condições habitacionais indignas no concelho de Braga (2020)	241
Mapa 31 Situações de habitação indigna sinalizadas, por freguesia do concelho de Braga e por condição prevalecente (2020)	243
Mapa 32 Número de pessoas ou agregados em situações específicas no concelho de Braga (2020)	244
Mapa 33 Agregados com pedidos de habitação ativos em lista de espera (BragaHabit), por freguesia do concelho de Braga (2020)	246
Mapa 34 Agregados residentes em habitações públicas com significativo grau de degradação, integrados em conjuntos habitacionais privados, por freguesia do concelho de Braga (2020)	248
Mapa 35 Outras situações de vulnerabilidade social que carecem de resposta habitacional, por freguesia do concelho de Braga (2020)	249

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Matriz de instrumentos e objetivos da NGPH	23
Quadro 2 Regimes de Apoio à Habitação – condições de acesso e critérios de atribuição	27
Quadro 3 Benefícios fiscais que decorrem do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, dependentes de deliberação da Assembleia Municipal.....	39
Quadro 4 Freguesias do concelho de Braga e respetiva área (km ² e %)	42
Quadro 5 Enquadramento demográfico do concelho de Braga (2001-2018)	54
Quadro 6 População residente (2011) e respetiva variação (2001-2011) nos concelhos que integram a NUT III - Cávado	55
Quadro 7 População residente, por freguesia, em 2001 e 2011, e respetiva variação (%)	56
Quadro 8 Densidade Populacional (habitante por km ²) em 2011 e 2018	58

Quadro 9 Densidade populacional (habitantes/km ²) por freguesia, em 2001 e 2011, e respetiva variação (%)	59
Quadro 10 População residente por grandes grupos etários (nº e %) nas freguesias do concelho de Braga e respetiva variação relativa (2001-2011)	63
Quadro 11 Taxa de natalidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001, 2011 e 2018)	68
Quadro 12 Taxa de natalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)	70
Quadro 13 Taxa de mortalidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001, 2011 e 2018)	72
Quadro 14 Taxa de mortalidade (‰) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)	73
Quadro 15 Índice de juventude por freguesia do concelho de Braga (2001-2011)	76
Quadro 16 Índice de envelhecimento por freguesia do concelho de Braga (2001-2011)	79
Quadro 17 Tipologia de famílias (N.º) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011)	80
Quadro 18 Tipologia de famílias (N.º) por freguesia do concelho de Braga (2001-2011)	81
Quadro 19 Composição (N.º) de famílias clássicas no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011)	83
Quadro 20 Composição (N.º pessoas) das famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2001-2011)	85
Quadro 21 Composição (estrutura etária) de famílias clássicas no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	88
Quadro 22 Composição (estrutura etária) das famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2011)	88
Quadro 23 Composição (condição perante o trabalho) de famílias clássicas no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	90
Quadro 24 Composição (condição perante o trabalho) de famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2011)	91
Quadro 25 Núcleos familiares (consoante a idade dos filhos) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	93
Quadro 26 Núcleos familiares (consoante a idade dos filhos) por freguesia no concelho de Braga (2011)	94
Quadro 27 População empregada por atividade económica (CAE Rev.3), no concelho de Braga (2011)	106
Quadro 28 Empresas (n.º e %) por atividade económica (CAE Rev.3), no concelho de Braga (2011)	107
Quadro 29 Taxas de atividade e desemprego no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001 e 2011)	111
Quadro 30 Taxa de atividade por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)	112
Quadro 31 Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)	114
Quadro 32 Ganho Médio Mensal (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011 e 2017)	123

Quadro 33 Ganho Médio Mensal (€) nos concelhos da NUT III – Cávado (2011 e 2017)	124
Quadro 34 Número de edifícios e de alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001 e 2011).....	126
Quadro 35 Número de edifícios e de alojamentos por freguesia do concelho de Braga (N.º)	126
Quadro 36 Época de Construção dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	130
Quadro 37 Época de Construção dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (N.º)	133
Quadro 38 Índice de Envelhecimento dos Edifícios no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	135
Quadro 39 Índice de Envelhecimento dos Edifícios por freguesia do concelho de Braga (2011 e 2019) ...	136
Quadro 40 Estrutura Construtiva das Paredes dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011).....	137
Quadro 41 Estrutura Construtiva das Paredes dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011).....	140
Quadro 42 Tipo de Utilização dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	142
Quadro 43 Tipo de Utilização dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)	145
Quadro 44 N.º de Pisos dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	146
Quadro 45 N.º de Pisos dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)	148
Quadro 46 N.º de Alojamentos por Edifício Clássico no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	149
Quadro 47 N.º de Alojamentos por Edifício Clássico por freguesia do concelho de Braga (2011)	152
Quadro 48 Tipologias de Alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	153
Quadro 49 Tipologias de Alojamentos por freguesia do concelho de Braga (2011).....	155
Quadro 50 Forma de Ocupação dos Alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	157
Quadro 51 Forma de Ocupação dos Alojamentos por freguesia do concelho de Braga (2011)	160
Quadro 52 Área útil dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	161
Quadro 53 Área Útil dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011) ...	164
Quadro 54 Número de Divisões dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011).....	167
Quadro 55 Regime de propriedade dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011).....	169
Quadro 56 Regime de propriedade dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011).....	172

Quadro 57 Estacionamentos Privados dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	173
Quadro 58 Estacionamentos Privados dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)	176
Quadro 59 Índice de Lotação e Alojamentos Familiares Clássicos de residência habitual sobrelotados no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	177
Quadro 60 Índice de Lotação e Alojamentos Familiares Clássicos de residência habitual sobrelotados por freguesia do concelho de Braga (2011)	178
Quadro 61 Alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, segundo a existência de infraestruturas básicas, no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	179
Quadro 62 Alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, segundo a existência de pelo menos uma infraestrutura básica, no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	180
Quadro 63 Alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, sem pelo menos uma infraestrutura básica: Proporção (%) e Número (N.º) por freguesia do concelho de Braga (2011)	181
Quadro 64 Número de Edifícios com três ou mais alojamentos segundo condições de acessibilidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	183
Quadro 65 Número de Edifícios com três ou mais alojamentos segundo condições de acessibilidade por freguesia do concelho de Braga (2011)	184
Quadro 66 Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	186
Quadro 67 Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados por freguesia do concelho de Braga (2011)	186
Quadro 68 Edificado segundo dimensão da necessidade de reparação no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	188
Quadro 69 Edificado segundo dimensão da necessidade de reparação por freguesia do concelho de Braga (2011)	189
Quadro 70 Edifícios segundo elemento com necessidade de reparações no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)	191
Quadro 71 Edifícios segundo elemento com necessidade de reparações por freguesia do concelho de Braga (2011)	191
Quadro 72 Parque Habitacional Municipal do concelho de Braga (2020)	193
Quadro 73 População beneficiária de apoio habitacional (2019)	198
Quadro 74 Matriz SWOT	235
Quadro 75 Panorama geral das carências habitacionais no concelho de Braga, por condição indigna prevalecente e grupo de necessidades habitacionais (2020)	239
Quadro 76 Número de pessoas ou agregados em condições habitacionais indignas no concelho de Braga, por freguesia e por condição prevalecente (2020)	241
Quadro 77 Objetivos estratégicos e medidas de intervenção da política local de habitação	254
Quadro 78 Programa Local de Habitação do concelho de Braga	260

INTRODUÇÃO

O **direito à habitação** está consagrado desde 1976 na Constituição da República Portuguesa, juntamente com outros direitos sociais e culturais da maior importância, como os direitos à segurança social, à saúde, à educação, à cultura, ao ordenamento do território ou ao ambiente. A habitação é, portanto, um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a **base de uma sociedade estável e coesa** e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego.

Nos dias de hoje, a habitação, a par com a reabilitação, assume um papel central na melhoria da **qualidade de vida das populações, para a revitalização e competitividade das cidades e para a coesão social e territorial**. No entanto, em Portugal, o setor da habitação apresenta uma situação paradoxal. De um lado o elevado número de fogos devolutos, do outro a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades (Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015). Apesar de uma redução quantitativa das carências habitacionais, persistem **problemas de natureza estrutural no setor da habitação**, com efeitos ao nível do **acesso a uma habitação condigna por parte da população**.

As profundas alterações dos modos de vida e das condições socioeconómicas das populações, a combinação de carências conjunturais com necessidades de habitação de natureza estrutural, a mudança de paradigma no acesso ao mercado de habitação, precipitada pela crise económica e financeira internacional, e os efeitos colaterais de políticas de habitação anteriores, apontaram para a **necessidade de revisão das políticas de habitação**, quer a nível nacional, quer regional ou local.

A aprovação, em 2015, da **Estratégia Nacional para a Habitação (ENH)** teve como objetivo dar um primeiro passo no sentido de uma resposta às profundas alterações financeiras, económicas e sociais verificadas nos últimos anos, bem como ao distanciamento progressivo entre o quadro normativo e as políticas públicas nesse domínio (Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio).

Não obstante o caminho que Portugal tem vindo a percorrer nestas matérias, em particular, ao nível da redução quantitativa das carências habitacionais, persistem problemas de natureza estrutural, aos quais ainda é necessário atender, nomeadamente, em termos de:

- ▶▶ Acesso à habitação por parte da população;
- ▶▶ Equilíbrio entre os vários segmentos de ofertas habitacionais e na funcionalidade global do sistema;
- ▶▶ Qualificação do edificado e coesão socioterritorial.

Os múltiplos desafios que se colocam à política de habitação e reabilitação (económicos, funcionais, ambientais e sociais) exigem uma **abordagem integrada ao nível das políticas setoriais, das escalas territoriais e dos atores**, a par com a flexibilidade para a adequação às especificidades próprias do edificado, dos territórios e das comunidades, que represente uma mudança na forma tradicional de conceber e implementar a política de habitação.

Esta abordagem implicou uma reorientação da centralização da política de habitação no objeto (a «casa») para o objetivo (o «acesso à habitação»), a criação de instrumentos mais flexíveis e adaptáveis a diferentes necessidades, públicos-alvo e territórios, uma implementação com base numa forte cooperação horizontal (entre políticas e organismos setoriais), vertical (entre níveis de governo) e entre os setores público e privado, incluindo o cooperativo, bem como uma grande proximidade aos cidadãos.

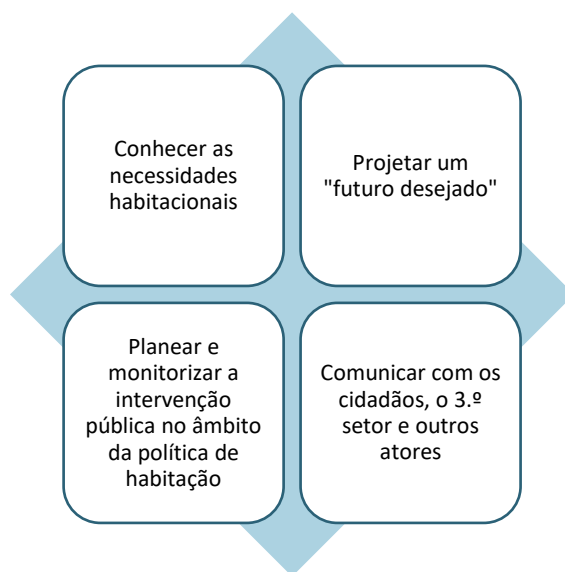
Destes pressupostos surgiu a **Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)**, consagrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018. A NGPH reconhece o papel imprescindível que os municípios têm na sua implementação e reforça a sua intervenção, preconizando que *“a sua relação de proximidade com os cidadãos e o território permite aos municípios ter uma noção mais precisa das necessidades presentes, das abordagens mais adequadas e dos recursos passíveis de mobilização, sendo a sua ação instrumental na construção e implementação de respostas mais eficazes e eficientes, orientadas para os cidadãos”* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio).

Também a **Lei de Bases da Habitação** (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro) reconhece, relativamente às autarquias locais, uma participação na efetivação da garantia do direito à habitação.

É do contexto descrito, e reflexo da prioridade de intervenção que a Habitação representa para o Município de Braga, que decorre a elaboração do **Estratégia Local de Habitação (ELH)** para o território concelhio.

A ELH define a estratégia de intervenção do Município em matéria de política de habitação, tendo por base um diagnóstico global atualizado das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização (Figura 1). Fornece, assim, um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, que procura ser transparente, simples, pragmático e mensurável, passível de orientar e articular as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território bracaraense.

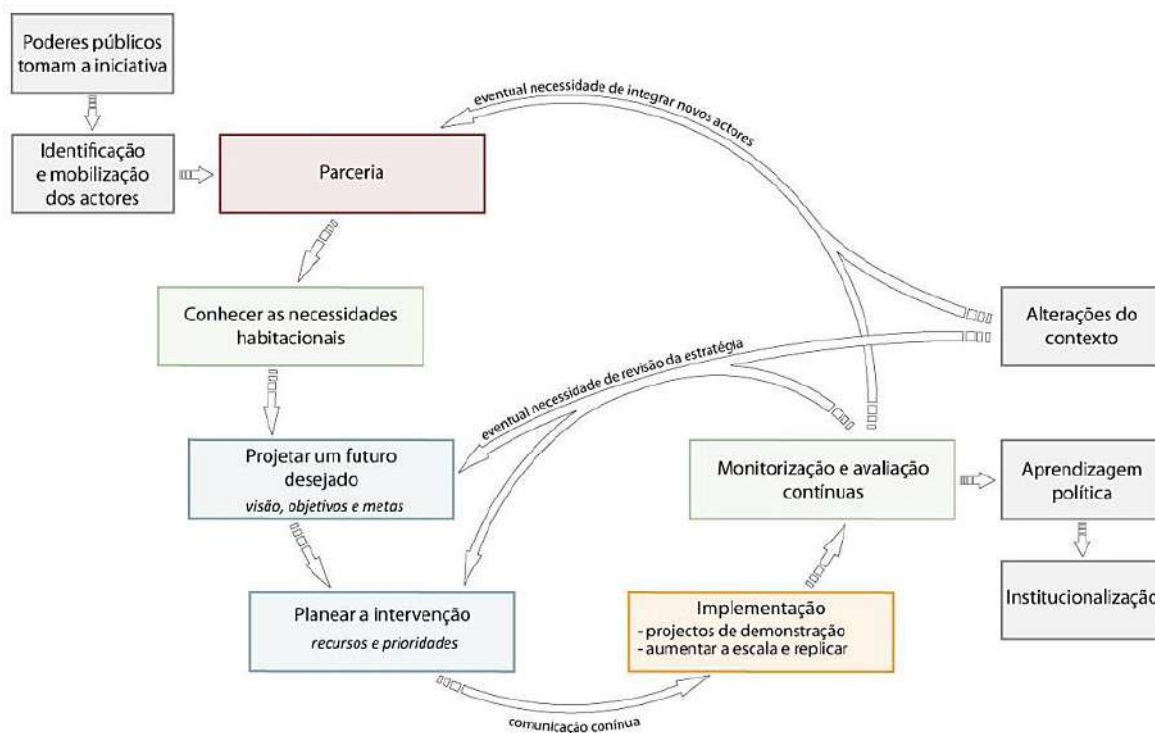
Figura 1 | Propósitos nucleares da Estratégia Local de Habitação



As ELH constituem um mecanismo privilegiado para promover não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como para garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com apoio público são conducentes à integração socioterritorial das comunidades menos favorecidas. Esta adequação e abordagem integrada revela-se crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

A delineação da ELH deve atender às especificidades do território, pelo que o não é um processo linear, devendo ser precavida e facilitada a adaptação à evolução do território, permitindo corrigir desajustamentos entre o planeado e a realidade. A natureza integrada, participada, transparente, pragmática e mensurável do planeamento revela-se como um aspeto-chave neste processo, pelo que há um vasto conjunto de atores locais que, enquanto agentes da política de habitação, devem ser envolvidos na fase de diagnóstico e na fase de planeamento das soluções habitacionais subjacentes à ELH de Braga (Figura 2).

Figura 2 | Esquema conceptual do processo de elaboração de uma ELH



Fonte: Estratégias Local de Habitação, SEH (2018).

Do exposto depreende-se que a estratégia local de habitação se pretende coesa, colaborativa e corresponsabilizada, não recaindo apenas na esfera pública, mas requerendo também a integração e envolvimento ativo dos privados. Comprometido com este desígnio, o Município de Braga procurou que este fosse um processo participado, alicerçado na intencionalidade de se abrir a discussão e recolha de contributos à sociedade e aos agentes locais. Para o efeito foi considerada uma diversidade de meios e instrumentos de envolvimento e auscultação pública, ainda que mereça ressalva o difícil contexto em que parte do processo participativo decorreu, designadamente a pandemia de Covid-19.

Saliente-se que o desenvolvimento, por parte do município, da **ELH** é obrigatório no caso dos **apoios a conceder ao abrigo de determinados instrumentos**, nomeadamente do **1.º Direito** - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

A ELH do concelho de Braga, consubstanciada no presente documento, apresenta um horizonte temporal de seis anos, em consonância com os requisitos de programação estabelecidos para este instrumento. Note-se, porém, a possibilidade de a estratégia poder ser revista a cada seis meses da sua implementação, permitindo

corrigir trajetórias ou antecipar constrangimentos. Para tal, a implementação de um processo efetivo e continuado de monitorização afigurar-se-á fulcral.

Por fim, dar nota que o presente documento constitui resultado do processo de **elaboração do “Programa Local de Habitação do concelho de Braga”**.

ENQUADRAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO

NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

A **Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)**, consagrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, tem como **missão**:

- ▶▶ **Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada**, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público;
- ▶▶ **Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra** e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.

Para alcançar a missão anteriormente apresentada, foram apontados quatro objetivos em matéria de política de habitação e reabilitação, complementares e com fortes relações sinérgicas entre si, a saber:

- ▶▶ **Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional**, garantindo que a gestão do parque habitacional público concorre para a existência de uma bolsa dinâmica de alojamentos capaz de dar resposta às necessidades mais graves e urgentes de uma forma célere, eficaz e justa;
- ▶▶ **Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado**, incentivando uma oferta alargada de habitação para arrendamento a preços acessíveis e a melhoria das oportunidades de escolha e das condições de mobilidade dentro e entre os diversos regimes e formas de ocupação dos alojamentos e ao longo do ciclo de vida das famílias;
- ▶▶ **Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano**, passando a reabilitação da exceção a regra, assumindo a generalização da sua expressão territorial e fomentando intervenções integradas;
- ▶▶ **Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais**, apostando em abordagens integradas e participativas nos bairros de arrendamento públicos e no reforço da informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade.

Em termos de modelo de política, pretende-se convergir com a União Europeia, mediante um alargamento substancial do âmbito dos beneficiários da política de habitação e da dimensão do parque habitacional com apoio público (Figura 3). Objetivamente, pretende-se passar de um modelo dirigido essencialmente para uma população mais desfavorecida (classificado como “orientado residual”), para um modelo que tem como universo potencial de beneficiários todos os agregados familiares em falha de mercado, incluindo, por esta via, a população de rendimentos intermédios que não consegue aceder a uma habitação adequada no mercado, sem que tal implique uma sobrecarga sobre o seu orçamento familiar (classificado como “orientado generalista”).

Figura 3 | Ambição em termos de modelo de política e dimensão do setor

		Peso do setor de habitação de interesse social				
		Grande (>19%)	Médio (11-19%)	Pequeno (5-10%)	Muito Pequeno (0-5%)	
MODELO	Universal	Países Baixos, Dinamarca, Suécia				
	Orientado	Generalista	Áustria	República Checa, França, Finlândia	Bélgica, Alemanha, Itália, Polónia, Eslovénia	Luxemburgo, Eslováquia, Grécia
		Residual		Reino Unido	Irlanda, Malta	Bulgária, Chipre, Hungria, Letónia, Lituânia, Estónia, Roménia, Espanha, PORTUGAL

Fonte: Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação, SEH (2017).

Como principais metas quantitativas para médio prazo (8 anos), no sentido de convergência com a média europeia, foram apontadas as seguintes:

- ▶ **Aumentar o peso da habitação com apoio público¹**, na globalidade do parque habitacional, de 2 % para 5 %, o que representa um acréscimo de cerca 170 000 fogos;
- ▶ **Baixar a taxa de sobrecarga de despesas com habitação** no regime de arrendamento de 35 % para 27 %.

Os desafios com que a política de habitação e reabilitação se deparam atualmente, conjuntamente com os objetivos e metas definidas, implicam uma mudança na forma tradicional de conceber e implementar as políticas públicas neste domínio, envolvendo:

- ▶ Uma **reorientação da sua centralização** no objeto – a “casa” - para o objetivo - o “acesso à habitação”;
- ▶ A **criação de instrumentos mais flexíveis e adaptáveis** a diferentes realidades, públicos-alvo e territórios;
- ▶ Uma **forte cooperação horizontal** (entre políticas e organismos setoriais), **vertical** (entre a administração central, regional e locais) e **entre os setores público, privado e cooperativo**, bem como uma grande **proximidade aos cidadãos**.

Em consonância e confluência com tais pressupostos, a NGPH assenta num conjunto de princípios orientadores transversais e estruturantes, conforme se apresenta na Figura 4.

¹ Fogos destinados a famílias carenciadas ou em situação de sobrecarga de custos habitacionais de propriedade pública ou de outras entidades, sempre que disponibilizados no regime de arrendamento apoiado, no regime de renda condicionada, no regime de propriedade resolúvel ou ao abrigo do Programa de Arrendamento Acessível.

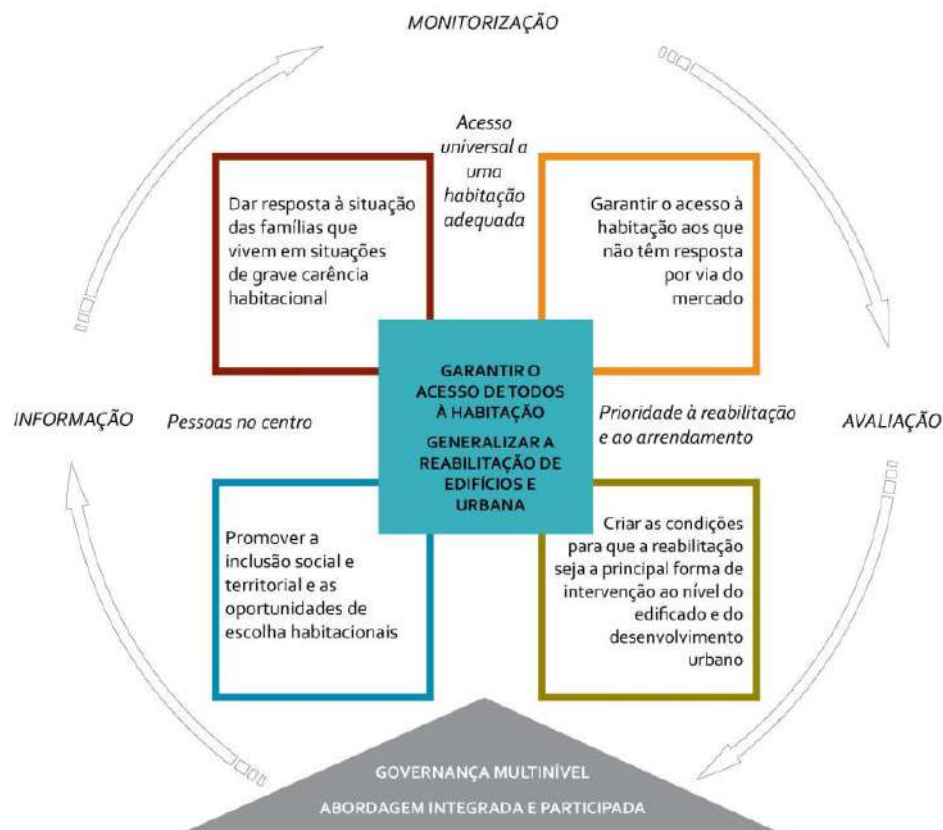
Figura 4 | Princípios orientadores da NGPH



Fonte: Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação, SEH (2017).

Conforme descrito anteriormente, para alcançar a missão preconizada pela BGPH, foram definidos quadro objetivos complementares e com fortes relações sinérgicas entre si. A abordagem à operacionalização destes objetivos, mediante os respetivos instrumentos de atuação, tem em conta, de forma transversal, os princípios orientadores já apresentados. É nesta articulação, complementaridade e orientação transversal, evidenciadas na Figura 5, que reside o principal fator diferenciador da NGPH.

Figura 5 | Articulação entre missão, princípios e objetivos da NGPH



Fonte: Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação, SEH (2017).

Por fim, importa destacar que a NGPH reconhece o **papel imprescindível que os municípios** têm na sua implementação e reforça a sua intervenção, preconizando que *“a sua relação de proximidade com os cidadãos e o território permite aos municípios ter uma noção mais precisa das necessidades presentes, das abordagens mais adequadas e dos recursos passíveis de mobilização, sendo a sua ação instrumental na construção e implementação de respostas mais eficazes e eficientes, orientadas para os cidadãos”* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio).

Os Municípios têm, portanto, um importante papel na aplicação da NGPH, dada a sua incumbência de gerir os programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, atribuída pela Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto). Esta Lei transferiu para os municípios, através de diploma próprio, a titularidade e a gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado (artigo 17.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto).

A NGPH ressalta a importância de valorização do desenvolvimento das estratégias locais de habitação no âmbito dos instrumentos de política de habitação nacionais, promovendo, por esta via, não só a adequação dos instrumentos nacionais às especificidades locais como a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação.

Incentivos - Instrumentos de Política

A NGPH prevê um vasto conjunto de instrumentos de atuação para a consecução dos objetivos e metas nela preconizados, nomeadamente para mobilização e operacionalização em sede de implementação das estratégias locais de habitação. Para a consecução de cada um dos quatro objetivos nucleares da NGPH foram então determinados um conjunto de instrumentos de política e incentivo específicos (Quadro 1).

Quadro 1 | Matriz de instrumentos e objetivos da NGPH

OBJETIVO	INSTRUMENTOS POLÍTICOS
1 - Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional	1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente
2 - Garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado	Programa de Arrendamento Acessível Porta 65 - Jovem - Sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens Instrumentos de promoção da segurança e estabilidade no arrendamento Instrumentos de captação de oferta Indicadores de preços e acessibilidade habitacional FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado
3 - Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano	Reabilitar para Arrendar IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas Casa Eficiente 2020 Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) / Planos de Ação de Reabilitação Urbana (PARU) Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) / Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética Projeto Reabilitar como Regra Medidas de promoção da manutenção regular e da plena utilização do edificado
4 - Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais	Chave na Mão - Programa de mobilidade habitacional para a coesão territorial Da Habitação ao Habitat - Programa de coesão e integração sócio territorial dos bairros de arrendamento público Porta ao Lado - Programa de informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade para acesso à habitação Programa de mobilidade habitacional no parque de arrendamento público

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio.

Face ao exposto, no âmbito da estratégia e política local de habitação poderão ser mobilizados todos instrumentos previstos na NGPH, bem como instrumentos regulamentares e programas de iniciativa e âmbito municipal.

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MUNICIPAIS

Ainda no quadro geral da política pública de habitação, depois de incidida a análise na NGPH e nos instrumentos de política a ela associados, importa complementar a abordagem com a caracterização dos instrumentos de política municipais, designadamente os regimes de apoio à habitação providenciados no

território e os projetos e instrumentos de programação em matéria de reabilitação urbana e de integração de comunidades desfavorecidas.

Regimes de Apoio à Habitação

Os **apoios sociais à habitação** do Município de Braga são realizados através da **BRAGAHABIT** – Empresa Municipal de Habitação de Braga – E.M., que tem a responsabilidade de gerir um parque habitacional de 571 fogos, aos quais juntam mais 178 fogos em regime de subarrendamento. Os diferentes regimes de apoios municipais à habitação encontram-se regulados pelo “*Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga*” (Regulamento n.º 479/2016), documento que procurou promover condições de maior igualdade no acesso, mas igualmente maior objetividade na seleção dos candidatos aos vários regimes de apoio à habitação, vinculando deste modo a Administração a critérios positivados, com vista a subtrair da sua ação uma excessiva discricionariedade e a eliminar todas as formas de arbitrariedade. Este regulamento procurou ainda dotar a entidade gestora do parque habitacional do município, de um elemento útil e proficiente para fazer face às carências habitacionais do concelho de Braga, mas igualmente de um instrumento de intervenção social de combate à discriminação, desagregação e exclusão sociais no Município.

O supracitado regulamento disciplina os termos e modos da prestação de apoio à habitação do Município de Braga, as condições de atribuição de habitações e a disciplina dos seus diferentes regimes, no âmbito das atribuições e competências próprias da BRAGAHABIT.

Os apoios à habitação são feitos através de **quatro regimes de apoio**, conforme ilustrado na Figura 6.

Figura 6 | Regimes de apoio à habitação no concelho de Braga



Fonte: Regulamento n.º 479/2016.

Nos pontos que a seguir se apresentam são descritos cada um dos quatro regimes de apoio anteriormente elencados, nomeadamente no que se refere ao respetivo âmbito e finalidade.

Importa salvaguardar que os apoios à habitação não se resumem aos regimes descritos, uma vez que o acompanhamento e reencaminhamento de muitos cidadãos, que recebem apoio social à habitação, para outras entidades especializadas nas áreas da saúde, da alimentação, da formação e do emprego, entre outras,

são objetivos fundamentais da BRAGAHABIT. Esta entidade tem ainda protocolada com a Cruz Vermelha Portuguesa, Centro de Solidariedade Braga – Projeto Homem, Casa de Saúde do Bom Jesus e a Caritas Arquidiocesana, a gestão de habitações detidas pelo município ou pela BRAGAHABIT, dirigidas a indivíduos com problemáticas específicas, que necessitam de maior acompanhamento e supervisão por parte das entidades envolvidas.

ARRENDAMENTO APOIADO

O **regime de arrendamento apoiado** consiste na atribuição de um fogo de propriedade municipal a uma família carenciada, cuja renda é calculada em função dos rendimentos do agregado familiar nos termos do Regulamento.

A síntese das condições de acesso e dos critérios de atribuição de habitações no âmbito deste regime consta no Quadro 2.

SUBARRENDAMENTO APOIADO

O **regime de subarrendamento apoiado** segue com proximidade o propósito do arrendamento apoiado, sendo, no entanto, concretizado através de um fogo que a empresa arrenda no mercado e que subarrenda às famílias de baixos rendimentos.

A síntese das condições de acesso e dos critérios de atribuição de habitações no âmbito deste regime consta no Quadro 2.

REGIME DE APOIO DIRETO AO ARRENDAMENTO (RADA)

O regime de apoio direto ao arrendamento (RADA) consiste na atribuição de um subsídio financeiro destinado a participar o pagamento mensal da renda no âmbito de contratos de arrendamento para habitação em regime de renda livre, diminuindo o esforço financeiro dos beneficiários no acesso à habitação.

O apoio à habitação prestado no âmbito do RADA é temporário, destinando -se a candidatos/agregados com dificuldades económicas graves, que se encontrem sem as condições financeiras necessárias para suportar a totalidade do valor da renda de uma habitação adequada às suas necessidades, ou do seu agregado familiar, em regime de renda livre.

A síntese das condições de acesso e dos critérios de atribuição de habitações no âmbito deste regime consta no Quadro 2.

REGIME DE RESIDÊNCIA PARTILHADA

O **regime de residência partilhada** é o regime de apoio à habitação que consiste na cedência, a cada um dos beneficiários, do gozo sobre um quarto de dormir, com partilha dos compartimentos e instalações comuns da respetiva habitação, detida a qualquer título pela BRAGAHABIT, acompanhada de um apoio social permanente prestado pelos respetivos serviços. Este apoio destina-se a pessoas em situação de isolamento

ou abandono, com dificuldades económicas graves, e que se encontrem sem as condições financeiras necessárias para suportar alojamento adequado às suas necessidades, ao preço de mercado.

A síntese das condições de acesso e dos critérios de atribuição de habitações no âmbito deste regime consta no Quadro 2.

Quadro 2 | Regimes de Apoio à Habitação – condições de acesso e critérios de atribuição

REGIME	CONDIÇÕES DE ACESSO	CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO / PONDERAÇÃO
ARRENDAMENTO APOIADO	<p>Podem aceder à atribuição estes apoios os cidadãos nacionais e os cidadãos estrangeiros detentores de títulos válidos de permanência no território nacional, que não estejam em nenhuma das seguintes situações de impedimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Seja proprietário, usufrutuário, arrendatário ou detentor a outro título de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado a habitação, salvo se fizer prova da cessação de tal direito ou detenção; Esteja a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais, salvo se fizer prova da cessação da concessão de tais apoios; Tenha beneficiado de indemnização em alternativa à atribuição de uma habitação no âmbito de programas de realojamento; Para efeito de atribuição ou manutenção de um apoio, haja, no período dos dois anos anteriores à data da candidatura, prestado declarações falsas ou omitido informação relevante à BRAGAHABIT; 	<p>A atribuição é feita aos candidatos que, de entre os que se encontram, à altura, inscritos em listagem própria, estejam mais bem classificados, em função dos critérios de hierarquização e de ponderação estabelecidos para o efeito:</p> <ul style="list-style-type: none"> <u>Critérios gerais de apreciação positiva:</u> <ol style="list-style-type: none"> Antiguidade do pedido de inscrição; Situação habitacional; Tipo de família; Elementos com deficiência ou problemas de saúde permanentes e incapacitantes; Vítimas de violência doméstica; Tempo de residência no concelho.
SUBARRENDAMENTO APOIADO	<ul style="list-style-type: none"> Tendo beneficiado de qualquer apoio à habitação concedido pela BRAGAHABIT, haja, no período dos dois anos anteriores à data da candidatura, cedido tal habitação a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, de forma gratuita ou onerosa; Tendo beneficiado de qualquer apoio à habitação concedido pela BRAGAHABIT, seja titular de dívida vencida e não paga à BRAGAHABIT, exceto se tal dívida tenha sido objeto de acordo de pagamento, que se encontre em cumprimento pontual há mais de seis meses; Tenha ocupado ilicitamente ou tenha sido sujeito a despejo de uma habitação pertencente à BRAGAHABIT no período dos dois anos anteriores à data da candidatura. 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Critérios de apreciação negativa:</u> <ol style="list-style-type: none"> Existência, na esfera patrimonial do agregado, de bens móveis e/ou imóveis de valor superior a 15 vezes o valor do IAS; no caso de bens móveis tal valor será calculado de acordo com o preço corrente de mercado, e no caso de imóveis será tomado em consideração o respetivo valor patrimonial tributário; <p>Histórico de incumprimento, nos 5 anos que antecedem a inscrição, das obrigações do agregado ou de qualquer dos seus membros face à BRAGAHABIT.</p>
APOIO DIRETO AO ARRENDAMENTO	<p>Podem aceder à atribuição de apoio direto ao arrendamento os candidatos recenseados no concelho de Braga e aí residentes há mais de 4 anos, que não estejam em nenhuma das situações de impedimento referidas acima.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Cabe à Câmara Municipal de Braga fixar o montante a afetar, em cada ano económico, a este regime de apoio ao arrendamento. Esse montante constitui limite à atribuição de benefícios no RADA, e a falta de disponibilidade de verbas constitui fundamento bastante para a não atribuição do subsídio.

REGIME	CONDIÇÕES DE ACESSO	CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO / PONDERAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> Os pedidos de apoio serão apreciados à luz dos critérios de hierarquização e ponderação descritos para os anteriores regimes de apoio (critérios de apreciação positiva e negativa). <p>Trimestralmente é elaborada e afixada na sede e no sítio na internet da BRAGAHABIT uma listagem contendo a classificação relativa dos candidatos resultante da aplicação dos critérios de hierarquização.</p>
RESIDÊNCIA PARTILHADA	<p>Podem aceder à atribuição de residência partilhada os requerentes recenseados no concelho de Braga e aí residentes há mais de 4 anos, que não estejam em nenhuma das situações de impedimento referidas acima, às quais acresce ainda a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> Nos dois anos anteriores ao pedido, haja recusado qualquer apoio à habitação concedido pela BRAGAHABIT ou Câmara Municipal de Braga. <p>O acesso ao Regime de Residência Partilhada encontra-se ainda dependente da apresentação, pelo requerente, aquando da apresentação da sua candidatura, de declaração médica que ateste a sua:</p> <ol style="list-style-type: none"> Autonomia, nomeadamente para desempenho de tarefas domésticas básicas, e para o cuidado da sua higiene pessoal; Saúde física e condições de mobilidade sem auxílio de terceira pessoa; Saúde mental — inexistência de diagnóstico de patologias do foro comportamental, designadamente relacionadas com adições ou outros que previsivelmente desaconselhem a convivência, na mesma residência, com outros beneficiários, estranhos à sua esfera familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> Cabe à BRAGAHABIT fixar o número de habitações a afetar a este regime de apoio à habitação. Este constrangimento constitui limite à atribuição de apoios no âmbito deste regime, e a falta de habitações disponíveis constitui fundamento bastante para a não atribuição do apoio. Os pedidos de apoio serão apreciados à luz dos critérios de hierarquização e ponderação descritos para os anteriores regimes de apoio (critérios de apreciação positiva e negativa). <p>Trimestralmente é elaborada e afixada na sede e no sítio na internet da BRAGAHABIT uma listagem contendo a classificação relativa dos candidatos resultante da aplicação dos critérios de hierarquização.</p>

Fonte: Regulamento n.º 479/2016, publicado em Diário da República, Série II, N.º 96, de 18-05-2016.

Projetos e Instrumentos de Programação

Para além dos regimes de apoio à habitação, enquanto instrumentos de política municipal, há ainda a referir a existência de um conjunto de outros projetos, instrumentos regulamentares e programas de iniciativa e âmbito municipal, passíveis de mobilização na operacionalização da estratégia local de habitação. A política de habitação deverá apresentar, por isso, uma estreita articulação e sinergia com outras linhas de política local complementares, como sejam o planeamento e ordenamento territorial, a reabilitação urbana, a sustentabilidade, a inclusão social e a integração de comunidades desfavorecidas.

De entre as políticas anteriormente mencionadas, recai particular relevância sobre a reabilitação urbana e a integração de comunidades desfavorecidas, recordando o terceiro objetivo da NGPH de *“criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano”*.

A regulamentação da construção e do urbanismo esteve durante décadas orientada para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios. Em anos recentes, a resposta dada a esta situação consistiu na criação de “regimes excecionais”, que visam minimizar as desadequações, mas tratam a reabilitação como um caso particular e, em algumas situações, a título temporário. Atualmente, a nova realidade impõe que a reabilitação deixe de ser encarada como “exceção”, passando a ser vista como o tipo de intervenção mais corrente em matéria de edificado, e que a mesma beneficie de um quadro regulamentar adequado às suas especificidades (SEH, 2017). Fruto destes pressupostos, a reabilitação é, atualmente, um tema incontornável, quer se fale de conservação do edificado, eficiência material, qualificação ambiental, desenvolvimento sustentável, ordenamento do território, preservação do património ou coesão socioterritorial. A reabilitação assume-se, aliás, a par com a habitação, como instrumento chave para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a qualificação e atratividade dos territórios construídos e para a promoção da sustentabilidade no desenvolvimento urbano.

A Secretaria de Estado da Habitação preconiza que para alcançar os níveis desejáveis de desenvolvimento do setor da reabilitação, urge alavancar o investimento privado em prol da reabilitação do edificado e garantir que existe um leque de instrumentos de apoio ao investimento em reabilitação, capazes de dar resposta às condições específicas deste modelo de negócio e suficientemente atrativos para incentivar a captação de investimento de diferentes tipos de promotores, sejam estes públicos ou privados. Por fim, importará ainda que estes instrumentos permitam uma majoração dos apoios consoante o fim a que se destinam os imóveis, em termos do seu contributo para as prioridades de política e função social.

A reabilitação urbana é uma prioridade de intervenção do Município de Braga, devidamente plasmada no modelo estratégico de desenvolvimento territorial do Plano Diretor Municipal (PDM), que adota princípios de colmatagem urbana, de contenção do perímetro edificado e de “saldo zero”, assumindo como estratégico o investimento na reabilitação e na regeneração de determinados conjuntos edificados e espaços públicos, através da concertação de iniciativas públicas e privadas, no Centro Histórico de Braga e no seu primeiro anel de expansão urbana.

No contexto descrito, importa proceder a um breve enquadramento na política e regime de reabilitação urbana que vigora no concelho de Braga, nomeadamente a plasmada no respetivo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

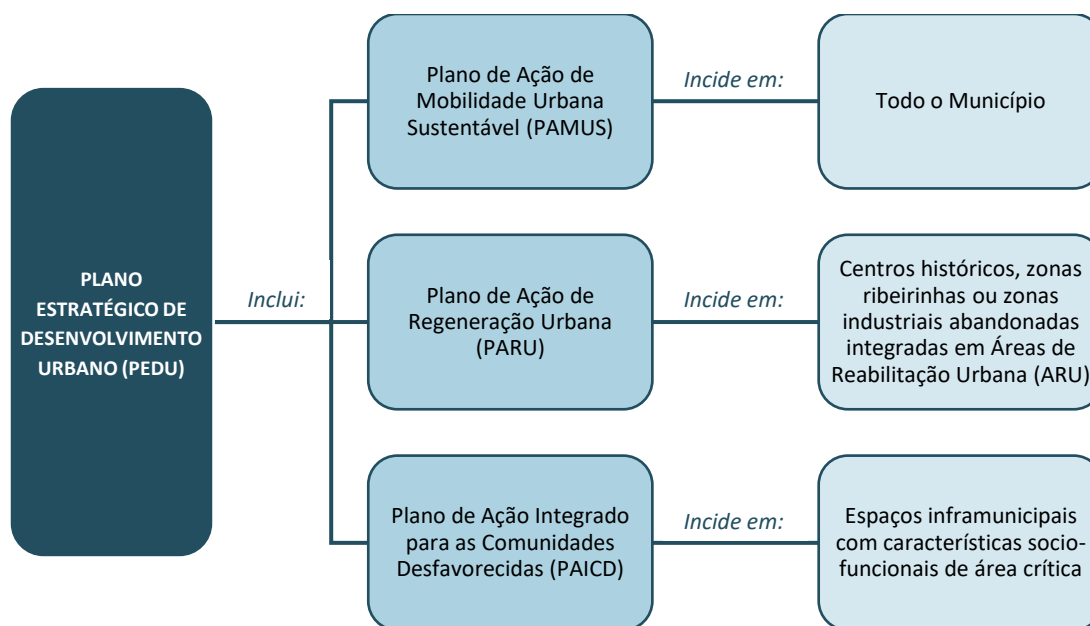
PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Braga (PEDU 2020) preconizou como desafios centrais:

- » A **compatibilização de dinâmicas distintas**, nem sempre ajustadas entre si ou com o tecido social e urbano, resultantes da intensificação da procura por visitantes e turistas e das atividades de lazer urbano, incluindo a animação noturna, que se confrontam com a manutenção de atividades (sobretudo comerciais) tradicionais e diferenciadoras, embora modernizadas, com a proteção e valorização do património histórico e com a qualidade residencial e do ambiente urbano.
- » A **transformação do modelo residencial no centro da cidade**, adaptando os edifícios, os alojamentos e o sistema de mobilidade aos novos padrões de procura (famílias menos numerosas e mais jovens, idosos residentes, estudantes, profissionais qualificados) sem gerar fenómenos de gentrificação nas camadas da população de menores recursos – incluindo as comunidades residentes em bairros sociais.
- » A **inversão da tendência de crescimento do automóvel como meio de transporte preferencial**, o que implica uma mudança na política municipal de anos recentes ao nível da gestão de tráfego e estacionamento e o estímulo à utilização de modos suaves e da qualidade do sistema de transporte coletivo, dentro da cidade e nas ligações com o exterior.
- » A **afirmação da cidade enquanto ativo** muito relevante do modelo de competitividade e desenvolvimento económico regional, reforçando a sua centralidade, tal como preconizado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico de Braga 2014-2026.

O PEDU 2020 exigiu uma concertação entre instrumentos de Política de Ordenamento, de Planeamento e Urbanismo, nas áreas de regeneração urbana (Plano de Ação para a Regeneração Urbana – PARU), de mobilidade (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS) e de intervenção social (Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – PAICD).

Figura 7 | Instrumentos e incidências do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)



Fonte: Abordagens Territoriais Integradas, NORTE 2020 (adaptado).

De entre os instrumentos supracitados, destacam-se, no contexto da presente Estratégia Local de Habitação, os diretamente relacionados com a reabilitação urbana e o apoio às comunidades desfavorecidas, que a seguir se apresentam e descrevem sinteticamente.

Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD)

O Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) consiste num instrumento de programação que suporta a contratualização com o município de apoios financeiros a intervenções, entre outras áreas, de regeneração física, económica e social de áreas carenciadas, incluindo bairros sociais ou conjuntos urbanos similares onde residam comunidades desfavorecidas, e respetivos equipamentos de utilização coletiva para a promoção da inclusão social.

A intervenção estruturada no PAICD de Braga toma como prioritários três bairros sociais da cidade (Santa Tecla, Enguardas e Complexo Habitacional do Picoto), que correspondem a modelos urbanísticos diversificados mas que concentram comunidades residentes marcadas por fenómenos de exclusão social, emergindo como mais dramáticos os níveis de desemprego, associados à pobreza (muitos agregados dependentes de prestações sociais) aos problemas relacionados com a população jovem (abandono e insucesso escolar, em linha com baixos níveis gerais de qualificação escolar nestas comunidades, em contraste com o padrão médio da cidade, onde a população residente tem dos mais elevados níveis de qualificação do país) e a uma ambiente urbano degradado, agravado pelo mau estado de conservação da maioria dos edifícios.

O PAICD estrutura-se em 3 medidas:

- ▶ **Reabilitação de habitações** (incluindo, no caso das Enguardas, através da disponibilização de um instrumento financeiro para os blocos residenciais de propriedade privada);
- ▶ **Requalificação de equipamentos coletivos locais;**
- ▶ **Requalificação de espaços públicos e coletivos.**

Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)

O Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) consiste num instrumento de programação que suporta a contratualização com o município de apoios financeiros a intervenções, entre outras áreas, de regeneração de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).

Na sua componente referente ao PARU, o PEDU Braga 2020 reforça uma perspetiva de consolidação e colmatção da malha urbana da cidade, justificando a definição de novas ARU e a alteração da ARU de Braga Sul, como resultado da necessidade de articular a ARU do Centro Histórico com as áreas de expansão da cidade e também de alargar a dinâmica privada da reabilitação urbana a toda a malha consolidada da cidade, contribuindo para dar maior coerência aos territórios abrangidos por políticas específicas de reabilitação e regeneração urbana. Através de projetos estruturantes nestas áreas, o município procura promover a regeneração urbana, como também alargar a dinâmica privada da reabilitação urbana a toda a malha consolidada da cidade.

ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU)

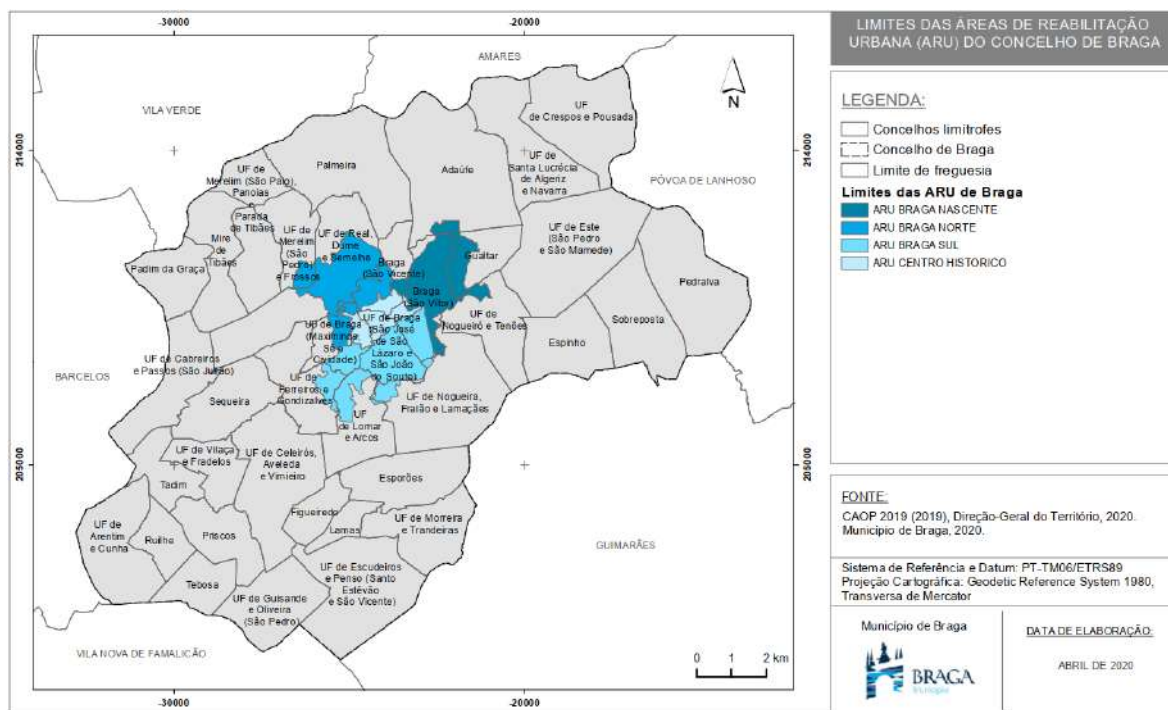
As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) correspondem a áreas territorialmente delimitadas que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justificam uma intervenção integrada, através de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana. A ORU, por sua vez, correspondente ao conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área.

No território do concelho de Braga encontram-se delimitadas quatro ARU, designadamente:

- ▶▶ **ARU do Centro Histórico**, aprovada pela Assembleia Municipal a 07-12-2011, e publicada em Diário da República n.º 6, 2ª Série, de 09-01-2012, sob o Aviso n.º 259/2012.
- ▶▶ **ARU de Braga Sul**, aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de 07-10-2016, publicada em Edital N.º ED/41/2017 de 13-02-2017 e em Diário da República, 2.ª série, N.º 44 de 02-03-2017, sob o Aviso n.º 2216/2017. A alteração da respetiva delimitação foi deliberada pela Assembleia Municipal, a 28-02-2020, e publicada em Diário da República, n.º 59, Série II de 24-03-2020, sob o Aviso n.º 4958/2020.
- ▶▶ **ARU de Braga Nascente**, aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de 07-10-2016, publicada em Edital N.º ED/41/2017 de 13-02-2017 e em Diário da República, 2.ª série, N.º 44 de 02-03-2017, sob o Aviso n.º 2216/2017. A alteração da respetiva delimitação foi deliberada pela Assembleia Municipal, a 28-02-2020, e publicada em Diário da República, n.º 59, Série II de 24-03-2020, sob o Aviso n.º 4958/2020.
- ▶▶ **ARU de Braga Norte**, aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de 07-10-2016, publicada em Edital N.º ED/41/2017 de 13-02-2017 e em Diário da República, 2.ª série, N.º 44 de 02-03-2017, sob o Aviso n.º 2216/2017. A alteração da respetiva delimitação foi deliberada pela Assembleia Municipal, a 28-02-2020, e publicada em Diário da República, n.º 59, Série II de 24-03-2020, sob o Aviso n.º 4958/2020.

A delimitação geográfica de cada uma das quatro ARU em vigor no concelho de Braga é apresentada no Mapa 1.

Mapa 1 | Limites das ARU do concelho de Braga



ARU do Centro Histórico

O Centro Histórico de Braga abrange uma área com cerca de 165 hectares que se desenvolve pelas sete freguesias historicamente urbanas (Sé, Cidade, São João do Souto, Maximinos, São José de São Lázaro, São Victor e S. Vicente). A delimitação da ARU do Centro Histórico decorre da conversão da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) existente desde 1979 no seu núcleo medieval, alargada aproximadamente ao atual limite em 1996.

Os objetivos nucleares de reabilitação para esta ARU passam por:

- ▶▶ Procurar **fixar** no Centro Histórico:
 - Novos residentes, com perfis diversos,
 - Atividades mais qualificadas e associadas à criatividade, às tecnologias e ao conhecimento,
 - Visitantes e turistas de mercados mais segmentados.
- ▶▶ Procurar **oferecer** no Centro Histórico:
 - Um mercado de arrendamento de habitação mais dinâmico,
 - Um tecido económico e empresarial renovado, moderno e mais dinâmico,
 - Novos conceitos de oferta comercial e de lazer,
 - Espaços públicos e coletivos confortáveis, atrativos e estimulantes,
 - Uma oferta cultural diversa e multifacetada,
 - Uma identidade reconhecida nos seus diversos ícones (históricos, religiosos, científicos e tecnológicos),

- Uma cidadania ativa e participante.

Importa salientar que o Centro Histórico de Braga concentra serviços, comércio, equipamentos de saúde, ensino, culturais, sendo por esses motivos, o Centro Histórico muito dinâmico e ativo, durante o dia. É intensa e é acentuado o número de população que este suporta, numa base diária.

ARU de Braga Sul

A atual delimitação da ARU de Braga Sul teve em conta um conjunto de pressuposto específicos, concretamente:

- ▶▶ A necessidade de regenerar o eixo da Avenida, a relação entre o Parque da Ponte, o Parque de Exposições, o Estádio e o Monte do Picoto, o Centro Histórico de Braga e as áreas adjacentes, compostas pelos Centros Comerciais de 2ª geração;
- ▶▶ Abranger o conjunto de bairros de matriz social, de épocas, volumetrias, tipologias e estado de conservação distintos, mas que necessitavam de melhorias ao nível das condições de habitabilidade e de inserção urbana (Bairro Social de Santa Tecla, Complexo Habitacional do Picoto, Bairro Social Ponte dos Falcões, Bairro Nogueira da Silva, Bairro da Imaculada Conceição, Bairro Duarte Pacheco);
- ▶▶ Englobar loteamentos e urbanizações de iniciativa privada, das décadas de 70-90 do século XX, com défice de qualificação e integração ao nível do espaço público e ambiente urbano (urbanizações e loteamentos do Fujacal, do Carandá, da Quinta de Sotto Mayor, da Quinta de Santa Tecla, da Quinta da Capela, Quinta de Santo Adrião, da Fumbral, entre outras);
- ▶▶ Assegurar a união entre os limites da ARU do Centro Histórico e a nova ARU de Braga Sul, não excluindo nenhuma área urbana adjacente à primeira, possibilitando a qualificação e melhoria das articulações entre as várias áreas (Av. da Liberdade, 31 Janeiro, Rua Monsenhor Airosa / Rua do Couteiro...);
- ▶▶ Abarcar edifícios industriais devolutos em presença na área Sul da cidade (antiga fábrica Fumbral, antiga fábrica Sarotos, entre outros);
- ▶▶ Abarcar todo o complexo industrial e empresarial de Ferreiros, com perspetiva de crescimento.

Em função dos pressupostos supracitados e em consonância com as orientações estratégicas de desenvolvimento urbano plasmadas nos diversos instrumentos de planeamento e gestão territorial, fixaram-se para este território objetivos específicos que constituem um compromisso a prosseguir:

- ▶▶ **Aumentar o nível de articulação urbana** entre os três subsistemas existentes na área: estruturas ecológicas e ambientais; equipamentos coletivos e áreas residenciais;
- ▶▶ **Qualificar e melhorar a acessibilidade e fruição** das estruturas ecológicas presentes na zona, potenciando também a sua relação com as áreas urbanas contíguas consolidadas;
- ▶▶ **Melhorar o nível de qualidade dos arruamentos urbanos**, adequando-os aos seus usos diferenciados e consolidando seja os percursos internos, seja os de penetração na área;
- ▶▶ **Revitalizar e dinamizar a utilização do sistema de equipamentos coletivos**, beneficiando do efeito de atratividade atual de alguns desses equipamentos;
- ▶▶ **Promover uma intervenção seletiva e sistemática de qualificação ou revitalização** das frentes urbanas que impactem de forma mais significativa as estruturas ecológicas e o sistema de equipamentos coletivos, contribuindo para atrair novas atividades económicas urbanas;

- ▶▶ **Valorizar e dinamizar os ativos culturais e simbólicos** que configuram o interesse patrimonial do Sítio dos Galos;
- ▶▶ **Aumentar a inserção urbana e social dos conjuntos habitacionais** no setor sul da área, nomeadamente reforçando as condições de habitabilidade e a qualidade do espaço público intersticial;
- ▶▶ **Incentivar a reabilitação e refuncionalização de grandes unidades industriais abandonadas**, com capacidade para induzirem uma dinâmica local de reabilitação urbana;
- ▶▶ **Promover a reabilitação de conjuntos edificados** favorecendo, designadamente, a dinamização do mercado de arrendamento habitacional na cidade.
- ▶▶ **Promover a regeneração urbana** da Avenida da Liberdade potenciando a relação entre o Centro Histórico e o Parque da Ponte, Monte do Picoto e Parque de Exposições de Braga.

ARU de Braga Nascente

A delimitação da ARU de Braga Nascente procura enfatizar a articulação do Centro Histórico com o seu primeiro anel de expansão urbana, favorecendo assim o “contágio” das dinâmicas de reabilitação e requalificação em curso no Centro Histórico. Com efeito, assumiu como pressupostos base:

- ▶▶ Reforçar a oferta de espaços verdes urbanos, estando prevista a criação de um eco-parque na área verde que engloba o Monumento Nacional do Sistema de Abastecimento de Águas à cidade de Braga no século XVIII, designado por “Sete Fontes”, aliás alvo de um Plano de Pormenor de Salvaguarda, que está a ser elaborado pelo Município;
- ▶▶ Abracar o conjunto de grandes equipamentos em presença, com destaque para o Campus Universitário de Gualtar da Universidade do Minho, o Hospital de Braga, a Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, o INL - Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, bem como outros previstos, caso do MEDTECH e do Innovation Arena, melhorando a articulação destes grandes equipamentos com os tecidos edificados e infraestruturas pré-existent;
- ▶▶ Abranger o conjunto de bairros de matriz social, de épocas, volumetrias, tipologias e estado de conservação distintos, mas que necessitam de melhorias ao nível das condições de habitabilidade e de inserção urbana (Bairro da Alegria, Bairro Social das Enguardas);
- ▶▶ Englobar loteamentos e urbanizações de iniciativa privada, das décadas de 70-90 do século XX, com défice de qualificação e integração ao nível do espaço público e ambiente urbano e sérias carências ao nível da hierarquização viária, da acessibilidade pedonal, do acesso às garagens privadas e estacionamento automóvel (Areal de Cima, Areal de Baixo);
- ▶▶ Assegurar a união entre os limites da ARU do Centro Histórico e a nova ARU de Braga Nascente, não excluindo nenhuma área urbana adjacente à primeira, possibilitando a qualificação e melhoria das articulações entre as várias áreas, em especial na ligação do Centro Histórico ao Pólo da Universidade do Minho (Rua de D. Pedro V/Rua de Santa Cruz). Resolução de conflitos em pontos de especial tensão, que implicam vários níveis de atravessamento, como é o caso da Rotunda das Piscinas (Eixo Norte/Sul, Rodovia) e envolvente, amenizando o “efeito barreira” que a variante urbana constitui;
- ▶▶ Englobar edifícios industriais abandonados e/ ou em ruína em presença na área Nascente da cidade, com destaque para a antiga Fábrica Confiança.

Fixou-se que a estratégia de intervenção para a reabilitação desta área da cidade de Braga deveria assentar nos seguintes objetivos específicos:

- ▶▶ **Aumentar o nível de articulação urbana** entre os três subsistemas existentes na área: estruturas ecológicas e ambientais; equipamentos coletivos e áreas residenciais;
- ▶▶ **Melhorar o nível de qualidade dos arruamentos urbanos**, adequando-os aos seus usos diferenciados e consolidando seja os percursos internos, seja os de penetração na área;
- ▶▶ **Revitalizar e dinamizar a utilização do sistema de equipamentos coletivos**, beneficiando do efeito de atratividade atual de alguns desses equipamentos;
- ▶▶ **Aumentar a inserção urbana e social dos conjuntos habitacionais** da área, nomeadamente reforçando as condições de habitabilidade e a qualidade do espaço público intersticial;
- ▶▶ **Promover a mobilidade sustentável** através essencialmente dos modos ciclável e pedonal.

ARU de Braga Norte

A área de intervenção delimitada pela ARU de Braga Norte apresenta um perfil residencial relativamente expressivo, muito devido à existência de bairros sociais e aglomerados habitacionais junto à fronteira sul para com a área consolidada do Centro Histórico.

A estratégia para esta ARU vai no sentido de dotar esta área de elementos urbanísticos e ambientais qualificados, com capacidade para lhe conferirem o estatuto de polo urbano atrativo dentro das funções desportivas, de lazer e residenciais.

Foram definidos os seguintes objetivos específicos norteadores da intervenção para a reabilitação desta área:

- ▶▶ **Definir as condições da desejável ocupação das áreas vazias e expectantes**, da sua articulação com as áreas envolventes mais próximas e de consolidação da malha urbana existente;
- ▶▶ **Valorizar os núcleos históricos de matriz rural**, preservando, quando possível, a integridade remanescente e incentivando a reabilitação do parque edificado privado;
- ▶▶ **Requalificar as áreas ocupadas por bairros de matriz social**, nas vertentes edificadas e de espaços públicos, conferindo-lhes um maior grau de urbanidade;
- ▶▶ **Promover uma intervenção seletiva e sistemática de qualificação de zonas urbanizadas intersticiais** atualmente sem qualquer identidade e frequentemente descaracterizadas;
- ▶▶ **Salvaguardar mecanismos de gestão e acompanhamento à ocupação dos vazios e áreas expectantes** que garantam a coerência, integração e qualidade da área de intervenção no seu todo (utilizações efémeras);
- ▶▶ **Reestruturar toda a rede viária interna** à área de intervenção e melhorar a sua articulação com rede exterior (nas componentes rodoviária, ciclável e pedonal);
- ▶▶ **Melhorar o sistema de transporte público de passageiros** através da construção de um Interface Multimodal junto à estação ferroviária que contribua para desviar o tráfego de pesados de passageiros da cidade, melhorando o ambiente urbano e permitindo uma intervenção de refuncionalização e integração urbana da atual Central de Camionagem;
- ▶▶ **Valorizar os recursos e equipamentos** existentes na área de intervenção, com prioridade para o projeto da piscina municipal e para o Convento de S. Francisco;

- ▶▶ **Estruturar soluções de estacionamento** na envolvente sul do Estádio Municipal que permitam não colidir com as funcionalidades e os perfis de ocupação da rede viária envolvente, em especial no Bairro da Misericórdia;
- ▶▶ **Melhorar a relação e qualificar as fronteiras** entre as áreas urbanizadas e as áreas naturalizadas;
- ▶▶ **Encontrar soluções qualificadas de inserção de estruturas edificadas e agrícolas** ainda existentes na malha urbana envolvente e em consolidação.

INSTRUMENTOS, APOIOS E INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA

Existe um conjunto diversificado de mecanismos de apoio e estímulo passíveis de mobilização para a implementação de ações e projetos de reabilitação urbana, quer de iniciativa pública, quer privada. De entre este conjunto de instrumentos, apoios e incentivos, importa detalhar os de natureza fiscal ou regulamentar e os de natureza financeira.

Instrumentos de natureza fiscal ou regulamentar

A aprovação da delimitação das ARU habilita os proprietários de prédios urbanos (ou frações de prédios urbanos) abarcados por estes limites a um conjunto de benefícios fiscais. Neste sentido, importa referir que o diploma legal que procede à reforma da tributação do património – Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, introduziu alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) relativos à reabilitação urbana, mediante algumas normas sobre a atribuição de benefícios fiscais às casas de habitação e com a possibilidade de os sujeitos passivos de baixos rendimentos poderem aceder à isenção do IMI, constituindo-se ainda beneficiários em sede deste imposto e de IMT em relação aos prédios alvo de reabilitação urbanística.

Com a publicação do RJRU em 2009 (revisto posteriormente), o Governo Português considerou necessária a introdução de medidas adicionais de estímulo às ações de reabilitação urbana. Deste modo, no Orçamento de Estado para 2009 (Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro) foram estabelecidos benefícios fiscais e normativos à realização de ações de reabilitação de prédios urbanos em zonas delimitadas. Estas medidas assentam na introdução de um novo artigo 71º no EBF (regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana), que passou a tornar mais duradouros os benefícios fiscais em causa.

O artigo 71º do EBF estabelece um conjunto de incentivos específicos no âmbito da reabilitação urbana para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação situados em ARU e cujas obras tenham principiado em data posterior a janeiro de 2008 e venham a ser concluídas até dezembro de 2020.

Considerando assim o que foi exposto anteriormente, importa clarificar o conceito de “ações de reabilitação” que, de acordo com a alínea a) do número 23 do artigo 71º do EBF, dizem respeito a “*intervenções de reabilitação de edifícios, tal como definidas no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, em imóveis que cumpram uma das seguintes condições:*

- i. *Da intervenção resultar um estado de conservação de, pelo menos, dois níveis acima do verificado antes do seu início;*
- ii. *Um nível de conservação mínimo ‘bom’ em resultado de obras realizadas nos dois anos anteriores à data do requerimento para a correspondente avaliação, desde que o custo das obras, incluindo*

imposto sobre valor acrescentado, corresponda, pelo menos, a 25% do valor patrimonial tributário do imóvel e este se destine a arrendamento para habitação permanente”.

Os proprietários de prédios urbanos que sejam integrados pelas ARU e cujas obras de reabilitação ocorram durante o intervalo temporal anteriormente referido, passam a usufruir dos benefícios fiscais que agora se elencam:

IMI	<ul style="list-style-type: none"> • Isenção por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para a habitação permanente ou a habitação própria e permanente (alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF).
IMT	<ul style="list-style-type: none"> • Isenção na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente (alínea c) do nº 2 do artigo 45º do EBF).
IRS	<ul style="list-style-type: none"> • Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite 500€ (nº 4 do artigo 71º do EBF).
Mais-valias	<ul style="list-style-type: none"> • Tributação à taxa autónoma de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando estas sejam inteiramente decorrentes da primeira alienação de imóveis reabilitados localizados em ARU (nº 5 do artigo 71º do EBF).
Rendimentos Prediais	<ul style="list-style-type: none"> • Tributação à taxa reduzida de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando os rendimentos sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis recuperados nos termos da estratégia de reabilitação urbana (nº 7 do artigo 71º do EBF).

Simultaneamente, foi também criado um conjunto de benefícios para Fundos de Investimento Imobiliário em reabilitação urbana, nomeadamente:

Isenção de IRC, desde que pelo menos 75% dos seus ativos sejam imóveis sujeitos a ações de reabilitação localizadas em ARU (nº 1 do artigo 71º do EBF).

Tributação das unidades de participação à taxa especial de 10%, em sede de IRS e IRC (n.º 2 e 3 do artigo 71º do EBF).

O regime de exceção aplicado às ARU, e no caso particular dos benefícios associados ao IMI e IMT, está dependente da deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com o definido no artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Outra medida de estímulo aos processos de reabilitação urbana em ARU com relevância é subsequente de uma alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em particular em conformidade com o

artigo 18º do CIVA (e da verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA). Esta normativa acrescenta ao quadro de benefícios fiscais já apresentados ao abrigo do EBF o incentivo seguinte:

IVA – será aplicada a taxa reduzida de 6% em empreitadas de reabilitação urbana realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

Os Municípios têm ainda a possibilidade de ir mais longe nesta política de incentivo à reabilitação urbana, por um lado, premiando os proprietários que façam obras de reabilitação do seu património (discriminação positiva) e, por outro, penalizando os proprietários que descurem a manutenção do seu património edificado (discriminação negativa) (Quadro 3). Um exemplo paradigmático desta constatação decorre da possibilidade prevista no Código do IMI de um Município definir um conjunto de majorações e/ou minorações em sede de imposto (sempre sujeitas a deliberação municipal), nos casos de prédios urbanos localizados em áreas específicas, de prédios urbanos (ou frações) arrendados, de prédios urbanos (ou frações) degradados, de prédios urbanos (ou frações) devolutos ou ainda de prédios urbanos em ruína.

Quadro 3 | Benefícios fiscais que decorrem do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, dependentes de deliberação da Assembleia Municipal

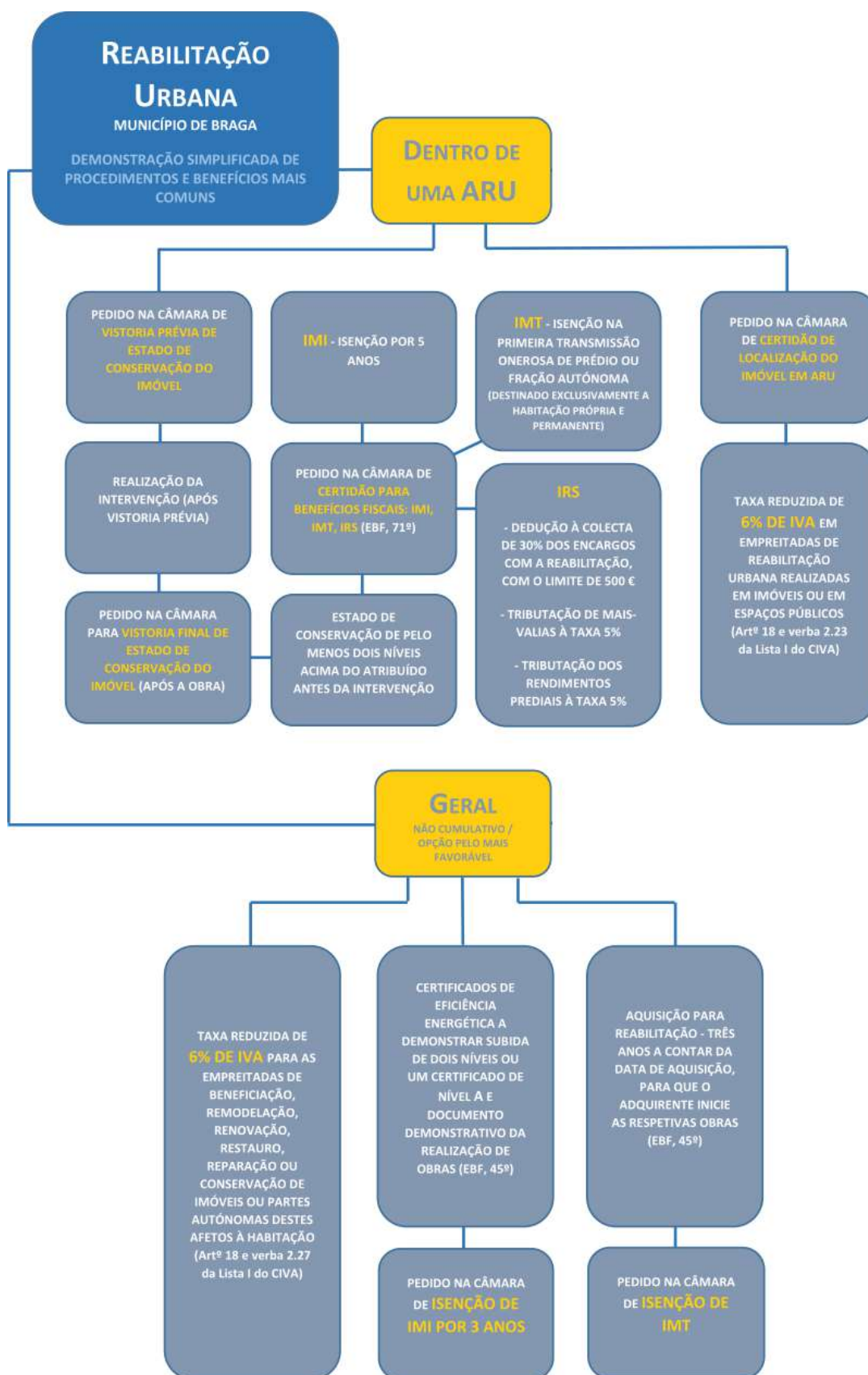
IMPOSTO	ENQUADRAMENTO LEGAL	BENEFÍCIO OU PENALIZAÇÃO
IMI	Artigo 112º do CIMI (nº3)	Elevar ao triplo a taxa em vigor prevista para prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano ou em ruínas
	Artigo 112º do CIMI (nº6)	Minoração até 30% da taxa em vigor a aplicar a prédios urbanos em ARU
		Majoração até 30% da taxa em vigor a aplicar a prédios urbanos em ARU
	Artigo 112º do CIMI (nº7)	Redução até 20% da taxa em vigor a aplicar aos prédios urbanos arrendados
	Artigo 112º do CIMI (nº8)	Majorar até 30% a taxa em vigor prevista para prédios urbanos que se encontrem degradados

Fonte: Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)

Estas majorações e reduções em sede de IMI serão efetivadas apenas após aprovação em sede de Assembleia Municipal. Importa ainda que as deliberações da Assembleia Municipal onde constem as respetivas decisões sejam comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte.

O quadro geral dos benefícios fiscais e regulamentares e dos procedimentos administrativos necessários para que os proprietários possam de facto deles beneficiar é apresentado na Figura 8.

Figura 8 | Quadro geral de procedimentos e benefícios à reabilitação urbana



Fonte: Portal da Regeneração Urbana, Município de Braga (2020)

Instrumentos de natureza financeira

Dada a complexidade de que o processo de reabilitação urbana se reveste, torna-se vital a sua dinamização através de diferentes prismas. Neste âmbito, os mecanismos financeiros assumem-se como instrumentos decisivos para a concretização de muitas intenções de investimento, quer sejam de natureza pública, quer sejam de natureza privada.

O Estado pode, nos termos previstos na legislação respetiva, conceder apoios financeiros e outros incentivos aos proprietários e a terceiros que promovam ações de reabilitação de edifícios e, no caso de operações de reabilitação urbana sistemática, de dinamização e modernização das atividades económicas.

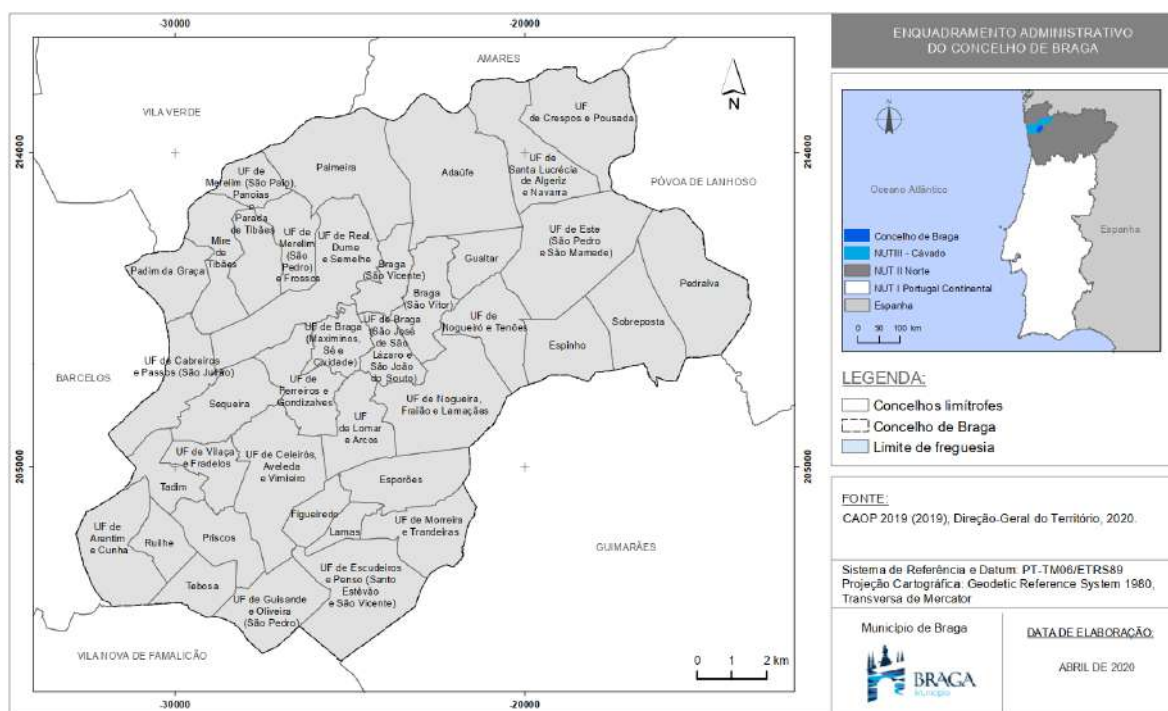
Na sequência do exposto, há a salientar a existência de outros instrumentos de financiamento a ações de reabilitação por parte dos agentes privados, em consonância com a matriz de instrumentos e objetivos da NGPH já apresentada neste documento, nomeadamente no que respeita aos instrumentos determinados para o seu objetivo “3 - *Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano*”. Neste contexto, destacam-se os seguintes instrumentos:

- ▶▶ **Reabilitar para Arrendar** - visa o financiamento, em condições favoráveis face às de mercado, de operações de reabilitação de edifícios que se destinem ao arrendamento habitacional;
- ▶▶ **Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020)** - apoia operações de reabilitação integral de edifícios, incluindo edifícios habitacionais e o parque de arrendamento público, dentro de ARU definidas pelos municípios ou enquadrados no PAICD;
- ▶▶ **Casa Eficiente 2020** - envolve o financiamento, em condições favoráveis face às de mercado, de operações que promovam a melhoria do desempenho ambiental de edifícios ou frações de habitação;
- ▶▶ **Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética** - apoia intervenções que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo em edifícios de habitação social. Podem candidatar-se aos apoios os municípios ou empresas municipais proprietárias ou gestoras de fogos de habitação social, das regiões abrangidas.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA

Os seus limites são demarcados a Norte por Amares e Vila Verde (com o rio Cávado como fronteira), a Nordeste pela Póvoa de Lanhoso, a Sudeste por Guimarães, a Sudoeste por Vila Nova de Famalicão e a Oeste por Barcelos (Mapa 2).

Mapa 2 | Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Braga



Com uma área de 183,4 km², o concelho de Braga passou a ser constituído, de acordo com a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, expressa na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, por um total de 37 freguesias (Quadro 4).

Quadro 4 | Freguesias do concelho de Braga e respetiva área (km² e %)

FREGUESIA	ÁREA (KM²)	ÁREA (%)
Adaúfe	10,81	5,89
Braga (São Vicente)	2,55	1,39
Braga (São Vítor)	4,08	2,23
Espinho	4,48	2,44
Esporões	4,74	2,58

FREGUESIA	ÁREA (KM²)	ÁREA (%)
Figueiredo	2,03	1,11
Gualtar	2,74	1,49
Lamas	1,25	0,68
Mire de Tibães	4,36	2,38
Padim da Graça	3,39	1,85
Palmeira	8,88	4,84
Pedralva	8,07	4,40
Priscos	3,65	1,99
Ruilhe	2,20	1,20
Sequeira	4,35	2,37
Sobreposta	5,98	3,26
Tadim	2,68	1,46
Tebosa	2,59	1,41
União das freguesias de Arentim e Cunha	5,72	3,12
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	2,57	1,40
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	2,43	1,33
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	4,79	2,61
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	7,57	4,13
União das freguesias de Crespos e Pousada	7,34	4,00
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)	8,04	4,38
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	9,79	5,34
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	4,26	2,32
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	4,71	2,57
União das freguesias de Lomar e Arcos	4,01	2,19
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	5,36	2,92
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	3,15	1,72
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	4,54	2,48
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	8,40	4,58
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	4,43	2,41
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	8,47	4,62
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	6,22	3,39
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	2,80	1,52
Concelho de Braga	183,40	100,00

Fonte: CAOP 2019, Direção-Geral do Território (2020).

CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA

O capítulo que aqui se apresenta inclui uma breve descrição das características físicas do concelho de Braga, na perspetiva de enquadrar o respetivo território ao nível de parâmetros como o clima (temperatura do ar e precipitação), o relevo e a hidrografia.

Clima

Ao interferir de forma tão marcante nos diversos aspetos da vida humana, o clima, e o seu estudo, revelam-se de uma importância indispensável.

Segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), o clima é um “conjunto de todos os estados que a atmosfera pode ter num determinado local, durante um tempo longo, mas definido. Este intervalo de tempo durante o qual podemos dizer que existe um determinado tipo de clima é escolhido como “suficientemente longo”, em geral 30 anos.”. Segundo o mesmo instituto “o conhecimento do clima de uma região é fundamental para o planeamento e gestão das atividades socioeconómicas, e também essencial para mitigar as consequências dos riscos climáticos”.

O clima de Portugal Continental resulta da combinação de vários fatores, nomeadamente das diferenças de altitude, da forma e da disposição do relevo, da proximidade ou afastamento ao mar, do efeito da continentalidade, da circulação geral da atmosfera, dos contrastes entre o norte/sul e litoral/interior.

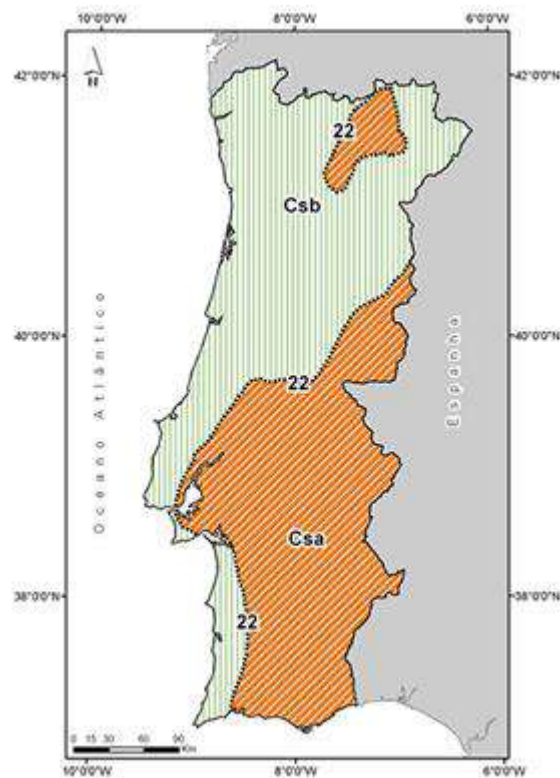
Segundo a classificação de Köppen-Geiger (última revisão de Köppen em 1936), na maior parte do território de Portugal Continental o clima é Temperado, do Tipo C, verificando-se o Subtipo Cs (Clima temperado com Verão seco) e as seguintes variedades:

- » Csa, clima temperado com Verão quente e seco nas regiões interiores do vale do Douro (parte do distrito de Bragança), assim como nas regiões a sul do sistema montanhoso Montejunto-Estrela (exceto no litoral oeste do Alentejo e Algarve).
- » Csb, clima temperado com Verão seco e suave, em quase todas as regiões a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela e nas regiões do litoral oeste do Alentejo e Algarve.

Numa pequena região do Baixo Alentejo encontra-se Clima Árido – Tipo B, Subtipo BS (clima de estepe), variedade BSk (clima de estepe fria da latitude média).

No concelho de Braga, tal como se evidencia na Figura 9, o clima é do subtipo Csb (clima temperado com Verão seco e suave).

Figura 9 | Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Koppen



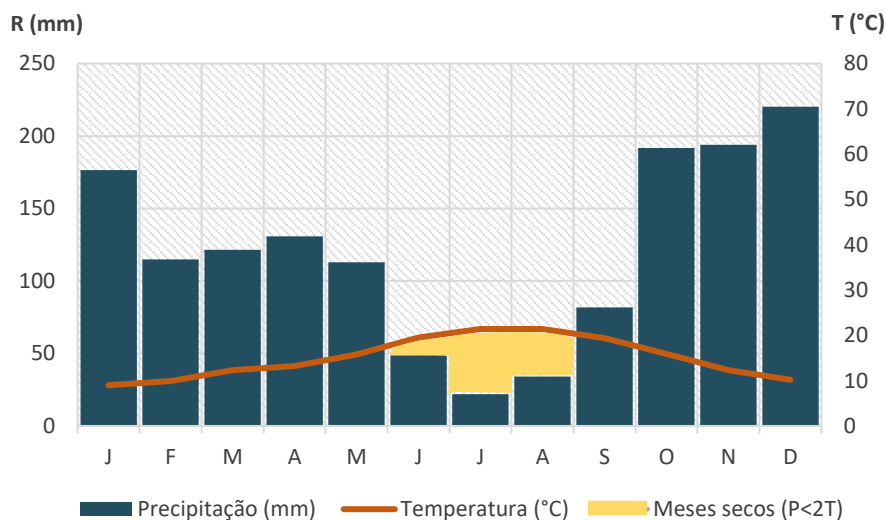
Fonte: <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/>

De seguida proceder-se-á a uma breve caracterização de dois parâmetros climáticos: temperatura do ar e precipitação. Esta caracterização é realizada com base nos dados registados na estação meteorológica de Braga para o período 1981-2010 ou, para as variáveis em que estes não estejam disponíveis, recorrendo aos dados para o período 1971-2000. A escolha da estação meteorológica baseou-se em critérios assentes na proximidade, da homogeneidade climática e intervalo de dados disponíveis para análise.

TEMPERATURA DO AR E PRECIPITAÇÃO

Uma das principais características do clima que se faz sentir no noroeste português reside no facto da estação do ano com temperaturas mais baixas coincidir com a de maiores quantitativos de precipitação, fazendo coincidir o pino da estação mais quente com a de maior secura. Com efeito, os meses em que os quantitativos de precipitação são inferiores (junho com 48,6 mm, julho com 22 mm e agosto com 34 mm) coincidem com o período em que as temperaturas médias são mais elevadas (junho com 19,5°C e julho e agosto com 21,4°C). Estes meses são, assim, considerados como o período seco do ano, traduzindo um quantitativo de precipitação duas vezes inferior ao da temperatura $P < 2T$, representado a amarelo no Gráfico 1).

Gráfico 1 | Gráfico Termopluviométrico para a Estação de Braga (1981-2010)



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1981-2010); IPMA (2017).

A partir do exposto é possível constatar que o ano pluviométrico encontra-se dividido em duas estações bem definidas e contrastantes: a primeira corresponde ao período de inverno, onde as temperaturas são baixas e a precipitação é abundante e a segunda corresponde aos meses de verão, período onde as temperaturas são elevadas e a precipitação é fraca.

Temperatura do Ar

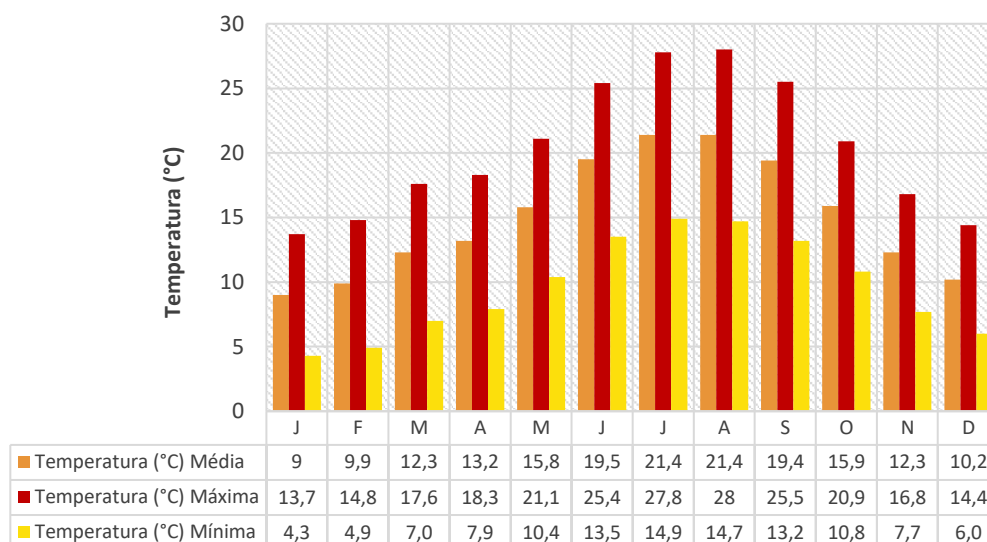
Segundo o Atlas Climático Ibérico, “a temperatura do ar mede-se com termómetros instalados em abrigos meteorológicos, com reservatório a 1,5 m de altura do solo e os valores experimentam-se em graus Célsius (°C)”.

Os valores médios no mês e no ano respeitam às médias dos valores máximo e mínimo diários observados da temperatura. O número médio de dias no ano com temperatura máxima igual ou superior a 25°C, e com temperatura mínima igual ou superior a 20°C e igual ou inferior a 0°C permite aferir sobre a frequência da ocorrência de valores elevados ou baixos de temperatura.

VALORES MÉDIOS DIÁRIOS

O concelho de Braga apresenta uma temperatura média anual de 15°C, com a temperatura média anual mais elevada a registar-se nos meses de julho e agosto, ambos com 21,4°C, e a mais baixa em janeiro, com 9°C (a laranja no Gráfico 2). Deste modo, apresenta uma amplitude térmica anual (diferença entre a temperatura média mensal mais alta e a temperatura média mensal mais baixa) de 12,4°C.

Gráfico 2 | Valores médios mensais da temperatura (°C) média, máxima e mínima



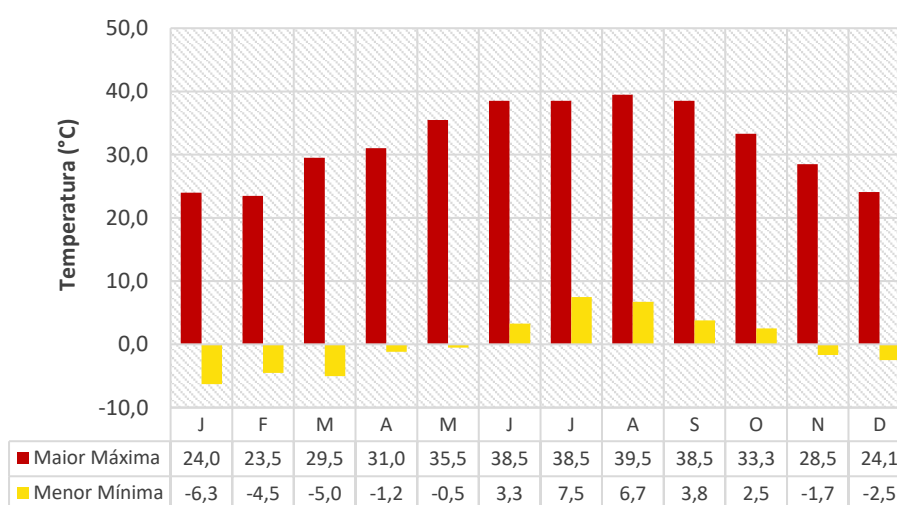
Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1981-2010); IPMA (2017).

Em termos de valores médios da temperatura máxima (representados a vermelho no Gráfico 2), é possível verificar que estes são superiores nos meses de verão, mais concretamente nos meses de julho (27,8°C) e agosto (28°C), e inferiores nos meses de inverno, com particular destaque para dezembro (14,4°C) e janeiro (13,7°C). Quanto aos valores médios da temperatura mínima (exibidos a amarelo no Gráfico 2), é possível constatar que estes variam entre os 4,3°C verificados no mês de janeiro e os 14,9°C registados no mês de julho.

VALORES EXTREMOS

Ainda no contexto da análise da temperatura do ar, importa atender aos valores extremos máximo e mínimo registados na estação de Braga (Gráfico 3).

Gráfico 3 | Valores extremos da temperatura (°C) (maior máxima e menor mínima)



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1981-2010); IPMA (2017).

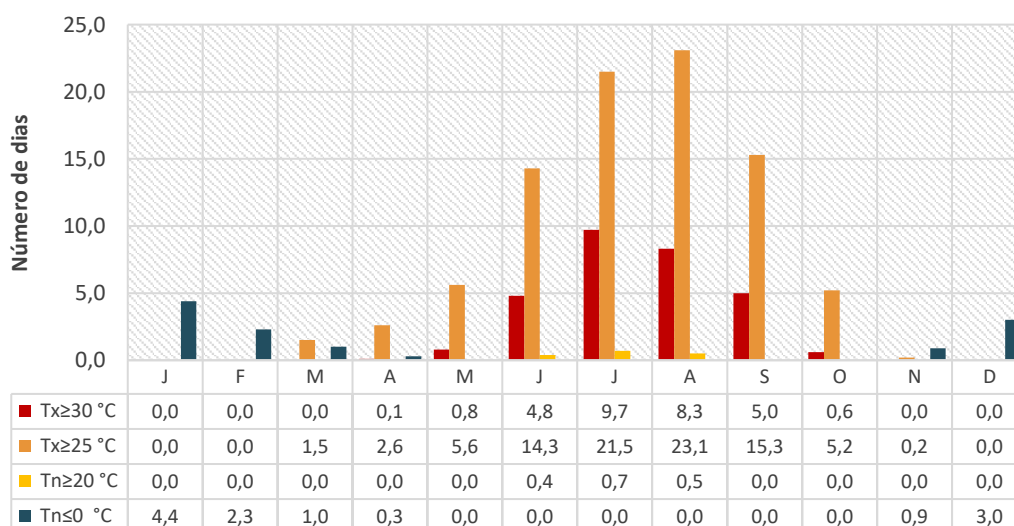
Tal como evidenciado no Gráfico 3, a temperatura máxima registada corresponde ao mês de Agosto (39,5°C), ao qual se seguem os meses de junho, julho e setembro (38,5°C). Em contrapartida, é ao mês de janeiro (-6,3°C) que respeita o menor valor da temperatura mínima registada, seguindo-se os meses de março (-5,0°C) e fevereiro (-4,5°C).

NÚMERO DE DIAS COM $T_x \geq 30^\circ\text{C}$, $T_x \geq 25^\circ\text{C}$, $T_n \geq 20^\circ\text{C}$ E $T_n \leq 0^\circ\text{C}$ ²

No que concerne ao número de dias com temperatura máxima igual ou superior a 30°C ($T_x \geq 30^\circ\text{C}$), temperatura máxima igual ou superior a 25°C ($T_x \geq 25^\circ\text{C}$), temperatura mínima igual ou superior a 20°C ($T_n \geq 20^\circ\text{C}$) e temperatura mínima igual ou inferior a 0°C ($T_n \leq 0^\circ\text{C}$), a análise terá por base os dados registados na estação meteorológica de Braga para o período 1971-2000, atendendo à não disponibilização destes dados para o período 1981-2010 (dados de carácter ainda provisório).

Em Braga são registados uma média de 29,3 dias com temperatura máxima igual ou superior a 30°C, 89,3 dias com temperatura máxima igual ou superior a 25°C, 1,7 dias com temperatura mínima igual ou superior a 20°C e 11,9 dias com temperatura mínima igual ou inferior a 0°C (Gráfico 4).

Gráfico 4 | Número de dias com $T_x \geq 30^\circ\text{C}$, $T_x \geq 25^\circ\text{C}$, $T_n \geq 20^\circ\text{C}$ e $T_n \leq 0^\circ\text{C}$



Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1971-2000); IPMA (2017).

Relativamente ao número de dias cuja temperatura iguala ou excede os 30°C, há registo de que esta temperatura do ar seja atingida entre os meses de abril e outubro, com destaque para os meses de julho (9,7 dias) e agosto (8,3 dias).

Quanto à temperatura máxima igual ou superior a 25°C, apenas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro há ausência de registo destas temperaturas. Em contrapartida, são os meses de julho (21,5 dias) e agosto (23,1) que contabilizam um maior número de dias com estes valores de temperatura do ar.

² T_x =Temperatura Máxima; T_n =Temperatura Mínima.

No que respeita ao número de dias com temperatura mínima do ar igual ou superior a 20°C, somente se regista tal ocorrência nos meses de junho (0,4 dias), julho (0,7 dias) e agosto (0,5 dias).

Por fim, é nos meses de novembro a abril que se regista a ocorrência de dias com temperatura mínima igual ou inferior a 0°C, destacando-se os meses de janeiro (4,4 dias) e dezembro (3,0 dias).

Precipitação

Segundo o IPMA, a precipitação pode ser definida como todo o conjunto de partículas de água, tanto em estado líquido como em estado sólido, ou em ambos, que se precipitam da atmosfera e atingem a superfície terrestre.

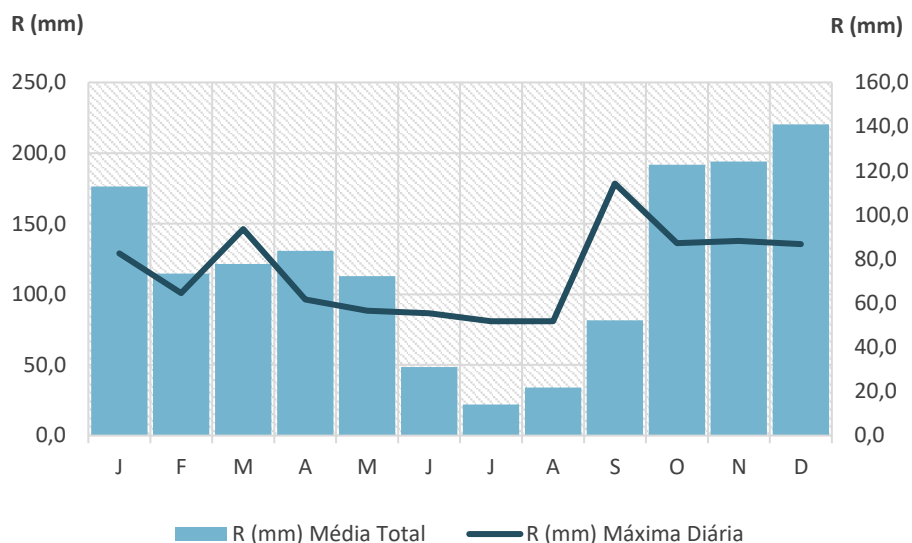
De acordo com o Atlas Climático Ibérico, “*para caracterizar o regime de precipitações é importante considerar tanto a precipitação média anual como a sua distribuição temporal ao longo das estações do ano*”. Deste modo, é necessário dispor do número anual médio de dias em que se regista precipitação e a distribuição sazonal deste número de dias. É também relevante dispor da frequência climática de ocorrência de precipitações intensas, expressa pelo número médio anual e sazonal de dias com precipitação diária superior a determinados valores.

Os valores da precipitação são expressos em milímetros (mm). A sua medição é feita às 9 UTC1 e refere-se às 24 horas precedentes. Estas medições permitem a comparação a três níveis: média total, máxima diária e número de dias com registos superiores ou iguais a 0,1 mm, a 1,0 mm e a 10,0 mm.

PRECIPITAÇÃO (R) MÉDIA TOTAL E PRECIPITAÇÃO (R) MÁXIMA DIÁRIA

Em Braga, em média, anualmente, precipitam 1448,6mm, cuja distribuição é irregular ao longo do ano. Com efeito, os meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro apresentam valores de precipitação média total superior a 150mm, com destaque para o mês de dezembro, no qual são excedidos os 200mm. Em contrapartida, são os meses de julho e agosto que registam os menores valores médios de precipitação total, com 22,0 mm e 34,0 mm, respetivamente (Gráfico 5).

Gráfico 5 | Precipitação (mm) média total e máxima diária



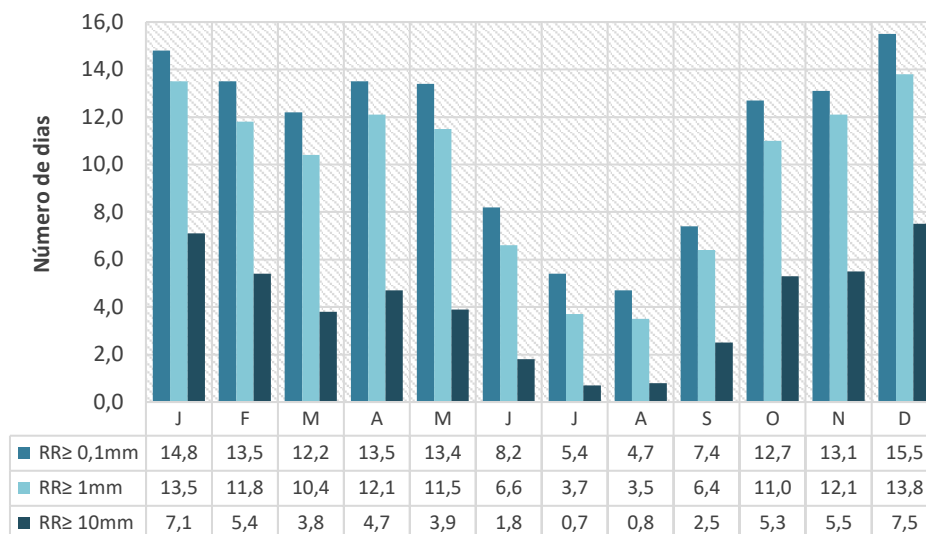
Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1981-2010); IPMA (2017).

Um outro dado que importa também analisar, é a precipitação máxima diária. No que se refere a este indicador, verifica-se que o mês de setembro regista o valor máximo de precipitação diária mais elevado (114,2mm), seguindo-se os meses de março (93,5mm), novembro (88,2mm), outubro (87,2mm) e dezembro (86,7mm). Os menores valores de precipitação máxima diária ocorrem, por sua vez, nos meses de julho e agosto (ambos com 51,8mm).

NÚMERO DE DIAS COM $R \geq 0,1$, $R \geq 1,0$ E $R \geq 10,0$

A análise do número de dias com precipitação igual ou superior a 0,1mm ($R \geq 0,1$), igual ou superior a 1mm ($R \geq 1,0$) e precipitação igual ou superior a 10 mm ($R \geq 10,0$) terá por base os dados registados na estação meteorológica de Braga para o período 1971-2000, atendendo à não disponibilização destes dados para o período 1981-2010 (dados de carácter ainda provisório).

Quanto ao número de dias com precipitação, refira-se a existência de 134,4 dias com precipitação igual ou superior a 0,1mm ($R \geq 0,1$), 116,4 dias com precipitação igual ou superior a 1mm ($R \geq 1,0$) e 49,0 dias de precipitação igual ou superior a 10 mm ($R \geq 10,0$) (Gráfico 6).

Gráfico 6 | Número de dias com $R \geq 0,1$, $R \geq 1,0$ e $R \geq 10,0$ 

Fonte: Normais Climatológicas para a Estação de Braga (1971-2000); IPMA (2017).

Tal como evidenciado no gráfico anterior, durante 8 meses, mais precisamente entre outubro e maio, há registo de precipitação igual ou superior a 0,1mm em mais de 10 dias de cada mês. Com efeito, o número de dias com precipitação igual ou superior a 0,1mm varia entre os 15,5 dias observados em dezembro e os 4,7 dias registados no mês de agosto.

Em cerca de 116,4 dias por ano a precipitação é igual ou superior a 1mm, sendo que nos meses compreendidos entre outubro e maio há mesmo registo de mais de 10 dias por mês com registo destes valores pluviométricos. O número de dias com precipitação igual ou superior a 1mm varia entre os 13,8 dias registados no mês de dezembro e os 3,5 dias observados no mês de agosto.

Por último, em relação ao número de dias com precipitação igual ou superior a 10 mm, destaque para os meses de dezembro (7,5 dias), janeiro (7,1 dias) e novembro (5,5 dias). Em oposição, mencionam-se os meses de julho (0,7 dias) e agosto (0,8 dias).

Relevo

A geomorfologia estuda e interpreta as formas do relevo terrestre e os mecanismos responsáveis pela sua modelação. A sua análise é fundamental visto que são estabelecidas interações entre o relevo e o povoamento.

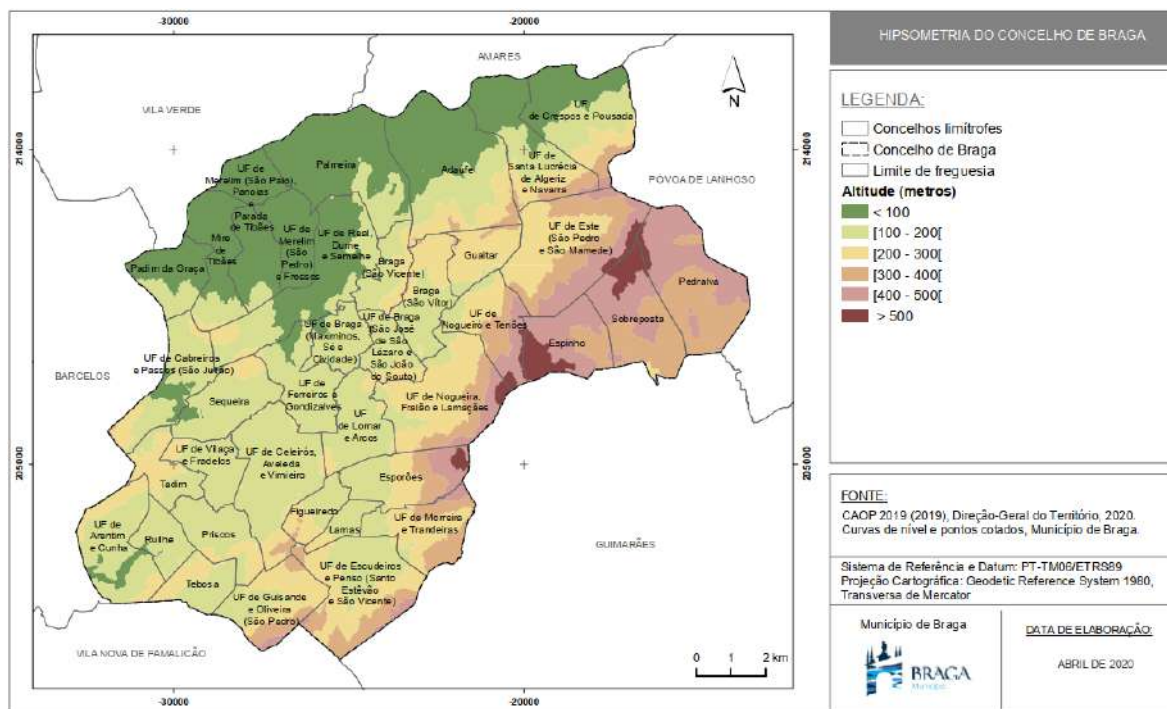
Em Portugal Continental existem três unidades morfoestruturais, a saber: o Maciço Hespérico (também designado Maciço Antigo), as Orlas Mezocenoicas e a Bacia Cenozóica do Tejo e do Sado. O concelho de Braga localiza-se no Maciço Antigo. Esta unidade estrutural é a mais antiga de Portugal Continental, e ocupa cerca de 70% do território de Portugal Continental, sendo essencialmente constituída por granitos e xistos. Esta região é caracterizada pelos planaltos, resultantes do entalhe da rede hidrográfica ou de diversos níveis de aplanamento, sobre uma superfície do Terciário, denominada Meseta.

O relevo constitui um dos fatores diferenciadores dos territórios, determinando situações ecológicas específicas, caracterizadas pela distribuição irregular do solo, da água, dos microclimas e da vegetação. A

hypsometria de um dado território expressa o relevo em termos de faixas de altitudes, desde o ponto mais baixo até ao ponto de maior altitude.

Analisando a distribuição das altitudes do concelho de Braga (Mapa 3), é possível aferir que parte significativa do território concelhio apresenta altitudes inferiores a 200 metros, enquanto a superfície em que as altitudes são superiores a 400 metros é reduzida. A classe de altitudes mais baixas (inferior a 100 metros) ocorre fundamentalmente ao longo do vale do Rio Cávado, enquanto a classe mais elevada (superior a 500 metros) se localiza no extremo este do concelho (Serra do Sameiro).

Mapa 3 | Hipsometria do concelho de Braga



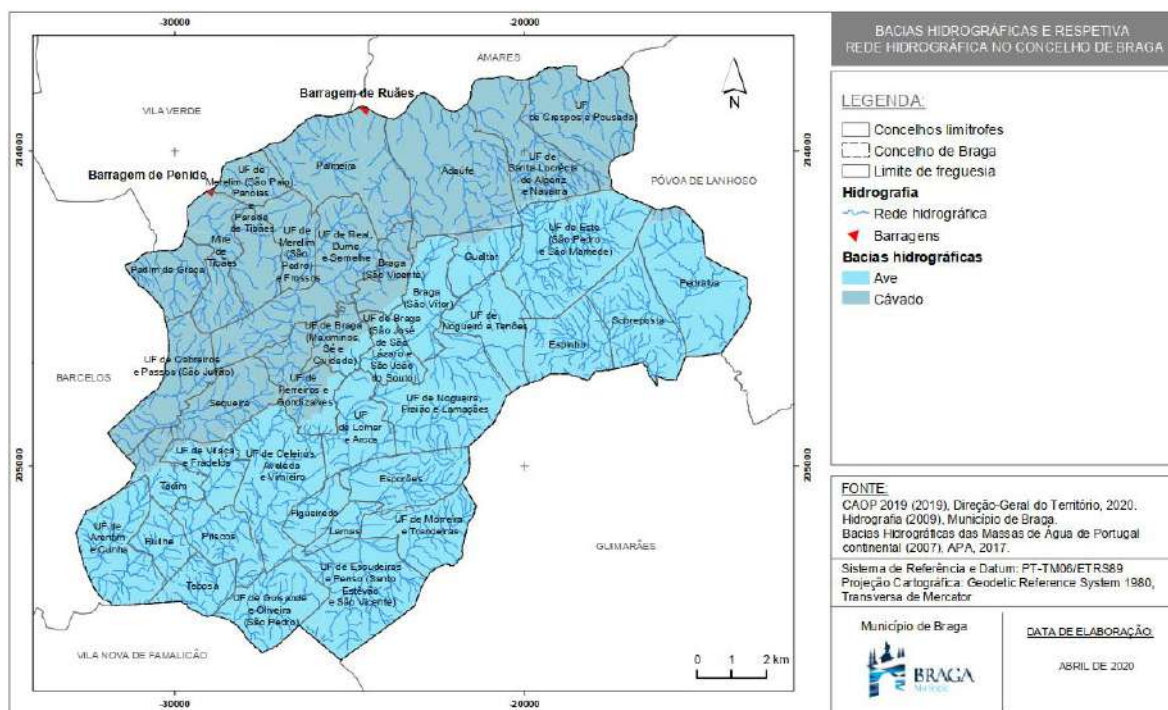
Constata-se, assim, a existência de uma significativa amplitude altimétrica no território concelhio. O relevo caracteriza-se por uma certa irregularidade, com as áreas mais baixas a acompanharem os leitos dos principais rios e as formações montanhosas dispostas segundo alinhamentos paralelos a estes

Do ponto de vista geográfico, o território concelhio é limitado a Norte pelo rio Cávado, a Sul pelo conjunto de elevações que formam a Serra dos Picos, a Nascente pela Serra dos Carvalhos e a Poente pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Barcelos. As montanhas do Bom Jesus, Sameiro e Falperra, atravessam o concelho no sentido Nascente/ Poente.

Hidrografia

O território do concelho de Braga é abrangido por duas bacias hidrográficas, a saber: a bacia hidrográfica do Cávado, ocupando parte da margem esquerda do rio, e a bacia hidrográfica do Ave, não chegando, contudo, a ser banhado pelo rio Ave (Mapa 4).

Mapa 4 | Hidrografia do concelho de Braga



A bacia hidrográfica do rio Cávado, com uma área de 1600 km², é limitada, a norte, pela bacia hidrográfica do rio Neiva e do rio Lima e, a este e sul, pelas bacias do rio Douro e do rio Ave.

O rio Cávado nasce na Serra do Larouco, mais propriamente na fonte da Pipa, e atravessa os concelhos de Montalegre, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Amares, Póvoa de Lanhoso, Vila Verde, Braga, Barcelos, Esposende, desaguando no Oceano Atlântico, após um percurso de 135 km. Este constitui o elemento hidrográfico predominante a norte do território concelhio, existindo também diversas ribeiras que desaguam neste.

A bacia hidrográfica do rio Ave, com uma área aproximada de 1390 km², abrange 15 municípios.

O rio Ave tem as suas cabeceiras na Serra da Cabreira e percorre cerca de 85 km até desaguar no Oceano Atlântico. Um dos afluentes do Ave, o rio Este, atravessa o território concelhio, a sul. Para além do rio Este, destaque ainda para os seus diversos afluentes, como o rio Veiga, todos de pequeno caudal.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

O presente capítulo pretende analisar um conjunto de indicadores e variáveis que permitam conhecer a população do concelho de Braga, as suas características e dinâmicas, assim como identificar as áreas de regressão, expansão e estabilizadas, no sentido de sintetizar os processos demográficos em curso nos últimos anos.

Os dados estatísticos utilizados são, fundamentalmente, os disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), nomeadamente os decorrentes dos XIV e XV Recenseamentos Gerais da População (Censos 2001 e 2011, respetivamente) e os mais recentes disponíveis (2017 ou 2018).

Quanto às variáveis analisadas, referem-se: população residente, densidade populacional, estrutura etária, taxas de natalidade e mortalidade, índices de juventude e envelhecimento da população e estrutura familiar. Finalmente, e com base nos referidos dados estatísticos, proceder-se-á ao desenvolvimento de um cenário prospetivo da evolução da população do concelho.

População residente

No concelho de Braga, a variação da população residente entre os anos censitários de 2001 e 2011 é positiva, traduzida pelo acréscimo de 10,5% dos efetivos. Uma análise mais recente da variação da população residente demonstra que, entre os anos 2011 e 2018, a mesma mantém-se positiva, porém com um acréscimo de apenas 0,2% dos efetivos (Quadro 5). Apesar do período 2011-2018 não corresponder a uma década tal como o período censitário 2001-2011, permite uma análise prospetiva do próximo período censitário 2011-2021.

Quadro 5 | Enquadramento demográfico do concelho de Braga (2001-2018)

UNIDADE TERRITORIAL	POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º)			VARIAÇÃO RELATIVA (%)	
	2001	2011	2018	2001-2011	2011-2018
NUT I - Continente	9869343	10047621	9779826	1,8	-2,7
NUT II - Norte	3687293	3689682	3572583	0,1	-3,2
NUT III - Cávado	393063	410169	403891	4,4	-1,5
Concelho de Braga	164192	181494	181919	10,5	0,2

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Quando analisada a variação da população residente nas unidades territoriais em que o concelho se insere, denota-se uma tendência geral de acréscimo do número de efetivos no período 2001-2011. No entanto, entre 2011 e 2018 as unidades territoriais apresentam uma tendência de decréscimo significativo, excetuando o concelho de Braga. Esta mudança de tendências é expressiva em todas as unidades territoriais onde, entre 2011-2018, são registadas variações de -3,2% na NUT II – Norte, na NUT I – Continente, -2,7% e na NUT III – Cávado, -1,5%.

Analisando a evolução da população residente no concelho de Braga e nos concelhos que juntamente com este integram a NUT III – Cávado, é possível aferir dinâmicas díspares (Quadro 6). Com efeito, no período 2001-2011, dos seis municípios que integram a referida unidade territorial, são quatro os que apresentam uma variação positiva do número de efetivos no período intercensitário, designadamente Braga (10,54%), Vila Verde (2,81%), Esposende (2,79%) e Amares (1,99%). Em contrapartida, o concelho de Terras de Bouro regista o maior decréscimo da população residente (-13,14%), seguindo-se o concelho de Barcelos (-1,40%). Ao analisar a variação da população residente no período 2011-2018, verifica-se que dos seis municípios referidos anteriormente apenas Braga ainda regista uma variação positiva (0,23%). Os municípios de Terras de Bouro, Amares, Barcelos, Vila Verde e Esposende registam, respetivamente, -11,69%, -4,10%, -3,21%, -2,14% e -0,58%.

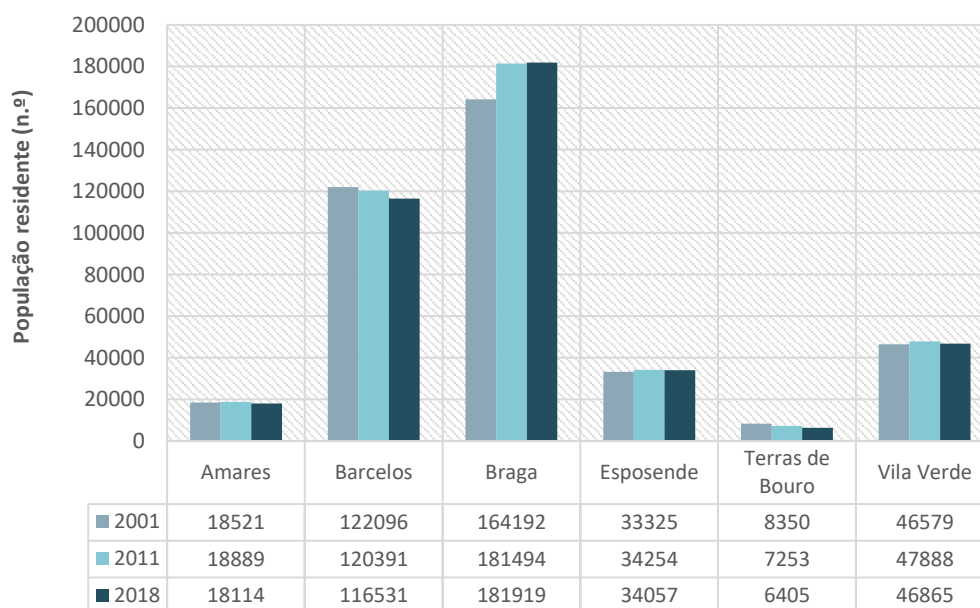
Quadro 6 | População residente (2011) e respetiva variação (2001-2011) nos concelhos que integram a NUT III - Cávado

UNIDADE TERRITORIAL	POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º)			VARIACÃO RELATIVA (%)	
	2001	2011	2018	2001-2011	2011-2018
Amares	18521	18889	18114	1,99	-4,10
Barcelos	122096	120391	116531	-1,40	-3,21
Braga	164192	181494	181919	10,54	0,23
Esposende	33325	34254	34057	2,79	-0,58
Terras de Bouro	8350	7253	6405	-13,14	-11,69
Vila Verde	46579	47888	46865	2,81	-2,14

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Assim, numa análise comparativa da variação da população nos seis concelhos que integram a NUT III – Cávado, as dinâmicas mais contrastantes registam-se nos concelhos de Braga e Terras de Bouro, traduzidas por uma diferença de tendências (Gráfico 7).

Gráfico 7 | Variação da população residente nos concelhos que integram a NUT III - Cávado



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Em conformidade com os dados censitários de 2011 residiam no concelho de Braga um total de 181.494 indivíduos, traduzindo um acréscimo de 10,54% (17.302 habitantes) face ao ano de 2001, em que se contabiliza um total de 164.192 residentes.

Numa análise mais pormenorizada, ao nível das freguesias, verifica-se a existência de tendências heterogêneas, ainda que a maioria registre um acréscimo do número de efetivos (Quadro 7). Ao nível das freguesias ainda não estão disponibilizados dados estatísticos pelo INE do ano de 2018, dessa forma, a análise será apenas realizada com os dados do período censitário 2001-2011.

Quadro 7 | População residente, por freguesia, em 2001 e 2011, e respetiva variação (%)

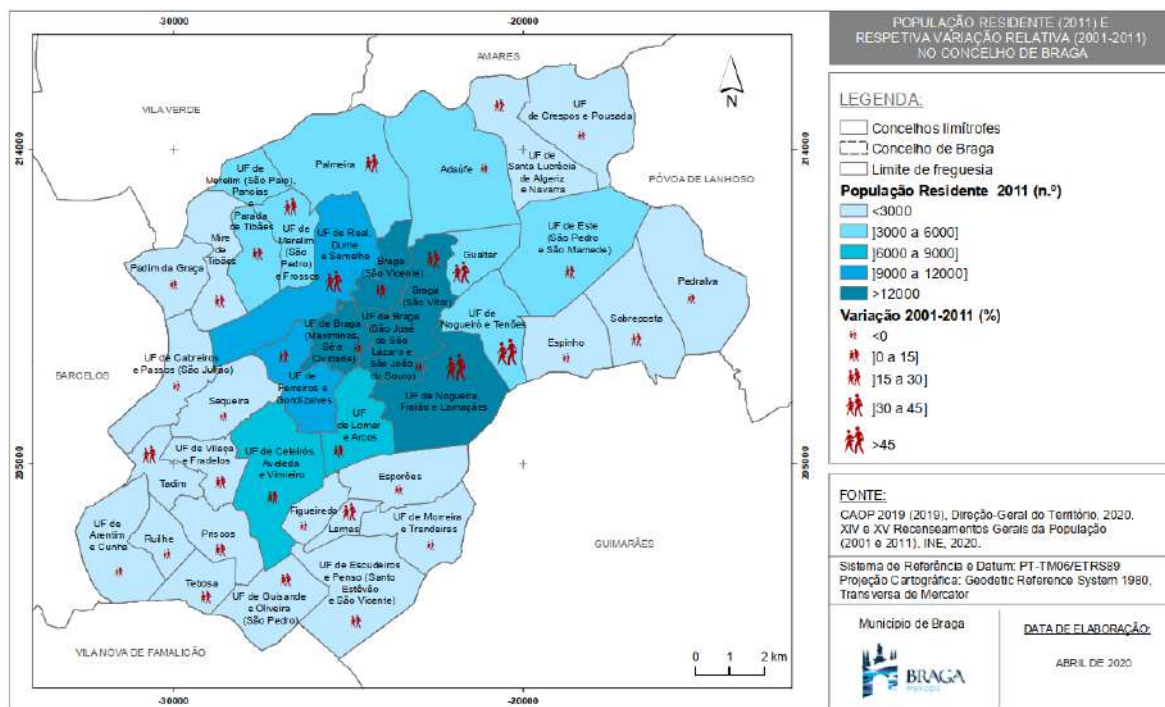
FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE (2001)		POPULAÇÃO RESIDENTE (2011)		VARIACÃO (%)
	Nº	%	Nº	%	
Adaúfe	3959	2,41	3711	2,04	-6,26
Braga (São Vicente)	12162	7,41	13236	7,29	8,83
Braga (São Vítor)	25407	15,47	29642	16,33	16,67
Espinho	1334	0,81	1181	0,65	-11,47
Esporões	1845	1,12	1709	0,94	-7,37
Figueiredo	1218	0,74	1198	0,66	-1,64
Gualtar	3807	2,32	5286	2,91	38,85
Lamas	708	0,43	842	0,46	18,93
Mire de Tibães	2389	1,46	2437	1,34	2,01
Padim da Graça	1580	0,96	1521	0,84	-3,73
Palmeira	4594	2,80	5468	3,01	19,02
Pedralva	1150	0,70	1110	0,61	-3,48
Priscos	1301	0,79	1341	0,74	3,07
Ruilhe	1306	0,80	1142	0,63	-12,56
Sequeira	2030	1,24	1811	1,00	-10,79
Sobreposta	1199	0,73	1301	0,72	8,51
Tadim	886	0,54	1143	0,63	29,01
Tebosa	1096	0,67	1129	0,62	3,01
União das freguesias de Arentim e Cunha	1652	1,01	1530	0,84	-7,38
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	15501	9,44	14572	8,03	-5,99
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	15762	9,60	14301	7,88	-9,27
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	2335	1,42	2165	1,19	-7,28
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	6382	3,89	6671	3,68	4,53
União das freguesias de Crespos e Pousada	1465	0,89	1347	0,74	-8,05
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	1816	1,11	1864	1,03	2,64
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	3515	2,14	3837	2,11	9,16
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	8266	5,03	9148	5,04	10,67
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	1021	0,62	1053	0,58	3,13
União das freguesias de Lomar e Arcos	6277	3,82	6805	3,75	8,41
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	4793	2,92	5363	2,95	11,89
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	3133	1,91	3726	2,05	18,93
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	1499	0,91	1447	0,80	-3,47
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	8310	5,06	13054	7,19	57,09
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	3185	1,94	5129	2,83	61,04
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	8799	5,36	11700	6,45	32,97
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	939	0,57	994	0,55	5,86
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	1571	0,96	1580	0,87	0,57
Concelho de Braga	164192	59,81	181494	59,81	10,54

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

No período intercensitário, são 23 as freguesias que assinalam um acréscimo do número de residentes, enquanto as restantes 14 evidenciam uma perda de efetivos. Quanto às variações positivas, destaque para a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,04%), Gualtar (38,85%) e a União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (32,97%). Em oposição, são as freguesias de Ruilhe (-12,56%), Espinho (-11,47%) e Sequeira (-10,79%) que assinalam as maiores quebras em termos percentuais.

A distribuição espacial da população residente no Município pelas 37 freguesias encontra-se representada no Mapa 9.

Mapa 5 | População residente (2011) e respetiva variação relativa (2001-2011) no concelho de Braga



À data dos censos de 2011, distinguem-se as freguesias de São Vítor (16,33%), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (8,03%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (7,88%), São Vicente (7,29%) e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (7,19%), por, em termos comparativos, apresentarem o maior número de residentes. Estas cinco freguesias agregam, no seu conjunto, quase metade da população residente no concelho de Braga (46,73%).

Densidade Populacional

A densidade populacional é entendida como a intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma determinada área territorial e a superfície desse território, expressando-se em número de habitantes por quilómetro quadrado (hab./km²).

A análise desta variável revela-se oportuna, permitindo comparar diferentes unidades territoriais quanto à intensidade de povoamento e à sua distribuição, de forma a aferir as assimetrias existentes ao nível da distribuição geográfica da população residente.

Uma análise comparativa da densidade populacional nas diferentes unidades territoriais denota valores significativamente superiores no concelho de Braga, com 989,6 habitantes por km², seguindo-se a NUT III –

Cávado (329,2 hab/km²), a NUT II – Norte (173,3 hab/km²) e a NUT I – Continente (hab/112,8 km²). Com efeito, é possível verificar que à medida que aumenta a escala de análise das unidades territoriais, maior é a densidade populacional (Quadro 8).

Quadro 8 | Densidade Populacional (habitante por km2) em 2011 e 2018

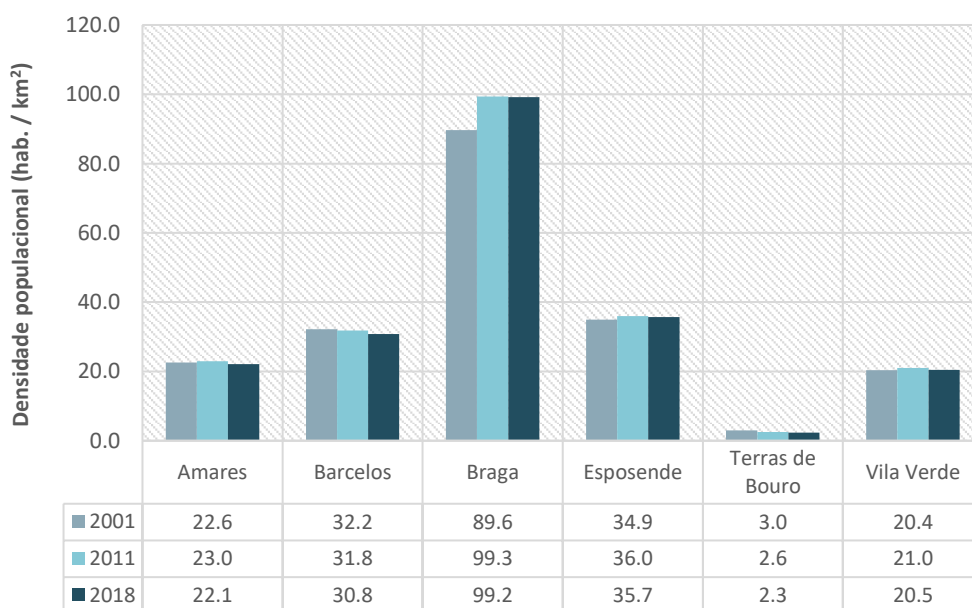
UNIDADE TERRITORIAL	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/KM2)			VARIAÇÃO RELATIVA (%)	
	2001	2011	2018	2001-2011	2011-2018
NUT I - Continente	110,84	112,8	109,8	1,77	-2,66
NUT II - Norte	173,2	173,3	167,8	0,06	-3,17
NUT III - Cávado	315,54	329,2	324,2	4,33	-1,52
Concelho de Braga	896,29	989,6	991,9	10,41	0,23

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

O mesmo confirma-se no período 2011-2018, contudo os valores registados são ligeiramente menores em maioria das unidades territoriais, à exceção do concelho de Braga onde o número de habitantes por km² aumentou tenuemente (991,9 hab/km²), seguindo-se a NUT III – Cávado (324,2 hab/km²), a NUT II – Norte (167,8 hab/km²) e a NUT I – Continente (109,8 hab/km²).

Ao analisar os seis municípios correspondentes à NUT III – Cávado, no período 2001-2011, verifica-se uma subida expressiva da densidade populacional em quatro municípios, nomeadamente Amares (3,8 hab/km²), Braga (97,0 hab/km²), Esposende (11,0 hab/km²) e Vila Verde (6,2 hab/km²) (Gráfico 8). Nos concelhos de Barcelos e Terras de Bouro regista-se um decréscimo de -4,02 hab/km² e -4,4 hab/km², respetivamente. Contudo, no período 2011-2018, ocorre uma alteração de tendências e todos os municípios registam uma variação negativa da densidade populacional. O concelho de Barcelos regista a maior descida com -10,5 hab/km², seguindo-se Amares com -8,8 hab/km², Vila Verde com -5,0 hab/km², Esposende com -3,2 hab/km², Terras de Bouro com -2,6 hab/km² e, por fim, com a menor descida, Braga com -1,4 hab/km².

Gráfico 8 | Densidade populacional (2001, 2011 e 2018) dos concelhos da NUT III – Cávado



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

Numa análise ao nível das freguesias do Município, observam-se, contudo, evoluções díspares, com 15 freguesias a registar um decréscimo do número de habitantes por km² e, pelo contrário, 22 freguesias a assistir a um incremento deste número (Quadro 9 e Mapa 6).

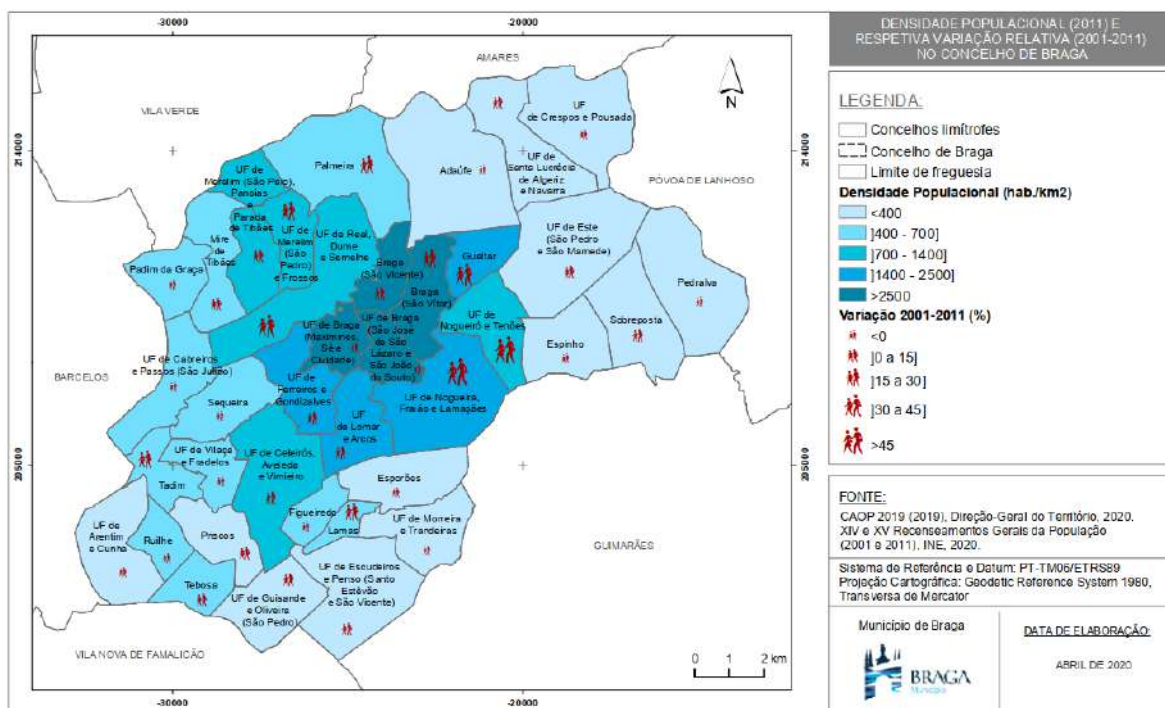
Quadro 9 | Densidade populacional (habitantes/km²) por freguesia, em 2001 e 2011, e respetiva variação (%)

FREGUESIA	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/KM ²)		VARIAÇÃO (%)
	2001	2011	
Adaúfe	366,4	343,5	-6,24
Braga (São Vicente)	4768,2	5189,7	8,84
Braga (São Vítor)	6220,9	7258,5	16,68
Espinho	298,0	263,9	-11,45
Esporões	389,2	360,5	-7,36
Figueiredo	600,9	591,1	-1,63
Gualtar	1391,4	1932,2	38,86
Lamas	564,8	671,7	18,93
Mire de Tibães	548,3	559,3	2,02
Padim da Graça	465,5	448,2	-3,72
Palmeira	517,3	615,8	19,04
Pedralva	142,5	137,6	-3,45
Priscos	353,6	367,5	3,92
Ruilhe	592,6	518,3	-12,54
Sequeira	466,6	416,3	-10,77
Sobreposta	208,3	217,6	4,45
Tadim	330,1	426,4	29,18
Tebosa	423,7	436,5	3,01
União das freguesias de Arentim e Cunha	288,8	267,5	-7,37
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	6038,2	5676,9	-5,98
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	6481,4	5881,1	-9,26
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	487,4	451,9	-7,27
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	843,1	881,4	4,54
União das freguesias de Crespos e Pousada	199,6	183,6	-8,05
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	225,9	232,0	2,66
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	358,8	391,8	9,18
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1941,9	2149,3	10,68
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	216,8	223,6	3,16
União das freguesias de Lomar e Arcos	1564,1	1695,8	8,42
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	894,2	1000,6	11,90
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	995,0	1183,5	18,94
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	329,9	318,6	-3,44
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameças	989,8	1554,9	57,10
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	719,3	1158,5	61,06
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	1039,4	1382,2	32,99
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	151,0	159,9	5,88
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	568,5	565,1	-0,61

FREGUESIA	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/KM ²)		VARIÇÃO (%)
	2001	2011	
Concelho de Braga	896,29	989,6	10,41

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Mapa 6 | Densidade populacional (2011) e respetiva variação relativa (2001-2011) no concelho de Braga



À data dos censos de 2011, são as freguesias de São Vítor (7258,5 habitantes por km²), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5881,1 habitantes por km²), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (5676,9 habitantes por km²) e São Vicente (5189,7 habitantes por km²) que apresentam, em termos concelhios, as maiores densidades populacionais. Em oposição, as freguesias de Pedralva (137,6 habitantes por km²), União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (159,9 habitantes por km²) e União das freguesias de Crespos e Pousada (183,6 habitantes por km²) são as que registam o menor número de residentes por unidade de área.

No que respeita à variação da densidade populacional no período intercensitário, é na União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,06%), na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (57,10%), em Gualtar (38,86%) e na União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (32,99%) que se registam os acréscimos mais significativos, com valores percentuais superiores a 30%. Em contrapartida, as freguesias de Ruilhe (-12,54%), Espinho (-11,45%) e Sequeira (-10,77%) assistem às maiores quebras em termos de densidade populacional.

Estrutura etária da população

No sentido de analisar a distribuição etária da população residente no concelho de Braga procede-se, num primeiro momento, a uma abordagem por quatro grandes grupos etários, a saber:

- ▶ Crianças (efetivos com menos de 14 anos);

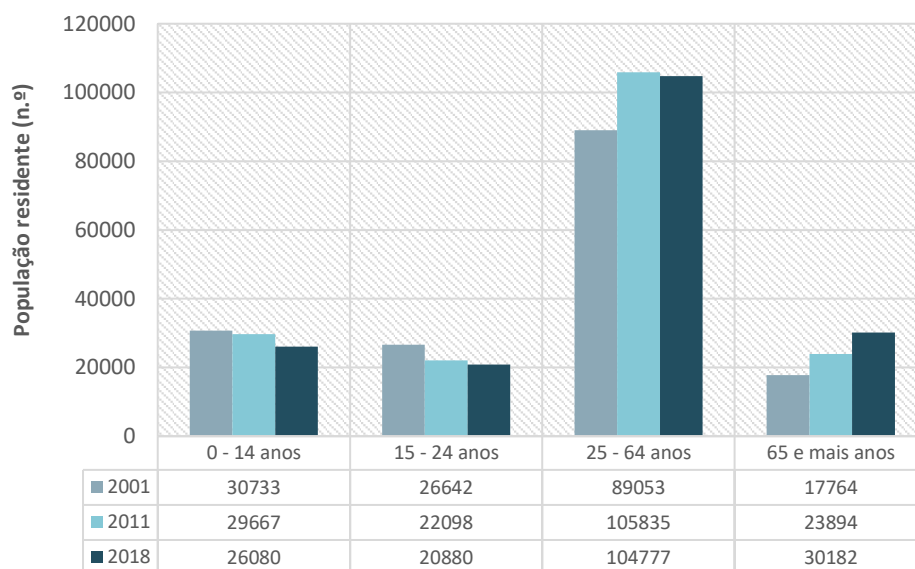
- » Jovens (indivíduos com idade entre os 15 e os 24 anos);
- » Adultos (indivíduos com idade entre os 25 e os 64 anos);
- » População idosa (indivíduos com 65 ou mais anos).

Esta análise incide quer ao nível concelhio, quer ao nível das freguesias.

Num segundo momento, procede-se à análise da pirâmide etária por classes quinquenais.

A população residente no concelho de Braga, tal como é possível constatar pela análise do Gráfico 9, encontra-se maioritariamente inserida no grupo etário dos 25 aos 64 anos. Importa salientar que, no período em análise, verifica-se uma tendência de diminuição da população entre os 0 e os 24 anos e de aumento da população com 65 e mais anos. No total, em termos percentuais, assistiu-se a uma quebra de -20,52% da população entre os 0 e os 24 anos e a um aumento de 34,51% da população com 65 e mais anos entre 2001 e 2011 e, no período entre 2011 e 2018, verifica-se uma quebra de -17,60% e um aumento de 26,32%, respetivamente.

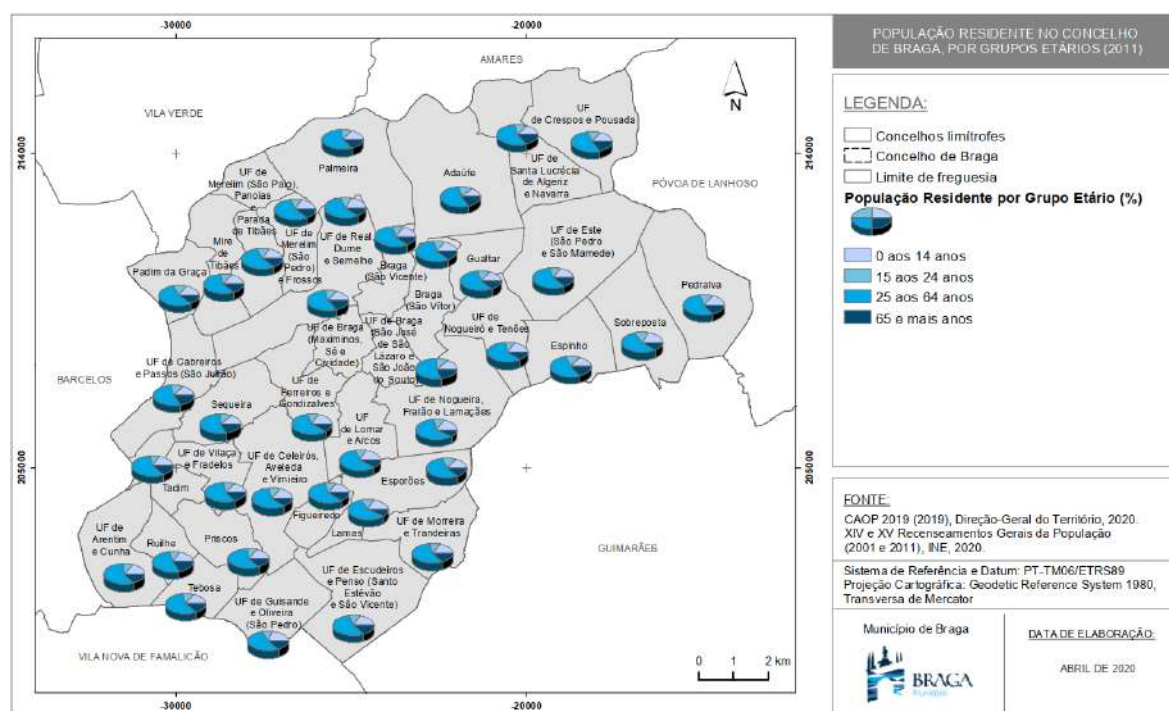
Gráfico 9 | População residente no concelho de Braga, por grandes grupos etários (2001, 2011 e 2018)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

A distribuição etária da população residente nas 37 freguesias do concelho de Braga, por grandes grupos etários, encontra-se espacialmente representada no Mapa 7.

Mapa 7 | População residente por grandes grupos etários no concelho de Braga (2011)



A análise do mapa anterior, bem como do Quadro 10, permite denotar que, à data dos censos de 2011, a classe etária dos 25 aos 64 anos prevalece em todas as freguesias do concelho de Braga, representando mais de metade do total da população residente. Destaca-se, contudo, a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (62,43%) e a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,14%), onde esta faixa etária adquire, em termos percentuais, maior representatividade.

Quanto ao grupo etário entre os 0 e os 14 anos, destaque para os valores percentuais referentes à União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (20,13%), Lamas (19,12%), Sobreposta (18,60%) e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (18,57%). Em oposição, é nas freguesias de Adaúfe (12,56%) e União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (12,59%) que este grupo etário é percentualmente menos expressivo.

O grupo etário entre os 15 e os 24 anos, por sua vez, adquire maior representatividade nas freguesias de Espinho (15,07%), Sobreposta (14,60%), União das freguesias de Crespos e Pousada (14,48%), Padim da Graça (14,40%), Adaúfe (14,34%) e Esporões (14,28%). As freguesias de Priscos (9,84%), União das freguesias de Arentim e Cunha (10,46%) e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (10,78%) são, por sua vez, as que apresentam as menores percentagens de efetivos inseridos neste grupo etário.

A percentagem de população idosa (com 65 ou mais anos) é mais expressiva na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (20,05%), Sequeira (18,55%) e Ruilhe (18,13%). Em contrapartida, é na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (9,09%), em Lamas (9,14%) e na União das freguesias de Lomar e Arcos (9,89%) que esta faixa etária tem menor significância no panorama demográfico geral.

Em termos de variação da população residente nas freguesias do concelho, no período intercensitário, assistiu-se a uma generalizada tendência de decréscimo dos efetivos inseridos nas classes etárias mais jovens e incremento dos residentes adultos e idosos.

Quadro 10 | População residente por grandes grupos etários (nº e %) nas freguesias do concelho de Braga e respetiva variação relativa (2001-2011)

FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO (2011)								VARIAÇÃO (2001-2011)			
	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e + anos		0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e + anos
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%				
Adaúfe	466	12,56	532	14,34	2106	56,75	607	16,36	-33,90	-22,11	1,69	21,40
Braga (São Vicente)	2278	17,21	1546	11,68	7765	58,67	1647	12,44	-5,32	-11,25	16,05	24,49
Braga (São Vitor)	4941	16,67	3467	11,70	17601	59,38	3633	12,26	9,07	-16,01	22,96	49,20
Espinho	178	15,07	178	15,07	647	54,78	178	15,07	-34,32	-31,80	-3,58	35,88
Esporões	260	15,21	244	14,28	985	57,64	220	12,87	-29,16	-33,51	5,12	26,44
Figueiredo	201	16,78	157	13,11	703	58,68	137	11,44	-21,18	-24,52	7,16	38,38
Gualtar	851	16,10	664	12,56	3102	58,68	669	12,66	21,23	9,03	50,07	55,94
Lamas	161	19,12	117	13,90	487	57,84	77	9,14	5,92	-10,69	30,56	48,08
Mire de Tibães	387	15,88	317	13,01	1388	56,96	345	14,16	-14,57	-17,23	6,36	39,11
Padim da Graça	260	17,09	219	14,40	858	56,41	184	12,10	-23,75	-23,96	5,41	34,31
Palmeira	821	15,01	655	11,98	3195	58,43	797	14,58	10,35	-17,30	26,63	48,97
Pedralva	176	15,86	148	13,33	613	55,23	173	15,59	-20,36	-27,45	6,79	14,57
Priscos	216	16,11	132	9,84	804	59,96	189	14,09	13,09	-52,00	19,11	18,13
Ruilhe	192	16,81	141	12,35	602	52,71	207	18,13	-32,63	-37,05	2,56	-1,43
Sequeira	233	12,87	209	11,54	1033	57,04	336	18,55	-29,18	-40,63	-4,62	26,32
Sobreposta	242	18,60	190	14,60	728	55,96	141	10,84	-7,98	-13,64	27,05	-1,40
Tadim	204	17,85	127	11,11	656	57,39	156	13,65	19,30	-5,22	41,68	32,20
Tebosa	183	16,21	136	12,05	648	57,40	162	14,35	-12,44	-25,27	8,54	50,00
União das freguesias de Arentim e Cunha	238	15,56	160	10,46	916	59,87	216	14,12	-23,72	-38,46	4,69	5,37
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	2250	15,44	1856	12,74	8298	56,94	2168	14,88	-22,60	-22,96	-1,37	22,35
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	1801	12,59	1760	12,31	7872	55,05	2868	20,05	-29,62	-28,60	-6,20	22,25
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	322	14,87	277	12,79	1193	55,10	373	17,23	-19,50	-32,44	-0,67	15,12
União das freguesias de Celeirós, Avelada e Vimieiro	1074	16,10	852	12,77	3938	59,03	807	12,10	-15,70	-20,74	14,98	32,73

FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO (2011)								VARIÇÃO (2001-2011)			
	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e + anos		0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e + anos
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%				
União das freguesias de Crespos e Pousada	211	15,66	195	14,48	710	52,71	231	17,15	-31,94	-24,71	3,35	10,53
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	327	17,54	231	12,39	1037	55,63	269	14,43	-8,40	-27,13	11,51	26,89
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	647	16,86	469	12,22	2200	57,34	521	13,58	0,47	-25,08	19,76	27,70
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1622	17,73	1084	11,85	5484	59,95	958	10,47	-2,93	-20,06	19,11	50,87
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	212	20,13	128	12,16	572	54,32	141	13,39	-0,47	-35,35	18,43	11,02
União das freguesias de Lomar e Arcos	1213	17,83	855	12,56	4064	59,72	673	9,89	-7,26	-12,93	15,49	43,80
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	937	17,47	717	13,37	3056	56,98	653	12,18	-2,50	4,67	16,02	27,29
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	645	17,31	475	12,75	2136	57,33	470	12,61	4,03	3,04	21,99	56,15
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	246	17,00	161	11,13	826	57,08	214	14,79	-11,83	-47,73	9,55	35,44
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	2311	17,70	1407	10,78	8149	62,43	1187	9,09	49,87	-1,19	74,53	75,85
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	819	15,97	587	11,44	3136	61,14	587	11,44	46,77	38,77	79,71	27,89
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	2173	18,57	1368	11,69	6835	58,42	1324	11,32	22,42	3,48	39,86	62,45
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	145	14,59	137	13,78	558	56,14	154	15,49	-17,61	-18,93	26,53	0,65
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	224	14,18	200	12,66	934	59,11	222	14,05	-17,65	-35,48	12,26	41,40
Concelho de Braga	29667	16,35	22098	12,18	105835	58,31	23894	13,17	-3,47	-17,06	18,84	34,51

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

O número de crianças (0-14 anos) decresceu na maioria das freguesias, mais concretamente em 26 das 37 freguesias existentes. Em termos percentuais, este decréscimo foi particularmente significativo nas freguesias de Espinho (-34,32%), Adaúfe (-33,90%), Ruílhe (-32,63%) e União das freguesias de Crespos e Pousada (-31,94%). Em oposição, as freguesias de União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (49,87%) e União das freguesias de Nogueiró e Tenões (46,77%) apresentam os maiores crescimentos percentuais.

Relativamente ao número de jovens (15-24 anos), este decresceu na maioria das freguesias, com a exceção da União das freguesias de Nogueiró e Tenões (38,77%), Gualtar (9,03%), União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (4,67%), União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (3,48%) e União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (3,04%). Os decréscimos percentualmente mais significativos sucederam nas freguesias de Priscos (-52,00%), União das freguesias de Morreira e Trandeiras (-47,73%) e Sequeira (-40,63%).

Quanto à população adulta (25-64) anos, grande parte das freguesias registam uma variação positiva da percentagem de residentes inseridos neste grupo etário, excetuando-se a União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (-6,20%), Sequeira (-4,62%), Espinho (-3,58%), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (-1,37%) e União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (-0,67%). Os aumentos percentuais mais expressivos, por sua vez, registaram-se na União das freguesias de Nogueiró e Tenões (79,71%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (74,53%) e Gualtar (50,07%).

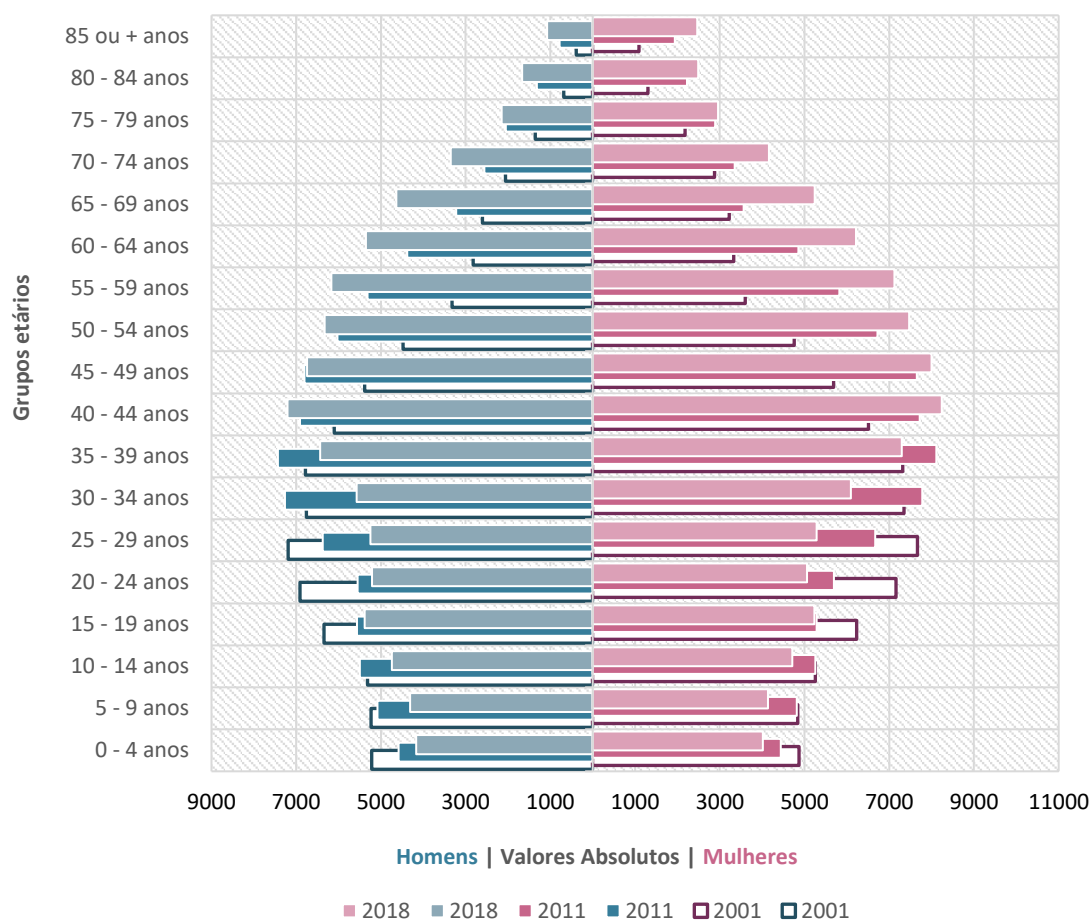
O número de idosos aumentou quase na totalidade das freguesias do concelho de Braga, referindo-se como únicas exceções as freguesias de Ruílhe (-1,43%) e Sobreposta (-1,40%). As freguesias com os maiores incrementos percentuais correspondem à União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (75,85%), União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (62,45%), União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (56,15%) e Gualtar (55,94%).

A variação da população residente no concelho de Braga nos anos 2001, 2011 e 2018, por sexo e grupos etários quinquenais encontra-se representada, sob a forma de pirâmide etária, no Gráfico 10.

Este tipo de representação evidencia uma tendência de envelhecimento populacional, ainda que significativamente menos expressivo quando observado à luz do contexto e panorama nacional, à mesma data. Não obstante, é clara a quebra do número da população jovem de ambos os sexos, entre 2001 e 2018. Do mesmo modo, é evidente o aumento da população idosa e, sobretudo, da população adulta.

A pirâmide etária concelhia pode ser considerada como uma pirâmide adulta, apresentando uma base larga, mas com um aumento das classes etárias dos adultos e população idosa. Denota, assim, uma diminuição da taxa de natalidade e um aumento da esperança média de vida.

Gráfico 10 | Pirâmide etária do concelho de Braga (2001, 2011 e 2018)

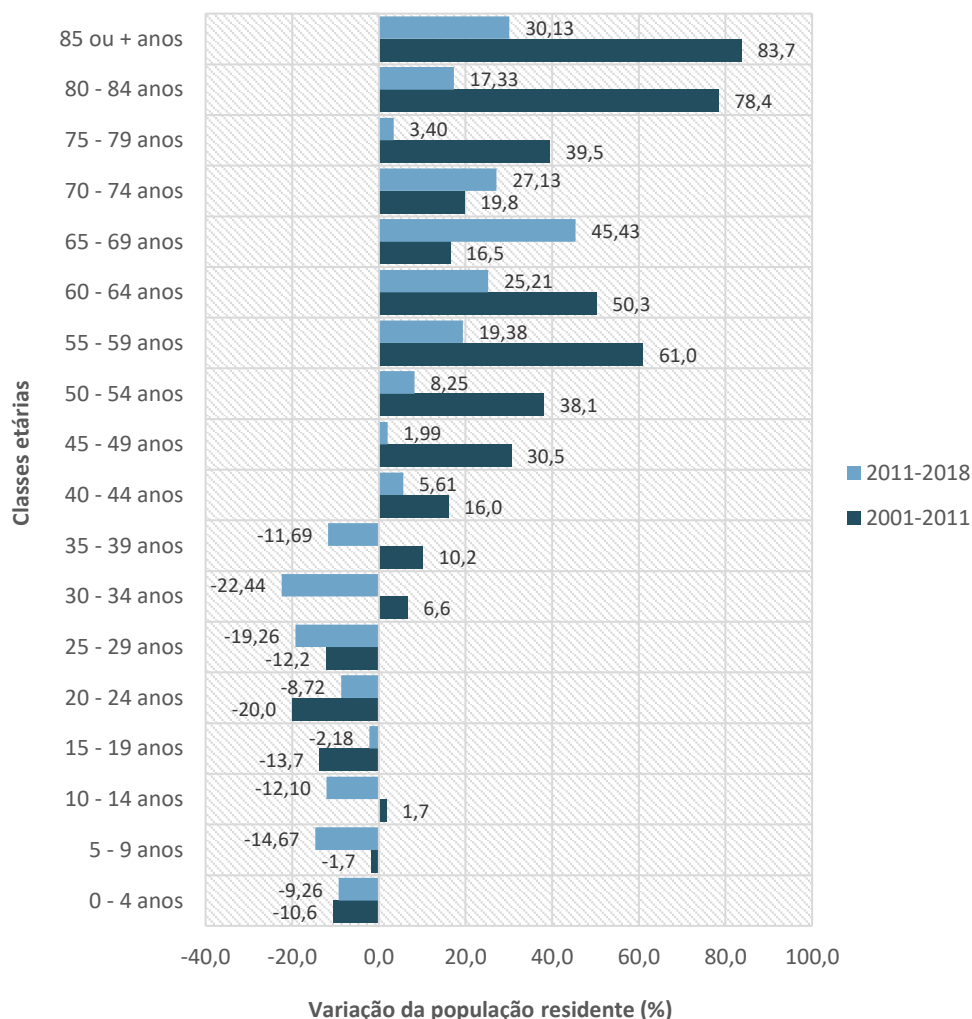


Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Nas classes etárias mais avançadas, o número de mulheres é preponderante, facto a que não é alheia a mais elevada esperança média de vida associada ao sexo feminino.

Analisando de forma mais pormenorizada a variação da população residente entre os anos 2001 e 2018 é explícito o aumento da população adulta e idosa no concelho, enquanto a diminuição da população jovem, ainda que menos expressiva, é também clara (Gráfico 11).

Gráfico 11 | Variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2001-2011 e 2011-2018)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2018).

A maior variação positiva no número total de efetivos ocorreu na faixa etária referente aos 85 ou mais anos (83,75%) entre 2001 e 2011, seguindo-se a faixa etária entre os 80 e os 84 anos (78,37%) e a faixa etária entre os 55 e os 59 anos (60,99%). Em contrapartida, os decréscimos mais pronunciados decorreram nas faixas etárias entre os 20 e os 24 anos (-20,04%), entre os 15 e os 19 anos (-13,72%) e entre os 25 e os 29 anos (-12,23%).

No período entre 2011 e 2018, o maior aumento no número total de efetivos verifica-se na faixa etária entre os 65 e os 69 anos (45,4%), seguida da faixa etária entre os 85 ou mais anos (30,1%) e da faixa etária entre os 60 e os 64 anos (25,2%). Quanto aos decréscimos mais expressivos ocorrem na faixa etária entre os 30 e os 34 anos (22,4%) e na faixa etária entre os 25 e os 29 anos (19,3%).

Taxas de natalidade e mortalidade

Estabelecendo a relação entre nados vivos / óbitos e a população residente no território, a análise das taxas de natalidade e mortalidade permitem estudar a evolução do crescimento natural³ da população.

A nível nacional tem-se registado um progressivo decréscimo da natalidade associado a vários fenómenos, com destaque para a redução da nupcialidade, a emancipação da mulher e a sua maior participação no mercado de trabalho. Também a generalização dos métodos contraceptivos e os encargos sociais acrescidos resultantes de uma família numerosa são fatores que contribuem para o decréscimo do número de nascimentos. Em simultâneo, tem-se também assistido à diminuição da mortalidade e ao acréscimo da esperança de vida, derivados da melhoria das condições sociais e tecnológicas e dos avanços na medicina preventiva, curativa e reabilitadora.

À data dos censos de 2011, a taxa de natalidade⁴ é levemente superior no concelho de Braga (10,0%) em comparação com as restantes unidades territoriais, seguindo-se a NUT III – Cávado (9,3%), a NUT I – Continente (9,1%) e a NUT II – Norte (8,5%).

Em todas as unidades territoriais, no ano 2018, a taxa de natalidade sofre um decréscimo ligeiro mantendo, no entanto, a hierarquia de valores. Deste modo, o concelho de Braga regista 9,6%, seguindo-se a NUT III – Cávado (8,6%), a NUT I – Continente (8,5%) e a NUT II – Norte (7,7%) (Quadro 11).

Quadro 11 | Taxa de natalidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001, 2011 e 2018)

UNIDADE TERRITORIAL	TAXA DE NATALIDADE (‰)			VARIAÇÃO RELATIVA (‰)	
	2001	2011	2018	2001-2011	2011-2018
NUT I - Continente	10,8	9,1	8,5	-1,7	-0,6
NUT II - Norte	11,2	8,5	7,7	-2,7	-0,8
NUT III - Cávado	12,8	9,3	8,6	-3,5	-0,7
Concelho de Braga	12,9	10,0	9,6	-2,9	-0,4

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

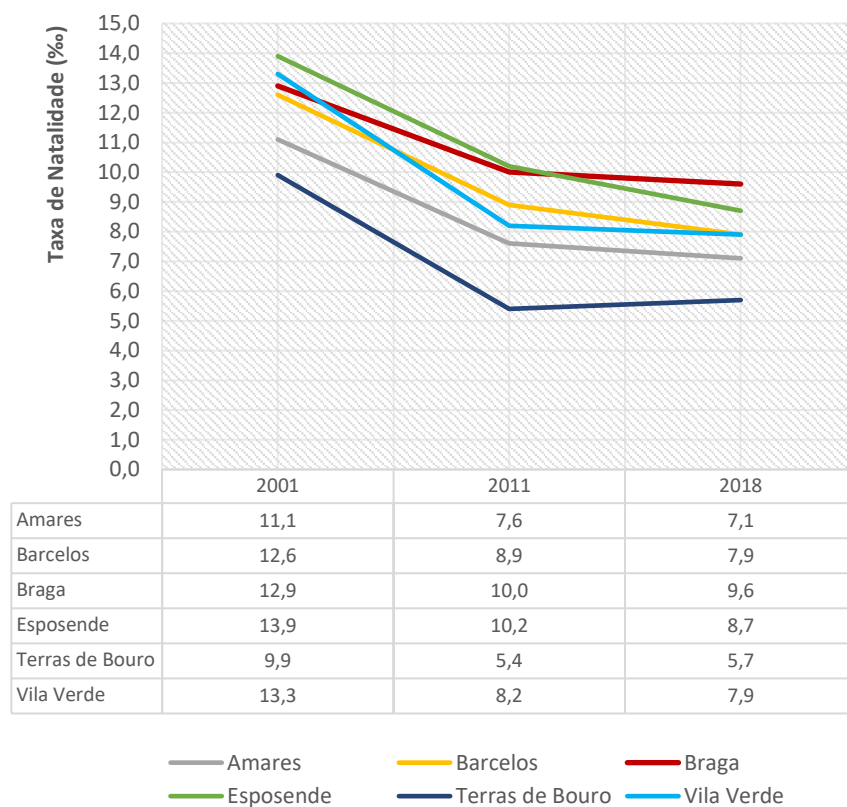
Ao analisar o enquadramento do concelho de Braga na NUT III – Cávado, observa-se que, no período 2001-2011, a par dos restantes municípios, regista um decréscimo significativo da taxa de natalidade (-2,9‰) (Quadro 10). O concelho de Vila Verde apresenta o maior decréscimo, no mesmo período, com -5,1‰, seguido de Terras de Bouro com -4,5‰, Barcelos e Esposende com -3,7‰ e Amares com -3,5‰. No período 2011-2018, na globalidade dos municípios da NUT III – Cávado, verifica-se uma diminuição dos decréscimos da taxa de natalidade, contando ainda com uma mudança de tendência no concelho de Terras de Bouro que apresenta uma variação positiva da taxa de natalidade (0,3‰). Neste período, o concelho de Esposende apresenta o decréscimo mais significativo com -1,5‰, seguido por Barcelos com -1,0‰, Amares com -0,5‰,

³ Taxa de crescimento natural: saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (102) ou 1000 (103) habitantes) (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

⁴ Taxa bruta de natalidade: número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (103) habitantes) (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

Braga com -0,4% e, por fim, Vila Verde com -0,3%. Contudo no último ano em análise (2018), o concelho de Braga apresenta ainda a maior taxa de natalidade (9,6%) da NUT III em que se insere.

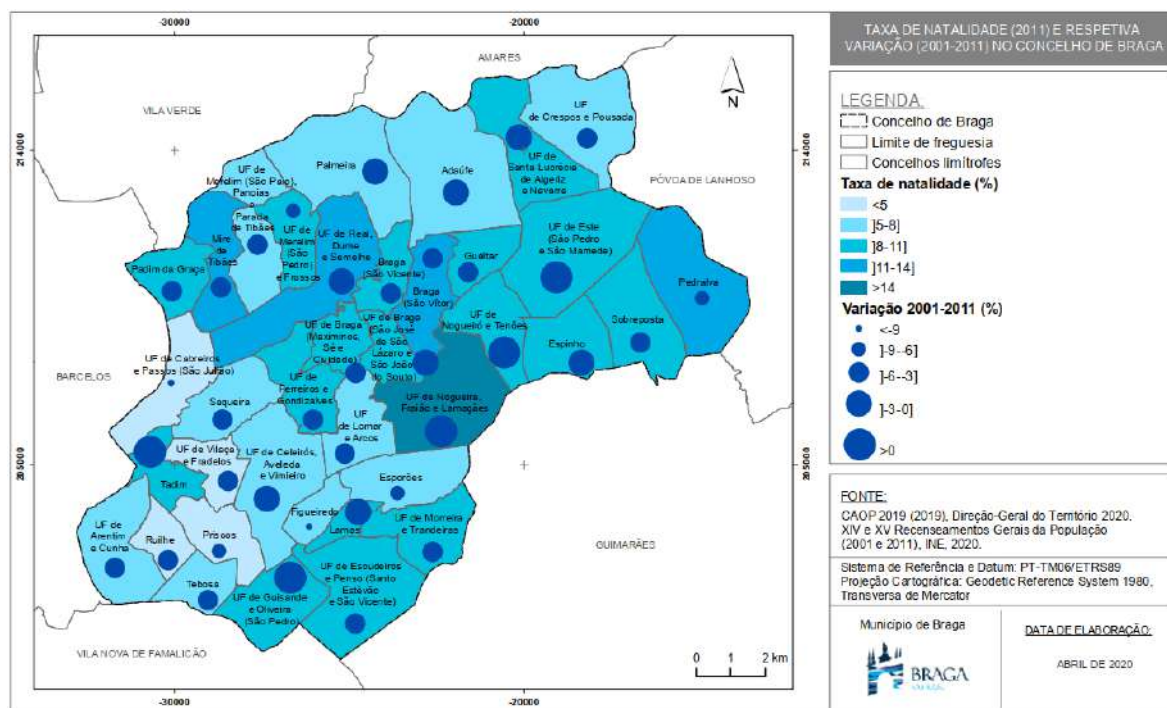
Gráfico 12 | Taxa de Natalidade dos concelhos da NUT III – Cávado (2001, 2011 e 2018)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

Analisando a variação da taxa de natalidade nas freguesias do concelho de Braga, no período intercensitário 2001-2011, é possível constatar que a tendência evolutiva não é homogénea, ainda que a quebra da natalidade seja predominante (Mapa 8). Com efeito, 32 freguesias evidenciam uma variação negativa desta taxa e apenas 5 registam uma variação positiva.

Mapa 8 | Taxa de natalidade (%) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)



As variações negativas oscilaram entre os -0,39% observados na freguesia de Lamas e os -11,36% registados na União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião). Quanto às variações positivas, para além de menos frequentes são também menos expressivas, com variações entre os 0,11% contabilizados na União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) e os 3,11% observados em Tadim. Assim, relativamente às freguesias que assistiram a uma quebra na natalidade, destaque para a União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (-11,36%), Figueiredo (-10,55%) e União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (-8,97%), onde se registaram os decréscimos mais expressivos. Em oposição, as freguesias de Tadim (3,11%), União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (1,66%) e União das freguesias de Nogueiró e Tenões (1,59%) observaram os maiores aumentos da taxa de natalidade (Quadro 12).

Quadro 12 | Taxa de natalidade (%) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)

Freguesia	Taxa de Natalidade (%)		
	2001	2011	Variação
Adaúfe	9,09	7,55	-1,55
Braga (São Vicente)	14,22	10,28	-3,95
Braga (São Vítor)	15,15	11,13	-4,02
Espinho	9,75	8,47	-1,28
Esporões	13,55	7,02	-6,53
Figueiredo	18,06	7,51	-10,55
Gualtar	15,24	10,03	-5,21
Lamas	9,89	9,50	-0,39
Mire de Tibães	14,23	11,08	-3,15
Padim da Graça	12,66	8,55	-4,11
Palmeira	9,58	7,50	-2,08
Pedralva	18,26	11,71	-6,55

Freguesia	Taxa de Natalidade (‰)		
	2001	2011	Variação
Priscos	10,76	4,47	-6,29
Ruilhe	7,66	3,50	-4,15
Sequeira	11,82	7,73	-4,09
Sobreposta	13,34	9,22	-4,12
Tadim	5,64	8,75	3,11
Tebosa	12,77	7,97	-4,80
União das freguesias de Arentim e Cunha	10,29	7,19	-3,10
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	13,42	9,68	-3,74
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	10,28	9,23	-1,05
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	14,13	2,77	-11,36
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	10,18	7,65	-2,54
União das freguesias de Crespos e Pousada	10,92	6,68	-4,24
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	12,67	9,12	-3,55
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	7,97	8,08	0,11
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	14,52	10,93	-3,59
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	7,84	9,50	1,66
União das freguesias de Lomar e Arcos	13,22	7,49	-5,73
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	11,06	5,78	-5,28
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	17,56	8,59	-8,97
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	14,01	10,37	-3,64
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	16,97	17,31	0,35
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	8,16	9,75	1,59
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	14,77	12,56	-2,21
União das freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra	9,58	9,05	-0,53
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	9,55	3,80	-5,75
Concelho de Braga	13,00	9,97	-3,02

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Quanto à taxa de mortalidade⁵, o concelho de Braga regista, no ano censitário de 2011, um valor de 5,9‰, o que representa um decréscimo de -0,8‰ face ao ano censitário antecedente. Tal como é possível aferir pela análise do Quadro 13, esta taxa é significativamente inferior à verificada nas NUT em que o concelho se encontra inserido, designadamente na NUT III – Cávado (7,0‰), NUT II – Norte (8,6‰) e NUT I – Continente (9,8‰). Note-se que as taxas de mortalidade das unidades territoriais sofrem um ligeiro aumento entre o ano 2011 e o ano 2018. No ano de 2018, verifica-se um enquadramento semelhante ao anterior, contabilizando-se 11,0‰ na NUT I – Continente, 9,9‰ na NUT II – Norte, 8,0‰ na NUT III – Cávado e, novamente, com a taxa de mortalidade mais baixa, o concelho de Braga 7,0‰.

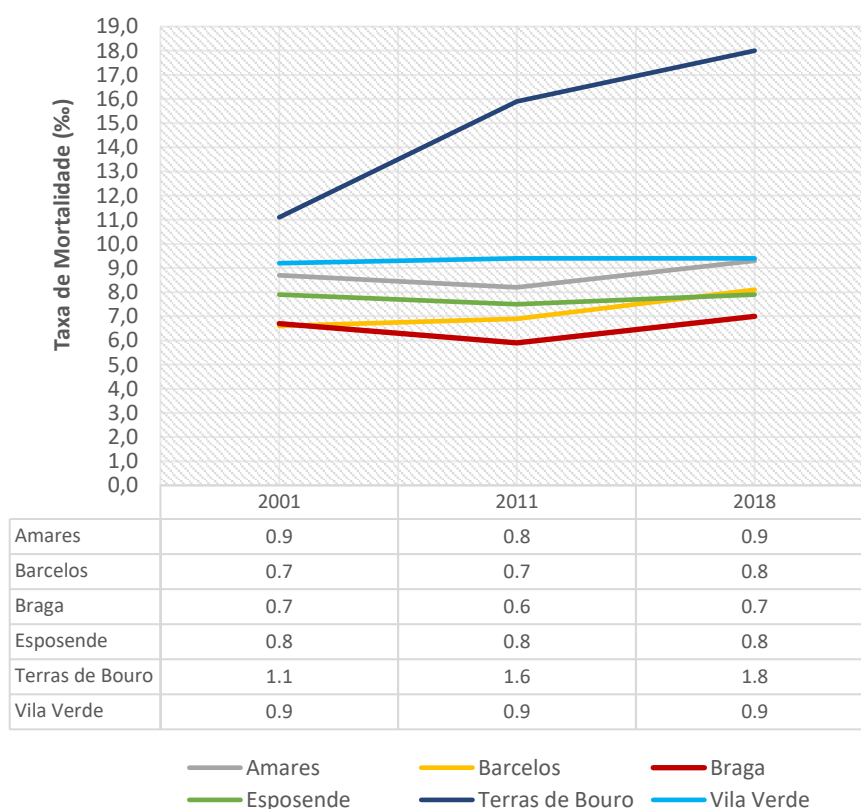
⁵ Taxa bruta de mortalidade: número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes) (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

Quadro 13 | Taxa de mortalidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001, 2011 e 2018)

UNIDADE TERRITORIAL	TAXA DE MORTALIDADE (‰)			VARIAÇÃO RELATIVA (‰)	
	2001	2011	2018	2001-2011	2011-2018
NUT I - Continente	10,1	9,8	11,0	-0,3	1,2
NUT II - Norte	8,7	8,6	9,9	-0,1	1,3
NUT III - Cávado	7,3	7,0	8,0	-0,3	1,0
Concelho de Braga	6,7	5,9	7,0	-0,8	1,1

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

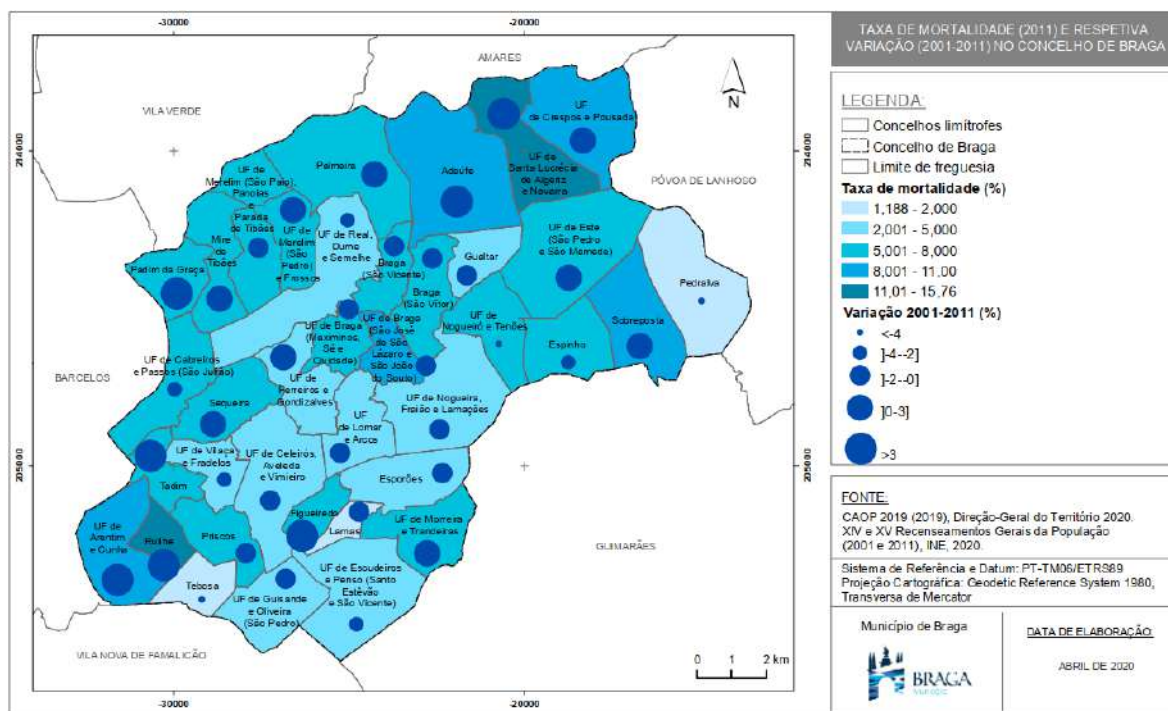
Relativamente à variação da taxa de mortalidade nos municípios da NUT III – Cávado, entre 2001 e 2011, verificam-se tendências díspares. Enquanto os concelhos de Braga, Amares e Esposende apresentam um decréscimo da taxa de mortalidade (respetivamente, -0,8‰, -0,5‰ e -0,4‰), os concelhos Terras de Bouro, Barcelos e Vila Verde apresentam um aumento da taxa de mortalidade (respetivamente, 4,8‰, 0,3‰ e 0,2‰) (Gráfico 13). Posteriormente, no período 2011-2018 verifica-se uma mudança de tendência sendo que cinco dos seis municípios apresentam um aumento ligeiro da taxa de mortalidade, nomeadamente, Terras de Bouro com 2,1‰, Barcelos com 1,2‰, Amares e Braga com 1,1‰ e Esposende com 0,4‰, enquanto o concelho de Vila Verde não apresenta alteração da taxa de mortalidade. Não obstante, no ano 2018, o concelho de Braga apresenta a menor taxa de mortalidade (7,0‰), enquanto Terras de Bouro apresenta a maior taxa de mortalidade (18,0‰).

Gráfico 13 | Taxa de Mortalidade dos concelhos da NUT III – Cávado (2001; 2011; 2018)

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

Numa análise ao nível das freguesias do concelho de Braga é possível verificar a inexistência de uma tendência uniforme no que respeita à variação da taxa de mortalidade entre os anos de 2001 e 2011 (Mapa 9). Com efeito, 21 freguesias registam uma variação negativa desta taxa, 15 freguesias evidenciam uma variação positiva e 1 freguesia assinala uma variação nula.

Mapa 9 | Taxa de mortalidade (%) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)



As variações negativas da taxa de mortalidade, no período em análise, oscilaram entre os -10,37‰ registados na freguesia de Pedralva e os -0,11‰ observados na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações. As variações positivas variaram entre os 6,57‰ contabilizados na freguesia de Ruílhe e os 0,22‰ verificados na União das freguesias de Morreira e Trandeiras. Na freguesia de São Vicente, por sua vez, a taxa de mortalidade permaneceu sensivelmente constante.

Com efeito, os maiores acréscimos assinalaram-se em Ruílhe (6,57‰), Padim da Graça (4,09‰) e União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (3,61‰), enquanto as quebras mais expressivas decorreram em Pedralva (-10,37‰), União das freguesias de Nogueiró e Tenões (-4,60‰), União das freguesias de Vilaça e Fradelos (-3,84‰) e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (-3,82‰) (Quadro 14).

Quadro 14 | Taxa de mortalidade (%) por freguesia do concelho de Braga e respetiva variação (2001-2011)

FREGUESIA	TAXA DE MORTALIDADE (%)		
	2001	2011	Variação
Adaúfe	6,82	9,97	3,15
Braga (São Vicente)	6,58	6,57	0,00
Braga (São Vítor)	6,61	5,06	-1,55
Espinho	7,50	5,08	-2,42
Esporões	4,34	3,51	-0,83
Figueiredo	1,64	5,01	3,37
Gualtar	4,73	4,35	-0,38

FREGUESIA	TAXA DE MORTALIDADE (‰)		
	2001	2011	Variação
Lamas	1,41	1,19	-0,22
Mire de Tibães	7,12	7,39	0,27
Padim da Graça	3,80	7,89	4,09
Palmeira	5,44	7,50	2,06
Pedralva	12,17	1,80	-10,37
Priscos	8,46	7,46	-1,00
Ruilhe	9,19	15,76	6,57
Sequeira	4,43	5,52	1,09
Sobreposta	6,67	9,22	2,55
Tadim	4,51	7,87	3,36
Tebosa	7,30	1,77	-5,53
União das freguesias de Arentim e Cunha	5,45	8,50	3,05
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	7,48	6,31	-1,17
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	10,66	9,58	-1,08
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	8,99	6,47	-2,53
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	5,80	4,65	-1,15
União das freguesias de Crespos e Pousada	8,87	10,39	1,52
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	6,61	4,29	-2,32
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	5,69	7,82	2,13
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	3,87	4,70	0,83
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	4,90	4,75	-0,15
União das freguesias de Lomar e Arcos	3,82	3,38	-0,44
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	8,14	6,34	-1,80
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	3,83	5,37	1,54
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	6,00	6,22	0,22
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	4,09	3,98	-0,11
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	11,62	7,02	-4,60
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	7,84	4,02	-3,82
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	7,45	11,07	3,61
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	7,64	3,80	-3,84
Concelho de Braga	6,72	5,92	-0,80

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Índices de juventude e envelhecimento

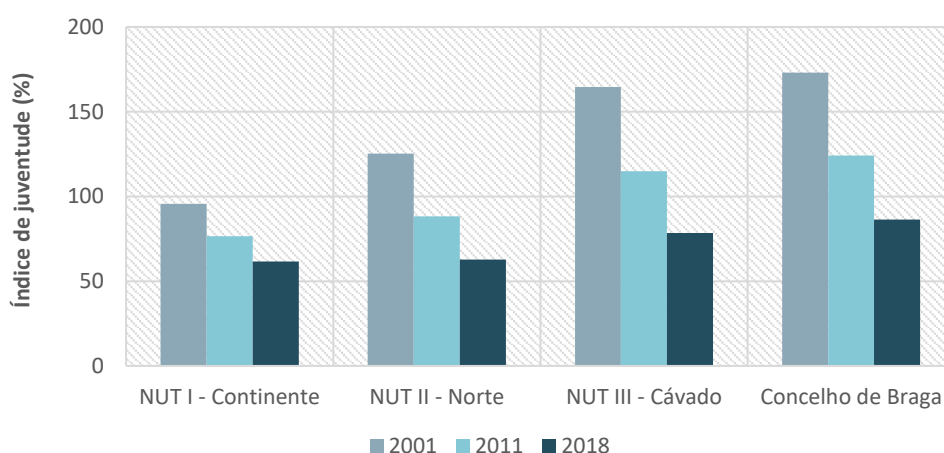
Ainda que o concelho de Braga assinala taxas de natalidade significativamente superiores às observadas nas unidades territoriais em que se encontra inserida, com destaque para a observada em Portugal Continental, a análise dos diversos indicadores demográficos tem vindo a evidenciar uma tendência de quebra da natalidade, acompanhada, em paralelo, com um decréscimo da taxa de mortalidade. Com efeito, é evidente a quebra do número de efetivos mais jovens e o gradual aumento da população inserida nas classes etárias mais avançadas, com previsíveis implicações ao nível da renovação de gerações.

Face ao exposto, revela-se oportuna a análise dos índices de juventude e envelhecimento da população residente no território concelhio, no sentido de avaliar a proporção entre jovens e idosos. Para determinação destes índices, considerou-se como população jovem a inserida na classe etária entre os 0 e os 14 anos e como população idosa a correspondente à população com idade igual ou superior a 65 anos.

No período em análise correspondente aos anos 2001, 2011 e 2018, o índice de juventude⁶ no concelho de Braga é de 173,0%, 124,2% e 86,4%, respetivamente, traduzindo um decréscimo de -48,8% entre 2001 e 2011 e um decréscimo de -37,8% entre 2011 e 2018. Este índice é, ainda em 2018, superior ao verificado nas NUT III – Cávado (78,3%), NUT II – Norte (62,7%) e NUT I – Continente (61,6%) (Gráfico 14).

Tal como o concelho de Braga, também os restantes territórios em análise evidenciam uma quebra neste índice entre 2001 e 2011, sendo que no NUT III – Cávado o decréscimo (-49,7%) é superior ao verificado no concelho de Braga, enquanto nas NUT II – Norte (-37,0%) e NUT I – Continente (-19,1%) a variação é menos expressiva. No período 2011-2018, os índices de juventude do concelho de Braga e NUTS apresentam um menor decréscimo, sendo o decréscimo na NUT III – Cávado de 36,6%, na NUT II – Norte de 25,6% e na NUT III de 15,0%.

Gráfico 14 | Índices de juventude no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001; 2011; 2018)



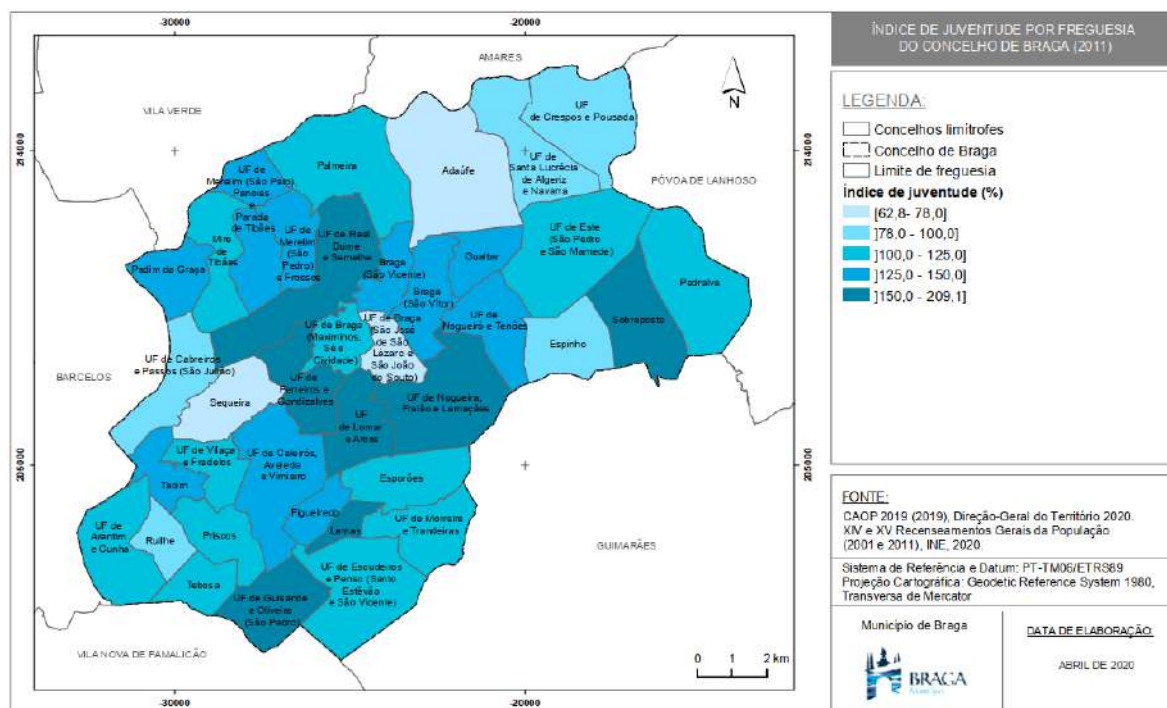
Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Numa perspetiva mais pormenorizada, importa também analisar os índices de juventude relativos às 37 freguesias que integram o concelho de Braga, nos dois momentos censitários.

À data dos censos de 2011, são 29 as freguesias que assinalam um índice de juventude superior a 100%, o que significa que contabilizam um maior número de jovens entre os 0 e os 14 anos do que residentes com idade igual ou superior a 65 anos. Em contrapartida, são 7 as freguesias que apresentam um índice inferior a 100% e 1 regista um valor de 100% (Mapa 10).

⁶ Índice de juventude: *relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos* (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

Mapa 10 | Índice de juventude por freguesia do concelho de Braga (2011)



No mesmo ano, os maiores índices de juventude registam-se nas freguesias de Lamas (209,09%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (194,69%) e União das freguesias de Lomar e Arcos (180,24%). Em oposição, é na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (62,80%) e em Sequeira (69,35%) que se observam os menores índices (Quadro 15).

Quadro 15 | Índice de juventude por freguesia do concelho de Braga (2001-2011)

FREGUESIA	ÍNDICE DE JUVENTUDE (%)	
	2001	2011
Adaúfe	141,00	76,77
Braga (São Vicente)	181,86	138,31
Braga (São Vítor)	186,04	136,00
Espinho	206,87	100,00
Esporões	210,92	118,18
Figueiredo	257,58	146,72
Gualtar	163,64	127,20
Lamas	292,31	209,09
Mire de Tibães	182,66	112,17
Padim da Graça	248,91	141,30
Palmeira	139,07	103,01
Pedralva	146,36	101,73
Priscos	119,38	114,29
Ruilhe	135,71	92,75
Sequeira	123,68	69,35
Sobreposta	183,92	171,63
Tadim	144,92	130,77

FREGUESIA	ÍNDICE DE JUVENTUDE (%)	
	2001	2011
Tebosa	193,52	112,96
União das freguesias de Arentim e Cunha	152,20	110,19
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	164,05	103,78
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	109,08	62,80
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	123,46	86,33
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	209,54	133,09
União das freguesias de Crespos e Pousada	148,33	91,34
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	168,40	121,56
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	157,84	124,18
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	263,15	169,31
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	167,72	150,35
União das freguesias de Lomar e Arcos	279,49	180,24
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	187,33	143,49
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	205,98	137,23
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	176,58	114,95
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	228,44	194,69
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	121,57	139,52
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	217,79	164,12
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	115,03	94,16
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	173,25	100,90
Concelho de Braga	173,01	124,16

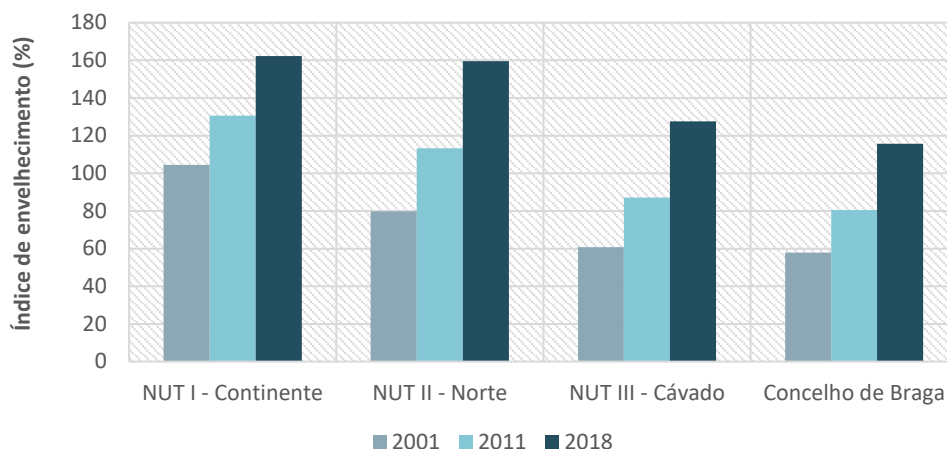
Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Quanto ao Índice de Envelhecimento⁷, o concelho de Braga regista um acréscimo entre 2001 e 2011 (22,7%) assim como entre 2011 e 2018 (35,2%), à semelhança do observado nas restantes unidades territoriais onde este se encontra inserido (Gráfico 15). Este incremento é, todavia, inferior ao verificado nas NUT III – Cávado e NUT II – Norte entre 2001-2011 e entre 2011 e 2018, enquanto na NUT I – Continente entre 2011 e 2018 regista-se o menor aumento do índice de envelhecimento.

Com efeito, em 2018, o concelho de Braga (115,7%) apresenta um índice de envelhecimento inferior ao determinado para as NUT III – Cávado (12,6%), NUT II – Norte (159,6%) e da NUT I – Continente (162,2%) (Gráfico 15).

⁷ Índice de envelhecimento: relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

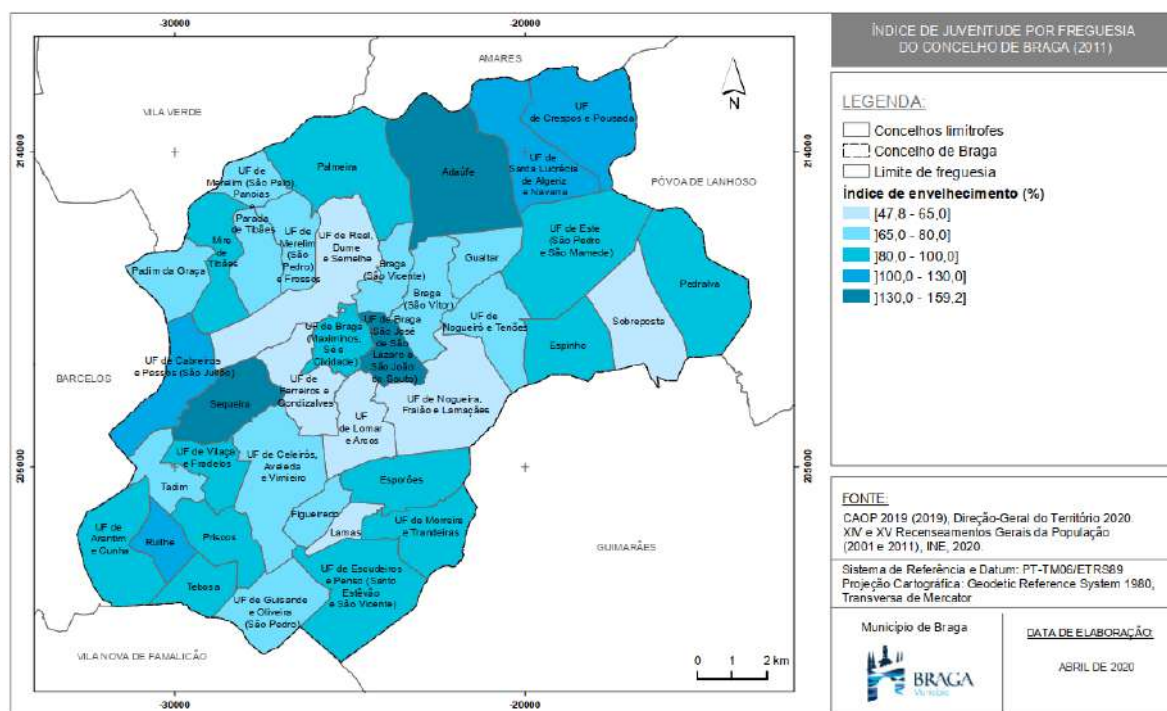
Gráfico 15 | Índices de envelhecimento no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Numa análise ao nível das freguesias do concelho de Braga, é possível aferir que o índice de envelhecimento é superior a 100% em 7 freguesias, traduzindo um maior número de efetivos com 65 ou mais anos do que residentes entre os 0 e os 14 anos. Em oposição, 29 freguesias apresentam um índice inferior a 100% e 1 assinala um índice de 100% (Mapa 11).

Mapa 11 | Índice de envelhecimento por freguesia do concelho de Braga (2011)



Em 2011, os índices de envelhecimento mais expressivos são registados em União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (159,24%), Sequeira (144,21%) e Adaúfe (130,26%). Em contrapartida, as freguesias de Lamas (47,83%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (51,36%) e União das freguesias de Lomar e Arcos (55,48%) assinalam os menores índices de envelhecimento a nível concelhio (Quadro 16).

Quadro 16 | Índice de envelhecimento por freguesia do concelho de Braga (2001-2011)

FREGUESIA	ÍNDICE DE JUVENTUDE (%)	
	2001	2011
Adaúfe	141,00	76,77
Braga (São Vicente)	181,86	138,31
Braga (São Vitor)	186,04	136,00
Espinho	206,87	100,00
Esporões	210,92	118,18
Figueiredo	257,58	146,72
Gualtar	163,64	127,20
Lamas	292,31	209,09
Mire de Tibães	182,66	112,17
Padim da Graça	248,91	141,30
Palmeira	139,07	103,01
Pedralva	146,36	101,73
Priscos	119,38	114,29
Ruilhe	135,71	92,75
Sequeira	123,68	69,35
Sobreposta	183,92	171,63
Tadim	144,92	130,77
Tebosa	193,52	112,96
União das freguesias de Arentim e Cunha	152,20	110,19
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	164,05	103,78
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	109,08	62,80
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	123,46	86,33
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	209,54	133,09
União das freguesias de Crespos e Pousada	148,33	91,34
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	168,40	121,56
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	157,84	124,18
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	263,15	169,31
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	167,72	150,35
União das freguesias de Lomar e Arcos	279,49	180,24
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	187,33	143,49
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	205,98	137,23
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	176,58	114,95
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	228,44	194,69
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	121,57	139,52
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	217,79	164,12
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	115,03	94,16
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	173,25	100,90
Concelho de Braga	173,01	124,16

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Estrutura familiar

Com o objetivo de inferir sobre as necessidades das famílias em relação ao parque habitacional, analisar-se-á a estrutura familiar, com base nos seguintes indicadores:

- ▶▶ Proporção de famílias clássicas e famílias institucionais;
- ▶▶ Composição de famílias clássicas (número, presença de crianças e/ou idosos e condição perante o trabalho);
- ▶▶ Tipologias de núcleos familiares (idade dos filhos).

Esta análise desenvolve-se quer ao nacional e regional, quer do concelho de Braga e respetivas freguesias, tendo em por base dados referentes aos anos censitários 2001 e 2011⁸.

A tipologia de famílias predominante no concelho de Braga, tal como é possível constatar pela análise do Quadro 17, é a família clássica⁹ nos dois anos censitários em análise (99,84% em 2001 e 99,83% em 2011). Ao nível da NUT I – Continente, NUT II – Norte e NUT III – Cávado, verifica-se a mesma predominância e um mesmo aumento das famílias clássicas entre os anos 2001 e 2011. Relativamente às famílias institucionais¹⁰ também se regista um aumento, quer a nível concelhio (24 famílias), quer nas restantes unidades territoriais.

Quadro 17 Tipologia de famílias (N.º) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011)

UNIDADES TERRITORIAIS	TOTAL DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS (N.º)		TOTAL DE FAMÍLIAS INSTITUCIONAIS (N.º)	
	2001	2011	2001	2011
NUT I - Continente	3505292	3869188	3661	4579
NUT II - Norte	1210631	1330892	959	1235
NUT III - Cávado	117094	137346	129	169
Concelho de Braga	51173	63986	82	106

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

Ao nível da freguesia observa-se que, no ano 2011, a freguesia de Braga (São Vítor) (11671 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (5531 famílias) e a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5428 famílias) apresentam o maior número de famílias clássicas no concelho (Quadro 18). Pelo contrário, a freguesia de Lamas apresenta o menor número de famílias clássicas (257 famílias). Quanto à variação entre os anos censitários 2001 e 2011, verifica-se que todas as freguesias sofrem um aumento de famílias clássicas, deste o mais representativo ocorre na freguesia de Braga (São Vítor) (2576 famílias), seguida pela União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (2219 famílias) e a

⁸ Determinados indicadores apenas são analisados relativamente ao ano 2011 pela indisponibilidade de informação referente ao ano 2001.

⁹ Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

¹⁰ Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (1323 freguesias). Os menos representativos ocorrem nas freguesias de Ruílhe (1 família) e Espinho (4 famílias).

Quadro 18 | Tipologia de famílias (N.º) por freguesia do concelho de Braga (2001-2011)

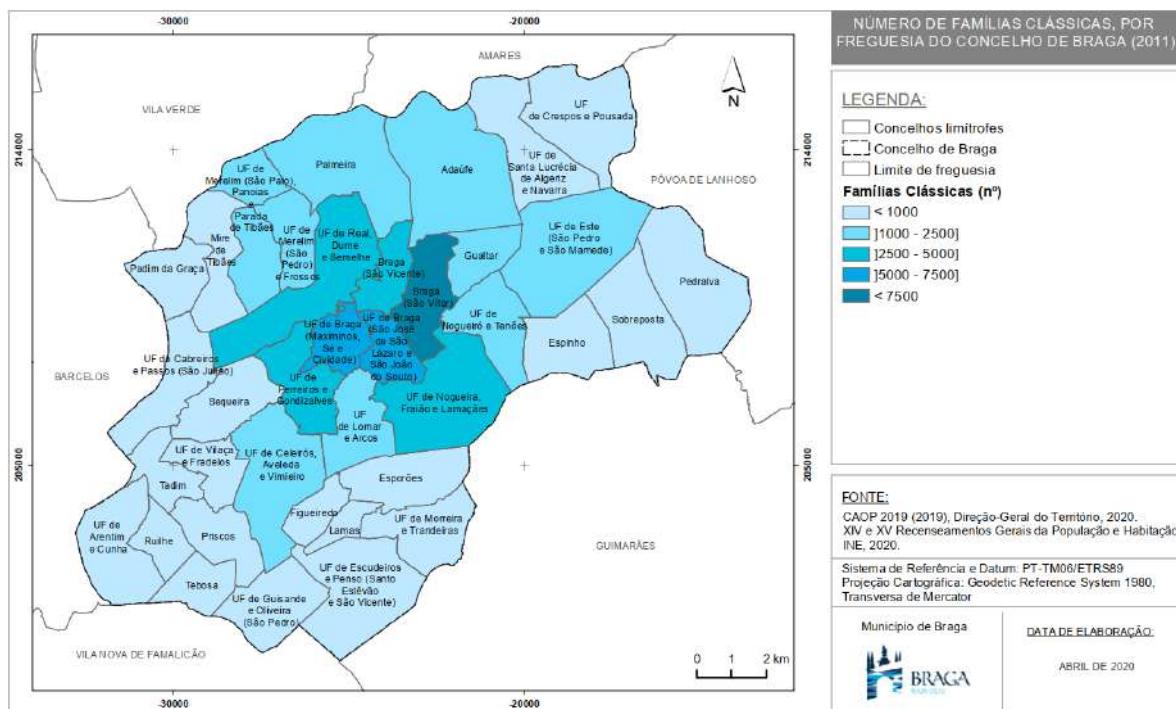
FREGUESIA	TIPOLOGIA DE FAMÍLIAS (N.º)					
	Famílias Clássicas			Famílias Institucionais		
	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
Adaúfe	1098	1186	88	0	0	0
Braga (São Vicente)	4061	4860	799	10	16	6
Braga (São Vítor)	9095	11671	2576	13	14	1
Espinho	334	338	4	3	4	1
Esporões	498	528	30	0	0	0
Figueiredo	352	378	26	0	0	0
Gualtar	1179	1917	738	0	2	2
Lamas	188	257	69	0	0	0
Mire de Tibães	715	793	78	0	2	2
Padim da Graça	404	465	61	0	0	0
Palmeira	1297	1779	482	1	2	1
Pedralva	317	351	34	0	0	0
Priscos	371	441	70	0	0	0
Ruílhe	337	338	1	3	2	-1
Sequeira	580	601	21	0	0	0
Sobreposta	324	377	53	0	1	1
Tadim	265	373	108	0	1	1
Tebosa	302	383	81	0	0	0
União das freguesias de Arentim e Cunha	471	485	14	0	1	1
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	5148	5531	383	11	15	4
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	5153	5428	275	21	20	-1
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	640	652	12	0	1	1
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1885	2199	314	0	3	3
União das freguesias de Crespos e Pousada	399	421	22	0	0	0
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	504	596	92	0	0	0
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	992	1245	253	1	0	-1
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	2529	3117	588	3	2	-1
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	287	319	32	0	0	0
União das freguesias de Lomar e Arcos	1957	2292	335	2	1	-1
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1409	1720	311	0	1	1
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	920	1190	270	0	0	0
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	429	476	47	0	0	0
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	2483	4702	2219	6	7	1
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	894	1755	861	7	8	1
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	2659	3982	1323	1	3	2
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	248	308	60	0	0	0

FREGUESIA	TIPOLOGIA DE FAMÍLIAS (N.º)					
	Famílias Clássicas			Famílias Institucionais		
	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	449	532	83	0	0	0
Concelho de Braga	51173	63986	12813	82	106	24

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

O número total de famílias clássicas por freguesia do concelho de Braga, tendo por referência os dados dos censos de 2011, é apresentado no Mapa 12.

Mapa 12 | Número de famílias clássicas por freguesia do concelho de Braga (2011)



Relativamente às famílias institucionais, no ano 2011, a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (20 famílias), a freguesia de Braga (São Vicente) (16 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (15 famílias) e a freguesia de Braga (São Vítor) (14 famílias) apresentam o maior número de famílias da categoria. As freguesias de Adaúfe, Esporões, Figueiredo, Lamas, Padim da Graça, Pedralva, Priscos, Sequeira, Tebosa, a União de freguesias de Crespos e Pousada, a União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), a União de freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), a União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), a União de freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, a União de freguesias de Morreira e Trandearas, a União de freguesias de Santa Lucrécia de Alger e Navarra e a União de freguesias de Vilaça e Fradelos não apresentam famílias institucionais.

Quanto à variação do número de famílias institucionais no período 2001-2011, observam-se decréscimos de uma família na freguesia de Ruíhe, na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), na União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), na União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves e na União de freguesias de Lomar e Arcos. No entanto, verificam-se os maiores acréscimos na freguesia de Braga (São Vicente) (6 famílias), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (4 famílias) e na União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (3 famílias).

Ao analisar a composição das famílias clássicas no concelho de Braga, primeiramente, são tidas em conta cinco categorias, nomeadamente famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas, 3 ou 4 pessoas, 5 ou 6 pessoas, 7 ou 8 pessoas e 9 ou mais pessoas, conforme indicado no Quadro 19.

Quadro 19 Composição (N.º) de famílias clássicas no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001-2011)

Indicador	Unidades Territoriais			
	NUT I - Continente	NUT II - Norte	NUT III - Cávado	Concelho de Braga
2001				
Famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas	1615509	463240	36220	16936
Famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas	1574234	599188	59853	27251
Famílias clássicas com 5 ou 6 pessoas	279573	129940	17829	311
Famílias clássicas com 7 ou 8 pessoas	30096	15357	2658	136
Famílias clássicas com 9 ou mais pessoas	5880	2906	534	160
2011				
Famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas	2067662	619531	54948	27962
Famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas	1561048	606196	67725	31137
Famílias clássicas com 5 ou 6 pessoas	219970	96235	13294	4521
Famílias clássicas com 7 ou 8 pessoas	17712	7833	1218	319
Famílias clássicas com 9 ou mais pessoas	2796	1097	161	47

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

Note-se que o número de famílias clássicas diminui em todas as categorias consoante uma maior aproximação da escala da unidade territorial, razão pela qual o foco da análise está na comparação entre os anos censitários e as categorias de famílias clássicas.

No que respeita à NUT I – Continente verifica-se que nos dois anos censitários em análise predomina a categoria de famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas, sendo que esta aumenta significativamente no período 2001-2011. No entanto, no mesmo período, as restantes categorias apresentam uma redução das famílias, com destaque para as famílias com 3 ou 4 pessoas que apresentam a maior redução (-13186 famílias).

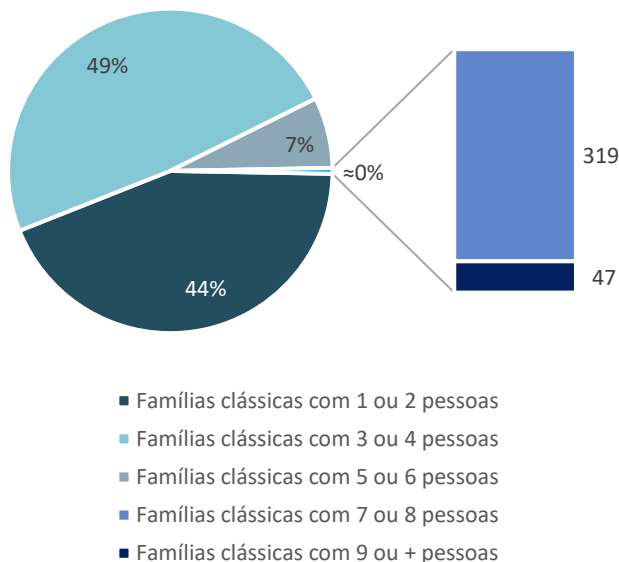
Na NUT II – Norte regista-se uma evolução distinta, sendo que em 2001 predominavam as famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas (599188 famílias), porém em 2011 predominam as famílias com 1 ou 2 pessoas (619531 famílias). Relativamente às restantes categorias todas apresentam um decréscimo do número de famílias, com destaque para as famílias clássicas com 5 ou 6 pessoas que apresentam o maior decréscimo (-33705 famílias).

As duas restantes unidades territoriais, NUT III – Cávado e Concelho de Braga, apresentam uma evolução semelhante, de tal modo que em 2001 e 2011 dominam as famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas, apesar da diferença face às famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas reduzir bastante no ano 2011. As restantes categorias, na NUT III – Cávado, apresentam uma diminuição do número de famílias, entre o ano de 2001 e 2011. Pelo contrário, no concelho de Braga, no mesmo período, apenas se verifica uma redução das famílias com 9 ou mais pessoas (-113 famílias). É ainda importante salientar o expressivo aumento das famílias com 5 ou 6 pessoas no concelho de Braga no ano 2011 (4210 famílias).

Apesar da predominância de famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas, em 2011, no concelho de Braga (49%), seguem-se muito próximas as famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas (44%) conforme se verifica no Gráfico 16.

Deste modo, é possível perceber que a tendência evolutiva é a supremacia das famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas, conforme as NUT I – Continente e a NUT II – Norte.

Gráfico 16 | Composição (N.º) de famílias clássicas no concelho de Braga (2011)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

No que diz respeito às famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas, no ano 2011, as freguesias com mais de 2000 famílias são Braga (São Vítor) (6211 famílias), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (2943 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (2767 famílias), a freguesia de Braga (São Vicente) (2300 famílias) e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lameiras (2097 famílias) (Quadro 20). As freguesias de Lamas (75 famílias), Sobreposta (93 famílias) e a União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (94 famílias) apresentam menos de 100 famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas. Importa ainda salientar que, entre o ano 2001 e 2011, as freguesias mais representativas das famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas correspondem igualmente às freguesias com maior variação positiva do número de famílias neste período.

Quadro 20 | Composição (N.º pessoas) das famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2001-2011)

FREGUESIAS	COMPOSIÇÃO (N.º PESSOAS) DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS									
	2001					2011				
	1 ou 2	3 ou 4	5 ou 6	7 ou 8	9 ou +	1 ou 2	3 ou 4	5 ou 6	7 ou 8	9 ou +
Adaúfe	80	194	192	43	6	418	617	141	9	1
Braga (São Vicente)	632	938	344	36	5	2300	2295	254	10	1
Braga (São Vítor)	1892	2219	764	53	7	6211	4869	556	29	6
Espinho	16	41	72	12	3	110	168	46	10	4
Esporões	26	75	96	13	5	160	297	64	6	1
Figueiredo	21	57	42	5	2	109	240	24	4	1
Gualtar	90	282	151	9	2	877	900	131	8	1
Lamas	9	19	33	6	2	75	141	36	4	1
Mire de Tibães	44	139	97	5	0	281	446	64	2	0
Padim da Graça	22	57	104	23	3	131	270	58	5	1
Palmeira	82	243	228	40	4	639	956	171	12	1
Pedralva	31	60	73	12	6	130	163	50	8	0
Priscos	18	68	60	9	0	156	242	39	4	0
Ruilhe	30	76	44	8	1	131	169	34	3	1
Sequeira	50	92	105	15	3	238	291	66	5	1
Sobreposta	19	53	66	10	2	93	223	54	6	1
Tadim	21	44	35	2	0	130	212	29	2	0
Tebosa	17	59	57	11	4	144	212	26	1	0
União das freguesias de Arentim e Cunha	35	88	73	17	2	165	256	57	7	0
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	831	1175	456	48	6	2767	2466	281	15	2
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	824	1224	504	43	8	2943	2159	293	24	9
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	41	114	138	15	7	211	322	107	10	2
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	120	322	244	24	3	783	1219	185	11	1
União das freguesias de Crespos e Pousada	33	74	85	20	3	148	212	49	10	2

FREGUESIAS	COMPOSIÇÃO (N.º PESSOAS) DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS									
	2001					2011				
	1 ou 2	3 ou 4	5 ou 6	7 ou 8	9 ou +	1 ou 2	3 ou 4	5 ou 6	7 ou 8	9 ou +
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	34	76	88	21	0	196	332	63	4	1
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	50	183	186	21	4	437	677	120	11	0
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	192	514	286	25	6	1179	1704	222	10	2
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	20	46	48	7	3	94	177	45	3	0
União das freguesias de Lomar e Arcos	165	395	196	20	2	851	1259	173	9	0
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	109	250	216	21	5	559	982	165	14	0
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	65	159	137	13	0	385	670	126	9	0
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	28	82	65	13	1	173	254	47	2	0
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	214	456	318	17	5	2097	2314	273	16	2
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	117	183	102	6	1	813	835	103	3	1
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	214	508	303	50	7	1522	2144	287	28	1
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	22	46	52	13	6	101	162	39	5	1
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	34	77	88	5	3	205	282	43	0	2
Concelho de Braga	6248	10688	6148	711	127	27962	31137	4521	319	47

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

Quanto às famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas, a contabilizar mais de 200 famílias, observam-se as freguesias de Braga (São Vítor) (4869 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (2466 famílias), a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (2314 famílias), a freguesia de Braga (São Vicente) (2295 famílias), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (2159 famílias) e a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (2144 famílias). No entanto, na freguesia de Lamas (141 famílias), na União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (162 famílias), nas freguesias de Pedralva (163 famílias), Espinho (168 famílias), Ruílhe (169 famílias) e na União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) registam-se um mínimo de 100 e um máximo de 200 famílias. De grosso modo e à semelhança da observação realizada nas famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas, entre 2001 e 2011, as freguesias mais representativas das famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas correspondem às freguesias com maior variação positiva do número de famílias neste período.

Relativamente às famílias clássicas com 5 ou 6 pessoas, com mais de 200 famílias destacam-se a freguesia de Braga São Vítor (556 famílias), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (293 famílias), a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (287 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (281 famílias), a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (273 famílias), a freguesia de Braga (São Vicente) (254 famílias) e a União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (222 famílias). Com menos de 30 famílias clássicas com 5 ou 6 pessoas registam-se as freguesias de Figueiredo (24 famílias), Tebosa (26 famílias) e Tadim (29 famílias). É ainda necessário destacar que, entre os anos 2001 e 2011, a variação do número de famílias clássicas com 5 ou 6 pessoas é predominantemente negativa nas freguesias do concelho de Braga, com exceção da freguesia de Lamas que acresce três famílias e da União de freguesias de Nogueiró e Tenões que acresce uma família. Relativamente aos decréscimos, os mais significativos são na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (-211 famílias), na freguesia de Braga (São Vítor) (-208 famílias) e na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (-175 famílias).

As famílias clássicas com 7 ou 8 pessoas apresentam alguma representatividade na freguesia de Braga (São Vítor) (29 famílias), na União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (28 famílias) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (24 famílias). Sem representação desta categoria observa-se a União de freguesias de Vilaça e Fradelos e, com apenas uma família, a freguesia de Tebosa. Relativamente à variação do número de famílias clássicas com 7 ou 8 pessoas por freguesia no concelho de Braga, no período 2001-2011, é totalitária a variação negativa com exceção da freguesia de Tadim que não apresenta variação. Os decréscimos verificados rondam de maneira geral as dezenas de famílias, não ultrapassando decréscimos acima de 50 famílias.

Por último, as ínfimas famílias clássicas com 9 ou mais pessoas estão principalmente representadas na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (9 famílias), na freguesia de Braga (São Vítor) (6 famílias) e na freguesia de Espinho (4 famílias). As freguesias de Mire de Tibães, Pedralva, Priscos, Tadim, Tebosa, a União de freguesias de Arentim e Cunha, a União de freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), a União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), a União de freguesias de Lomar e Arcos, a União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, a União de freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos e a União de freguesias de Morreira e Trandeiras não apresentam famílias clássicas com 9 ou mais pessoas. A variação do número de famílias clássicas com 9 ou mais pessoas, no período 2001-2011, é ligeiramente heterogénea, sendo, no entanto, verificados predominantemente decréscimos.

Além da composição das famílias clássicas com base no número de pessoas, interessa analisar a presença de pessoas referentes às seguintes faixas etárias: crianças (menos de 15 anos) e idosos (mais de 65 anos) (Quadro 21).

Quadro 21 | Composição (estrutura etária) de famílias clássicas no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADES TERRITORIAIS	FAMÍLIAS CLÁSSICAS COM PESSOAS COM 65 OU MAIS ANOS		FAMÍLIAS CLÁSSICAS COM PESSOAS COM MENOS DE 15 ANOS	
	Nº	%	Nº	%
NUT I - Continente	1322168	34,2	1055022	27,3
NUT II - Norte	433272	32,6	402952	30,3
NUT III - Cávado	39733	28,9	47635	34,7
Concelho de Braga	15932	24,9	21022	32,9

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

No concelho de Braga, em 2011, predominam as famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos (32,9%), não obstante da tipologia de famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos apresentar também uma expressiva representatividade (24,9%), sendo que em conjunto representam mais de 50% das famílias clássicas do território concelhio (57,8%). Comparativamente com as restantes unidades territoriais, o concelho de Braga apresenta a menor percentagem de famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos. Acima encontra-se a NUT III – Cávado (28,9%), a NUT II – Norte (32,6%) e, por fim, com a maior percentagem de famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos, a NUT I – Continente (34,2%).

Relativamente às famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos, a NUT I Continente (27,3%) apresenta a menor percentagem, seguindo-se a NUT II – Norte (30,3%), o concelho de Braga (32,9%) e, com a maior percentagem de famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos, a NUT III – Cávado (34,7%).

É ainda importante acrescentar que as famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos predominam na NUT I – Continente e NUT II – Norte, enquanto as famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos predominam na NUT III – Cávado e no concelho de Braga.

Como se pode observar no Quadro 22, em 2011, ao nível das freguesias do concelho de Braga, em termos comparativos, verifica-se uma similaridade na representatividade das famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos e das famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos.

Quadro 22 | Composição (estrutura etária) das famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	FAMÍLIAS CLÁSSICAS (N.º)	
	Com pessoas com menos de 15 anos	Com pessoas com 65 ou mais anos
Adaúfe	337	421
Braga (São Vicente)	1640	1115
Braga (São Vítor)	3504	2499
Espinho	123	111
Esporões	181	152
Figueiredo	144	94
Gualtar	581	450
Lamas	111	56
Mire de Tibães	276	217
Padim da Graça	184	123
Palmeira	600	529
Pedralva	122	130

FREGUESIA	FAMÍLIAS CLÁSSICAS (N.º)	
	Com pessoas com menos de 15 anos	Com pessoas com 65 ou mais anos
Priscos	152	135
Ruilhe	104	111
Sequeira	171	224
Sobreposta	167	89
Tadim	153	97
Tebosa	131	110
União das freguesias de Arentim e Cunha	170	147
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	1583	1515
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	1213	1759
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	229	242
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	767	553
União das freguesias de Crespos e Pousada	138	155
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	221	189
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	453	355
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1171	654
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	148	93
União das freguesias de Lomar e Arcos	878	486
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	647	464
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	456	324
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	171	148
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	1670	775
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	583	267
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	1580	892
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	102	106
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	161	145
Concelho de Braga	21022	15932

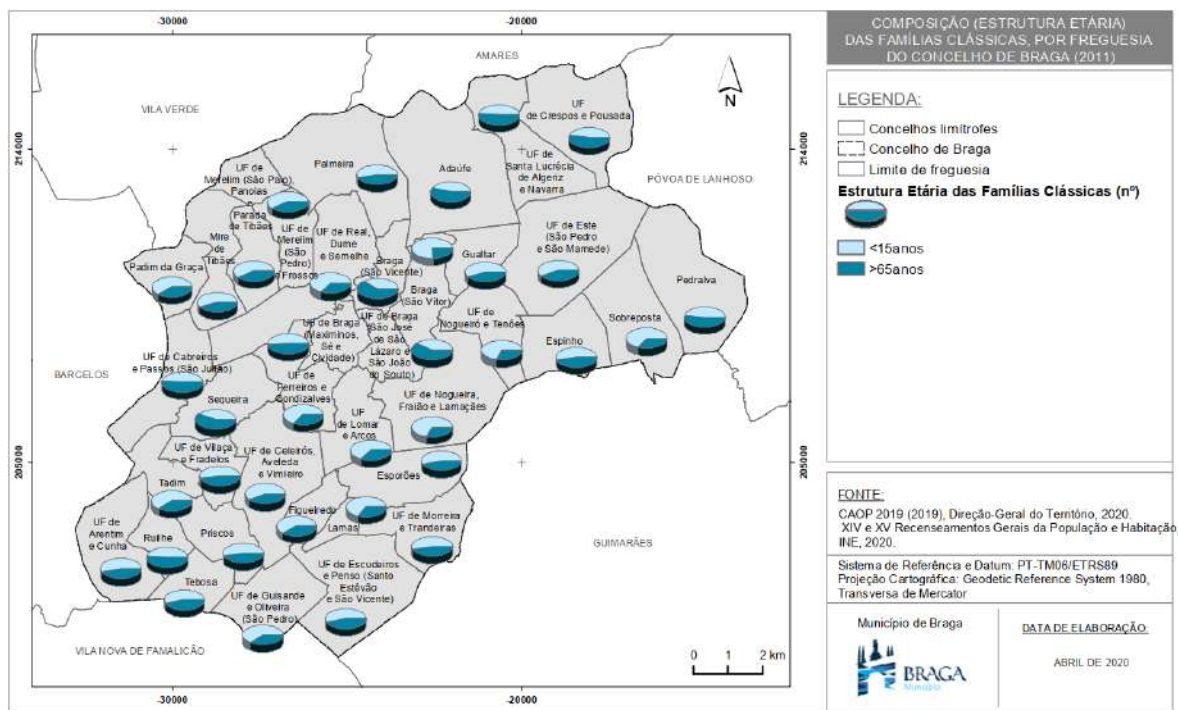
Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

Relativamente às famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos destacam-se a freguesia de Braga (São Vítor) (3504 famílias), a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (1670 famílias), a freguesia de Braga (São Vicente) (1640 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1583 famílias), a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (1580 famílias), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1213 famílias) e a União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (1171 famílias), onde estas adquirem maior representatividade. Pelo contrário, a União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (102 famílias) e a freguesia de Ruilhe (104 famílias) correspondem às freguesias onde estas famílias são menos representativas.

Quanto às famílias clássicas com pessoas com mais de 65 anos, predominam na freguesia de Braga (São Vítor) (2499 famílias), na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1759 famílias), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1515 famílias) e na freguesia de Braga (São Vicente) (1115 famílias). A menor expressão destas famílias observa-se nas freguesias de Lamas (56 famílias), Sobreposta (89 famílias), União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (93 famílias), Figueiredo (94 famílias) e Tadim (97 famílias).

No Mapa 16 é apresentada a representatividade percentual da composição das famílias clássicas por freguesia, nomeadamente no que respeita à presença de elementos com menos de 15 anos e de pessoas com 65 ou mais anos.

Mapa 13 | Composição (estrutura etária) das famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2011)



Ainda referente às famílias clássicas, é essencial analisar a condição perante o trabalho, considerando três categorias distintas, nomeadamente famílias clássicas sem desempregados, famílias clássicas com um desempregado e famílias clássicas com mais do que um desempregado (Quadro 23).

Quadro 23 | Composição (condição perante o trabalho) de famílias clássicas no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADES TERRITORIAIS	FAMÍLIAS CLÁSSICAS SEM DESEMPREGADOS		FAMÍLIAS CLÁSSICAS COM 1 DESEMPREGADO		FAMÍLIAS CLÁSSICAS COM MAIS DO QUE 1 DESEMPREGADO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
NUT I - Continente	3317385	85,7	481877	12,5	69926	1,8
NUT II - Norte	1110498	83,4	190183	14,3	30211	2,3
NUT III - Cávado	114528	83,4	19962	14,5	2856	2,1
Concelho de Braga	53101	83,0	9496	14,8	1389	2,2

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

De modo geral, em todas as unidades territoriais, predominam as famílias clássicas sem desempregados, com representatividades acima dos 80%. Ainda com alguma expressão (mais de 10%), apresentam-se as famílias clássicas com um desempregado e, com valores abaixo dos 3%, as famílias com mais do que um desempregado.

Relativamente às famílias sem desempregados, na NUT I – Continente, representam 85,7%, seguida das NUT II – Norte e NUT III – Cávado, onde representam 83,4% e do concelho de Braga, com 83,0%. No que diz respeito às famílias com um desempregado, o concelho de Braga regista a maior representatividade (14,8%),

seguido pela NUT III – Cávado (14,5%), a NUT II – Norte (14,3%) e, por último, a NUT I – Continente (12,5%). As famílias clássicas com mais do que um desempregado destacam-se na NUT II – Norte (2,3%), seguida do concelho de Braga (2,2%), da NUT III – Cávado (2,1%) e da NUT I – Continente (1,8%).

Ao nível das freguesias do concelho de Braga, apresentam-se no Quadro 24, os números totais das famílias clássicas sem desempregados, com 1 desempregado e com mais do que 1 desempregados, referentes ao ano censitário de 2011.

Quadro 24 | Composição (condição perante o trabalho) de famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	FAMÍLIAS CLÁSSICAS (N.º)		
	Sem desempregados	Com 1 desempregado	Com + do que 1 desempregado
Adaúfe	995	162	29
Braga (São Vicente)	4008	733	119
Braga (São Vítor)	9694	1736	241
Espinho	287	43	8
Esporões	441	74	13
Figueiredo	309	56	13
Gualtar	1664	226	27
Lamas	215	37	5
Mire de Tibães	639	140	14
Padim da Graça	340	106	19
Palmeira	1525	224	30
Pedralva	296	51	4
Priscos	374	58	9
Ruilhe	299	29	10
Sequeira	486	97	18
Sobreposta	307	63	7
Tadim	320	47	6
Tebosa	326	54	3
União das freguesias de Arentim e Cunha	416	63	6
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	4507	891	133
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	4476	813	139
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	533	104	15
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1805	350	44
União das freguesias de Crespos e Pousada	362	52	7
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	479	104	13
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	1048	173	24
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	2521	520	76
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	261	47	11
União das freguesias de Lomar e Arcos	1829	405	58
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1413	275	32
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	980	177	33
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	394	76	6

FREGUESIA	FAMÍLIAS CLÁSSICAS (N.º)		
	Sem desempregados	Com 1 desempregado	Com + do que 1 desempregado
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	4053	570	79
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	1520	212	23
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	3261	624	97
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	268	35	5
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	450	69	13
Concelho de Braga	53101	9496	1389

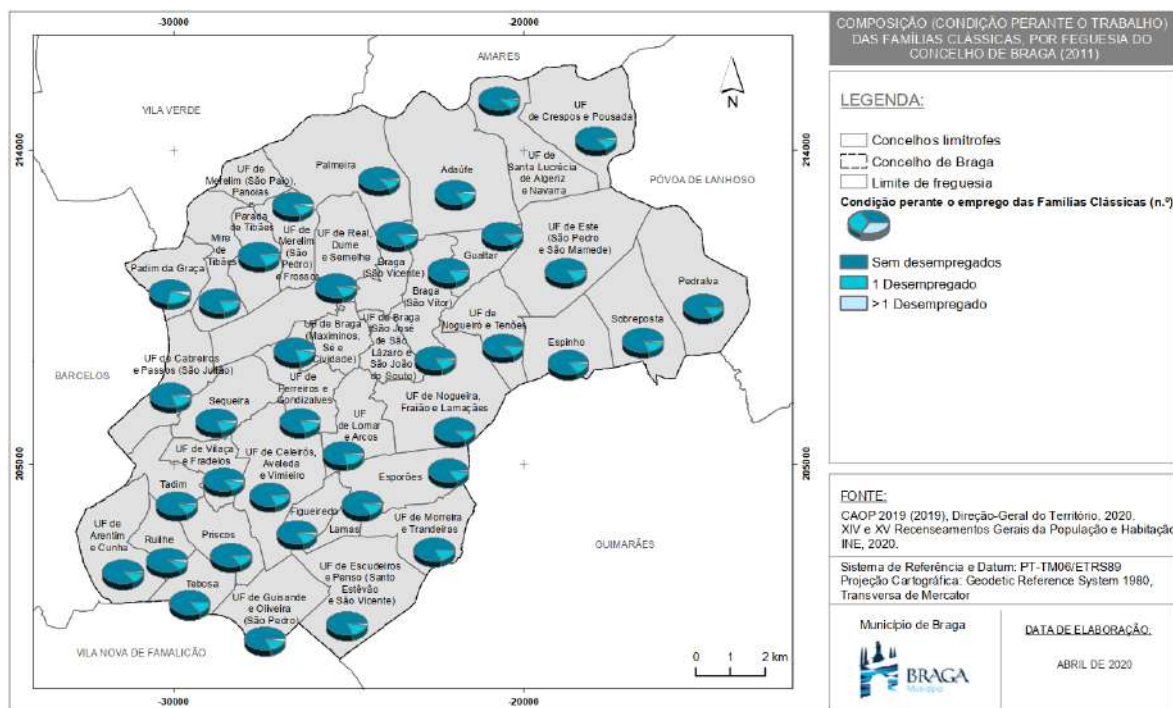
Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

No que concerne às famílias clássicas sem desempregados, com maior número destacam-se a freguesia de Braga (São Vítor) (9694 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (4507 famílias), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João de Souto) (4476 famílias), a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (4053 famílias), a freguesia de Braga (São Vicente) (4008 famílias), a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (3261 famílias) e a União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (2521 famílias). Em termos absolutos, a menor representatividade destas famílias verifica-se na freguesia de Lamas (215 famílias), a União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (261 famílias), a União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (268 famílias), Espinho (287 famílias), Pedralva (296 famílias) e Ruílhe (299 famílias).

As famílias clássicas com 1 desempregado são mais numerosas nas freguesias de Braga (São Vítor) (1736 famílias), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (891 famílias), União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João de Souto) (813 famílias), Braga (São Vicente) (733 famílias), União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (624 famílias), União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (570 famílias) e União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (520 famílias). Na freguesia de Ruílhe (29 famílias), na União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (35 famílias) e na freguesia de Lamas (37 famílias), contabilizam-se os menores números destas famílias.

Por fim, as famílias clássicas com mais do que 1 desempregado são mais expressivas nas freguesias de Braga (São Vítor) (241 famílias), na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João de Souto) (139 famílias), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (133 famílias) e na freguesia de Braga (São Vicente) (119 famílias). Nas freguesias de Tebosa (3 famílias) e Pedralva (4 famílias), o número de famílias clássicas com mais do que um desempregado é residual.

No Mapa 14 é apresentada a representatividade das famílias clássicas, no que respeita à presença de elementos desempregados, por freguesia do concelho de Braga.

Mapa 14 | Composição (condição perante o trabalho) de famílias clássicas por freguesia no concelho de Braga (2011)

Em 2001, contabilizam-se 45902 núcleos familiares¹¹ no concelho de Braga, segundo os dados do INE. No ano 2011, verifica-se um aumento deste número, passando a contabilizar-se 53914 núcleos familiares, tendência que também se confirma nas restantes unidades territoriais em análise.

Relativamente aos núcleos familiares, analisa-se a quantidade de núcleos com filhos segundo a estrutura etária dos mesmos, contando com três categorias, nomeadamente: núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos; núcleos familiares com filhos de idade inferior a 15 anos; e núcleos familiares com filhos de idade superior a 15 anos (Quadro 25).

Quadro 25 | Núcleos familiares (consoante a idade dos filhos) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADES TERRITORIAIS	NÚCLEOS COM FILHOS DE IDADE INFERIOR A 6 ANOS		NÚCLEOS COM FILHOS DE IDADE INFERIOR A 15 ANOS		NÚCLEOS COM FILHOS DE IDADE SUPERIOR A 15 ANOS	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
NUT I - Continente	482354	15,7	1045429	34,0	1182662	38,4
NUT II - Norte	175937	15,5	399817	35,3	471561	41,6
NUT III - Cávado	21336	17,5	47458	38,9	54359	44,5
Concelho de Braga	9592	17,8	20919	38,8	23793	44,1

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

¹¹ Conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

Ao analisar os dados do quadro anterior é possível perceber que os núcleos familiares com filhos de idade superior a 15 anos são mais representativos em todas as unidades territoriais, sendo a NUT III – Cávado (44,5%) que mais se destaca. Segue-se o concelho de Braga (44,1%), a NUT II – Norte (41,6%) e, por último, a NUT I – Continente (38,4%).

Com um peso percentual entre 30% a 40%, encontram-se os núcleos com filhos de idade inferior a 15 anos, onde, mais uma vez, a NUT III – Cávado adquire posição de destaque (38,9%), seguida pelo concelho de Braga (38,8%), pela NUT II – Norte (35,3%) e, por fim, pela NUT I – Continente (34,0%).

Os núcleos com filhos de idade inferior a 6 anos têm expressividades percentuais acima dos 15%, com maior representatividade no concelho de Braga (17,8%), seguido pela NUT III – Cávado (17,5%), pela NUT I – Continente (15,7%) e pela NUT II – Norte (15,5%).

Numa análise ao nível das freguesias, em números absolutos, os núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos destacam-se nas freguesias de Braga (São Vítor) (1712 núcleos familiares), União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (873 núcleos familiares), Braga (São Vicente) (752 núcleos familiares), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (720 núcleos familiares) e União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (700 núcleos familiares) (Quadro 26). Em oposição, as freguesias com menos núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos correspondem a Ruílhe (39 núcleos familiares), União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (44 núcleos familiares), Espinho (48 núcleos familiares) e Lamas e Tebosa (ambas com 49 núcleos familiares).

Quadro 26 | Núcleos familiares (consoante a idade dos filhos) por freguesia no concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	NÚCLEOS FAMILIARES POR IDADE DOS FILHOS (N.º)		
	Inferior a 6 anos	Inferior a 15 anos	Superior a 15 anos
Adaúfe	142	334	603
Braga (São Vicente)	752	1630	1655
Braga (São Vítor)	1712	3485	3518
Espinho	48	126	163
Esporões	78	180	270
Figueiredo	60	144	177
Gualtar	276	580	662
Lamas	49	111	121
Mire de Tibães	98	272	343
Padim da Graça	90	186	215
Palmeira	253	599	776
Pedralva	60	120	146
Priscos	69	152	188
Ruílhe	39	103	151
Sequeira	57	172	277
Sobreposta	81	168	177
Tadim	77	153	147
Tebosa	49	131	145
União das freguesias de Arentim e Cunha	67	167	224
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	720	1569	1980

FREGUESIA	NÚCLEOS FAMILIARES POR IDADE DOS FILHOS (N.º)		
	Inferior a 6 anos	Inferior a 15 anos	Superior a 15 anos
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	528	1204	1957
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	99	227	320
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	340	765	942
União das freguesias de Crespos e Pousada	70	140	191
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	112	222	249
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	191	449	526
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	538	1165	1226
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	70	147	140
União das freguesias de Lomar e Arcos	372	873	940
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	259	647	768
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	200	455	525
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	80	170	193
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	873	1660	1479
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	271	580	569
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	700	1572	1442
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	44	101	151
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	68	160	237
Concelho de Braga	9592	20919	20919

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2020).

Relativamente aos núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos, as freguesias em destaque pelo maior número correspondem a Braga (São Vítor) (3485 núcleos familiares), União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (1660 núcleos familiares), Braga (São Vicente) (1630 núcleos familiares), União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (1572 núcleos familiares), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1569 núcleos familiares), União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1204 núcleos familiares) e União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (1165 núcleos familiares). Em contrapartida, é na União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (101 núcleos familiares) e em Ruílle (103 núcleos familiares) que se contabilizam os menores números.

Por último, as freguesias mais representadas na categoria de núcleos familiares com filhos com mais de 15 anos são Braga (São Vítor) (3518 núcleos familiares), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1980 núcleos familiares), União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1957 núcleos familiares), Braga (São Vicente) (1655 núcleos familiares), União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (1479 núcleos familiares), União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (1442 núcleos familiares) e União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (1226 núcleos familiares). A freguesia de Lamas (121 núcleos familiares), a União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (140 núcleos familiares), Tebosa (145 núcleos familiares), Pedralva (146 núcleos familiares) e Tadim (147 núcleos familiares) registam, por sua vez, os números menos expressivos.

Cenário Prospetivo da Evolução População

Na sociedade contemporânea torna-se cada vez mais importante conhecer a dimensão da população e prever a sua evolução num futuro determinado. As projeções demográficas permitem aferir acerca dos comportamentos prospetivos da população, indispensáveis no apoio ao planeamento e ordenamento do território e no processo de tomada de decisão.

A análise da tendência de evolução da população revela-se, assim, imperativa no contexto de delineação da estratégia e planeamento habitacional municipal.

Em Portugal, tal como em qualquer país, conjectura-se que as tendências populacionais futuras sejam, em grande medida, resultado do seu passado demográfico. Pelo que ao contrário de outras áreas, a demografia reveste-se de uma certa inevitabilidade.

A conjuntura económica atual tem repercussões sociodemográficas sensíveis, com destaque para a queda acentuada da taxa de natalidade nos últimos anos e para os movimentos migratórios, que passam pelo retorno de alguns imigrantes ao seu país de origem, mas, essencialmente, à emigração registada, sobretudo, nas camadas mais jovens da população portuguesa.

A nível nacional tem-se assistido a um cenário de envelhecimento da população, reflexo do comportamento demográfico de outras sociedades europeias. Com efeito, conjectura-se que os índices estruturais continuarão a evoluir no sentido do duplo envelhecimento da pirâmide de idades. Assim, prevê-se um acentuadíssimo envelhecimento da população portuguesa: muito menos crianças, menos jovens e adultos, muito mais idosos (particularmente mulheres). Com efeito, nas famílias, progressivamente menores, a tradicional proporção aritmética entre gerações tende a ficar invertida, pautada pela existência de mais avós do que pais ou filhos.

As tendências verificadas nos últimos anos justificam-se, em grande medida, pela significativa quebra nos índices de fecundidade e pelo aumento da esperança média de vida. Todavia, a componente migratória, traduzida pela saída em massa de jovens para o estrangeiro, a que assistimos atualmente e que se prevê que se intensifique no futuro, não poderá deixar de vir a ter um impacte significativo da demografia portuguesa das próximas décadas. Efetivamente, este fluxo migratório está associado, fundamentalmente, a homens e mulheres, em plena idade reprodutiva, altamente qualificados e profissionalmente ativos.

Atendendo a que os jovens do presente irão, naturalmente, representar os progenitores do futuro, o seu número decrescente terá necessariamente repercussões a médio e longo prazo. Em Portugal, a maternidade incide maioritariamente em mulheres com cerca de 30 anos de idade, faixa etária que já começou a diminuir, sendo a quebra ainda mais evidente nas faixas etárias abaixo. Com efeito, ainda que a taxa de natalidade aumente ligeiramente, conjectura-se que o número de nascimentos ainda assim registre um decréscimo.

Face ao exposto, e de acordo com as projeções da população residente para o período 2015-2080 (INE, 2017), as tendências apontam para que Portugal venha a registar:

- » Perda de população, ficando abaixo do limiar de 10 milhões em 2031;
- » Aumento da esperança média de vida, traduzida por uma crescente longevidade, principalmente da população feminina;
- » Manutenção dos níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações;

- » Diminuição do número de jovens, pelo que mesmo admitindo aumentos no índice sintético de fecundidade, resulta, ainda assim, uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade registados em anos anteriores;
- » Agravamento do envelhecimento da população (mais idosos e menos jovens);
- » Diminuição da população em idade ativa e do índice de sustentabilidade.

O concelho de Braga regista, porém, uma tendência dispar da verificada em muitos municípios portugueses, pautada por um acréscimo da população residente no período entre 2001 e 2011. Efetivamente, o município tem assumido um papel de polo polarizador dentro da região. Note-se, porém, que este acréscimo sucedeu nas classes etárias dos adultos e população idosa, tendo a população mais jovem assistido a uma quebra nos últimos anos. Deste modo, a evolução no período intercensitário revela uma tendência de decréscimo da população com idades inferiores a 30 anos, enquanto as faixas etárias acima dos 30 anos tendem a aumentar, com os maiores acréscimos a respeitarem à população com 80 ou mais anos.

Atendendo às dinâmicas populacionais descritas, bem como às respetivas implicações do ponto de vista da dinâmica habitacional no território importa tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das próximas duas décadas (horizonte temporal de 2031). Para o efeito, procedeu-se a um exercício de projeção, optando-se, em termos metodológicos, pelo recurso ao método das componentes por *coortes*.

Na aplicação do método das componentes por *coortes* a população inicial é agrupada por sexo e por coortes, definidas pelo ano de nascimento, e continuamente atualizada de acordo com as hipóteses de evolução estabelecidas para cada uma das componentes de mudança da população e pelo natural envelhecimento anual.

Trata-se de resultados condicionais, do tipo “*se x então y*”, que ilustram o que se pode obter no futuro em termos de dimensão e de estrutura da população por sexo e idade, caso se verifiquem os pressupostos em que assentam os cálculos, dependendo, por um lado, da estrutura e composição da população no momento de partida (2011) e, por outro, dos diferentes padrões de comportamento da fecundidade, da mortalidade e migrações estabelecidos em cada uma das hipóteses ao longo do período de projeção (2011 a 2031). Note-se que a formulação das hipóteses se baseia na observação, análise e modelação das tendências passadas de cada uma das componentes, em particular as de anos mais recentes, e na avaliação subjetiva relativa à evolução futura das mesmas com base na informação disponível até ao momento (INE, 2017).

Os resultados da aplicação deste método permitem aferir acerca do volume e da composição da população em momentos futuros, segundo o sexo e a idades, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, entre outros). Assim, os resultados projetados para os horizontes temporais futuros traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução dos comportamentos demográficos (fecundidade, mortalidade e migrações) no período prospetivo.

Em termos metodológicos, o momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (ano de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de cinco anos até 2031.

O método utilizado contempla, portanto, a análise de três variáveis micro demográficas: mortalidade, fecundidade e migrações. Uma vez que estas componentes estão intrinsecamente interligadas, a população projetada resulta, efetivamente, dessa combinação.

O método de cálculo dos efetivos populacionais anuais pode então ser expresso pela equação básica:

$$P_t = P_{t-1} + NV_t - Ob_t + I_t - E_t$$

Sendo P_t a população obtida para o ano t , resultante da população de partida no ano $t-1$ (P_{t-1}) a que se adiciona o número de nados vivos do ano t (NV_t), se subtrai o número de óbitos do ano t (Ob_t), se adiciona o número de imigrantes no ano t (I_t) e se subtrai o número de emigrantes no ano t (E_t).

Note-se que o cálculo é efetuado para cada sexo em separado e por idades singulares, o que requer algumas adaptações da equação anteriormente apresentada.

Importa referir que a metodologia a que se recorreu para o presente exercício é amplamente utilizada em exercícios prospetivos da população, sendo inclusivamente utilizada pelo INE para efeitos de projeção da população residente aos níveis nacionais e regionais. Efetivamente, esta metodologia apresenta inúmeras vantagens, tornando as hipóteses de evolução elucidativas, ao permitir uma avaliação do impacto e níveis alternativos da mortalidade, da fecundidade e dos movimentos migratórios na estrutura e no crescimento da população. Deste modo, é possível estimar a probabilidade da população de determinada idade vir a constituir a população da coorte seguinte. Os valores das projeções demográficas obtidos resultam, portanto, da aplicação das matrizes de crescimento demográfico à população residente de partida (ano de 2011), desagregada por idades. Tais matrizes incorporam uma componente de fecundidade (índice de fecundidade, por idades férteis), uma componente de mortalidade, sob a forma de probabilidades de sobrevivência simplificadas (coeficiente de mortalidade, por idades) e uma componente de dinâmica migratória (saldo migratório).

Em termos metodológicos, o procedimento realizado poderá ser sintetizado em três grandes etapas sequenciais:

- ▶ Primeiramente, as populações de partida são envelhecidas, aplicando-se sucessivamente as probabilidades de sobrevivência por idades, para cada sexo separadamente, determinando-se os sobreviventes do período de observação (ano a ano do período de projeção);
- ▶ Seguidamente, é estimado o número de nascimentos em cada ano de observação, aplicando aos efetivos populacionais médios femininos em idade fértil (15 aos 49 anos) os índices de fecundidade hipotéticos respetivos;
- ▶ Por último, é aplicada sobre a população residente estimada uma taxa de migração de cenário alto, considerando o saldo migratório médio anual verificado entre 2017 e 2018 no concelho, facto que se relaciona com a inversão de tendências sentida nos últimos anos, procurando garantir, assim, uma maior fiabilidade dos resultados prospetivos.

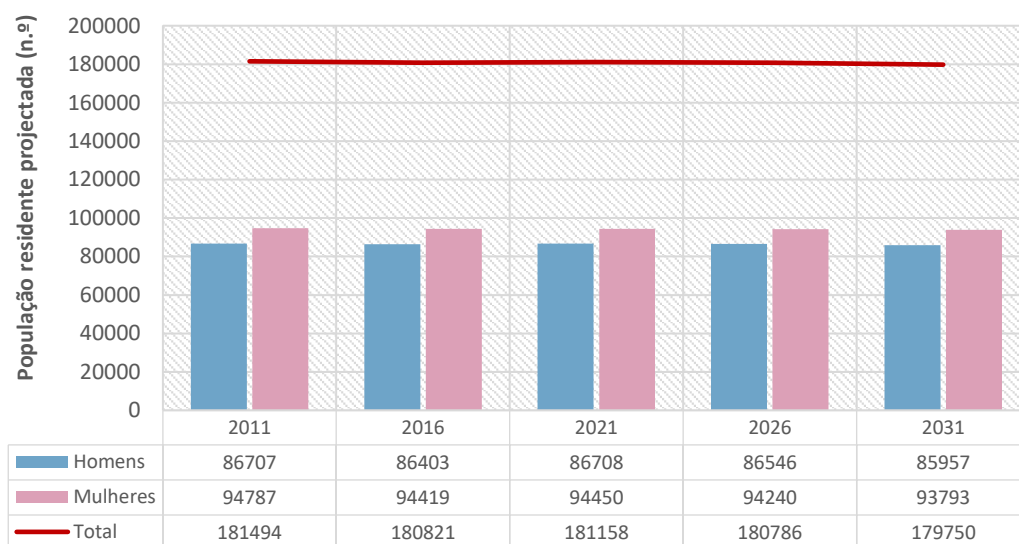
Quanto às fontes de informação e os pressupostos assumidos relativamente a cada uma das variáveis inerentes à aplicação deste método, importa esclarecer o seguinte:

- ▶ **População residente:** considerou-se a população residente em 2011 como população de partida para o exercício de projeção (dados dos censos de 2011).
- ▶ **Número de óbitos:** entre 2011 e 2018 foram assumidos os dados do INE relativamente ao número de óbitos, por idades, no concelho de Braga; a partir do ano de 2018 foram aplicados os valores do coeficiente de mortalidade obtido nas projeções do INE para a NUT II – Norte (cenário alto).

- ▶ **Número de nados vivos:** entre 2011 e 2018 foram assumidos os dados do INE relativamente ao número de nados vivos no concelho de Braga; considerou-se uma prevalência do nascimento de indivíduos do sexo masculino, numa razão de 105 homens / 100 mulheres; a partir do ano de 2018 foram aplicados os valores do índice de fecundidade, obtido nas projeções do INE para a NUT II – Norte (cenário alto), à população feminina em idade fértil.
- ▶ **Saldo migratório:** entre 2011 e 2018 foram assumidos os dados do INE relativamente ao saldo migratório (diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna) para o concelho de Braga; a partir do ano de 2018 foi aplicado o valor médio do saldo migratório verificado no concelho entre 2017 e 2018 (-67), com uma maior preponderância na população em idade ativa.

A análise dos resultados indica uma diminuição da população no município até ao ano de 2031, traduzida por uma perda total de 1744 residentes face à população de referência (ano de 2011) (Gráfico 17).

Gráfico 17 | Provável evolução da população residente (2011 a 2031)



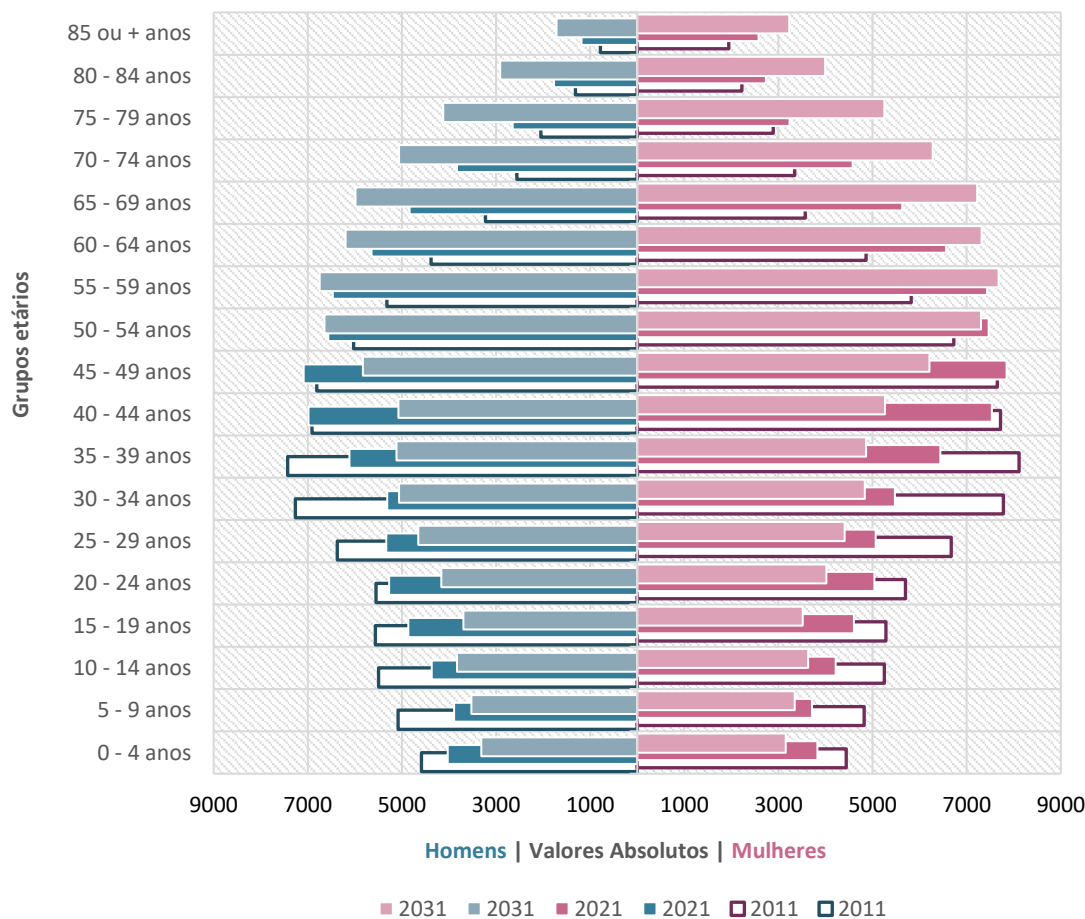
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019); Projeções da população residente, INE (2019).

Em 2031 estima-se uma população residente no concelho de Braga contabilizada num total de 179.750 indivíduos, dos quais 85.957 homens e 93.793 mulheres. Observa-se, assim, uma tendência de manutenção de prevalência do sexo feminino, ainda que se estime um maior número de nascimentos de indivíduos do sexo masculino. Tal facto decorrerá, em grande medida, da maior esperança média de vida associada às mulheres (menores coeficientes de mortalidade).

A evolução da população por sexo e grupos etários quinquenais, entre os anos de 2011, 2021 e 2031, encontra-se representada sob a forma de pirâmide etária no Gráfico 18. Este tipo de representação torna evidente uma tendência progressiva de envelhecimento da população do concelho nas duas décadas em análise, da qual havia já evidências no último período intercensitário (2001 a 2011), ainda que contornos significativamente menos gravosos à data. Efetivamente, o acentuado decréscimo do número de crianças e jovens que se tem vindo a verificar no concelho, terá como repercussão direta uma quebra no número de população em idade fértil nos próximos anos, ditando um decréscimo também progressivo no número de nascimentos no concelho. Assim, embora se anteveja uma ligeira melhoria dos índices de fecundidade durante as duas décadas em análise (índice de 1.31 em 2031), estima-se que a mesma não seja suficiente

para compensar a quebra do número de mulheres em idade fértil, ficando significativamente aquém do desejável índice de renovação das gerações (índice de 2.1).

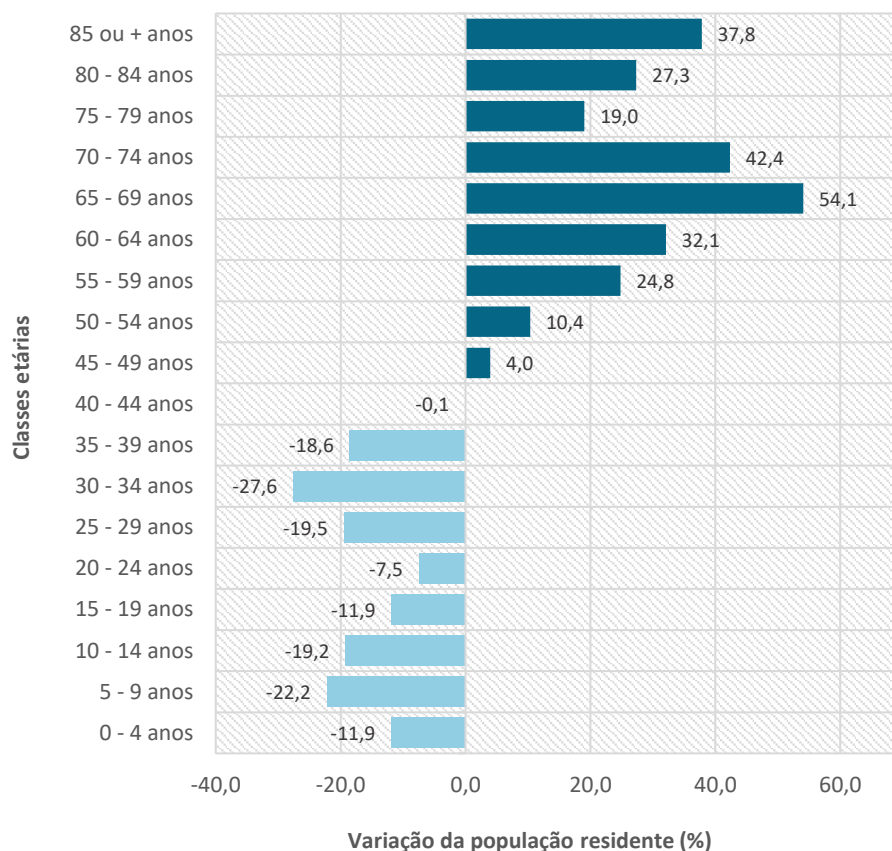
Gráfico 18 | Pirâmide etária do concelho de Braga (2011, 2021 e 2031)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019); Projeções da população residente, INE (2019).

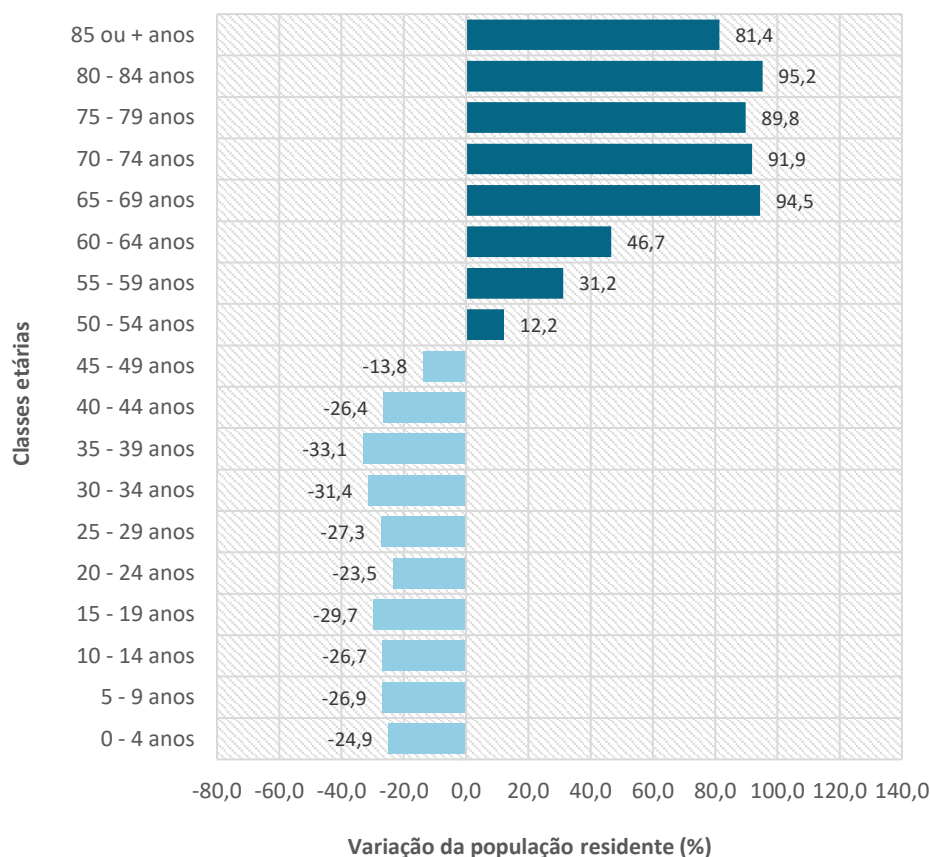
Por outro lado, importa observar que o significativo acréscimo da população adulta registado no concelho no último período intercensitário, associado ao acréscimo pela tendência de migração que tem influenciado o concelho nos últimos anos, terá repercussões óbvias no aumento da população idosa nas duas décadas subsequentes, facto para o qual também contribui o previsível aumento da esperança média de vida.

Analisando de forma mais pormenorizada a variação da população residente entre o ano de 2011 e 2021 é explícito o aumento da população adulta e idosa no concelho, enquanto a população jovem deverá decrescer significativamente (Gráfico 19). Neste contexto, merecem particular destaque as variações positivas previstas na classe etária dos 65 aos 69 anos (54,1%) e dos 70-74 anos (42,4%). Em contrapartida, a quebra mais acentuada corresponde ao grupo etário entre os 30 e os 34 anos (-27,6%), seguindo-se a classe dos 5 aos 9 anos (-22,2%).

Gráfico 19 | Provável variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2011 a 2021)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019); Projeções da população residente, INE (2019).

O panorama projetado para a década seguinte (2021-2031) assume ainda contornos mais preocupantes, na medida em que traduz uma intensificação das tendências descritas anteriormente (Gráfico 20). Assim, conjeturam-se aumentos bastante expressivos do número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos e marcados decréscimos populacionais em todas as classes etárias abaixo dos 50 anos.

Gráfico 20 | Provável variação da população residente no concelho de Braga, por classes etárias quinquenais (2011 a 2031)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019); Projeções da população residente, INE (2019).

O exercício prospetivo desenvolvido permite-nos antever a evolução da população residente no concelho de Braga até 2031, sem a intervenção de políticas e sem a ocorrência de acontecimentos imprevisíveis e/ou de natureza excecional. Em termos de futuro, e tendo em consideração o cálculo das projeções demográficas efetuado, antevê-se uma intensificação do fenómeno de envelhecimento populacional do território concelhio, traduzido por uma alteração muito significativa da estrutura etária da população residente. Tal cenário evolutivo representará um importante desafio para a autarquia, nomeadamente na adequação dos serviços e infraestruturas, na resolução do problema da exclusão e isolamento social dos idosos e na procura de respostas para um efetivo envelhecimento ativo, tal como o preconizado pela Organização Mundial da Saúde. Por outro lado, decorrente da acentuada quebra do número de população jovem, antevê-se também um importante desafio em termos de adequação do parque habitacional existente.

ATIVIDADES ECONÓMICAS

Setores de Atividade

O Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro veio proceder à revisão da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE), no sentido de uma harmonização com as classificações das Nações Unidas (CITA-Rev.4) e da União Europeia (NACE-Ver.2). O referido Decreto-Lei estabelece a Classificação de

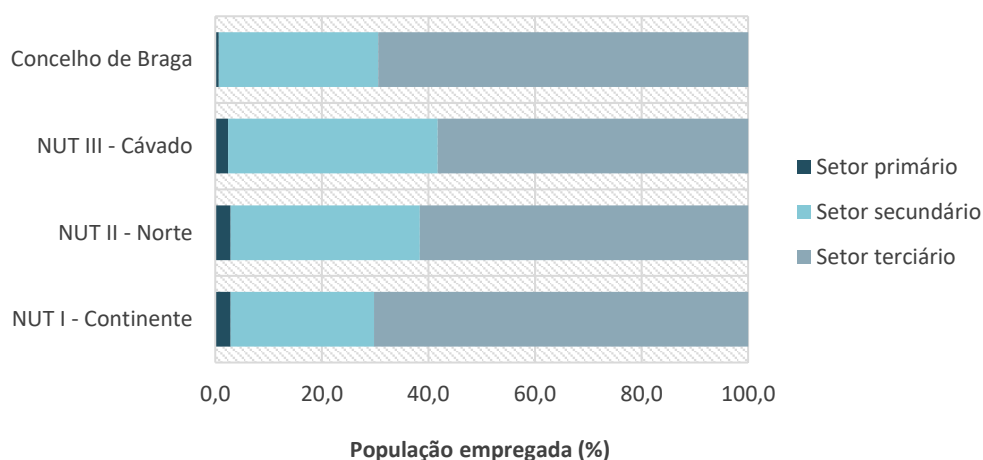
Atividades Económicas, Revisão 3, adiante designada por CAE – Rev.3, que constitui o quadro comum de classificação de atividades económicas a adotar a nível nacional.

A estrutura das atividades económicas vem explanada no anexo do Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, podendo estas ser agrupadas em três grupos principais: setor primário (seção A), setor secundário (seção B-F) e setor terciário (seção G-U).

Em Portugal, a distribuição da população ativa pelos setores de atividade tem vindo a sofrer modificações. No início do século XX, o setor primário predominava. Desde então, tem-se vindo a assistir a um aumento das atividades terciárias. Esta realidade é justificada pelo facto de as atividades ligadas ao setor terciário serem, regra geral, melhor remuneradas do que as atividades económicas que integram os restantes setores de atividade, particularmente no que se refere às atividades de serviços financeiros, imobiliários e empresariais. Para além disso, a expansão do setor terciário estará também relacionada com o facto de este setor ser vasto, que enquadra atividades diversas e heterogéneas que não podem ser incluídas nos outros dois setores, totalmente circunscritos.

No último ano censitário, o setor terciário predominava quer no Município de Braga, quer das unidades territoriais em que este se encontra inserido (Gráfico 7). A predominância deste setor é particularmente expressiva na NUT I – Continente, onde 70,2% da população empregada desenvolve atividade no setor terciário, seguindo-se o concelho de Braga, com um valor percentual de 69,4%.

Gráfico 21 | População empregada por setor de atividade económica (%) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



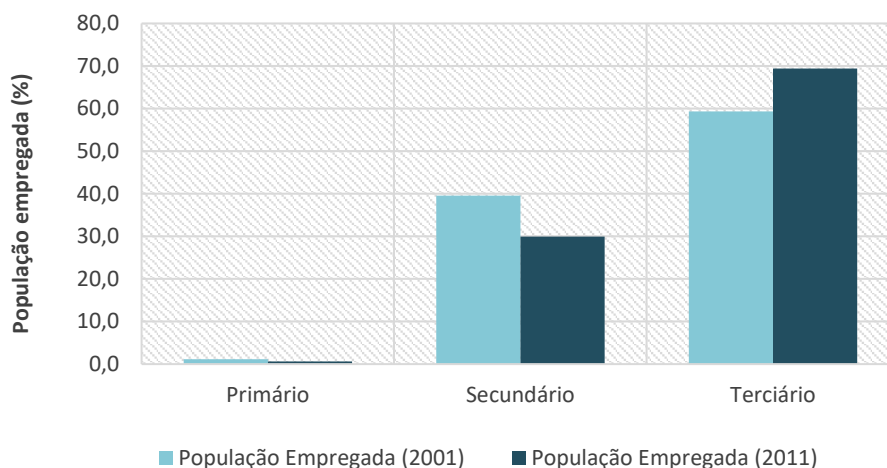
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

O setor primário, pelas razões anteriormente apontadas, é o menos representativo em todas as unidades territoriais em análise, abarcando apenas 0,6% da população empregada no concelho de Braga, 2,4% na NUT III – Cávado e 2,9% nas NUT II – Norte e NUT I – Continente.

Analisando a variação da população empregada por setor de atividade no período intercensitário (2001-2011), é possível constatar que o setor terciário foi o único a registar um aumento da população empregada, apresentando uma variação positiva de 10,08%. O setor secundário, por sua vez, registou o maior decréscimo, com uma quebra percentual de -9,40%. Quanto ao setor primário, ainda que se assinala um decréscimo menos significativo (-0,48%), a sua representatividade é residual em ambos os instantes analisados,

enquadrando apenas 1,13% da população empregada em 2001 e 0,64% da população empregada em 2011 (Gráfico 22).

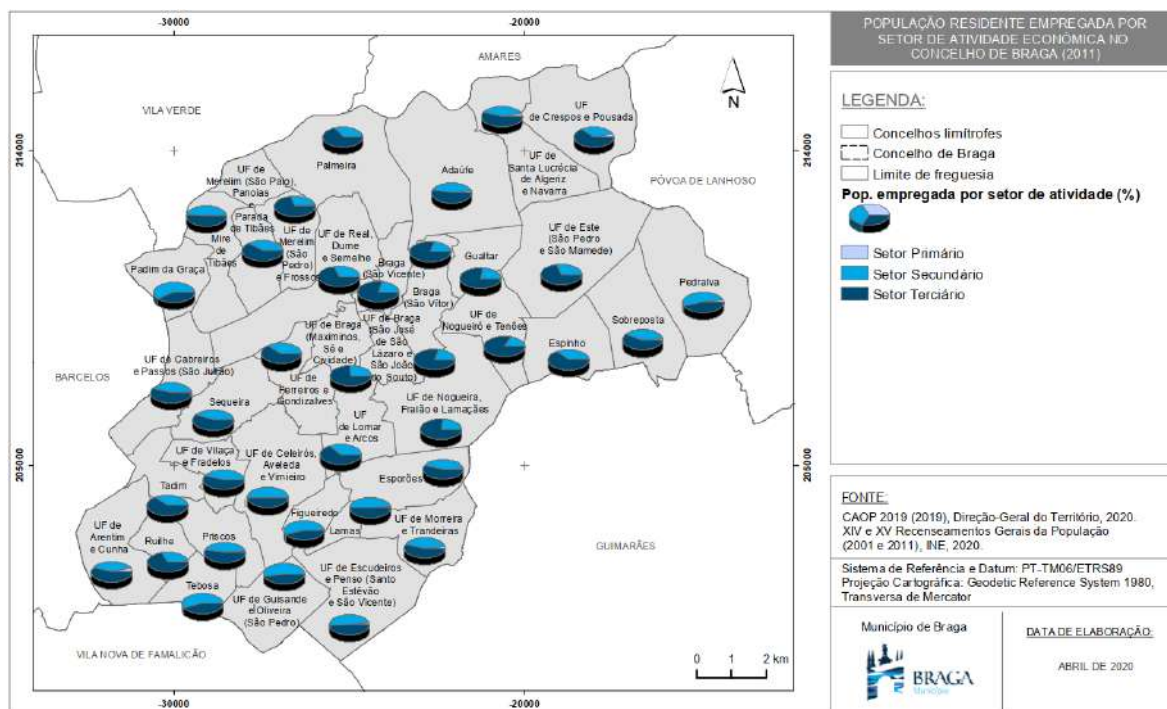
Gráfico 22 | População residente empregada por setor de atividade económica (%) no concelho de Braga (2001-2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

À escala das freguesias do concelho de Braga, é possível aferir que o setor primário é o menos representativo nas 37 freguesias, com valores percentuais sempre inferiores a 5% da população empregada (Mapa 15).

Mapa 15 | População empregada por setor de atividade nas freguesias do concelho de Braga (2011)

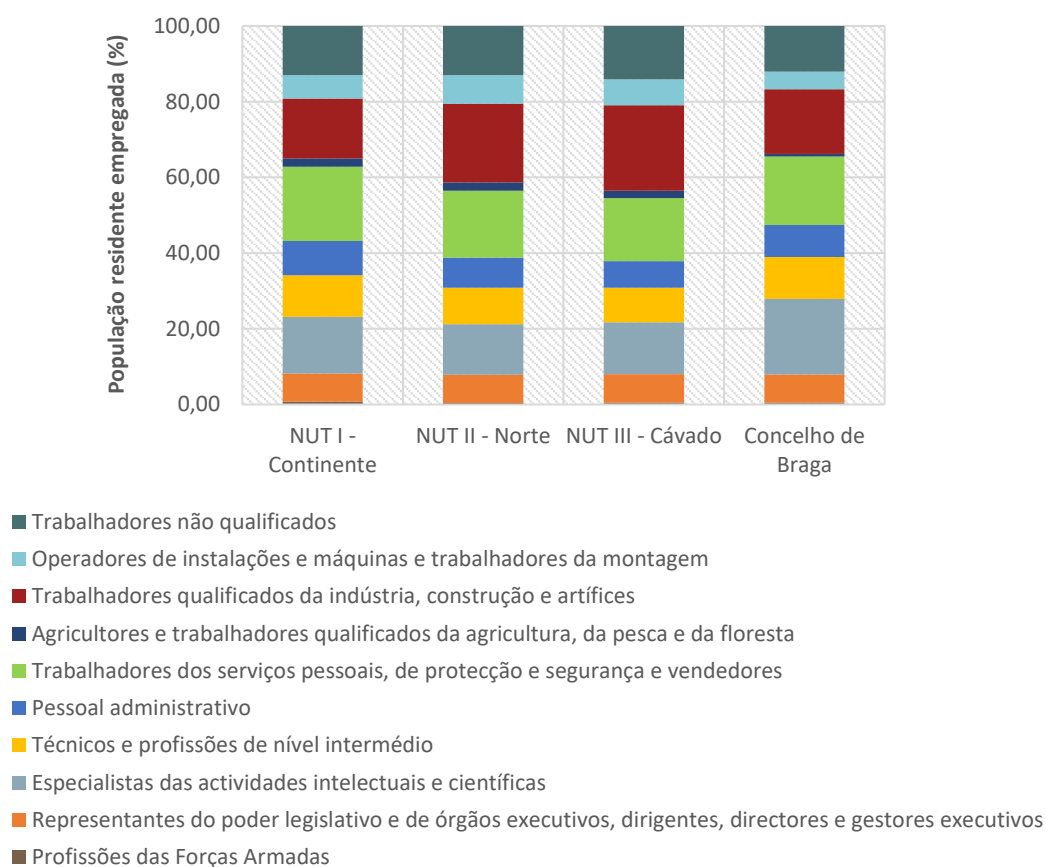


Relativamente aos restantes setores, o setor terciário predomina em 31 freguesias e o setor secundário em apenas 6 freguesias, designadamente em Padim da Graça (57,4%), Tebosa (55,0%), Figueiredo (53,6%), União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (51,9%), Pedralva (50,8%) e União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (50,0%).

A representatividade do setor terciário, por sua vez, oscila entre 42,1% verificados na freguesia de Padim da Graça e os 82,3% registados na União das freguesias de Nogueiró e Tenões.

Tendo-se procedido à análise da distribuição da população residente empregada no concelho de Braga por setores de atividade, afigura-se relevante atender também à sua distribuição pelos vários grupos de profissões. Tal como evidenciado no Gráfico 23, a população residente empregada distribui-se de forma heterogénea pelos diferentes grupos de profissões considerados, qualquer que seja a unidade territorial em análise.

Gráfico 23 | População residente, por grupo de profissões, no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

Com efeito, constata-se que o grupo relativo aos “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” é o que apresenta uma maior percentagem de população residente empregada na NUT I – Continente (19,61%). Nas restantes unidades territoriais, porém, esta posição de destaque é assumida pelo grupo dos “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, no caso das NUT II – Norte (20,77%) e NUT III – Cávado (22,57%), e pelo grupo dos “especialistas das actividades intelectuais e científicas”, no caso do concelho de Braga (19,97%). Em contrapartida, é comum às quatro unidades territoriais, a residual representatividade das “profissões das Forças Armadas”.

Ao nível de Portugal Continental, o segundo grupo de profissões predominante respeita aos “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, enquadrando 15,85% da população empregada. Nas restantes unidades territoriais esta posição é ocupada pelos “trabalhadores dos serviços pessoais, de

protecção e segurança e vendedores”, cuja representatividade é de 17,67% na NUT II – Norte, 16,66% na NUT III – Cávado e 18,06% no concelho de Braga.

No concelho de Braga os grupos de profissões predominantes são então os *“especialistas das actividades intelectuais e científicas”* (19,97%) e os *“trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores”* (18,06%), aos quais se seguem os *“trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”* (17,11%), os *“trabalhadores não qualificados”* (12,05%) e os *“técnicos e profissões de nível intermédio”* (11,08%). Em oposição, os grupos menos representados à escala concelhia correspondem às *“profissões das Forças Armadas”* (0,48%), seguindo-se os *“agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta”* (0,67%) e os *“operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”* (4,64%).

Face ao exposto, de notar a predominância das profissões qualificadas no território concelhio, reflexo dos níveis de instrução/qualificação da população residente no território.

Ainda no contexto da análise dos setores de atividade, afigura-se relevante proceder à análise da distribuição da população empregada por atividade económica (Quadro 27).

Quadro 27 | População empregada por atividade económica (CAE Rev.3), no concelho de Braga (2011)

CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (CAE - REV. 3)	POPULAÇÃO EMPREGADA	
	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	527	0,64
Indústrias extrativas	149	0,18
Indústrias transformadoras	15704	19,16
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	474	0,58
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	602	0,73
Construção	7634	9,31
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	15539	18,96
Transportes e armazenagem	1530	1,87
Alojamento, restauração e similares	4176	5,09
Atividades de informação e de comunicação	1758	2,14
Atividades financeiras e de seguros	1389	1,69
Atividades imobiliárias	524	0,64
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3569	4,35
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2929	3,57
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	4420	5,39
Educação	10444	12,74
Atividades de saúde humana e apoio social	6418	7,83
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	722	0,88
Outras atividades de serviços	1768	2,16
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	1694	2,07
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0,00
Total	81971	100,00

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

À data dos censos de 2011, é o setor das “*indústrias transformadoras*” que emprega uma maior proporção da população, mais concretamente 19,16%, o equivalente, em valores absolutos, a 15704 indivíduos. A este setor, seguem-se os setores do “*comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*”, com 18,96% (15539 indivíduos), da “*educação*”, com 12,74% (10444 indivíduos), da “*construção*”, com 9,31% (7634 indivíduos) e das “*atividades de saúde humana e apoio social*”, com 7,83% (6418 indivíduos).

No sentido oposto, destaque para os setores das “*atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* (apenas 1 indivíduo), da “*eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*” (474 indivíduos), da “*agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*” (527 indivíduos), das “*atividades imobiliárias*” (524 indivíduos), da “*captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição*” (602 indivíduos) e das “*atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*” (722 indivíduos), que apresentam valores percentuais inferiores a 1,00%.

De acordo com a base de dados do INE, no ano de 2011 existiam no território concelhio um total de 19012 empresas, cuja distribuição pelas diferentes classificações de atividade económica (CAE Rev.3) é apresentada no Quadro 28.

Quadro 28 | Empresas (n.º e %) por atividade económica (CAE Rev.3), no concelho de Braga (2011)

CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (CAE - REV. 3)	EMPRESAS	
	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	195	1,03
Indústrias extrativas	18	0,09
Indústrias transformadoras	1263	6,64
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	8	0,04
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	30	0,16
Construção	1630	8,57
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	4231	22,25
Transportes e armazenagem	188	0,99
Alojamento, restauração e similares	1272	6,69
Atividades de informação e de comunicação	282	1,48
Atividades imobiliárias	630	3,31
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2392	12,58
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2025	10,65
Educação	1639	8,62
Atividades de saúde humana e apoio social	1805	9,49
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	349	1,84
Outras atividades de serviços	1055	5,55
Total	19012	100,00

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

Analisando a classificação económica (CAE-Rev.3) das empresas do território concelhio, verifica-se que 22,25% das empresas existentes respeitam ao “*comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*”, o que se traduz, em termos absolutos, num total de 4231 empresas. Assumem também significativa representatividade as empresas das “*atividades de consultoria, científicas, técnicas e*

similares”, que perfazem 12,58% do número total de empresas (2392 empresas), a que se seguem as empresas das “*atividades administrativas e dos serviços de apoio*”, que representam 10,65% (2025 empresas). Em contrapartida, as empresas referentes à “*eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*”, “*indústrias extrativas*”, “*captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição*” e “*transportes e armazenagem*” são as menos frequentes no território, com valores percentuais inferiores a 1,00% do número total de empresas.

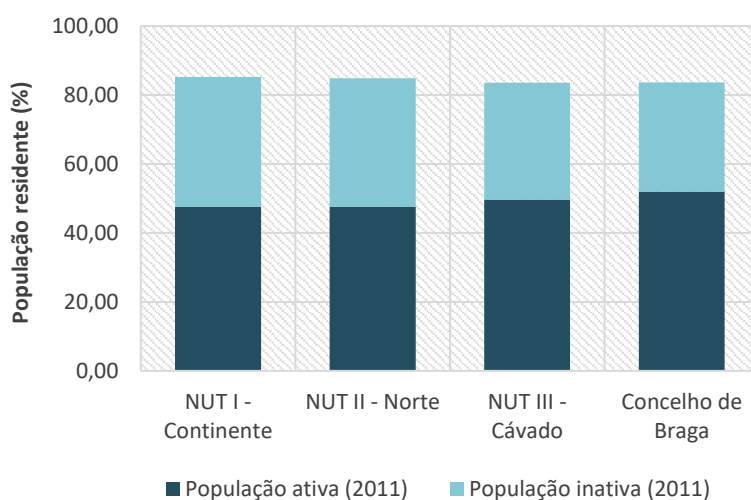
Estrutura do Emprego

O INE define a população ativa como correspondendo ao “conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)”. Por outro lado, de acordo com a mesma entidade, a população inativa corresponde ao “conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório”.

De acordo com os dados do XV Recenseamento Geral da População e Habitação, em 2011 são contabilizados 94411 residentes com atividade económica (52,02%) e 57416 residentes sem qualquer atividade económica (31,64%). Refira-se que a população com atividade económica agrega o total de residentes que se encontram efetivamente empregados e os que se encontram em situação de desemprego à data de realização dos censos, enquanto a população sem atividade económica se refere ao total de estudantes, domésticos, reformados, aposentados ou na reserva e incapacitados permanentemente para o trabalho.

Observando o Gráfico 24 é possível constatar que, entre as unidades territoriais em análise, o concelho de Braga é o que apresenta uma maior proporção de população ativa e, consequentemente, uma menor proporção de população inativa. Ao concelho de Braga, segue-se a NUT III – Cávado, com 49,2% dos residentes ativos e 31,64% de residentes inativos. Na NUT II – Norte, por sua vez, a proporção é de 47,59% de residentes com atividade económica e 37,30% de residentes sem qualquer atividade económica. Estes valores são próximos dos verificados na NUT III – Cávado, onde é registada uma população ativa de 47,58% e uma população inativa de 37,65%.

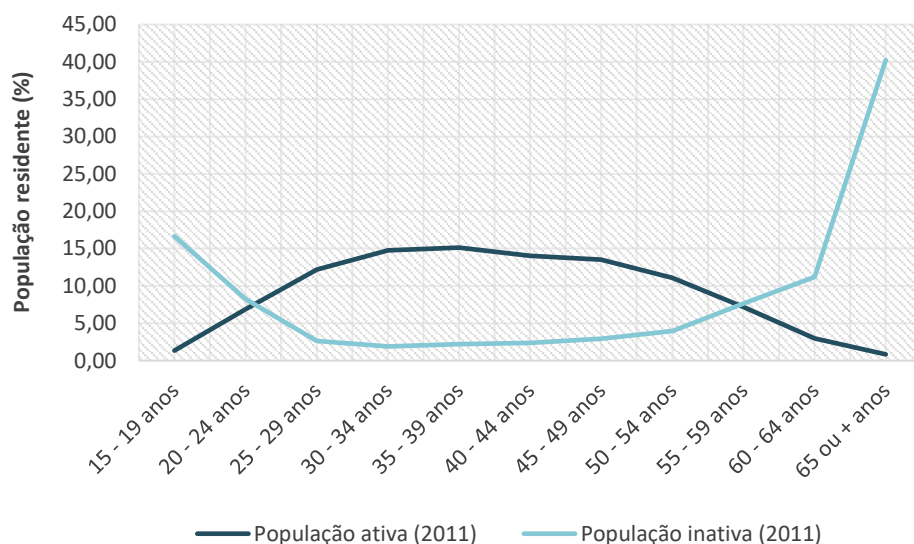
Gráfico 24 | População ativa e inativa no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

Analisando o número de indivíduos ativos por grupo etário, constata-se que a maior proporção da população ativa tem idade compreendida entre os 25 e os 54 anos, correspondendo, no seu conjunto, a 80,78% do total de indivíduos ativos no concelho de Braga. Relativamente à população inativa, esta predomina sobre a população ativa nos restantes grupos etários, com especial relevância para os indivíduos entre os 15 e os 19 anos e com 65 ou mais anos (Gráfico 25).

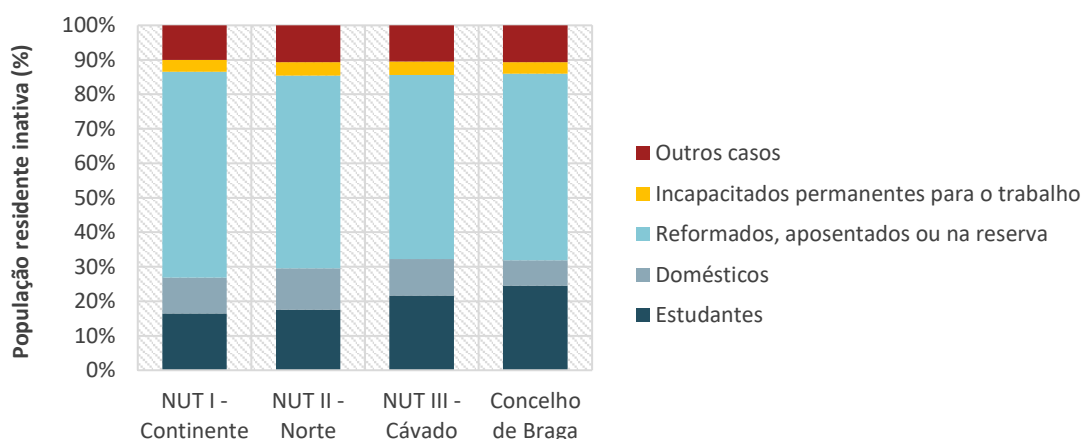
Gráfico 25 | População residente, com e sem atividade económica, por grupo etário, no concelho de Braga (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

No que se refere à população inativa, importa analisar a sua situação perante a atividade económica, pelo que no Gráfico 26 são apresentados os valores percentuais referentes às situações de estudante, reformado, doméstico, incapacitado permanentemente para o trabalho e outros casos.

Gráfico 26 | População inativa e respetiva situação perante a atividade económica no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente



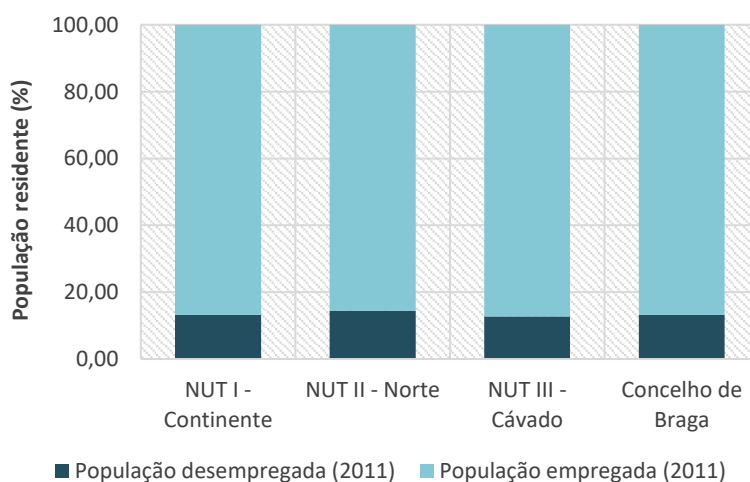
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

Quer no concelho de Braga, quer nas unidades territoriais onde este se encontra inserido, mais de 50% da população inativa encontra-se na situação de “reformados, aposentados ou na reserva”, seguindo-se os

residentes “estudantes”, com valores percentuais entre os 15% e os 25%. Ainda no que respeita à situação de estudante, é no concelho de Braga onde esta adquire maior representatividade, enquadrando 24,50% de total da população residente, valor superior ao verificado nas NUT III – Cávado (21,69%), NUT II – Norte (17,54%) e NUT I – Continente (16,49%).

No que respeita à população residente com atividade económica, esta contempla, tal como anteriormente mencionado, a população residente empregada e em situação de desemprego. Por conseguinte, no Gráfico 27 procede-se à escrutinação da proporção dos residentes ativos enquadrados em cada uma destas situações.

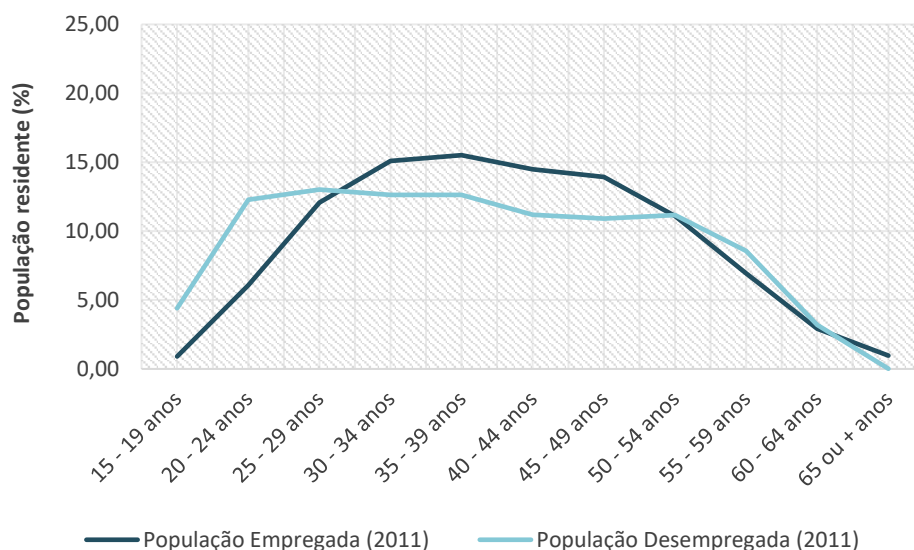
Gráfico 27 | População residente empregada e desempregada no concelho de Braga (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

Em qualquer uma das unidades territoriais em análise, o número de residentes empregados supera largamente o número de residentes em situação de desemprego. Deste modo, a proporção de empregados é superior a 85% em todos os territórios, enquanto a proporção de desempregados fica aquém dos 15%. De notar que no concelho de Braga a percentagem de população ativa empregada (86,82%) é bastante próxima da registada ao nível da NUT I – Continente (86,81%), superando a registada na NUT II – Norte (85,53%), mas ficando abaixo da observada na NUT III – Cávado (87,24%).

Em termos da distribuição da população empregada e desempregada por grupo etário, à data dos censos de 2011, constata-se uma maior dificuldade de as faixas etárias mais jovens integrarem o mercado de trabalho, com ênfase para os grupos etários até aos 30 anos, em que a percentagem de residentes desempregados é mais expressiva. Quanto à população empregada, há uma evidente predominância da proporção de indivíduos com idade adulta, com maior relevância para os efetivos com idade entre os 30 e os 54 anos (Gráfico 28).

Gráfico 28 | População empregada e população desempregada, por grupo etário, no concelho de Braga (2011)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

No Quadro 10 são apresentadas as taxas de atividade e desemprego registadas no concelho de Braga e nas unidades territoriais em que este se encontra inserido, nos anos censitários de 2001 e 2011.

Quadro 29 | Taxas de atividade e desemprego no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001 e 2011)

UNIDADES TERRITORIAIS	TAXA DE ATIVIDADE (%)		TAXA DE DESEMPREGO (%)	
	2001	2011	2001	2011
NUT I - Continente	48,4	47,6	6,8	13,2
NUT II - Norte	48,1	47,6	6,6	14,5
NUT III - Cávado	49,2	49,6	5,8	12,8
Concelho de Braga	51,9	52,0	6,9	13,2

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

A taxa de atividade¹² permite avaliar o peso que a população ativa de uma determinada região exerce sobre a população total. O concelho de Braga registou, no período intercensitário (2001-2011), um ligeiro aumento da taxa de atividade (51,9% em 2001 e 52,0% em 2011), acompanhando a tendência verificada ao nível da NUT III – Cávado (49,2% em 2001 e 49,6% em 2011). No sentido oposto, as NUT II – Norte (48,1% em 2001 e 47,6% em 2011) e NUT I – Continente (48,4% em 2001 e 47,6% em 2011) assinalaram um decréscimo desta mesma taxa.

Para além de registar um aumento da taxa de atividade no período em análise, o concelho de Braga regista, em 2001 e 2011, taxas superiores às verificadas nas unidades territoriais onde se enquadra.

¹² Taxa de Atividade: taxa que permite definir o peso da população ativa sobre a população total. Fórmula de cálculo: T.A. (%) = (População ativa / Total da população) × 100, in INE.

A taxa de desemprego¹³, por sua vez, traduz o total de desempregados, contextualizando-os no total da população residente. Relativamente a esta taxa, todas as unidades territoriais assistiram a um expressivo acréscimo no período intercensitário. O concelho de Braga é, todavia, o que regista o menor incremento (6,3%), ligeiramente inferior ao observado na NUT I – Continente (6,4%). Quanto às NUT III – Cávado e NUT II – Norte, o aumento é superior, contabilizado em 7,0% e 7,9%, respetivamente.

À data dos censos de 2011, o concelho de Braga regista uma taxa de desemprego de 13,2%, valor equivalente ao observado na NUT I – Continente, superior ao verificado na NUT III – Cávado (12,8%) e inferior ao aferido para a NUT II – Norte (14,5%).

Ao nível das freguesias do concelho de Braga, a evolução da taxa de atividade entre os anos de 2001 e 2011 não apresenta uma tendência homogênea (Quadro 30). Com efeito, 18 freguesias assistiram a uma variação positiva desta taxa, com os aumentos a variar entre os 0,21% observados na União das freguesias de Arentim e Cunha e os 4,58% verificados na União das freguesias de Crespos e Pousada. Em contrapartida, foram 19 as freguesias que registaram uma quebra na taxa de atividade, com os decréscimos a oscilarem, entre os -0,22% observados na União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos e os -4,06% verificados na freguesia de Lamas.

Quadro 30 | Taxa de atividade por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)

FREGUESIA	TAXA ATIVIDADE (%)		
	2001	2011	Variação
Adaúfe	48,02	50,55	2,54
Braga (São Vicente)	52,03	52,39	0,36
Braga (São Vítor)	53,81	53,07	-0,75
Espinho	49,93	50,72	0,79
Esporões	51,65	50,67	-0,98
Figueiredo	55,50	52,92	-2,58
Gualtar	50,38	51,55	1,17
Lamas	55,37	51,31	-4,06
Mire de Tibães	51,86	49,57	-2,29
Padim da Graça	52,41	50,95	-1,45
Palmeira	49,65	51,23	1,57
Pedralva	48,96	49,64	0,68
Priscos	54,50	51,53	-2,97
Ruilhe	42,96	43,96	1,00
Sequeira	50,10	47,76	-2,33
Sobreposta	48,21	50,96	2,75
Tadim	50,90	52,93	2,03
Tebosa	52,37	50,22	-2,15
União das freguesias de Arentim e Cunha	50,18	50,39	0,21
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	51,99	49,99	-2,00
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	49,92	47,41	-2,51

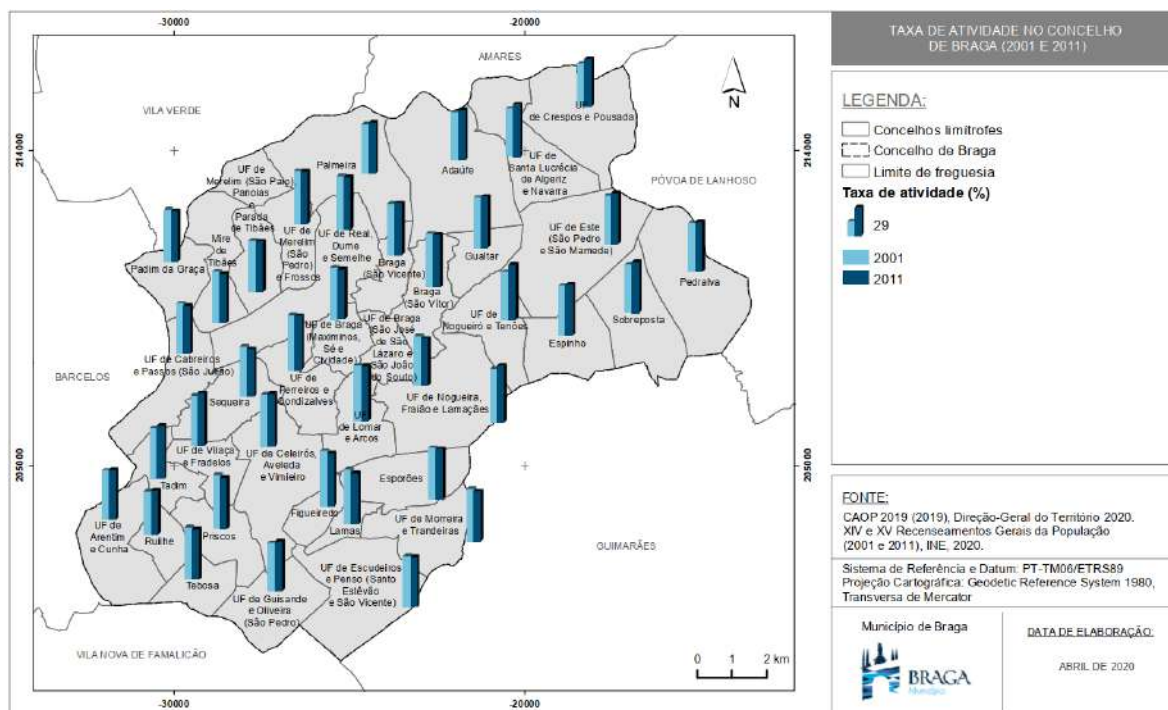
¹³ Taxa de Desemprego: taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa. Fórmula de Cálculo: T.D. (%) = (População desempregada / População ativa) x 100, in INE.

FREGUESIA	TAXA ATIVIDADE (%)		
	2001	2011	Variação
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	50,84	48,73	-2,11
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	51,77	53,19	1,41
União das freguesias de Crespos e Pousada	43,00	47,59	4,58
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	51,38	50,32	-1,05
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	48,19	50,79	2,60
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	54,95	54,49	-0,46
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	48,29	49,95	1,67
União das freguesias de Lomar e Arcos	55,03	54,53	-0,49
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	51,76	50,29	-1,47
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	52,67	52,44	-0,22
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	52,90	50,10	-2,80
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	54,01	57,12	3,11
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	47,94	55,20	7,25
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	53,53	52,85	-0,68
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	48,78	52,62	3,84
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	50,03	52,47	2,44
Concelho de Braga	51,89	52,02	0,13

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Em 2011, as taxas de atividade mais significativas registam-se na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (57,12%), União das freguesias de Nogueiró e Tenões (55,20%), União das freguesias de Lomar e Arcos (54,53%) e União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves (54,49%). Em oposição, as freguesias de Ruíhe (43,96%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (47,41%), União das freguesias de Crespos e Pousada (47,59%), Sequeira (47,76%) observam as taxas menos expressivas (Quadro 30 e Mapa 16).

Mapa 16 | Taxa de atividade por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)



As assimetrias aferidas traduzem as desigualdades ao nível da população residente em cada freguesia e da respetiva estrutura etária, com repercussões óbvias ao nível do peso da população ativa sobre a população total.

Quanto à evolução das taxas de desemprego nas freguesias do concelho de Braga, os dados evidenciam uma tendência uniforme, com as 37 freguesias do concelho a apresentar um incremento desta taxa no período intercensitário (Quadro 31). Note-se que o menor aumento desta taxa ocorre na União das freguesias de Crespos e Pousada (2,26%) e o mais expressivo em Padim da Graça (15,14%).

Quadro 31 | Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)

FREGUESIA	TAXA DESEMPREGO (%)		
	2001	2011	Variação
Adaúfe	4,30	12,05	7,75
Braga (São Vicente)	6,60	14,30	7,70
Braga (São Vítor)	7,30	14,26	6,96
Espinho	7,80	10,18	2,38
Esporões	6,80	11,89	5,09
Figueiredo	5,00	13,41	8,41
Gualtar	6,90	10,46	3,56
Lamas	7,30	10,88	3,58
Mire de Tibães	3,60	13,99	10,39
Padim da Graça	3,70	18,84	15,14
Palmeira	4,90	10,21	5,31
Pedralva	2,80	10,71	7,91
Priscos	5,60	11,00	5,40

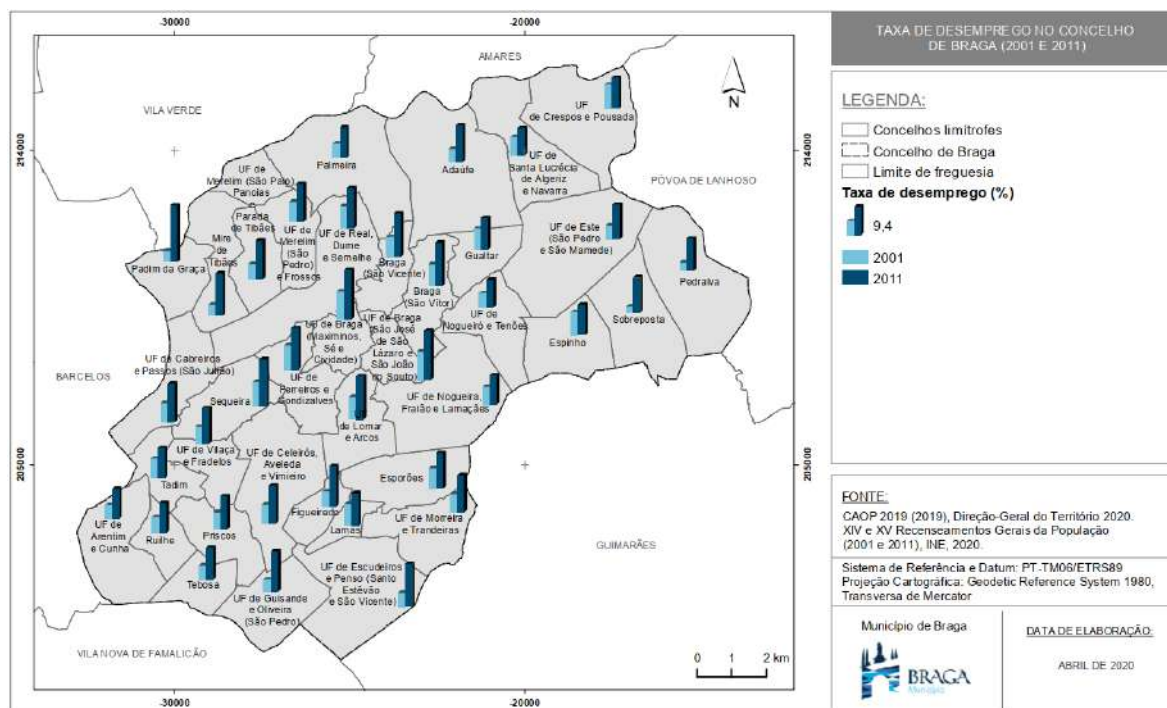
FREGUESIA	TAXA DESEMPREGO (%)		
	2001	2011	Variação
Ruilhe	5,30	9,96	4,66
Sequeira	8,20	15,72	7,52
Sobreposta	2,00	11,61	9,61
Tadim	6,40	9,92	3,52
Tebosa	4,70	10,58	5,88
União das freguesias de Arentim e Cunha	4,54	9,86	5,31
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	9,09	16,16	7,07
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	9,30	16,30	7,00
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	6,31	12,80	6,48
União das freguesias de Celeirós, Avelada e Vimieiro	6,18	12,51	6,33
União das freguesias de Crespos e Pousada	8,04	10,30	2,26
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	4,58	14,07	9,50
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	4,43	11,44	7,01
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	8,14	13,68	5,55
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	4,03	13,12	9,09
União das freguesias de Lomar e Arcos	7,37	14,28	6,92
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	5,08	12,72	7,64
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	6,58	12,54	5,96
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	5,97	12,14	6,17
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	5,87	9,79	3,92
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	4,77	9,22	4,45
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	7,34	13,39	6,05
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	6,07	8,99	2,92
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	5,70	11,82	6,12
Concelho de Braga	6,88	13,18	6,30

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

Tal como é possível aferir pela análise do Quadro 31, são 18 as freguesias que registam um incremento da taxa de desemprego superior ao verificado ao nível concelhio.

No último ano censitário, o número de desempregados em relação ao total de residentes ativos era superior nas freguesias de Padim da Graça (18,84%), seguindo-se a União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (16,30%) e a União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (16,16%). As taxas de desemprego menos expressivas, por sua vez, observam-se na União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (8,99%), União das freguesias de Nogueiró e Tenões (9,22%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (9,79%), União das freguesias de Arentim e Cunha (9,86%), Tadim (9,92%) e Ruilhe (9,96%), onde os valores percentuais são inferiores a 10% (Quadro 31 e Mapa 17).

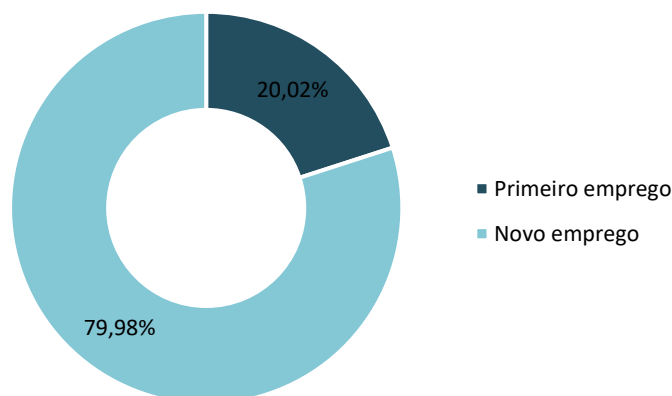
Mapa 17 | Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga (2001 e 2011)



Considerando as taxas de desemprego registadas no concelho, assim como o número de residentes em situação de desemprego à data dos censos de 2011, revela-se oportuno proceder análise da distribuição da população segundo a situação perante a procura de emprego, nomeadamente no que respeita à distinção entre a procura de um primeiro emprego e a procura de um novo emprego.

À data dos censos de 2011, o concelho de Braga contabiliza um total de 12440 residentes em situação de desemprego, dos quais 9949 procuram um novo emprego (79,98%) e 2491 procuram o primeiro emprego (20,02%) (Gráfico 29).

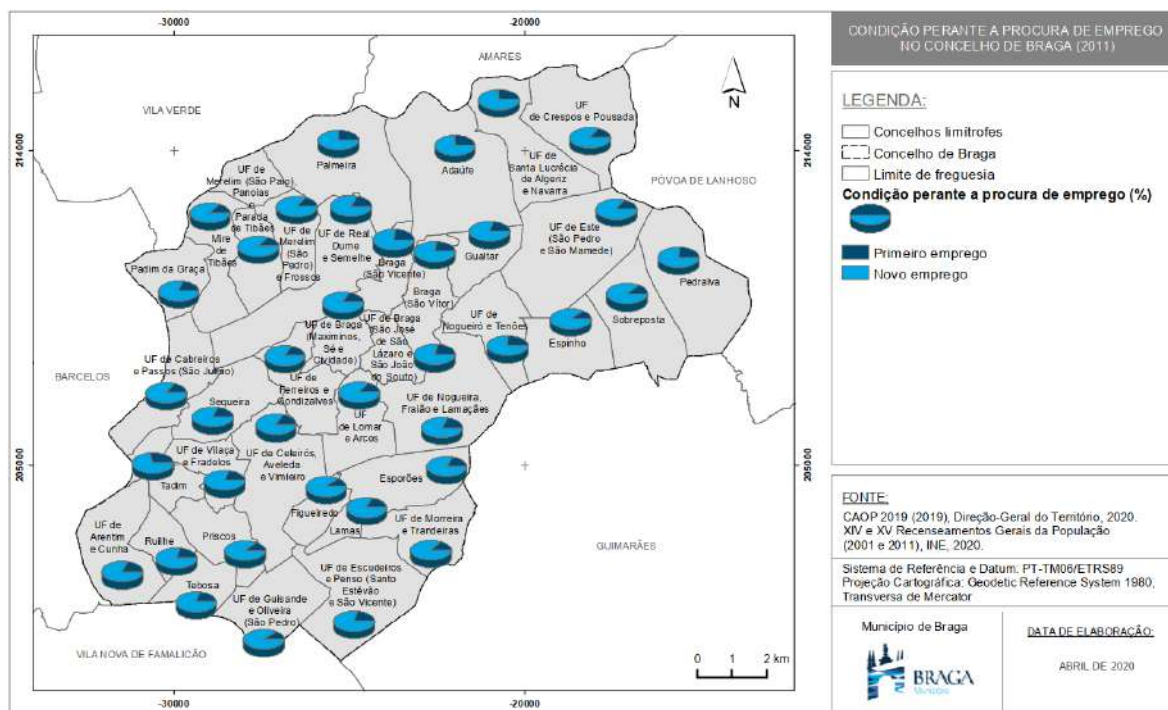
Gráfico 29 | Condição perante a procura de emprego no concelho de Braga (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

No Mapa 18 é apresentada a distribuição geográfica dos residentes em situação de desemprego, de acordo com a condição perante a procura de emprego e em função da freguesia de residência.

Mapa 18 | Condição perante a procura de emprego nas freguesias do concelho de Braga (2011)



Tal como é possível constatar, em todas as freguesias do concelho predomina a procura de um novo emprego, com destaque para as freguesias de Espinho (88,52%), União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (88,41%) e Figueiredo (88,24%), onde a proporção de desempregados à procura de novo emprego excede os 88%.

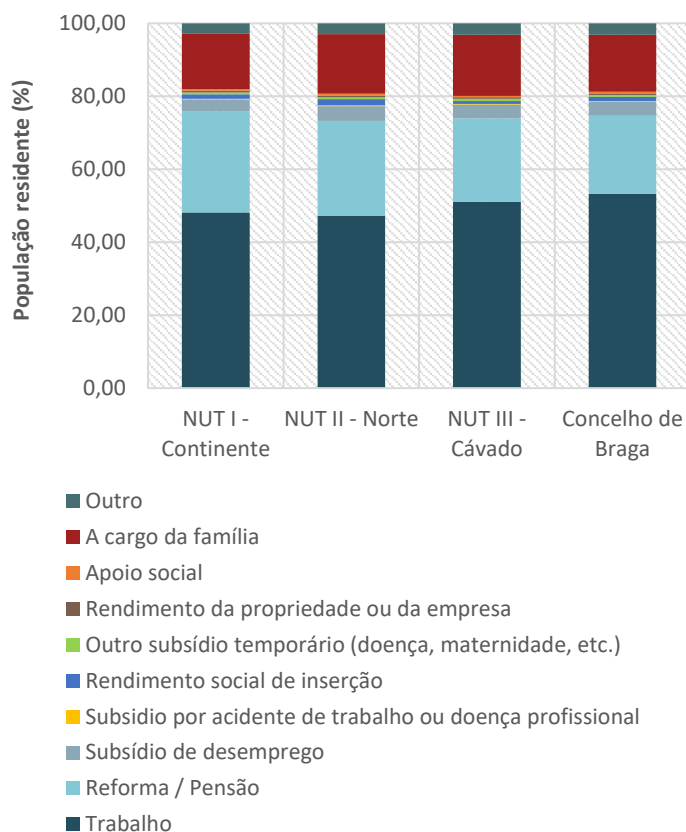
Quanto aos desempregados à procura do primeiro emprego, distinguem-se as freguesias de Tadim (28,33%), Adaúfe (25,66%) e União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (25,53%), com valores percentuais acima dos 25%.

Ainda no que concerne à estrutura do emprego no concelho de Braga, importa analisar o principal meio de vida da população residente, a partir dos 15 anos de idade, de acordo com os dados dos últimos censos.

Tal como se evidencia no Gráfico 15, quer no concelho de Braga (53,25%), quer nas NUT III – Cávado (51,10%), NUT II – Norte (47,33%) e NUT I – Continente (48,18%), o principal meio de vida da população residente é o trabalho. Este meio de vida é ainda mais representativo, em termos percentuais, no território concelhio, quando comparado com as restantes unidades territoriais em análise.

O segundo meio de vida com maior expressividade em qualquer uma das unidades territoriais é a reforma/pensão, que abarca 27,63% dos residentes na NUT I – Continente, 25,96% na NUT II – Norte, 22,90% na NUT III – Cávado e 21,45% no concelho de Braga. Estes valores, sendo inferiores o território concelhio, evidenciam uma estrutura etária mais envelhecida a nível nacional e regional, assim como um maior desequilíbrio entre o número de ativos e o número de reformados/pensionistas.

Gráfico 30 | População residente por principal meio de vida no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

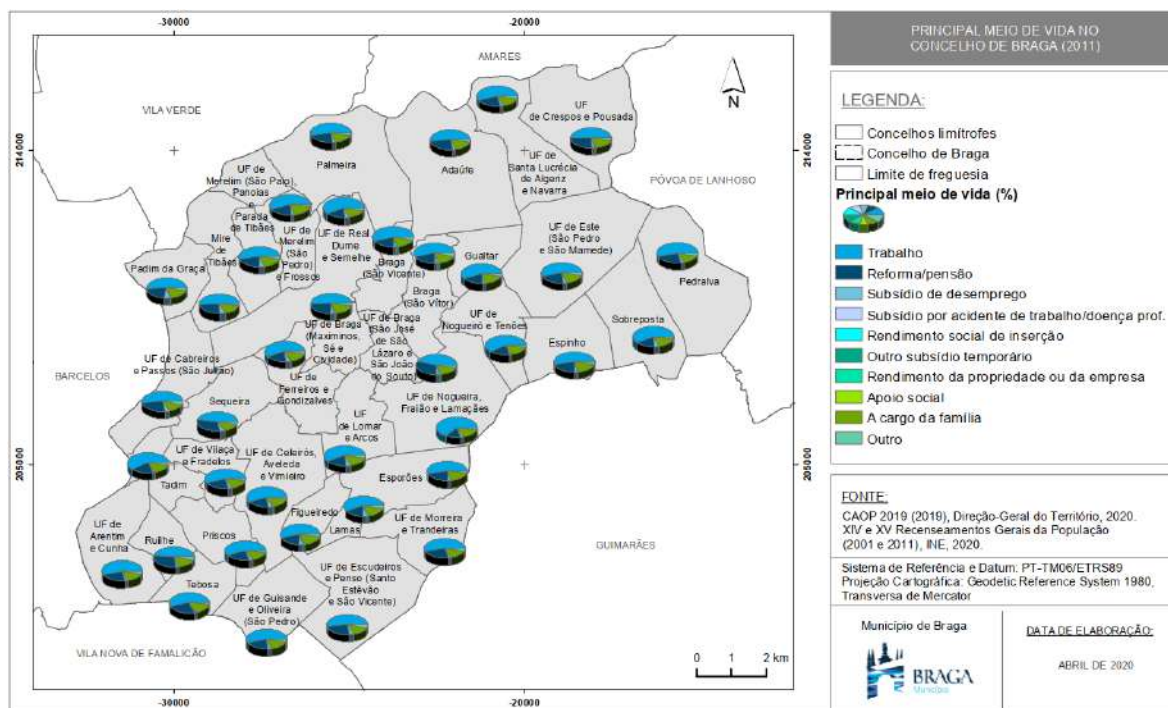
Em todas as unidades territoriais em estudo, a população residente a cargo da família surge com significativa representatividade, correspondendo ao terceiro principal meio de vida. Com efeito, representa 15,63% dos residentes com mais de 15 anos no concelho de Braga, valor superior ao verificado na NUT I – Continente (15,19%), mas inferior ao observado nas NUT II Norte (16,37%) e NUT III – Cávado (15,63%).

O subsídio de desemprego assume relativa significância como fonte de rendimento, abrangendo 3,83% da população residente no concelho, valor inferior ao verificado na NUT II – Norte (4,05%), mas superior ao registado nas NUT III – Cávado (3,70%) e NUT – Continente (3,34%).

Os restantes meios de vida (apoio social, rendimento da propriedade ou da empresa, outro subsídio temporário, rendimento social de inserção e subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional) representam fontes de rendimento menos comuns tanto ao nível local, como regional e nacional.

Numa análise mais pormenorizada, à escala das freguesias que compõem o concelho de Braga, verificamos que a distribuição da população residente com mais de 15 anos pelos diferentes modos de vida é, grosso modo, homogénea, ainda que pautada por valores percentuais distintos (Mapa 19). Com efeito, o trabalho surge como o principal meio de vida em todas as freguesias, com destaque para a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (61,84%) e União das freguesias de Nogueiró e Tenões (58,40%), onde se verificam os valores percentuais mais expressivos.

Mapa 19 | Principal meio de vida nas freguesias do concelho de Braga (2011)



A reforma/pensão surge como o segundo meio de vida com maior representatividade em todas as freguesias. Em termos de volume da população, destacam-se as freguesias de Sequeira (29,59%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (28,94%) e Ruíhe (28,53%), por serem aquelas em que este é mais significativo.

Quanto à população residente, a partir dos 15 anos de idade, a viver a cargo da família, representa o terceiro meio de vida mais figurado em quase todas as freguesias. Este modo de vida evidencia-se particularmente em Esporões (18,50%), União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (18,11%), Figueiredo (17,75%), Padim da Graça (17,37%) e Espinho (17,15%).

Os restantes modos de vida assumem pouca representatividade em termos percentuais. Por conseguinte, o subsídio de desemprego não ultrapassa os 6,11% registados em Padim da Graça, o subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional não excede os 0,58% observados na União das freguesias de Morreira e Trandeiras, o rendimento social de inserção não representa mais de 2,06% da população residente na União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), o meio de vida relativo a outro subsídio temporário não excede os 1,19% contabilizados em Padim da Graça, a população cujo meio de vida é o rendimento da propriedade ou da empresa não supera os 0,65% observados em Gualtar e na União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) e o apoio social representa um máximo de 0,83% da população residente na União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade). Quanto a outros meios de vida, estes adquirem maior expressão na União das freguesias de Arentim e Cunha (4,18%).

Qualificação dos Recursos Humanos

O nível de instrução da população residente constitui um fator fundamental, capaz de influenciar o crescimento económico coeso de qualquer território, na medida em que proporciona a expansão do desenvolvimento tecnológico e da inovação, bem como o incremento de atividades económicas mais especializadas. Constitui, portanto, um importante indicador do grau de desenvolvimento de um território.

Efetivamente, baixos níveis de qualificação constituem um obstáculo à empregabilidade dos trabalhadores e à sua produtividade. Por sua vez, a produtividade é fundamental para a competitividade e para o desenvolvimento sustentado da economia.

Como indicador social, o grau de escolaridade reflete-se diretamente no acesso a empregos melhor qualificados e, consequentemente, na melhoria das condições de vida. Por outro lado, o analfabetismo, total ou funcional, não é mais do que um constrangimento que impede o livre acesso a determinadas funções, sendo que esta impossibilidade de acesso diminui a qualidade de vida da população.

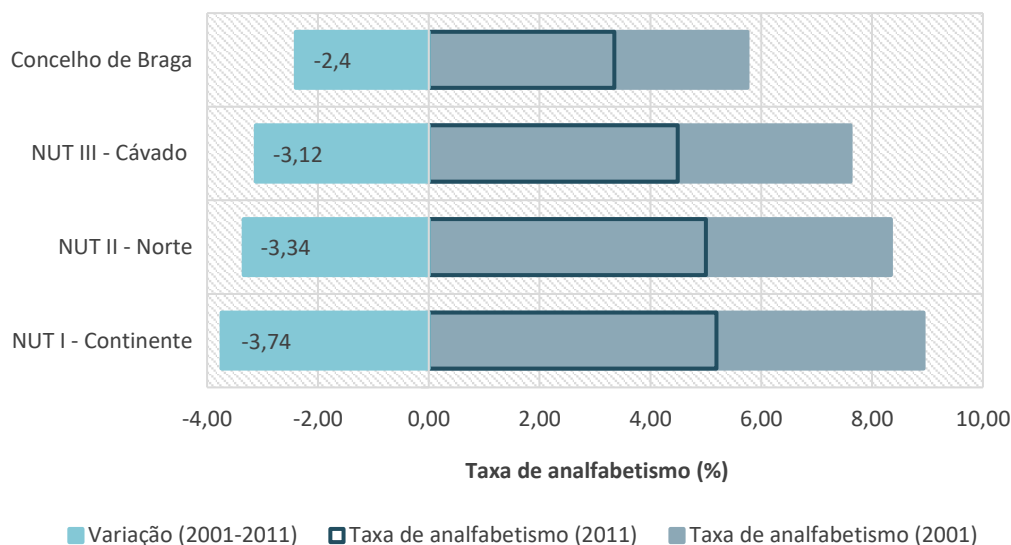
Considerando o exposto anteriormente, o nível de qualificação dos recursos humanos do concelho de Braga é caracterizado com recurso a dois indicadores demográficos, designadamente a taxa de analfabetismo e o grau de instrução da população. De forma a enquadrar e contextualizar o nível de qualificação dos recursos humanos do concelho aos níveis regional e nacional, procede-se a uma análise comparativa entre as diferentes unidades territoriais.

De acordo com o INE (censos 2011), a taxa de analfabetismo é definida “*como referência a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever*”. Considerou-se que essa idade “*correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário*”.

A análise do Gráfico 31 permite constatar que no espaço intercensitário 2001-2011, a taxa de analfabetismo registou um decréscimo em todas as unidades territoriais em análise, tendo o concelho de Braga registado o menor decréscimo (-2,4%). Importa mencionar, contudo, que o território concelhio regista, em 2011, uma taxa de analfabetismo claramente inferior às observadas nas NUT III – Cávado (4,49%), NUT II – Norte (5,00%) e NUT I – Continente (5,19%), em que se insere. Também no ano censitário precedente (2001) o concelho registava a menor taxa de analfabetismo.

A tendência para o decréscimo da taxa de analfabetismo poderá ser justificada, quer pela substituição gradual da população idosa, que, por norma, é a que apresenta maiores índices de analfabetismo, quer pela maior escolarização da população em idade escolar.

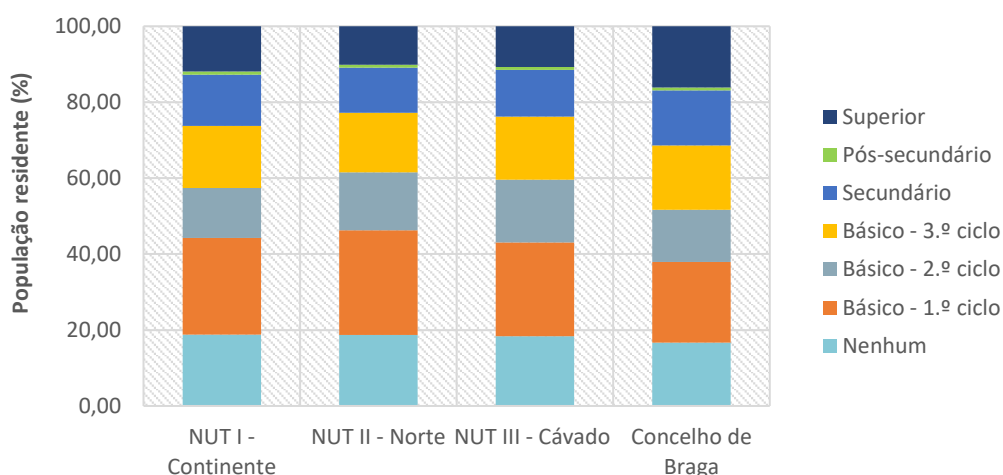
Gráfico 31 | Taxa de analfabetismo no concelho de Braga, NUT II – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente e respetiva variação (2001-2011)



Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação, INE (2019).

No que se refere ao grau de instrução mais elevado completo, verifica-se que em todas as unidades territoriais retratadas no Gráfico 32, o 1.º ciclo do ensino básico é o nível de instrução mais representativo, na medida em que uma maior percentagem da população residente apresenta este grau completo. Em termos comparativos, é na NUT II – Norte que este nível adquire maior expressividade (27,60%), seguindo-se a NUT I – Continente (25,40%), a NUT III – Cávado (24,72%) e, por fim, o concelho de Braga (21,19%).

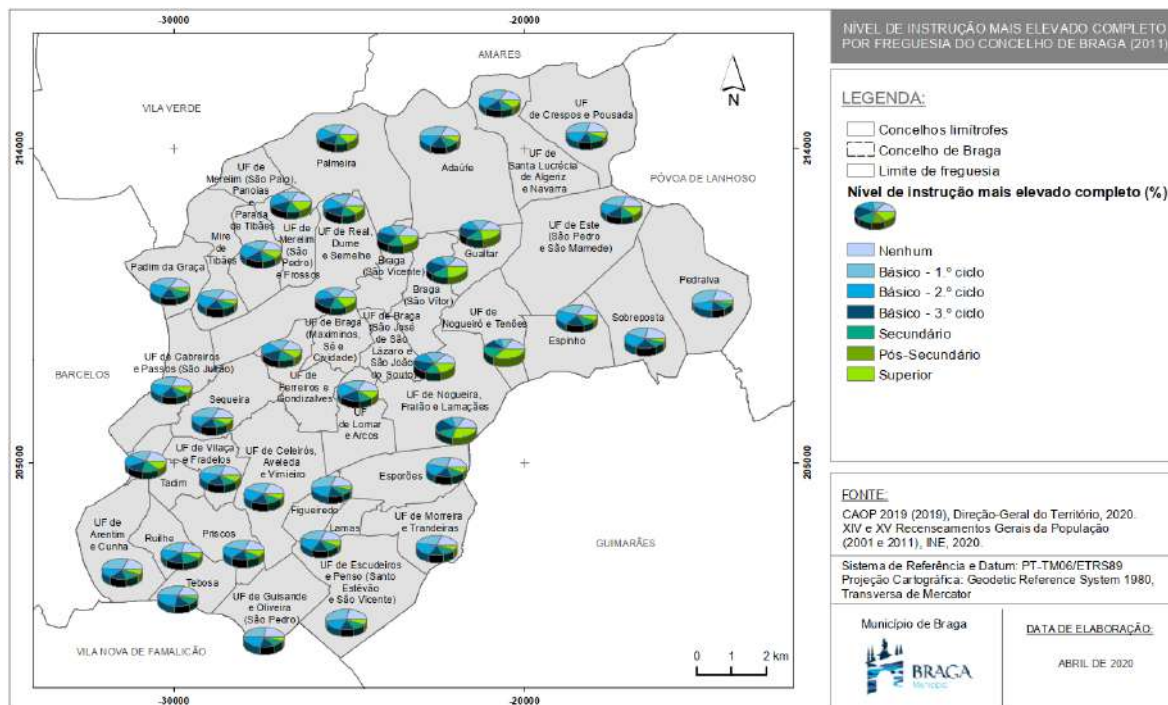
Gráfico 32 | População residente no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente, segundo o nível de instrução mais elevado completo (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2019).

A proporção da população residente sem qualquer grau de instrução também apresenta um peso significativo em todas as unidades territoriais em análise, com destaque para a NUT I – Continente, que regista o valor percentual mais elevado (18,81%). Seguem-se a NUT II – Norte (18,67%), a NUT III – Cávado (18,38%) e, com um valor significativamente inferior, o concelho de Braga (16,70%).

Numa análise na nível da freguesia, é possível aferir que em 32 freguesias predomina a população residente com o 1.º ciclo do ensino básico completo, enquanto nas 5 restantes é o ensino superior que adquire maior representatividade (Mapa 20). No segundo caso, referem-se a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (35,7%), a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (28,9%), São Vítor (23,3%), Gualtar (22,3%) e São Vicente (19,1%).



Rendimento Mensal

O rendimento das famílias é um fator que influencia diretamente a possibilidade de as mesmas conseguirem se adaptar às necessidades que vão surgindo ao longo da vida, quer ao nível da saúde, da educação, da habitação, entre outras. A variação reduzida ou mesmo a imutabilidade do ganho médio mensal em Portugal é uma realidade normalizada, que gera uma inadequabilidade das condições de vida com as mudanças associadas à normal evolução de um agregado familiar. Em Portugal, esta problemática articulada com o constante aumento agravado do valor da habitação, condiciona gravemente a opção de escolha de intervenção no parque habitacional existente, assim como, a expansão do mesmo.

Como indicador económico, o ganho médio mensal¹⁴ é analisado, seguidamente, com o objetivo de entender o panorama de Braga, comparando-o com o panorama regional e nacional, no que diz respeito às capacidades económicas de investimento, mais precisamente no contexto da habitação.

Em 2011, o concelho de Braga apresentava um valor de ganho médio mensal de 964,00€, encontrando-se acima da NUT III – Cávado (873,30€) e da NUT II – Norte (949,10€), no entanto abaixo da NUT I – Continente (1084,60€) (Quadro 32). Em 2017, esta realidade mantém-se, apesar dos valores terem aumentado ligeiramente, ou seja, o concelho de Braga apresenta um valor de ganho médio mensal de 1038,70€, ainda acima da NUT III – Cávado (948,40€) e da NUT II – Norte (1015,60€), mas abaixo da NUT I – Continente (1133,30€). Importa ainda salientar que, no período de sete anos em análise, a NUT III – Cávado apresentou a maior variação percentual com 8,60%, seguida pelo concelho de Braga com 7,75%, a NUT II – Norte com 7,01% e, com a menor variação, a NUT I – Continente com 4,49%.

Quadro 32 | Ganho Médio Mensal (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011 e 2017)

UNIDADE TERRITORIAL	GANHO MÉDIO MENSAL (€)		VARIAÇÃO (2011-2017) (%)
	2011	2017	
NUT I - Continente	1084,60	1133,30	4,49
NUT II - Norte	949,10	1015,60	7,01
NUT III - Cávado	873,30	948,40	8,60
Concelho de Braga	964,00	1038,70	7,75

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

No enquadramento da NUT III – Cávado, o concelho de Braga apresentava, em 2011, o maior valor do ganho médio mensal comparativamente com os restantes concelhos integrantes desta unidade territorial (Quadro 33). O concelho de Vila Verde apresentava o menor valor, com 776,0€, acima encontrava-se o concelho de Barcelos, com 779,30€, o concelho de Esposende, com 786,10€, o concelho de Terras de Bouro, com 789,40€ e, finalmente, o concelho de Amares, com 812,70€. Em 2017, o concelho de Braga mantém a posição cimeira, com o maior valor comparativamente com os restantes concelhos da NUT III – Cávado, registando um ganho médio mensal de 1038,70€. O concelho de Vila Verde continua a apresentar o menor valor (821,30€), sendo

¹⁴ Montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas, mas não efetuadas. Inclui para além da remuneração de base todos os prémios e subsídios regulares (diuturnidades, subsídios de função, de alimentação, de alojamento, de transporte, de antiguidade, de produtividade, de assiduidade, de turno, de isenção de horário, por trabalhos penosos, perigosos e sujos, etc.), bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias (Meta informação – Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, 2020).

agora superado por Amares (863,10€), Barcelos (865,70€), Terras de Bouro (866,40€) e, finalmente, Esposende (884,10€).

Quadro 33 | Ganho Médio Mensal (€) nos concelhos da NUT III – Cávado (2011 e 2017)

UNIDADE TERRITORIAL	GANHO MÉDIO MENSAL (€)		VARIAÇÃO (2011-2017) (%)
	2011	2017	
Amares	812,70	863,10	6,20
Barcelos	779,30	865,70	11,09
Braga	964,00	1038,7	7,75
Esposende	786,10	884,10	12,47
Terras de Bouro	789,40	866,40	9,75
Vila Verde	776,00	821,30	5,84

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Face ao exposto, a variação entre o ano 2011 e 2017, foi mais significativa no concelho de Esposende (12,47%), seguido por Barcelos (11,09%), Terras de Bouro (9,75%), Braga (7,75%), Amares (6,20%) e, com a menor variação, Vila Verde (5,84%).

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

PARQUE EDIFICADO E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

O parque habitacional português evidenciou um crescimento significativo nas últimas décadas, não só no número de alojamentos, como na proporção de alojamentos vagos. O aumento do parque habitacional vago é, aliás, um problema comum no contexto internacional. Não obstante, apesar deste aparente excesso de oferta de habitação, isto é, embora a taxa de cobertura de oferta habitacional disponível se conjecture ser suficiente para suprimir as carências habitacionais em todo o território português, o facto é que muitos agregados familiares têm ainda hoje dificuldades em aceder ao mercado de habitação a custos que possam suportar.

Num período em que ocorre uma progressiva transformação na forma de acesso à habitação, a predominância da construção ou aquisição de habitação própria tem dado lugar a um modelo em que a reabilitação de edifícios e o arrendamento habitacional constitui prioridade, procurando responder às necessidades da atualidade. Deste modo, o estudo do parque habitacional existente e da sua evolução ao longo dos últimos anos é essencial para planear o futuro do mesmo, tendo em conta os novos modelos procurados e as necessidades que carecem de ser suprimidas.

No presente subcapítulo apresenta-se uma abordagem sobre o parque edificado do concelho de Braga e respetivas condições de habitabilidade, enquadrando tal situação de referência no contexto regional e nacional. Para tal, pretende-se dar a conhecer as condições existentes e perceber a evolução sentida nos últimos anos, enquanto contributo significativo para a definição da estratégia local de habitação do concelho.

Caraterização do Parque Edificado

Para uma análise detalhada das características do parque habitacional do concelho de Braga são tidos em conta indicadores afetos quer aos edifícios, quer aos alojamentos. Os primeiros são analisados relativamente à quantidade, à época de construção, à estrutura construtiva, ao tipo de utilização, ao número de pisos e ao número de alojamentos. Os alojamentos, por sua vez, são estudados quanto à quantidade e tipologia, à área útil, ao número de divisões, à forma de ocupação, ao regime de propriedade e à disponibilidade de estacionamento.

Primeiramente, numa análise global e comparativa entre o número de edifícios clássicos¹⁵ e o número de alojamentos, verifica-se que no período 2001-2011 a proporção de alojamentos/edifícios aumenta em todas as unidades territoriais. No concelho de Braga, no ano 2011, a proporção de alojamentos destaca-se com 117,7% (84686 alojamentos e 38892 edifícios), seguida da NUT I – Continente com 68,2% (5639257 alojamentos e 3353610 edifícios), a NUT III – Cávado com 53,2% (190613 alojamentos e 124414 edifícios) e, muito próxima, a NUT II – Norte com 53,0% (1850890 alojamentos e 1209911 edifícios) (Quadro 34).

¹⁵ Edifício cuja estrutura e materiais empregues tem um carácter não precário e duração esperada de 10 anos pelo menos in INE.

Quadro 34 | Número de edifícios e de alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2001 e 2011)

UNIDADE TERRITORIAL	Nº DE EDIFÍCIOS CLÁSSICOS		Nº DE ALOJAMENTOS	
	2001	2011	2001	2011
NUT I - Continente	2997659	3353610	4866373	5639257
NUT II - Norte	1100329	1209911	1613781	1850890
NUT III - Cávado	105772	124414	160108	190613
Concelho de Braga	32668	38892	70389	84686

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Para melhor entender a distribuição do edificado e dos alojamentos no concelho de Braga é, de seguida, apresentada uma análise ao nível das diferentes freguesias (Quadro 35).

Quadro 35 | Número de edifícios e de alojamentos por freguesia do concelho de Braga (N.º)

FREGUESIA	EDIFÍCIOS		ALOJAMENTOS
	2011	2020	2011
Adaúfe	1311	1409	1473
Braga (São Vicente)	1462	1505	6755
Braga (São Vítor)	2720	2774	16619
Espinho	405	432	436
Esporões	528	579	605
Figueiredo	332	348	436
Gualtar	1491	1710	3024
Lamas	219	233	289
Mire de Tibães	823	859	909
Padim da Graça	486	516	605
Palmeira	1906	2051	2251
Pedralva	486	517	499
Priscos	512	544	567
Ruilhe	421	436	485
Sequeira	646	682	767
Sobreposta	435	472	450
Tadim	354	373	489
Tebosa	382	427	430
União das freguesias de Arentim e Cunha	603	624	634
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	1761	1809	7522
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	1796	1834	7388
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	736	801	776
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	2017	2128	2738
União das freguesias de Crespos e Pousada	555	617	585
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	641	690	718
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	1319	1505	1541
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1787	1926	4062
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	339	366	375

FREGUESIA	EDIFÍCIOS		ALOJAMENTOS
	2011	2020	2011
União das freguesias de Lomar e Arcos	1502	1701	2867
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1983	2110	2141
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1200	1321	1454
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	468	488	551
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	2526	2814	5751
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	1119	1214	2385
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	2662	2851	5051
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	398	422	434
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	561	598	624
Concelho de Braga	38892	41686	84686

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020); SIOU Q4, CM Braga (2020).

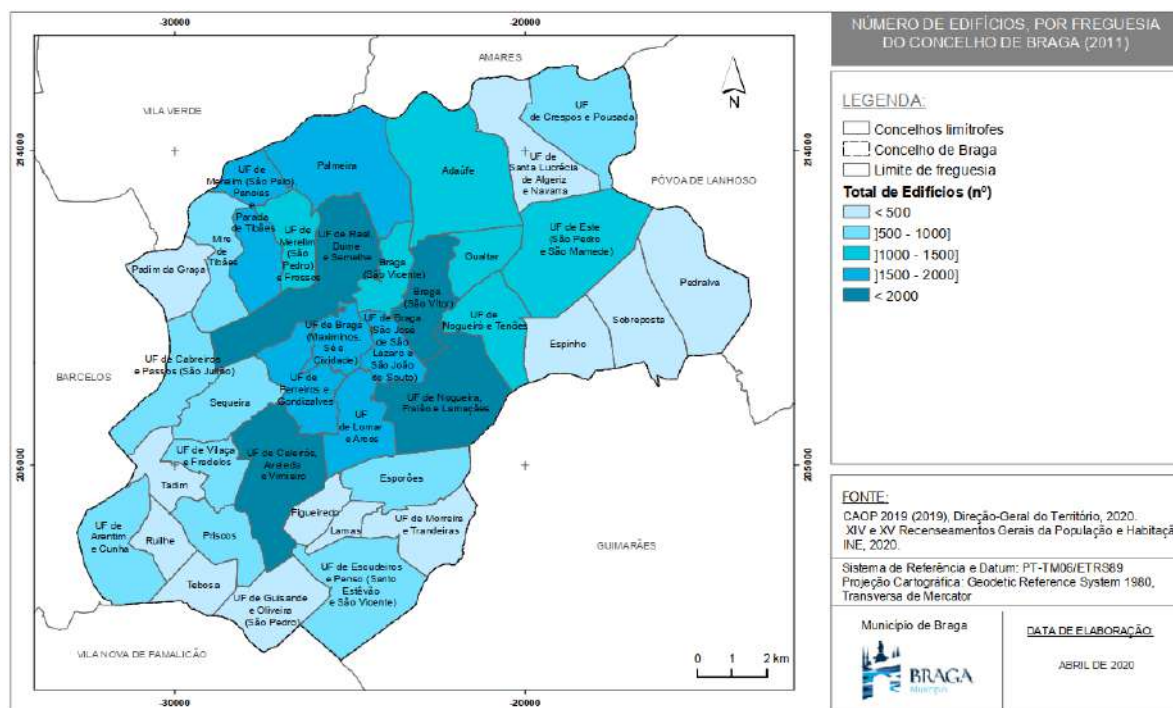
Tal como evidenciado, as freguesias com um maior número de edifícios clássicos, em 2011, correspondem a Braga (São Vítor) (2720 edifícios clássicos), União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (2662 edifícios clássicos), União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (2526 edifícios clássicos), União de freguesias de Celeirós, Avelada e Vimieiro (2017 edifícios clássicos) e União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (1983 edifícios clássicos).

Quanto às freguesias com maior número de alojamentos, destaque para Braga (São Vítor) (16619 alojamentos), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (7522 alojamentos), União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (7388 alojamentos), Braga (São Vicente) (6755 alojamentos) e União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (5751 alojamentos).

Em oposição, as freguesias com um menor número de edifícios e, simultaneamente, de alojamentos, correspondem a Lamas (219 edifícios clássicos e 289 alojamentos), Figueiredo (332 edifícios clássicos e 436 alojamentos), União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (339 edifícios clássicos e 375 alojamentos) e Tebosa (382 edifícios clássicos e 430 alojamentos).

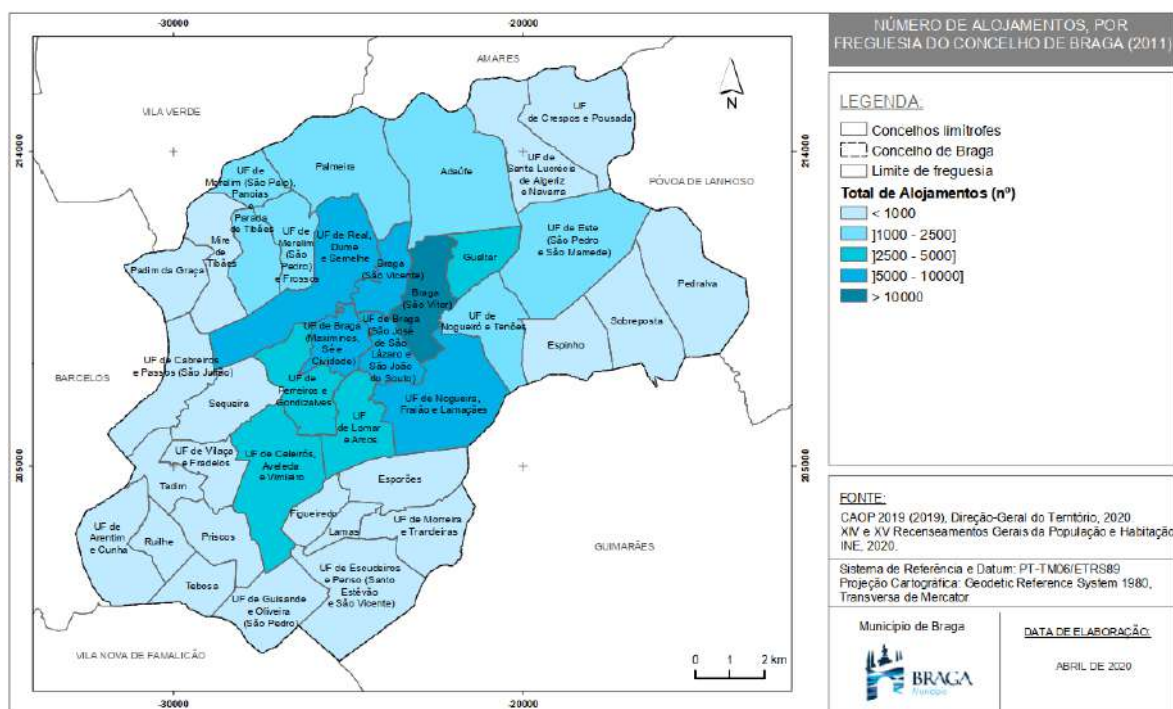
No Mapa 21 é apresentada a distribuição dos edifícios clássicos existentes do território concelhio por freguesia.

Mapa 21 | Número de edifícios por freguesia do concelho de Braga (2011)



A distribuição dos alojamentos pelas diferentes freguesias, por sua vez, encontra-se representada no Mapa 22.

Mapa 22 | Número de alojamentos por freguesia do concelho de Braga (2011)



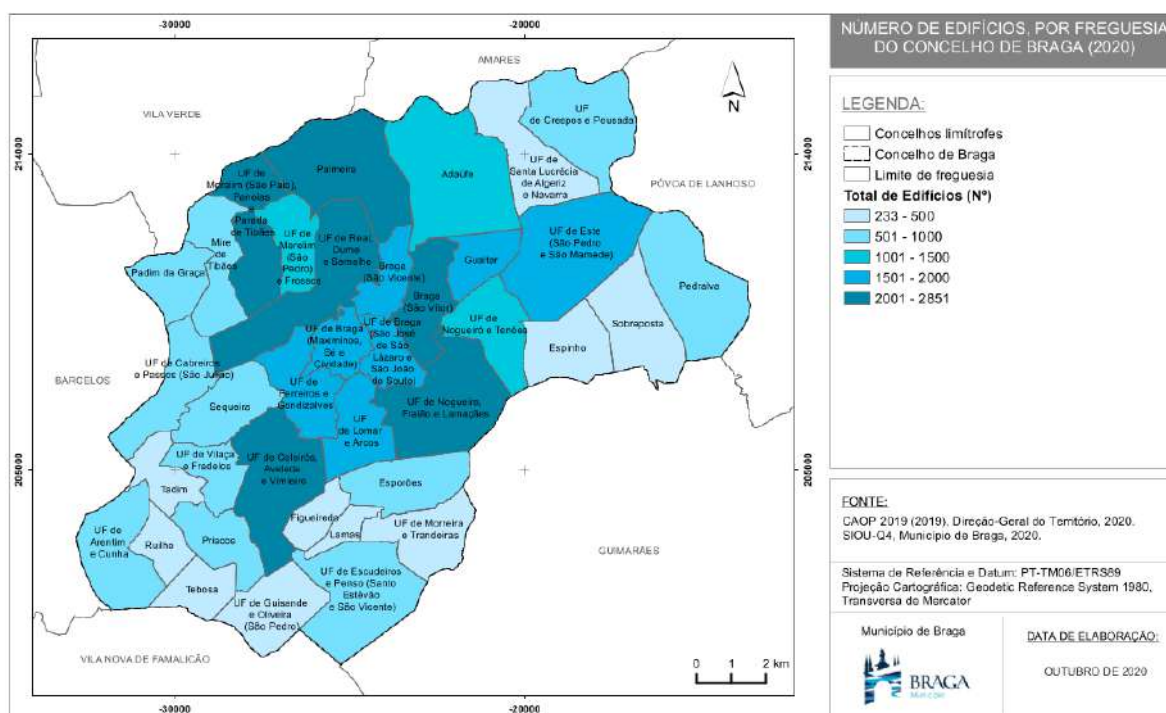
Com base nos dados fornecidos pela Câmara Municipal de Braga, dados originais do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIUO), decorrentes no inquérito *a utilização de obras concluídas (Q4), é possível

perceber que o número de edifícios clássicos no concelho de Braga aumentou em todas as freguesias, desde 2011 até agosto de 2020.

Os maiores acréscimos verificam-se na União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (288 edifícios clássicos), na freguesia de Gualtar (219 edifícios clássicos), na União de freguesias de Lomar e Arcos (199 edifícios clássicos), na União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (189 edifícios clássicos) e na União de freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) (186 edifícios clássicos).

Não obstante, conforme representa o Mapa 23, as freguesias com um maior número de edifícios clássicos, em agosto 2020, continuam a corresponder à União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (2851 edifícios clássicos), União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (2814 edifícios clássicos), Braga (São Vítor) (2774 edifícios clássicos), União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (2128 edifícios clássicos) e União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (2110 edifícios clássicos). Destaca-se, por último, a freguesia de Palmeira (2051 edifícios clássicos) por ultrapassar o patamar dos 2000 edifícios clássicos.

Mapa 23 | Número de edifícios por freguesia do concelho de Braga (2020)



Seguidamente, o foco da análise incidirá sobre os edifícios clássicos, onde primeiramente é analisada a respetiva época de construção. Note-se que este indicador condicionará, em certa medida, os que se seguem, tendo em conta os avanços ao longo das últimas décadas no que respeita aos materiais, às formas de construção, à redefinição de necessidades básicas e à legislação obrigatória.

Pela análise do Quadro 36 e do Gráfico 33, percebe-se que os edifícios clássicos construídos entre 1981 e 1990 predominam no concelho de Braga, correspondendo a 17,8% (6932 edifícios). Seguem-se os edifícios clássicos construídos entre 1971-1980, com 15,2% (5926 edifícios), os edifícios clássicos construídos entre 2001-2005, com 12,4% (4829 edifícios) e, ainda, com 11,0%, os edifícios clássicos entre 1996-2000 (4268 edifícios). Há medida que recuamos no ano construtivo, a partir do ano de 1990, o número de edifícios enquadrados em cada época de construção tende a diminuir, isto é, quanto mais antigos são os edifícios clássicos, menor representatividade têm no panorama concelhio.

Quadro 36 | Época de Construção dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

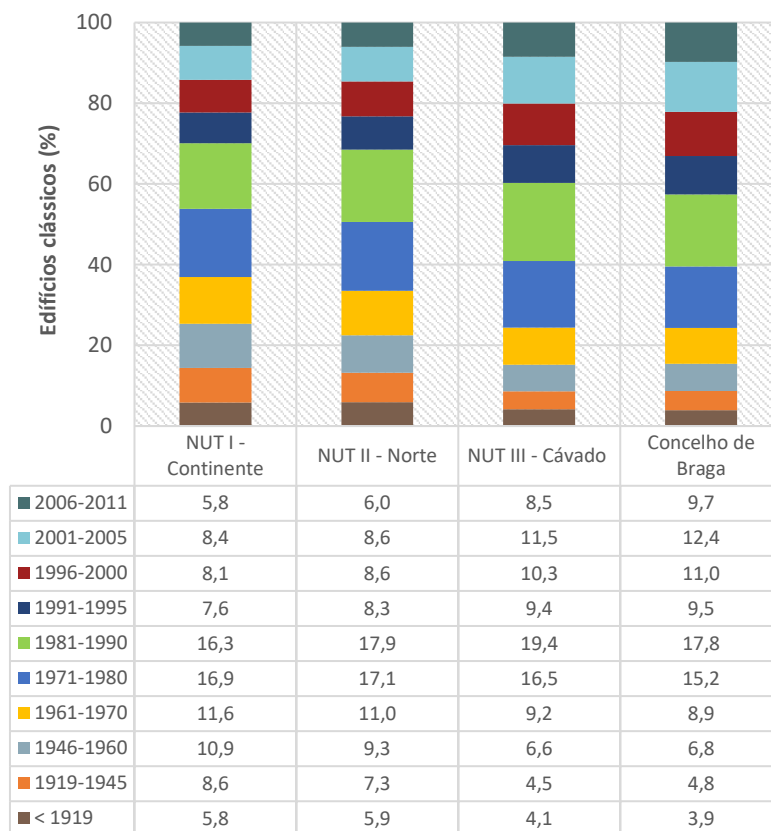
UNIDADE TERRITORIAL	ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º)									
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2011
NUT I - Continente	195169	288132	365612	390633	565368	546632	253730	272578	280855	194901
NUT II - Norte	71817	87996	112397	133424	206637	216376	100530	104083	103963	72688
NUT III - Cávado	5156	5588	8210	11434	20500	24089	11643	12861	14345	10588
Concelho de Braga	1517	1856	2635	3460	5926	6932	3689	4268	4829	3780

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A análise da época de construção dos edifícios clássicos nas restantes unidades territoriais permite perceber que a tendência é de um aumento da representatividade do edificado mais antigo, mais especificamente, anterior à década de 70, e a diminuição da representatividade do edificado construído a partir de 2006.

Acima dos 10%, na NUT III – Cávado, encontram-se os edifícios clássicos construídos entre 1981-1990, com 19,4% (24089 edifícios), os edifícios clássicos construídos entre 1971-1980, com 16,5% (20500 edifícios), os edifícios clássicos construídos entre 2001-2005, com 11,5% (14345 edifícios) e os edifícios clássicos construídos entre 1996-2000 com 10,3% (12861 edifícios). Na NUT II – Norte, também acima dos 10%, verificam-se os edifícios clássicos construídos entre 1981-1990, com 17,9% (216376 edifícios), os edifícios clássicos construídos entre 1971-1980, com 17,1% (206637 edifícios) e os edifícios clássicos construídos entre 1961-1970, com 11,0% (133424 edifícios). Na NUT I – Continente, por sua vez, acima dos 10%, observam-se os edifícios clássicos construídos entre 1971-1980, com 16,9% (565368 edifícios), os edifícios clássicos construídos entre 1981-1990, com 16,3% (546632 edifícios), os edifícios clássicos construídos entre 1961-1970, com 11,6% (390633 edifícios) e os edifícios clássicos construídos entre 1946-1960, com 10,9% (365612 edifícios).

Gráfico 33 | Época de Construção dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)

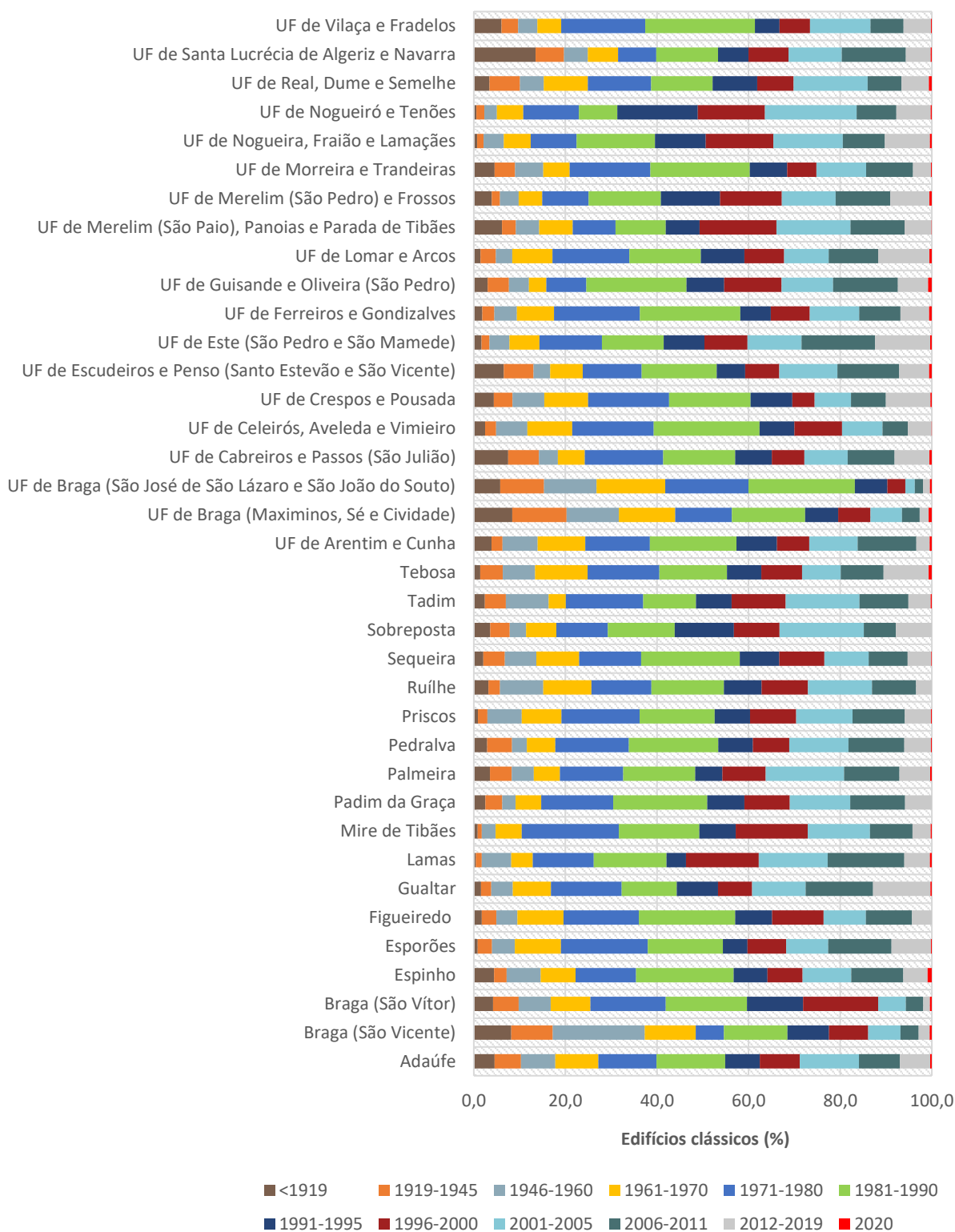


Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Conforme apresentado no Gráfico 34 e o Quadro 37, na maioria das freguesias verifica-se uma predominância de edifícios clássicos construídos entre 1961 e 1990, com valores entre os 10% e os 30%, e entre 1996 e 2011, com valores entre os 10% e os 20%, salientando-se um decréscimo de construção entre 1991 e 1995, época que regista valores genericamente inferiores a 10%.

Nas freguesias de Braga (São Vicente) (1044 de 1505 edifícios), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (1287 de 1809 edifícios), União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1547 de 1831 edifícios) e União de freguesias de Crespos e Pousada (402 de 617 edifícios) predominam, genericamente, os edifícios clássicos construídos entre 1919 e 1995, com valores entre os 10% e os 20%.

Em oposição à tendência geral de decréscimo, a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (213 de 1213 edifícios), com 17,6%, a União de freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (171 de 1320 edifícios), com 13,0%, e a freguesia de Sobreposta (61 de 472 edifícios), com 12,9%, destacam-se pela representatividade de edifícios clássicos construídos entre 1991 e 1995. Por outro lado, a União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (57 de 422 edifícios), com 13,5%, destaca-se pela representatividade dos edifícios clássicos construídos antes de 1919, em comparação com as restantes freguesias.

Gráfico 34 | Época de Construção dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020); SIOU Q4, CM Braga (2020).

As freguesias de Gualtar (214 de 1710 edifícios), a União de freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) (181 de 1505 edifícios) e a União de freguesias de Lomar e Arcos (190 de 1701 edifícios) destacam-se pela percentagem, acima dos 10%, dos edifícios construídos entre 2012 e 2019.

Quadro 37 | Época de Construção dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (N.º)

FREGUESIA	ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º)											
	<1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2011	2012-2019	Jan-Ago 2020
Adaúfe	64	81	106	132	179	211	107	123	182	126	93	5
Braga (São Vicente)	123	136	303	167	93	209	136	129	106	60	36	7
Braga (São Vítor)	116	155	194	240	456	493	339	455	167	105	41	11
Espinho	19	12	32	33	57	92	32	33	46	49	23	4
Esporões	5	18	29	58	110	95	31	49	53	80	50	1
Figueiredo	6	11	16	35	57	73	28	39	32	35	15	0
Gualtar	27	38	80	143	264	206	154	127	200	252	214	5
Lamas	1	3	15	11	31	37	10	37	35	39	13	1
Mire de Tibães	7	8	26	49	182	151	68	135	117	80	34	2
Padim da Graça	13	19	15	29	81	106	42	51	68	62	30	0
Palmeira	72	98	98	118	283	323	121	194	351	248	138	7
Pedralva	15	28	17	32	83	101	39	41	67	63	30	1
Priscos	5	11	41	47	93	89	42	55	67	62	31	1
Ruilhe	14	11	41	46	57	69	36	44	61	42	15	0
Sequeira	14	32	47	64	92	147	59	67	66	58	35	1
Sobreposta	17	20	17	31	53	69	61	47	87	33	37	0
Tadim	9	17	35	14	63	43	29	44	60	40	18	1
Tebosa	6	21	30	49	67	63	32	38	36	40	42	3
União das freguesias de Arentim e Cunha	24	15	48	65	88	118	55	44	66	80	18	3
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	152	214	207	223	223	290	130	128	124	70	36	12
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	106	175	210	274	333	425	130	72	38	33	27	8
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	60	54	33	47	137	126	64	57	76	82	61	4
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	53	51	145	208	379	492	161	222	188	118	110	1
União das freguesias de Crespos e Pousada	27	25	43	59	109	110	56	30	49	47	60	2
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	45	45	25	49	89	113	43	51	88	93	45	4

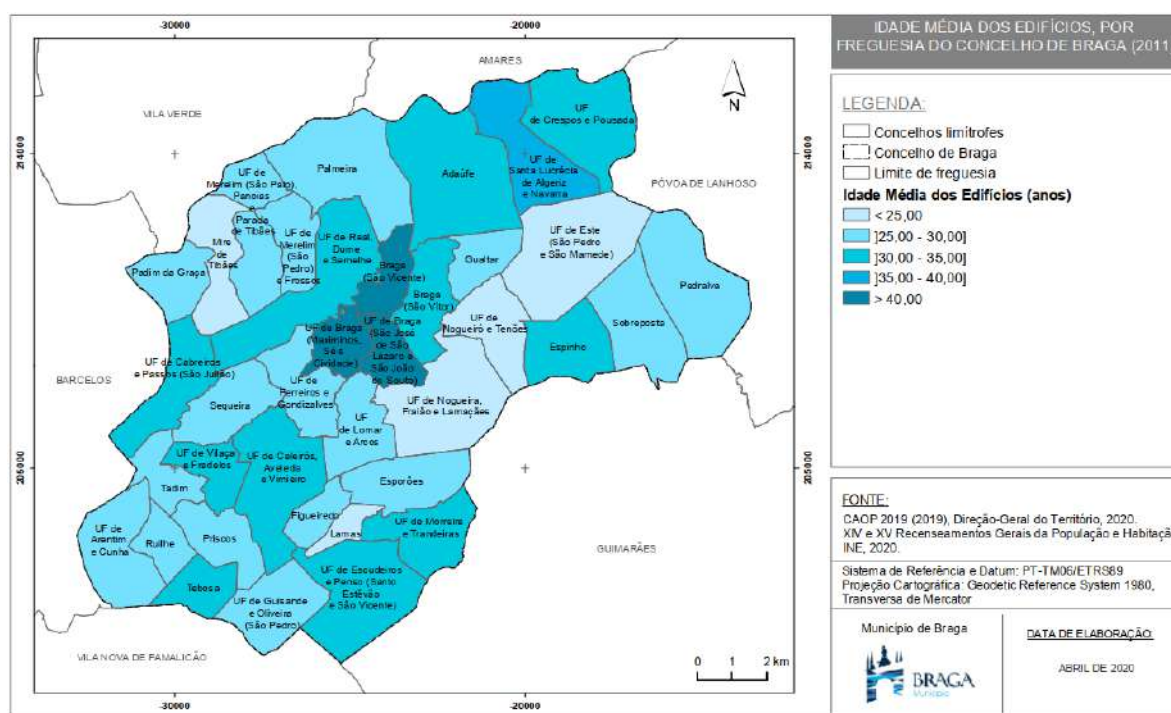
FREGUESIA	ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º)											
	<1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2011	2012-2019	Jan-Ago 2020
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	25	26	66	99	205	203	134	141	178	242	181	5
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	35	51	94	156	359	421	128	163	207	173	120	11
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	11	17	16	14	32	80	30	46	41	52	24	3
União das freguesias de Lomar e Arcos	25	57	61	149	286	265	162	148	165	184	190	9
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	130	63	108	154	197	232	156	354	340	249	124	2
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	52	23	54	68	134	208	171	178	155	157	113	7
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	22	22	30	28	86	106	40	31	53	50	19	1
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	20	40	125	165	282	481	312	415	427	259	276	12
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	7	21	33	70	147	102	213	178	243	105	91	3
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	97	190	148	275	394	383	278	225	462	210	171	18
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	57	26	22	28	35	57	28	37	49	59	23	1
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	36	22	25	31	110	143	32	40	79	43	36	1
Concelho de Braga	1517	1856	2635	3460	5926	6932	3689	4268	4829	3780	2620	157

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020); Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas Q4, CM Braga (2020).

Relativamente à análise dos edifícios construídos em 2020 (até ao mês de agosto), é importante salientar a freguesia de Espinho (4 de 432 edifícios) pela percentagem mais elevada de edifícios construídos no presente ano, respetivamente, 0,9%. Não obstante, a freguesia que regista o maior número de edifícios construídos neste ano é a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe, contabilizando 18 edifícios.

Em consonância com o exposto, importa ainda salientar que os edifícios concelhios apresentam uma idade média de 30 anos, sendo esta inferior à verificada nas NUT III – Cávado (31 anos), NUT II - Norte (37 anos) e NUT I – Continente (38 anos). Não obstante, observam-se algumas heterogeneidades quando analisadas individualmente as diversas freguesias, conforme evidenciado no Mapa 24.

Mapa 24 | Idade média dos edifícios por freguesia do concelho de Braga (2011)



Em linha com os anteriores indicadores, procede-se à análise do índice de envelhecimento do edificado (circunscrito à época de construção), com o intuito de entender-se a génese atual do edificado, sabendo que a época de construção condiciona fortemente o estado de conservação do mesmo (Quadro 38).

Quadro 38 | Índice de Envelhecimento dos Edifícios no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS (%)
NUT I - Continente	178,4
NUT II - Norte	154,1
NUT III - Cávado	76,0
Concelho de Braga	69,8

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Conforme evidenciado no Quadro 38, o concelho de Braga regista um índice de envelhecimento dos edifícios de 69,8%, valor relativamente aproximado aos 76,0% registados na NUT III - Cávado. No entanto,

comparativamente com as restantes unidades territoriais, este índice corresponde a menos de metade dos valores que se verificam na NUT II – Norte (154,1%) e na NUT I – Continente (178,4%).

Os dados expostos nos Quadro 39 permitem perceber que a realidade concelhia não é transversal a todas as suas freguesias, sendo que 12 apresentam um índice de envelhecimento superior ao concelhio. Destacam-se a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (691,5%), a freguesia de Braga (São Vicente) (338,6%), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (295,4%) e a freguesia de Braga (São Vítor) (171,0%) por apresentarem um valor superior a 100%. A União de freguesias de Nogueiró e Tenões, em contrapartida, apresenta o menor índice de envelhecimento, fixando-se nos 17,5%.

Em comparação com 2011, o índice de envelhecimento dos edifícios em 2019 é inferior em todas as freguesias conforme seria expectável pelo aumento do número de casas construídas nos oito anos do intervalo. Contudo, destaca-se que esta variação é superior na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (-190,5%) e na freguesia de Braga (São Vicente) (-60,4%). Por sua vez, as freguesias com uma menor variação do índice de envelhecimento são a freguesia de Mire de Tibães (-3,1%), a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (-3,6%) e a freguesia de Lamas (-3,9%).

Apesar dos oito anos de diferença, mantém-se as 12 freguesias com um índice de envelhecimento dos edifícios superior ao concelhio, excetuando a troca da freguesia de Tebosa pela freguesia de Ruilhe.

Em 2019, ainda se identificam quatro freguesias com um índice de envelhecimento superior a 100%, nomeadamente a União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (501,0%), a freguesia de Braga (São Vicente) (278,2%), a União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (249,1%) e a freguesia de Braga (São Vítor) (148,6%).

A União de freguesias de Nogueiró e Tenões mantém-se com o menor índice de envelhecimento, em 2019, correspondente a 13,9%.

Quadro 39 | Índice de Envelhecimento dos Edifícios por freguesia do concelho de Braga (2011 e 2019)

FREGUESIA	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS (%)	
	2011	2019
Adaúfe	81,5	62,6
Braga (São Vicente)	338,6	278,2
Braga (São Vítor)	171,0	148,6
Espinho	66,3	53,4
Esporões	39,1	28,4
Figueiredo	49,3	40,2
Gualtar	32,1	21,8
Lamas	25,7	21,8
Mire de Tibães	20,8	17,7
Padim da Graça	36,2	29,4
Palmeira	44,7	36,4
Pedralva	46,2	37,5
Priscos	44,2	35,6
Ruilhe	64,1	55,9
Sequeira	75,0	58,5
Sobreposta	45,0	34,4
Tadim	61,0	51,7

FREGUESIA	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS EDIFÍCIOS (%)	
	2011	2019
Tebosa	75,0	48,3
União das freguesias de Arentim e Cunha	59,6	53,0
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	295,4	249,1
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	691,5	501,0
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	93,0	67,1
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	81,4	59,9
União das freguesias de Crespos e Pousada	99,0	60,9
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	63,5	50,9
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	27,9	19,5
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	47,4	36,0
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	47,3	37,6
União das freguesias de Lomar e Arcos	41,0	26,5
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	51,1	42,2
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	41,3	30,4
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	71,8	60,7
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	27,0	19,2
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	17,5	13,9
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	64,7	51,6
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	97,2	80,2
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	68,0	52,5
Concelho de Braga	69,8	53,5

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020); SIOU Q4, CM Braga (2020).

A estrutura construtiva das paredes do edificado clássico no concelho de Braga foi analisada segundo cinco categorias, nomeadamente edifícios clássicos com estrutura de paredes em betão armado, de alvenaria com placa, de alvenaria sem placa, de adobe ou alvenaria de pedra solta e edifícios clássicos com outro tipo de estrutura de paredes. Este indicador tende a ser condicionado pela época de construção do edificado e influencia diretamente o estado de conservação, com relação à durabilidade e resistência dos materiais de construção.

No concelho de Braga, os edifícios clássicos com estrutura de paredes em betão (24896 edifícios) representam cerca de 64,0% dos edifícios clássicos, os edifícios clássicos com estrutura de paredes de alvenaria com placa (9524 edifícios) correspondem a 24,5%, os edifícios clássicos com estrutura de paredes de alvenaria sem placa (3243 edifícios) correspondem a 8,3% e, com representatividade residual, os edifícios clássicos com estrutura de paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta (854 edifícios) e com outro tipo de estrutura de paredes (375 edifícios) correspondem, respetivamente, a 2,2% e 1,0%, (Quadro 40).

Quadro 40 | Estrutura Construtiva das Paredes dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

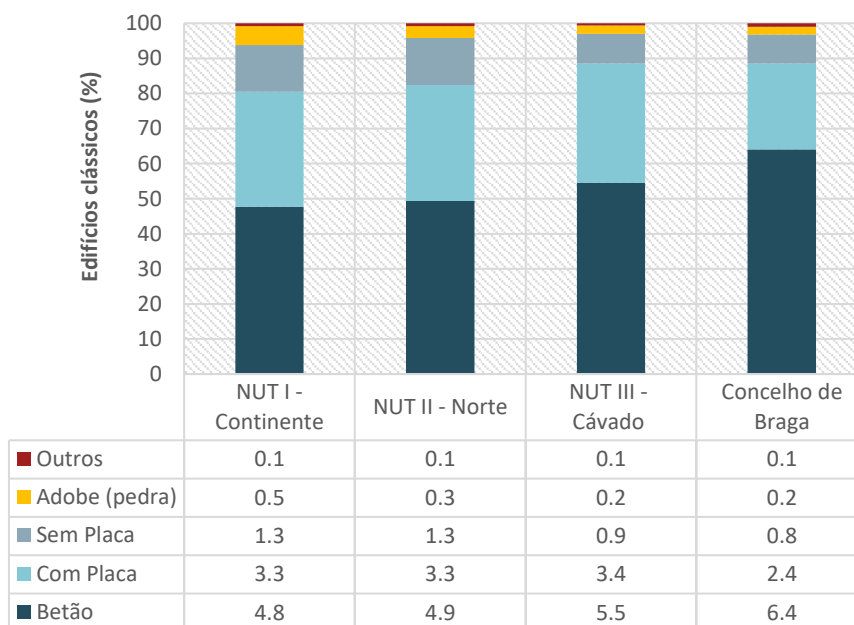
UNIDADE TERRITORIAL	ESTRUTURA CONSTRUTIVA DAS PAREDES DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º) (2011)					
	Betão	Alvenaria com Placa	Alvenaria sem Placa	Adobe ou Alvenaria de Pedra Solta	Outros	Total
NUT I - Continente	1599434	1098244	449413	178421	28098	3353610
NUT II - Norte	597409	399887	162483	40729	9403	1209911

UNIDADE TERRITORIAL	ESTRUTURA CONSTRUTIVA DAS PAREDES DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º) (2011)					
	Betão	Alvenaria com Placa	Alvenaria sem Placa	Adobe ou Alvenaria de Pedra Solta	Outros	Total
NUT III - Cávado	67893	42196	10637	2887	801	124414
Concelho de Braga	24896	9524	3243	854	375	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A mesma tendência é observada nas restantes unidades territoriais (Gráfico 35), sendo que a NUT I – Continente e a NUT II – Norte são as que mais se afastam da realidade concelhia, no sentido de uma distribuição percentual mais equilibrada entre os edifícios clássicos com estrutura de paredes em betão, os edifícios clássicos com estrutura de paredes de alvenaria com placa e sem placa e os edifícios clássicos com estrutura de paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta.

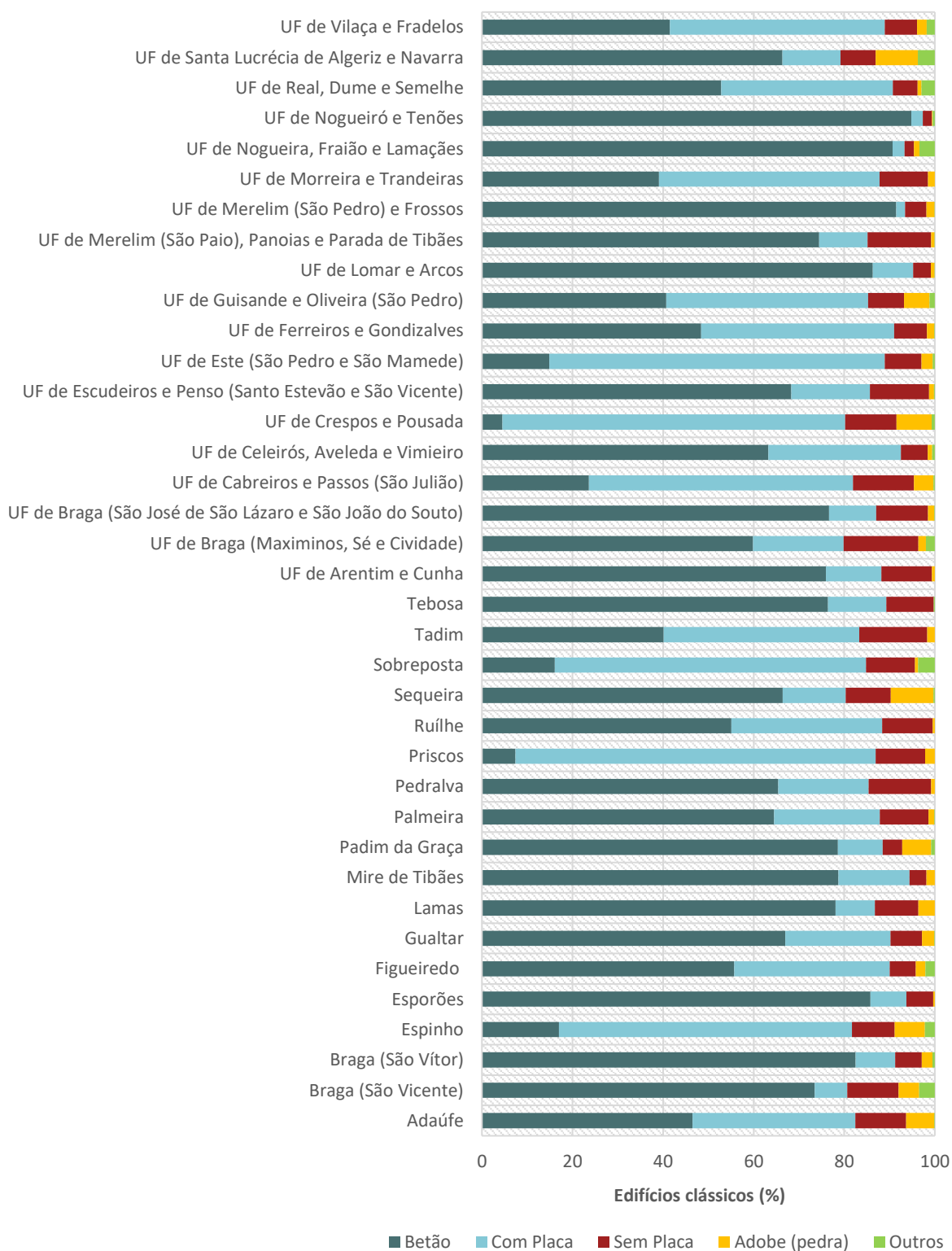
Gráfico 35 | Estrutura Construtiva das Paredes dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Conforme mostra o Gráfico 36 e o Quadro 41, a tendência verificada ao nível das unidades territoriais espelha-se ao nível das freguesias do concelho de Braga. Porém, em 10 das 37 freguesias do concelho predominam os edifícios clássicos com estrutura de paredes de alvenaria com placa, nomeadamente na União de freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) (977 edifícios), na União de freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (429 edifícios), na União de freguesias de Crespos e Pousada (420 edifícios), em Priscos (407 edifícios), em Sobreposta (299 edifícios), na União de freguesias de Vilaça e Fradelos (266 edifícios), em Espinho (262 edifícios), na União de freguesias de Morreira e Trandeiras (228 edifícios), em Tadim (153 edifícios) e na União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (151 edifícios).

As freguesias com mais de 2000 edifícios clássicos com estrutura de paredes em betão são a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lameações (2291 edifícios) e a União de freguesias de Braga (São Vítor) (2245 edifícios).

Gráfico 36 | Estrutura Construtiva das Paredes dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quadro 41 | Estrutura Construtiva das Paredes dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	ESTRUTURA CONSTRUTIVA DAS PAREDES DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º)					
	Betão	Alvenaria com Placa	Alvenaria sem Placa	Adobe ou alvenaria de Pedra Solta	Outros	Total
Adaúfe	610	471	147	81	2	1311
Braga (São Vicente)	1074	105	166	66	51	1462
Braga (São Vítor)	2245	237	159	65	14	2720
Espinho	69	262	38	27	9	405
Esporões	453	42	31	2	0	528
Figueiredo	185	114	19	7	7	332
Gualtar	999	346	104	40	2	1491
Lamas	171	19	21	8	0	219
Mire de Tibães	648	129	31	15	0	823
Padim da Graça	382	48	21	31	4	486
Palmeira	1230	445	204	25	2	1906
Pedralva	318	97	67	4	0	486
Priscos	38	407	56	11	0	512
Ruílhe	232	140	47	2	0	421
Sequeira	429	90	64	61	2	646
Sobreposta	70	299	47	3	16	435
Tadim	142	153	53	6	0	354
Tebosa	292	49	40	0	1	382
União das freguesias de Arentim e Cunha	458	74	67	4	0	603
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	1054	352	291	29	35	1761
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	1376	187	206	25	2	1796
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	174	429	99	32	2	736
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1276	590	119	20	12	2017
União das freguesias de Crespos e Pousada	25	420	63	43	4	555
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	438	111	84	7	1	641

FREGUESIA	ESTRUTURA CONSTRUTIVA DAS PAREDES DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º)					
	Betão	Alvenaria com Placa	Alvenaria sem Placa	Adobe ou alvenaria de Pedra Solta	Outros	Total
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	196	977	107	33	6	1319
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	865	762	129	29	2	1787
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	138	151	27	19	4	339
União das freguesias de Lomar e Arcos	1296	134	59	12	1	1502
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1476	213	278	15	1	1983
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1098	23	57	21	1	1200
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	183	228	50	7	0	468
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	2291	66	53	30	86	2526
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	1061	28	23	2	5	1119
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	1407	1009	145	23	78	2662
União das freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra	264	51	31	37	15	398
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	233	266	40	12	10	561
Concelho de Braga	24896	9524	3243	854	375	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (1009 edifícios) destaca-se pelo elevado número de edifícios clássicos com estrutura de paredes de alvenaria com placa, enquanto relativamente aos edifícios clássicos com estrutura de paredes de alvenaria sem placa sobressaem a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (291 edifícios), a União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (278 edifícios), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (206 edifícios) e Palmeira (204 edifícios).

Quanto aos edifícios clássicos com estrutura de paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta, a sua representatividade é residual na maioria das freguesias, apenas ultrapassando os 50 edifícios nas freguesias de Adaúfe (81 edifícios), Braga (São Vicente) (66 edifícios), Braga (São Vítor) (65 edifícios) e Sequeira (61 edifícios).

Nas freguesias de Esporões, Lamas, Mire de Tibães, Pedralva, Priscos, Ruilhe, Tadim, União de freguesias de Arentim e Cunha e União de freguesias de Morreira e Trandeiras não existem edifícios clássicos com outro tipo de estrutura de paredes. Em sentido oposto, a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (86 edifícios), a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (78 edifícios), Braga (São Vicente) (51 edifícios) e a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (35 edifícios) destacam-se pelo número acrescido de edifícios clássicos com outro tipo de estrutura construtiva das paredes.

A utilização dos edifícios clássicos pode classificar-se como exclusivamente habitacional, parcialmente habitacional e residualmente habitacional, com predominância de outras utilizações como comércio ou serviços.

Relativamente ao tipo de utilização dos edifícios clássicos, em todas as unidades territoriais, a utilização habitacional exclusiva predomina, representando mais de 90%. Não obstante, este tipo de utilização adquire maior representatividade na NUT III – Cávado (93,2% - 115923 edifícios), seguida pela NUT I – Continente (93,1% - 3121458 edifícios), a NUT II – Norte (92,3% - 1116665 edifícios) e, por último, o concelho de Braga (91,2% - 35485 edifícios) (Quadro 42 e Gráfico 37).

Quadro 42 | Tipo de Utilização dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

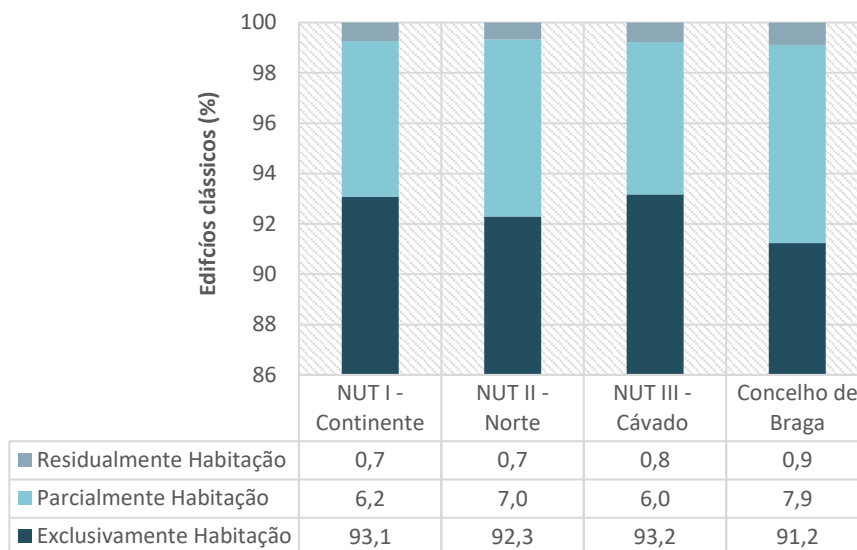
UNIDADE TERRITORIAL	TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (N.º)			
	Exclusivamente Habitação	Parcialmente Habitação	Residualmente Habitação	Total
NUT I - Continente	3121458	207292	24860	3353610
NUT II - Norte	1116665	85088	8158	1209911
NUT III - Cávado	115923	7525	966	124414
Concelho de Braga	35485	3060	347	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quanto aos edifícios clássicos utilizados parcialmente enquanto habitação, apresentam maior representatividade no concelho de Braga (7,9% - 3060 edifícios), seguido pela NUT II – Norte (7% - 85088 edifícios), pela NUT I – Continente (6,2% - 207292 edifícios) e, por fim, pela NUT III – Cávado (6% - 7525 edifícios).

Os edifícios clássicos que preferencialmente apresentam outras utilizações para além da habitacional representam menos de 1% em todas as unidades territoriais.

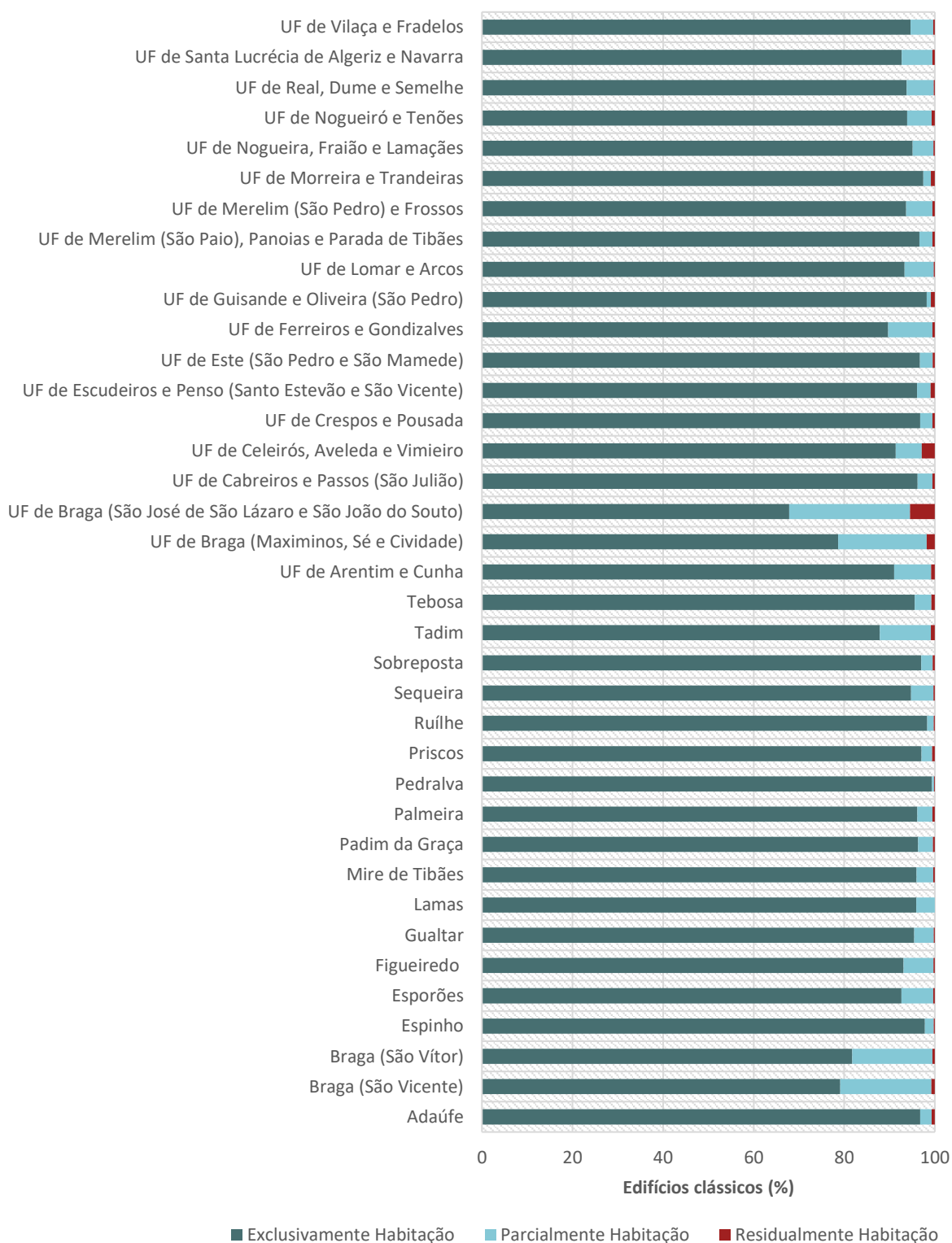
Gráfico 37 | Tipo de Utilização dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Assim como ao nível das unidades territoriais, nas freguesias do concelho de Braga destacam-se os edifícios clássicos com utilização exclusivamente habitacional (Quadro 43 e Gráfico 38). Não obstante, na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (480 edifícios) a representatividade dos edifícios clássicos utilizados parcialmente como habitação ultrapassa os 25%, enquanto na freguesia de Braga (São Vicente) (294 edifícios), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (344 edifícios) e na freguesia de Braga (São Vítor) (481 edifícios) a representatividade dos mesmos ultrapassa os 15%.

Relativamente aos edifícios clássicos que preferencialmente apresentam outras utilizações para além da habitação, apesar de na generalidade os valores serem residuais, importa mencionar a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5,5% - 98 edifícios), a União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (2,9% - 58 edifícios) e a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (1,8% - 32 edifícios), onde se verificam valores superiores a 1%.

Gráfico 38 | Tipo de Utilização dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quadro 43 | Tipo de Utilização dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS (N.º)			
	Exclusivamente Habitação	Parcialmente Habitação	Residualmente Habitação	Total
Adaúfe	1269	33	9	1311
Braga (São Vicente)	1157	294	11	1462
Braga (São Vitor)	2224	481	15	2720
Espinho	396	8	1	405
Esporões	489	37	2	528
Figueiredo	309	22	1	332
Gualtar	1423	64	4	1491
Lamas	210	9	0	219
Mire de Tibães	790	30	3	823
Padim da Graça	468	16	2	486
Palmeira	1832	64	10	1906
Pedralva	483	2	1	486
Priscos	497	12	3	512
Ruilhe	414	6	1	421
Sequeira	612	32	2	646
Sobreposta	422	11	2	435
Tadim	311	40	3	354
Tebosa	365	14	3	382
União das freguesias de Arentim e Cunha	549	49	5	603
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	1385	344	32	1761
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	1218	480	98	1796
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	708	24	4	736
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1843	116	58	2017
União das freguesias de Crespos e Pousada	537	15	3	555
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	616	19	6	641
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	1276	37	6	1319
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1603	175	9	1787
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	333	3	3	339
União das freguesias de Lomar e Arcos	1402	96	4	1502
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1915	58	10	1983
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1124	70	6	1200
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	456	8	4	468
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	2402	117	7	2526
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	1051	60	8	1119
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	2496	159	7	2662
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	369	27	2	398
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	531	28	2	561

FREGUESIA	TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS (N.º)			
	Exclusivamente Habitação	Parcialmente Habitação	Residualmente Habitação	Total
Concelho de Braga	35485	3060	347	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Como se observa no Quadro 44, do total de 38892 edifícios clássicos existentes no concelho de Braga, cerca de 25521 apresentam entre 1-2 pisos, 10560 apresentam entre 3-4 pisos e, ainda, 2811 apresentam 5 ou mais pisos.

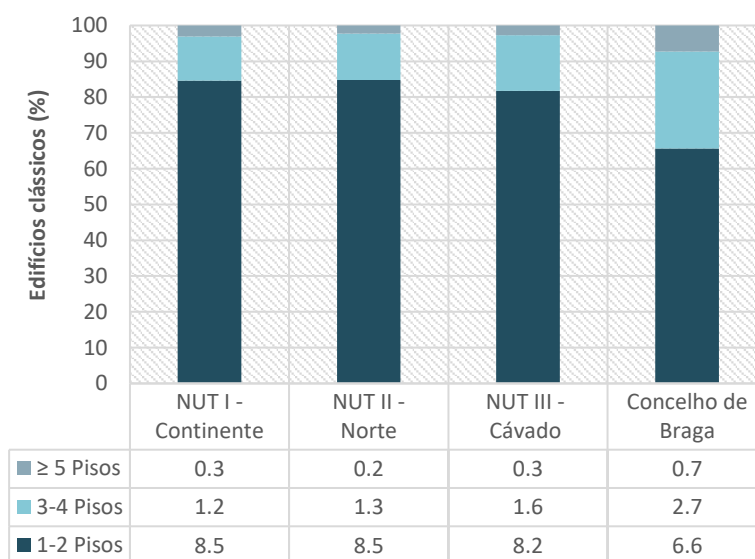
Quadro 44 | N.º de Pisos dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	Nº PISOS DOS EDIFÍCIOS (N.º)			
	1-2 Pisos	3-4 Pisos	≥ 5 Pisos	Total
NUT I - Continente	2837161	414564	101885	3353610
NUT II - Norte	1025944	156160	27807	1209911
NUT III - Cávado	101717	19289	3408	124414
Concelho de Braga	25521	10560	2811	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Ao comparar a realidade do concelho de Braga com a das restantes unidades territoriais (Gráfico 39) é possível perceber que percentualmente diferem significativamente. Apesar da similar predominância dos edifícios clássicos com 1-2 pisos, enquanto o concelho de Braga regista 65,6%, as restantes unidades territoriais variam entre 80% e 85%. Quanto aos edifícios clássicos com 3-4 pisos, no concelho de Braga correspondem a 27,2% dos edifícios clássicos e nas restantes unidades territoriais variam entre 12% e 16%. Os edifícios clássicos com 5 ou mais pisos correspondem no concelho de Braga a 7,2% e nas restantes unidades territoriais variam entre 2% e 3%.

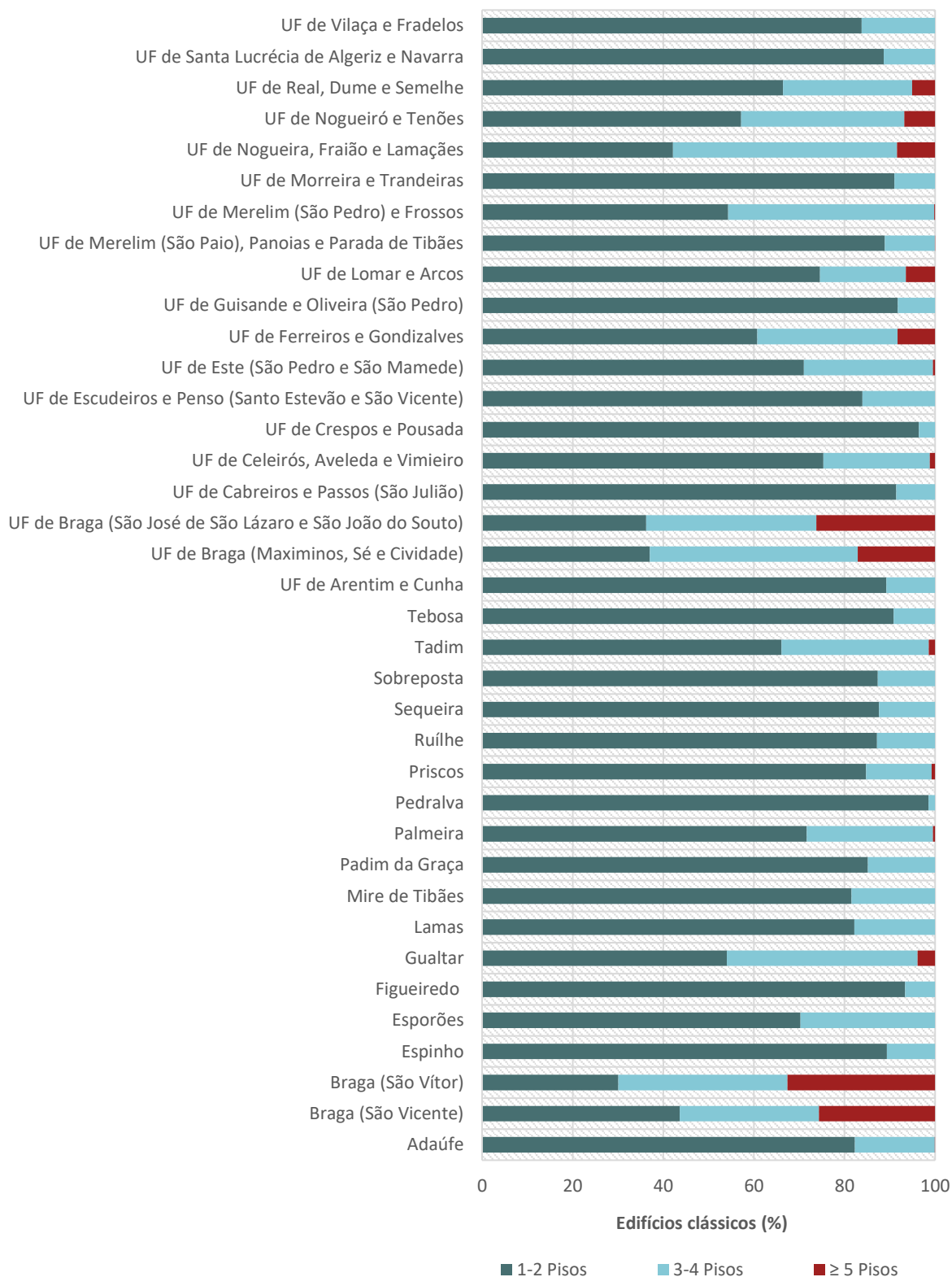
Gráfico 39 | N.º de Pisos dos Edifícios Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Nos Gráfico 40 e Quadro 45 procede-se à apresentação deste indicador, pormenorizado ao nível das freguesias do concelho de Braga.

Gráfico 40 | N.º de Pisos dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

É possível denotar uma tendência geral de predomínio dos edifícios clássicos com 1-2 pisos, com destaque para a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (1769 edifícios) e para a União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (1763 edifícios). Ainda assim, note-se que na União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (1249 edifícios), em Braga (São Vitor) (1015 edifícios), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (808 edifícios) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São José do Souto) (674 edifícios), predominam os edifícios clássicos com 3-4 pisos.

É também importante salientar que em 19 das 37 freguesias do concelho de Braga não existem edifícios clássicos com 5 ou mais pisos, enquanto em 7 freguesias ultrapassam-se os 100 edifícios clássicos com tais características, com destaque para a freguesia de Braga (São Vitor) (887 edifícios).

Quadro 45 | N.º de Pisos dos Edifícios Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	PISOS DOS EDIFÍCIOS (N.º)			
	1-2	3-4	≥ 5	Total
Adaúfe	1079	231	1	1311
Braga (São Vicente)	638	449	375	1462
Braga (São Vitor)	818	1015	887	2720
Espinho	362	43	0	405
Esporões	371	157	0	528
Figueiredo	310	22	0	332
Gualtar	806	627	58	1491
Lamas	180	39	0	219
Mire de Tibães	671	152	0	823
Padim da Graça	414	72	0	486
Palmeira	1366	531	9	1906
Pedralva	479	7	0	486
Priscos	434	74	4	512
Ruilhe	367	54	0	421
Sequeira	566	80	0	646
Sobreposta	380	55	0	435
Tadim	234	115	5	354
Tebosa	347	35	0	382
União das freguesias de Arentim e Cunha	538	65	0	603
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	652	808	301	1761
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	651	674	471	1796
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	673	63	0	736
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1520	474	23	2017
União das freguesias de Crespos e Pousada	535	20	0	555
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	538	103	0	641
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	937	376	6	1319
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1086	553	148	1787
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	311	28	0	339
União das freguesias de Lomar e Arcos	1120	285	97	1502
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1763	219	1	1983
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	652	546	2	1200

FREGUESIA	PISOS DOS EDIFÍCIOS (N.º)			
	1-2	3-4	≥ 5	Total
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	426	42	0	468
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameças	1065	1249	212	2526
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	640	403	76	1119
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	1769	758	135	2662
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	353	45	0	398
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	470	91	0	561
Concelho de Braga	25521	10560	2811	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

O número de alojamentos por edifício constitui um outro indicador importante, permitindo estimar a capacidade de acolhimento atual do edificado existente.

Observando o Gráfico 41 e o Quadro 46, percebe-se que predominam os edifícios com 1 alojamento em todas as unidades territoriais em análise, com valores entre os 80% e os 90%. Os edifícios com 2-6 alojamentos apresentam maior destaque no concelho de Braga (4978 edifícios), com 12,8%, seguido da NUT II – Norte (116379 edifícios), com 9,6%, a NUT I – Continente (301110 edifícios), com 9,0% e, por último, a NUT III – Cávado (10084 edifícios), com 8,1%.

Quadro 46 | N.º de Alojamentos por Edifício Clássico no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

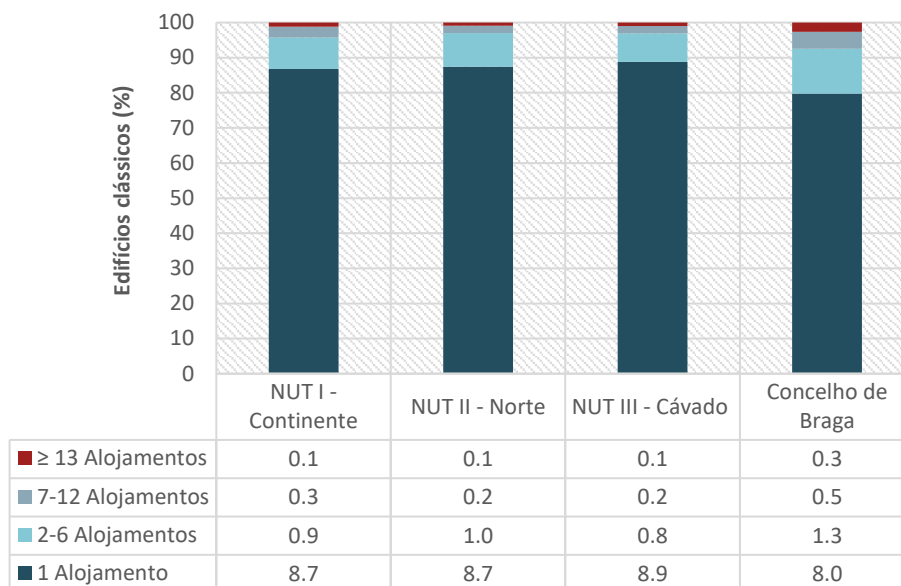
UNIDADE TERRITORIAL	ALOJAMENTOS POR EDIFÍCIO CLÁSSICO (N.º)				
	1	2-6	7-12	≥ 13	Total
NUT I - Continente	2909440	301110	102059	41001	3353610
NUT II - Norte	1057608	116379	25218	10706	1209911
NUT III - Cávado	110517	10084	2533	1280	124414
Concelho de Braga	31025	4978	1853	1036	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Os edifícios clássicos com 7-12 alojamentos representam 4,8% dos edifícios clássicos no concelho de Braga (1853 edifícios), superando, uma vez mais, a NUT I – Continente (102059 edifícios), com 3,0%, a NUT II – Norte (25218 edifícios), com 2,1% e a NUT III – Cávado (2533 edifícios), com 2,0%.

Os edifícios clássicos com 13 ou mais alojamentos são residuais em todas as unidades territoriais, porém no concelho de Braga (1036 edifícios) apresentam uma maior expressividade, com 2,7%, seguido pela NUT I – Continente (41001 edifícios), com 1,2%, pela NUT III – Cávado (1280 edifícios), com 1,0% e pela NUT II – Norte (10706 edifícios), com 0,9%.

Gráfico 41 | N.º de Alojamentos por Edifício Clássico no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

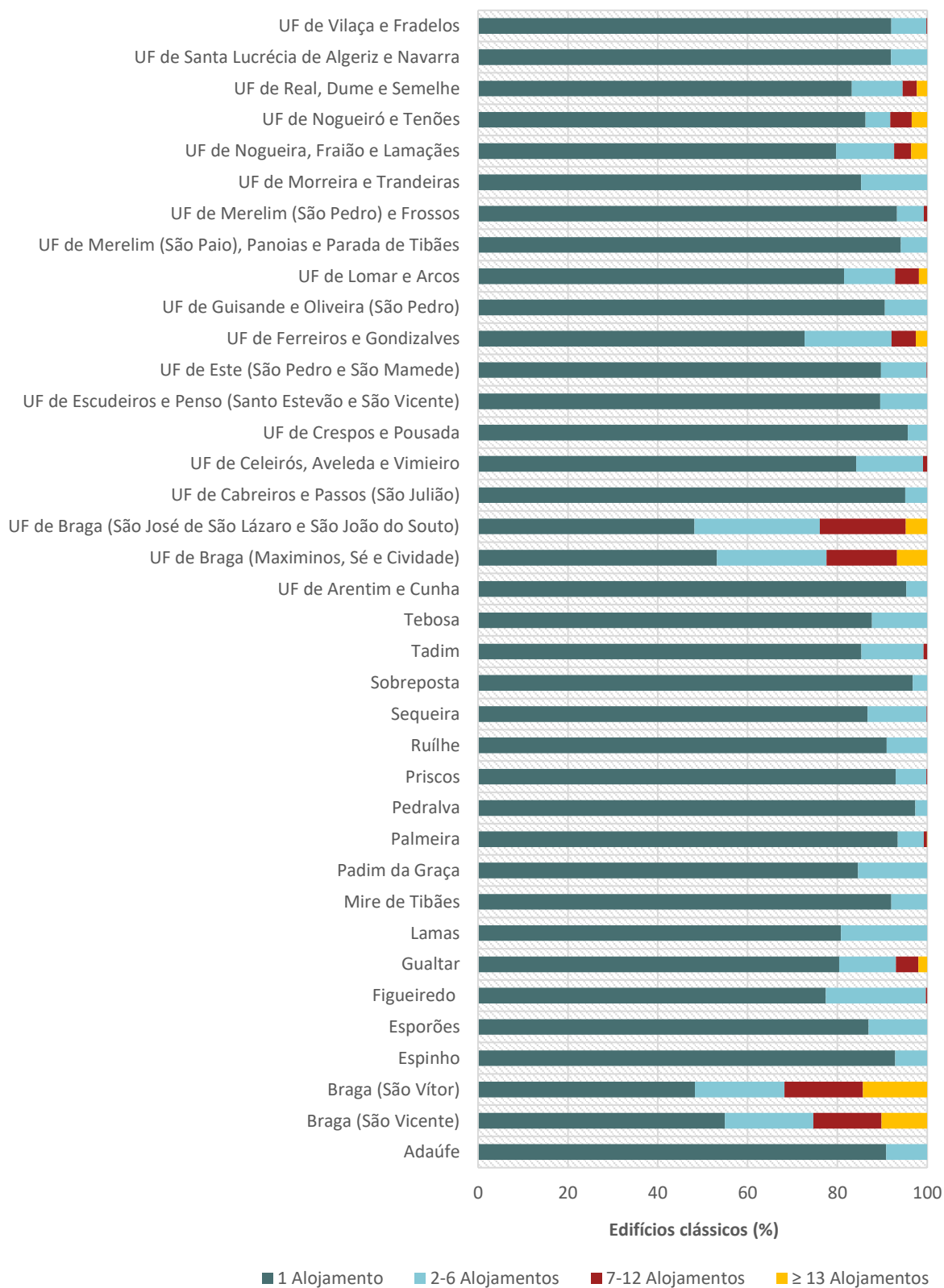
À escala das freguesias, conforme se observa no Gráfico 42 e no Quadro 47, a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (2215 edifícios) e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (2013 edifícios) apresentam acima de 2000 edifícios clássicos com apenas um alojamento.

Os alojamentos clássicos com 2-6 alojamentos superam os 500 edifícios clássicos na freguesia de Braga (São Vítor) (543 edifícios) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (501 edifícios), enquanto nas freguesias de Pedralva (13 edifícios) e Sobreposta (14 edifícios) não ultrapassam os 20 edifícios clássicos.

Em 18 das 37 freguesias do concelho de Braga não existem edifícios clássicos com mais de seis alojamentos e em 8 não existem edifícios clássicos com 13 ou mais alojamentos. No entanto, a freguesia de Braga (São Vítor) apresenta 475 edifícios com 7-12 alojamentos e ainda 389 edifícios com 13 ou mais alojamentos.

Ainda, a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (276 e 119 edifícios) e a União de freguesias de Braga (São Vicente) (222 e 149 edifícios) registam mais de 200 edifícios clássicos com 7-12 alojamentos, assim como mais de 100 edifícios clássicos com 13 ou mais alojamentos.

Gráfico 42 | N.º de Alojamentos por Edifício Clássico por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quadro 47 | N.º de Alojamentos por Edifício Clássico por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	ALOJAMENTOS POR EDIFÍCIO CLÁSSICO (N.º)				
	1	2-6	7-12	≥ 13	Total
Adaúfe	1191	120	0	0	1311
Braga (São Vicente)	803	288	222	149	1462
Braga (São Vítor)	1313	543	475	389	2720
Espinho	376	29	0	0	405
Esporões	459	69	0	0	528
Figueiredo	257	74	1	0	332
Gualtar	1199	188	75	29	1491
Lamas	177	42	0	0	219
Mire de Tibães	757	66	0	0	823
Padim da Graça	411	75	0	0	486
Palmeira	1781	110	14	1	1906
Pedralva	473	13	0	0	486
Priscos	476	35	1	0	512
Ruilhe	383	38	0	0	421
Sequeira	560	85	1	0	646
Sobreposta	421	14	0	0	435
Tadim	302	49	3	0	354
Tebosa	335	47	0	0	382
União das freguesias de Arentim e Cunha	575	28	0	0	603
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	936	430	276	119	1761
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	865	501	344	86	1796
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	700	36	0	0	736
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1698	300	19	0	2017
União das freguesias de Crespos e Pousada	531	24	0	0	555
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	574	67	0	0	641
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	1183	134	2	0	1319
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	1299	346	97	45	1787
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	307	32	0	0	339
União das freguesias de Lomar e Arcos	1224	171	79	28	1502
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1866	117	0	0	1983
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1119	72	9	0	1200
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	399	69	0	0	468
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	2013	327	96	90	2526
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	965	62	53	39	1119
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	2215	301	85	61	2662
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	366	32	0	0	398
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	516	44	1	0	561
Concelho de Braga	31025	4978	1853	1036	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Conhecer a realidade dos alojamentos familiares¹⁶ é essencial para o objetivo da estratégia local de habitação, assim como perceber a oferta existente para as famílias clássicas e para os núcleos familiares. Deve existir uma relação direta entre o número de alojamentos familiares e o número de famílias clássicas, sendo que a tendência de cada alojamento é alojar uma família.

No que diz respeito aos alojamentos, é feita uma análise referente à sua função, ao tipo de alojamento e à forma de ocupação (Quadro 48). Os alojamentos podem classificar-se como coletivos¹⁷ ou familiares¹⁸, sendo que no concelho de Braga, assim como nas unidades territoriais, os alojamentos familiares representam 99,8% dos alojamentos. De facto, no território concelhio contabilizam-se 161 alojamentos coletivos, em contraponto com os 84525 alojamentos familiares.

Quadro 48 | Tipologias de Alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	TIPOLOGIAS DE ALOJAMENTOS (N.º)				
	Alojamentos	Coletivos	Familiares	Familiares Clássicos	Familiares Não Clássicos
NUT I - Continente	5639257	11702	5627555	5621098	6457
NUT II - Norte	1850890	3106	1847784	1846589	1195
NUT III - Cávado	190613	362	190251	190104	147
Concelho de Braga	84686	161	84525	84497	28

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Relativamente ao tipo dos alojamentos familiares, estes podem classificar-se como clássicos¹⁹ ou não clássicos²⁰, sendo que os primeiros correspondem quase na totalidade ao número de alojamentos familiares, quer no concelho de Braga, quer nas restantes unidades territoriais. Com efeito, contabilizam-se apenas 28

¹⁶ Local distinto e independente que pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins. Os alojamentos familiares podem ser de dois tipos: alojamento familiar clássico e alojamento familiar não clássico (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

¹⁷ Local que, pela forma como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e que no momento de referência está ocupado por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes. Como alojamento coletivo entende-se os hotéis, pensões e similares e as convivências (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

¹⁸ Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

¹⁹ Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros) (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

²⁰ Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

alojamentos familiares não clássicos no concelho de Braga, em oposição aos 84497 alojamentos familiares clássicos.

Numa pormenorização da análise anterior, ao nível das freguesias (Quadro 49), observa-se que o maior número de alojamentos se localizam em Braga (São Vítor) (16619 alojamentos), seguida da União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (7522 alojamentos), da União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (7388 alojamentos), de Braga (São Vicente) (6755 alojamentos), da União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (5751 alojamentos) e da União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (5051 alojamentos). Em oposição, as freguesias com menos alojamentos correspondem a Lamas (289 alojamentos) e à União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (375 alojamentos).

Em termos evolutivos, no período 2001-2011, a variação do número de alojamentos é positiva em todas as freguesias do concelho de Braga. As freguesias com maior incremento são a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (+2447 alojamentos), Braga (São Vítor) (+2007 alojamentos), a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (+1292 alojamentos), Gualtar (+1183 alojamentos) e a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (+1028 alojamentos). O menor acréscimo verifica-se na União de freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), com mais 28 alojamentos.

Em 2011, no total das 37 freguesias do concelho de Braga, 13 não apresentam alojamentos coletivos, enquanto a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (39 alojamentos), Braga (São Vítor) (28 alojamentos), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (19 freguesias), Braga (São Vicente) (18 alojamentos) e a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (12 alojamentos) apresentam mais de 10 alojamentos deste tipo.

A freguesia de Braga (São Vítor) (16591 alojamentos), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (7503 alojamentos) e a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (7349 alojamentos) apresentam o maior número de alojamentos familiares. Pelo contrário, a menor quantidade deste tipo de alojamentos contabiliza-se na freguesia de Lamas (289 alojamentos).

Em termos gerais, os alojamentos familiares clássicos correspondem a mais de 99% dos alojamentos familiares. Não existem alojamentos familiares não clássicos em 23 das 37 freguesias do concelho de Braga e nas restantes o número deste tipo de alojamentos é residual, merecendo destaque, no entanto, a União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (8 alojamentos) e Braga (São Vítor) (5 alojamentos).

Entre os anos censitários de 2001 e 2011, a variação do número de alojamentos familiares não clássicos foi relativamente homogénea em todas as freguesias do concelho. Todavia, apesar do predomínio de decréscimos no número de alojamentos deste tipo, nas freguesias de Padim da Graça, Pedralva, Tadim, Tebosa, União de freguesias de Crespos e Pousada e União de freguesias de Morreira e Trandeiras não se registaram variações. Por outro lado, na freguesia de Sobreposta verifica-se um acréscimo de 1 alojamento familiar não clássico. As maiores quebras no número deste tipo de alojamentos registaram-se na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (-33 alojamentos) e na União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (-27 alojamentos).

Quadro 49 | Tipologias de Alojamentos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	TIPOLOGIA DE ALOJAMENTOS (N.º)				
	Alojamentos	Coletivos	Familiares	Familiares Clássicos	Familiares Não Clássicos
Adaúfe	1473	1	1472	1471	1
Braga (São Vicente)	6755	18	6737	6736	1
Braga (São Vítor)	16619	28	16591	16586	5
Espinho	436	7	429	429	0
Esporões	605	0	605	605	0
Figueiredo	436	0	436	436	0
Gualtar	3024	3	3021	3020	1
Lamas	289	0	289	289	0
Mire de Tibães	909	2	907	907	0
Padim da Graça	605	0	605	605	0
Palmeira	2251	3	2248	2248	0
Pedralva	499	0	499	499	0
Priscos	567	0	567	567	0
Ruilhe	485	2	483	483	0
Sequeira	767	0	767	767	0
Sobreposta	450	1	449	448	1
Tadim	489	1	488	488	0
Tebosa	430	0	430	430	0
União das freguesias de Arentim e Cunha	634	1	633	633	0
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	7522	19	7503	7501	2
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	7388	39	7349	7347	2
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	776	1	775	774	1
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	2738	3	2735	2735	0
União das freguesias de Crespos e Pousada	585	1	584	584	0

FREGUESIA	TIPOLOGIA DE ALOJAMENTOS (N.º)				
	Alojamentos	Coletivos	Familiares	Familiares Clássicos	Familiares Não Clássicos
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	718	1	717	717	0
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	1541	0	1541	1541	0
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	4062	3	4059	4051	8
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	375	0	375	375	0
União das freguesias de Lomar e Arcos	2867	1	2866	2866	0
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	2141	1	2140	2138	2
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1454	0	1454	1453	1
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	551	1	550	550	0
União das freguesias de Nogueira, Fraiã e Lamações	5751	9	5742	5741	1
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	2385	12	2373	2373	0
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	5051	3	5048	5047	1
União das freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra	434	0	434	434	0
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	624	0	624	623	1
Concelho de Braga	84686	161	84525	84497	28

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A forma de ocupação dos alojamentos familiares pode variar entre residência habitual, residência secundária (uso sazonal e/ou com ocupante ausente) e vago²¹ (Quadro 50 e Gráfico 43). Ao contrário do registado noutros indicadores, aqui observa-se uma ligeira variação da representatividade de cada categoria.

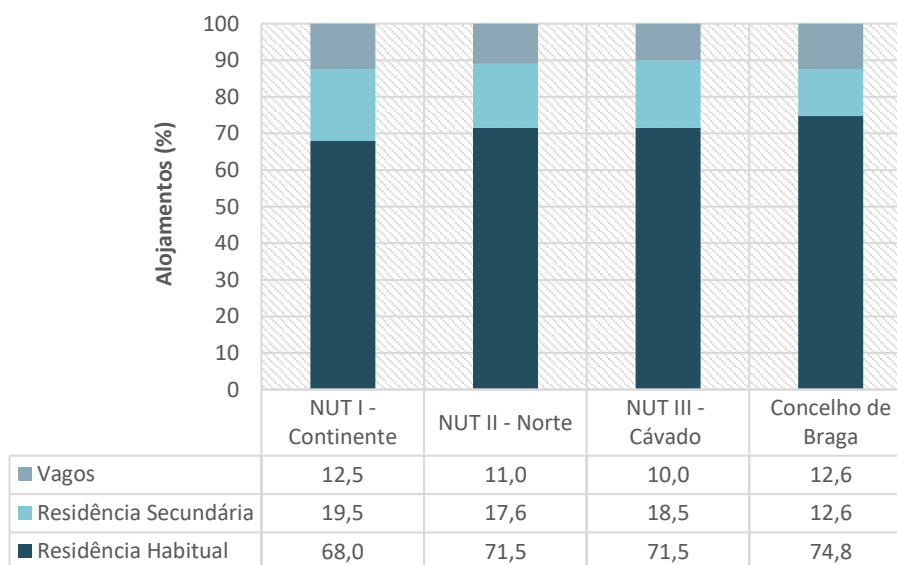
Quadro 50 | Forma de Ocupação dos Alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES (N.º)			
	Residência Habitual	Residência Secundária	Vagos	Total
NUT I - Continente	3825031	1098470	704054	5639257
NUT II - Norte	1320860	324493	202431	1850890
NUT III - Cávado	136025	35144	19082	190613
Concelho de Braga	63230	10661	10634	84686

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Em maior proporção destacam-se os alojamentos familiares de residência habitual, registando 74,8% dos alojamentos familiares no concelho de Braga (63230 alojamentos), seguido pelas NUT III – Cávado (136025 alojamentos) e NUT II – Norte (1320860 alojamentos), que registam ambas 71,5%, e, por último, pela NUT I – Continente (3825031 alojamentos), com 68,0%.

Gráfico 43 | Forma de Ocupação dos Alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quanto aos alojamentos familiares de residência secundária e aos alojamentos familiares vagos, no concelho de Braga (10661 alojamentos e 10634 alojamentos, respetivamente), estes apresentam expressividade idêntica (12,6%). Pelo contrário, nas restantes unidades territoriais, os alojamentos familiares de residência secundária assumem maior representatividade, com a NUT I – Continente (1098470 alojamentos) a registar

²¹ Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

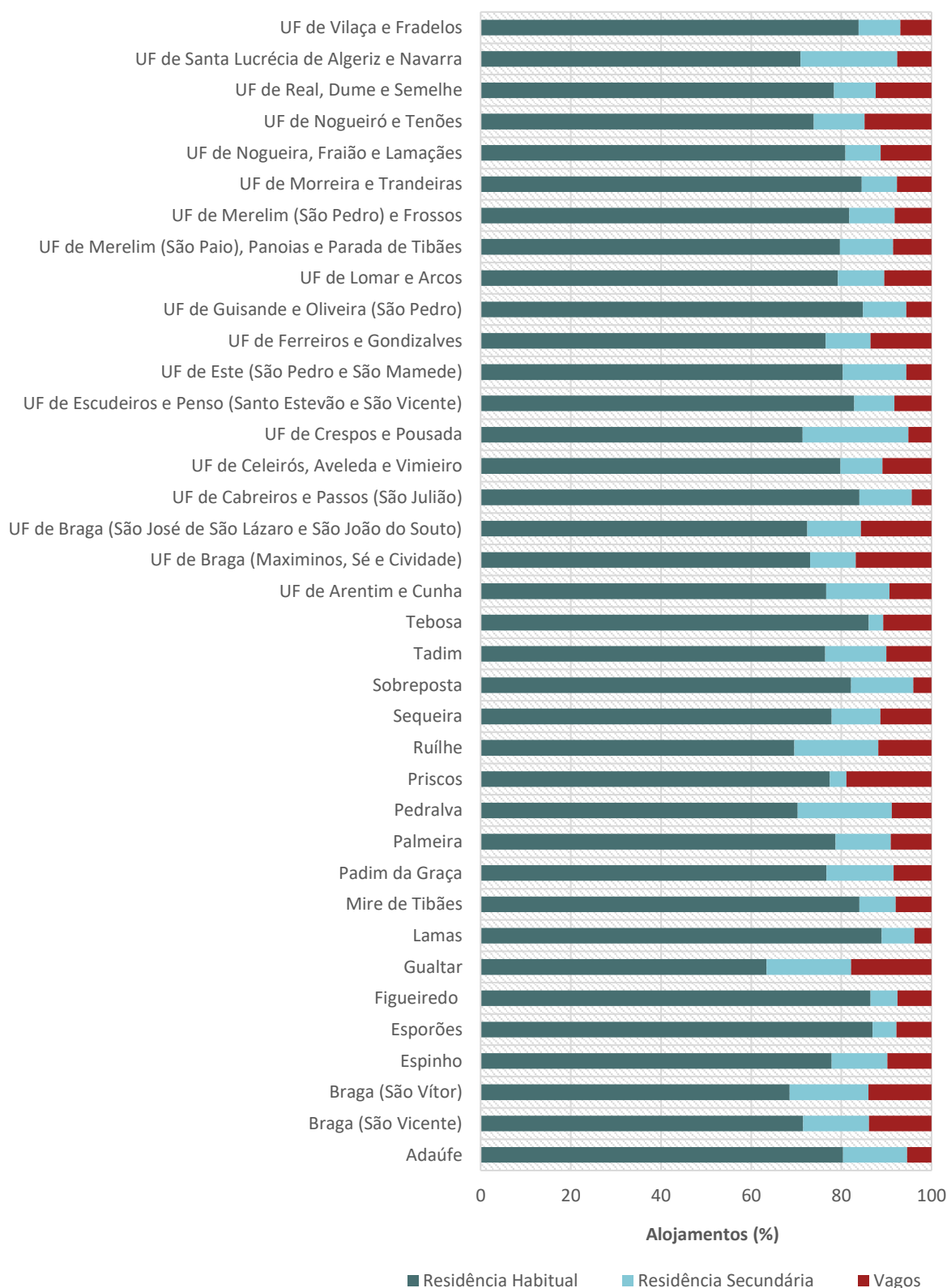
19,5%, a NUT III – Cávado (35144 alojamentos) com 187,5% e a NUT II – Norte (324493 alojamentos) com 17,6%. Quanto aos alojamentos familiares vagos, representam 12,5% dos alojamentos familiares da NUT I – Continente (704054 alojamentos), 11,0% da NUT II – Norte (202431 alojamentos) e 10,0% na NUT III – Cávado (19082 alojamentos).

Ao observar os alojamentos familiares de residência habitual ao nível das freguesias (Gráfico 44 e Quadro 51), verifica-se que os mesmos predominam na totalidade das freguesias, com destaque para Braga (São Vítor) (11372 alojamentos), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (5483 alojamentos) e a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5325 alojamentos). No entanto, na freguesia de Lamas apenas existem 257 alojamentos familiares de residência habitual.

Quanto aos alojamentos familiares de residência secundária, esta forma de ocupação assume maior expressividade nas freguesias de Braga (São Vítor) (2898 alojamentos), Braga São Vicente (983 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (872 alojamentos). Em oposição, destaca-se a freguesia de Tebosa, com apenas 14 alojamentos familiares deste tipo.

Os alojamentos familiares vagos têm alguma representatividade, de modo geral, ao nível das freguesias do concelho de Braga. As freguesias com mais de 15% de alojamentos familiares vagos correspondem a Priscos (107 de 567 alojamentos), Gualtar (538 de 3021 alojamentos), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (1260 de 7503 alojamentos) e União de freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (1152 de 7349 alojamentos). Não obstante, em termos absolutos, com maior número de alojamentos vagos, referem-se a freguesia de Braga (São Vítor) com 2321 alojamentos, a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) com 1260 alojamentos e a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) com 1152 alojamentos. Em oposição, os menores quantitativos de alojamentos familiares vagos verificam-se nas freguesias de Lamas e Sobreposta, respetivamente, com 11 alojamentos (3%) e 18 alojamentos (4%).

Refira-se, ainda, que a variação observada no número de alojamentos familiares vagos no território concelhio, entre os anos de 2001 e 2011, é, de forma geral, positiva. As freguesias onde se regista um maior acréscimo de alojamentos familiares vagos correspondem a Gualtar (+252 alojamentos), Braga (São Vicente) (+216 alojamentos), União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (+202 alojamentos), União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lameiras (+135 alojamentos), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (+126 alojamentos) e União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (+118 alojamentos). Por sua vez, duas freguesias do concelho não registam variação no número de alojamentos familiares vagos (Lamas e União de freguesias de Vilaça e Fradelos), enquanto nove assinalam decréscimos, sendo estes mais expressivos em Braga (São Vítor) (-810 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (-188 alojamentos).

Gráfico 44 | Forma de Ocupação dos Alojamentos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quadro 51 | Forma de Ocupação dos Alojamentos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES (N.º)			
	Residência Habitual	Residência Secundária	Vagos	Total
Adaúfe	1183	209	80	1473
Braga (São Vicente)	4819	983	935	6755
Braga (São Vítor)	11372	2898	2321	16619
Espinho	334	53	42	436
Esporões	526	32	47	605
Figueiredo	377	26	33	436
Gualtar	1916	567	538	3024
Lamas	257	21	11	289
Mire de Tibães	762	73	72	909
Padim da Graça	464	90	51	605
Palmeira	1769	276	203	2251
Pedralva	351	104	44	499
Priscos	439	21	107	567
Ruilhe	336	90	57	485
Sequeira	597	83	87	767
Sobreposta	369	62	18	450
Tadim	373	66	49	489
Tebosa	370	14	46	430
União das freguesias de Arentim e Cunha	485	89	59	634
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	5483	760	1260	7522
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	5325	872	1152	7388
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	651	90	34	776
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	2183	254	298	2738
União das freguesias de Crespos e Pousada	417	137	30	585
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	594	64	59	718
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	1238	217	86	1541
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	3106	405	548	4062
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	318	36	21	375
União das freguesias de Lomar e Arcos	2271	294	301	2867
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1706	252	182	2141
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1189	146	119	1454
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	465	43	42	551
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameças	4646	447	649	5751
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	1753	268	352	2385
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	3955	468	625	5051
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	308	93	33	434
União das freguesias de Vilaça e Frelados	523	58	43	624
Concelho de Braga	63230	10661	10634	84686

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A área útil dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, é analisada segundo intervalos de valores, nomeadamente menos de 50m², 50-100m², 100-200m² e mais de 200m² (Quadro 52).

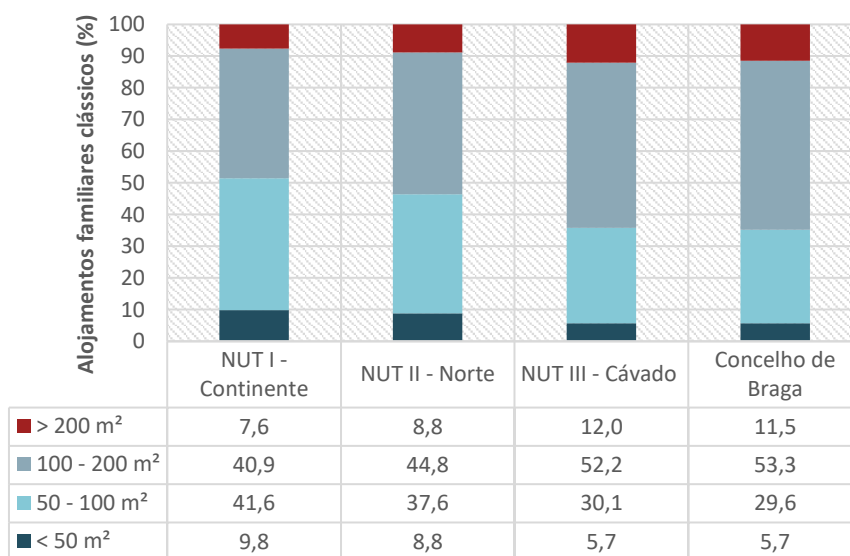
Quadro 52 | Área útil dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO A ÁREA ÚTIL (N.º)				
	< 50 m ²	50 - 100 m ²	100 - 200 m ²	> 200 m ²	Total
NUT I - Continente	375514	1589794	1561429	291837	3818574
NUT II - Norte	115891	495905	591224	116645	1319665
NUT III - Cávado	7730	40852	70949	16347	135878
Concelho de Braga	3579	18685	33656	7282	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

No total, contabilizam-se 63202 alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, no concelho de Braga. Os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil entre 100-200m², correspondem a 53,3% (33656 alojamentos), enquanto os alojamentos com área útil entre 50-100m² perfazem 29,6% (18685 alojamentos), os alojamentos com área útil acima de 200m² representam 11,5% (7282 alojamentos) e, finalmente, os alojamentos com área útil inferior a 50m² correspondem a 5,7% (3579 alojamentos) (Gráfico 45).

Gráfico 45 | Área útil dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Relativamente à representatividade percentual dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil entre 100-200m² destaca-se o concelho de Braga, seguido pela NUT III – Cávado (70949 alojamentos) com 52,2%, a NUT II – Norte (591224 alojamentos) com 44,8% e a NUT I – Continente (1561429 alojamentos) com 40,9%.

Quanto aos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil entre 50-100m², estes assumem maior expressividade na NUT I – Continente (1589794 alojamentos) com 41,6%,

seguindo-se a NUT II – Norte (495905 alojamentos) com 37,6%, a NUT III – Cávado (40852 alojamentos) com 30,1% e, por último, o concelho de Braga.

No que diz respeito aos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil inferior a 50m² a NUT I – Continente (375514 alojamentos) apresenta 9,8%, seguida da NUT II – Norte (115891 alojamentos) com cerca de 8,8% e, por último, a NUT III – Cávado (7730 alojamentos) e o concelho de Braga, ambos com cerca de 5,7%.

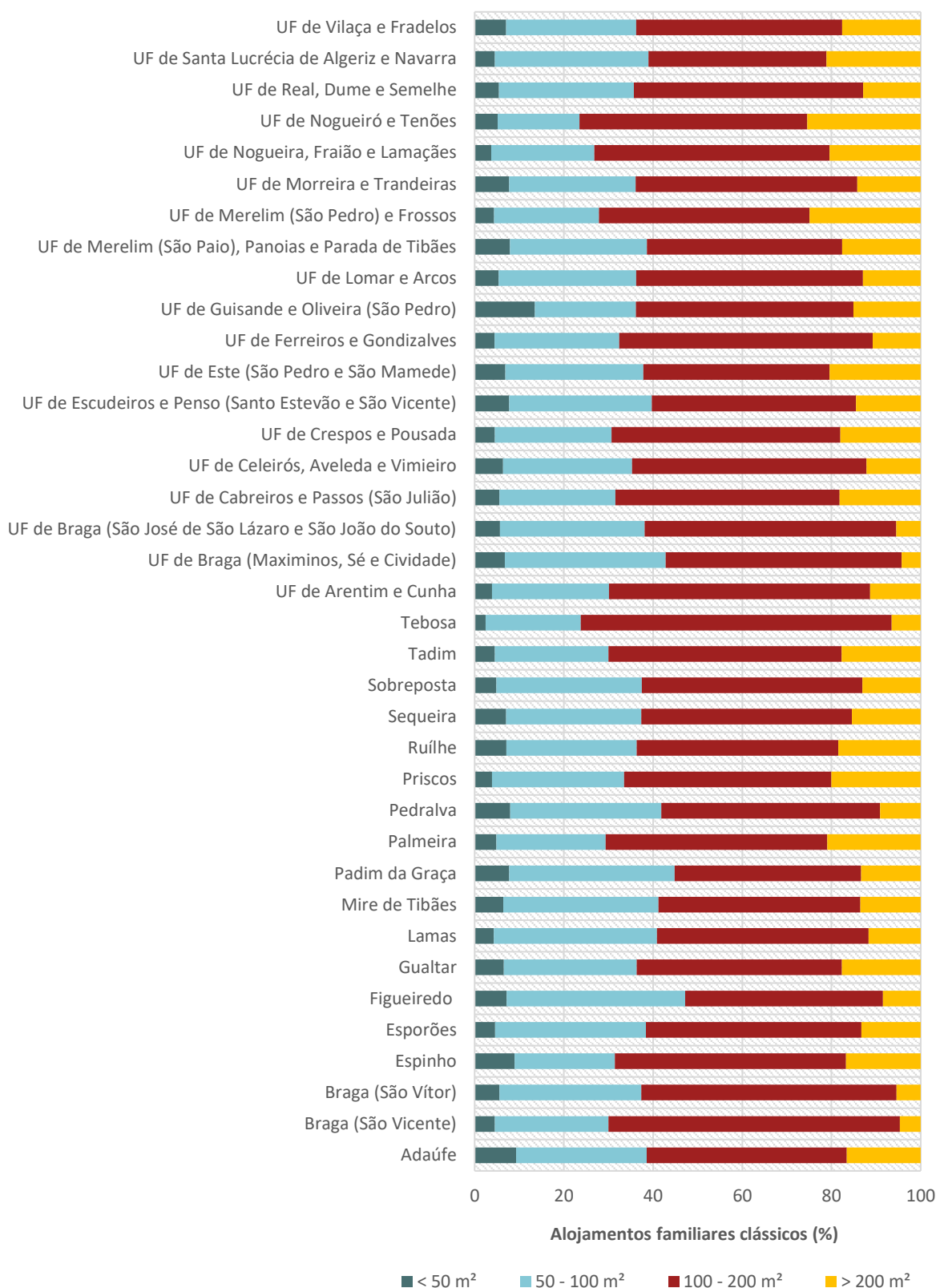
Por fim, os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil superior a 200m² são mais representativos na NUT III – Cávado (16347 alojamentos) com 12,0%, seguida pelo concelho de Braga, pela NUT II – Norte (116645 alojamentos) com cerca de 8,8% e pela NUT I – Continente (291837 alojamentos) com 7,6%.

A análise ao nível das freguesias permite constatar que é em Braga (São Vítor) (6508 alojamentos), Braga (São Vicente) (3146 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (3004 alojamentos), onde se contabiliza o maior número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil entre 100-200m² (Gráfico 46 e Quadro 53). Em oposição, a freguesia de Lamas (122 alojamentos) e a União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (123 alojamentos) apresentam o menor número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil entre 100-200m².

Quanto aos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil entre 50-100m², estes ultrapassam os 1000 alojamentos em Braga (São Vítor) (3611 alojamentos), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1978 alojamentos), na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1727 alojamentos), em Braga (São Vicente) (1228 alojamentos) e na União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (1196 alojamentos). A União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (72 alojamentos), Espinho (75 alojamentos) e Tebosa (79 alojamentos), por sua vez, apresentam o menor número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, enquadrados nesta classe de área útil.

A União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lameiras (950 alojamentos) e a freguesia de Braga (São Vítor) (613 alojamentos) apresentam o maior número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil superior a 200m².

Por fim, os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com área útil inferior a 50m² assumem maior expressividade na freguesia de Braga (São Vítor) (635 alojamentos), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (371 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (302 alojamentos).

Gráfico 46 | Área útil dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

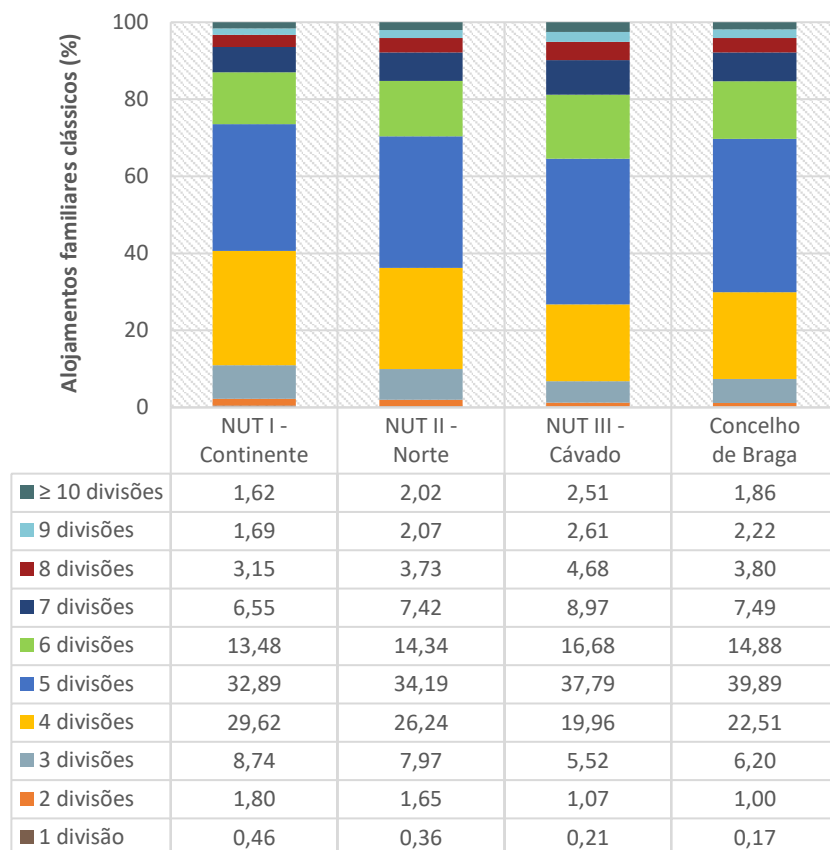
Quadro 53 | Área Útil dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO A ÁREA ÚTIL (N.º)				
	< 50 m²	50 - 100 m²	100 - 200 m²	> 200 m²	Total
Adaúfe	110	346	530	196	1182
Braga (São Vicente)	219	1228	3146	225	4818
Braga (São Vítor)	635	3611	6508	613	11367
Espinho	30	75	173	56	334
Esporões	24	178	254	70	526
Figueiredo	27	151	167	32	377
Gualtar	125	571	881	338	1915
Lamas	11	94	122	30	257
Mire de Tibães	49	265	345	103	762
Padim da Graça	36	172	194	62	464
Palmeira	86	434	879	370	1769
Pedralva	28	119	172	32	351
Priscos	17	130	204	88	439
Ruilhe	24	98	152	62	336
Sequeira	42	181	282	92	597
Sobreposta	18	120	182	48	368
Tadim	17	95	195	66	373
Tebosa	9	79	258	24	370
União das freguesias de Arentim e Cunha	19	127	284	55	485
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	371	1978	2898	234	5481
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	302	1727	3004	290	5323
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	36	169	327	118	650
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	139	631	1148	265	2183
União das freguesias de Crespos e Pousada	19	109	214	75	417
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	46	190	272	86	594
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	85	383	517	253	1238
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	138	867	1760	333	3098
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	43	72	155	48	318
União das freguesias de Lomar e Arcos	122	701	1154	294	2271
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	135	523	746	300	1704
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	52	279	561	296	1188
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	36	132	231	66	465
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	172	1075	2448	950	4645
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	91	321	895	446	1753
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	215	1196	2034	509	3954
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	14	106	123	65	308
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	37	152	241	92	522
Concelho de Braga	3579	18685	33656	7282	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

O número de divisões dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, categoriza-se unitariamente pelo número de divisões até 9 divisões, correspondendo a última classe a 10 ou mais divisões (Gráfico 47).

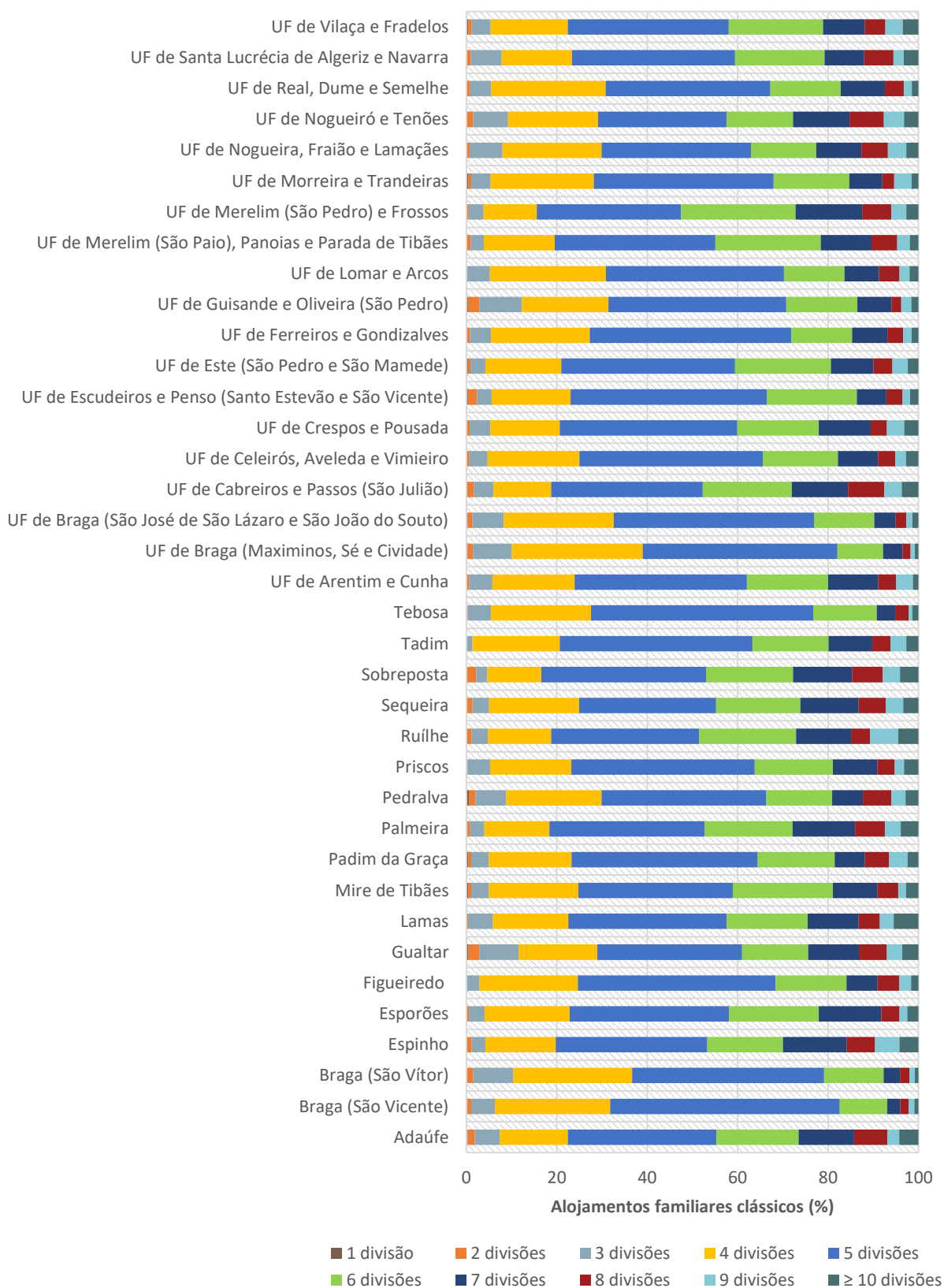
Gráfico 47 | Número de Divisões dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Ao nível das unidades territoriais em análise predominam os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com 5 e 4 divisões, com valores percentuais acima dos 20%. Também com alguma representatividade surgem os alojamentos familiares clássicos com 6 divisões (entre 13% e 17%), os alojamentos com 3 ou 7 divisões (entre 5% e 9%) e com 8 divisões (entre 3% e 5%). Com proporções abaixo dos 3% encontram-se as restantes classes.

No total das 37 freguesias do concelho de Braga, 12 não apresentam alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com apenas uma divisão, nomeadamente Espinho, Figueiredo, Lamas, Priscos, Ruíhe, Sobreposta, Tadim, Tebosa, a União de freguesias de Arentim e Cunha, a União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves, a União de freguesias de Lomar e Arcos e a União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra. Também sem registo de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com 2 divisões encontram-se as freguesias de Figueiredo e Tadim (Gráfico 48 e Quadro 54).

Gráfico 48 | Número de Divisões dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)

Quadro 54 | Número de Divisões dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES (N.º)										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	≥ 10	Total
Adaúfe	3	19	65	178	389	215	145	87	31	50	1182
Braga (São Vicente)	12	38	254	1229	2447	505	139	89	63	42	4818
Braga (São Vítor)	14	155	1011	2989	4828	1494	415	236	136	89	11367
Espinho	0	4	10	52	112	56	47	21	18	14	334
Esporões	1	2	18	99	186	104	73	21	9	13	526
Figueiredo	0	0	11	82	165	59	26	18	10	6	377
Gualtar	9	46	166	334	613	280	215	118	66	68	1915
Lamas	0	1	14	43	90	46	29	12	8	14	257
Mire de Tibães	3	5	30	151	260	169	75	35	13	21	762
Padim da Graça	2	3	18	85	191	79	31	25	19	11	464
Palmeira	5	10	55	255	608	343	245	117	62	69	1769
Pedralva	2	5	24	74	128	51	24	22	11	10	351
Priscos	0	1	22	79	178	76	43	17	9	14	439
Ruilhe	0	4	12	47	110	72	41	14	21	15	336
Sequeira	1	7	22	119	181	111	77	36	23	20	597
Sobreposta	0	8	9	44	134	71	48	25	14	15	368
Tadim	0	0	5	72	159	63	36	15	13	10	373
Tebosa	0	1	19	82	182	52	15	11	3	5	370
União das freguesias de Arentim e Cunha	0	3	25	88	185	87	54	19	18	6	485
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	16	65	471	1587	2360	555	235	96	54	42	5481
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	14	58	367	1296	2357	710	255	123	71	72	5323
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	1	10	28	83	218	128	81	52	25	24	650
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1	14	87	444	885	363	194	83	53	59	2183
União das freguesias de Crespos e Pousada	1	2	19	64	164	75	48	15	16	13	417
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	2	12	19	104	258	118	39	21	10	11	594

FREGUESIA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES (N.º)										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	≥ 10	Total
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	4	7	41	208	476	262	117	52	42	29	1238
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	0	24	144	677	1381	417	243	109	57	46	3098
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	1	8	30	61	125	50	24	7	7	5	318
União das freguesias de Lomar e Arcos	0	4	114	583	895	304	174	102	51	44	2271
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	2	14	50	267	606	397	191	97	48	32	1704
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1	5	39	140	379	301	175	77	39	32	1188
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	2	3	20	106	185	78	34	12	18	7	465
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	2	33	336	1018	1535	671	464	272	189	125	4645
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	1	25	135	350	499	257	219	133	78	56	1753
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	4	29	183	1001	1443	614	386	167	69	58	3954
União das freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra	0	3	21	48	111	61	27	20	7	10	308
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	2	4	22	89	186	109	48	24	20	18	522
Concelho de Braga	106	632	3916	14228	25209	9403	4732	2400	1401	1175	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (16 alojamentos) destaca-se pela maior quantidade de alojamentos familiares clássicos com apenas uma divisão e a freguesia de Braga (São Vítor) (155 alojamentos) pela maior quantidade de alojamentos com duas divisões.

Relativamente aos alojamentos familiares clássicos com 3 divisões, estes concentram-se maioritariamente em Braga (São Vítor) com 1011 alojamentos e com 4 e 5 divisões também em Braga (São Vítor) (2989 e 4828 alojamentos), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1587 e 2360 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1296 e 2357 alojamentos). Quanto aos alojamentos com 6 divisões, destaca-se novamente a freguesia de Braga (São Vítor), com 1494 alojamentos. A União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lameações, por sua vez, concentra o maior quantitativo de alojamentos familiares clássicos com maior número de divisões (7 e mais divisões).

No que subjaz ao regime de propriedade, os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, podem classificar-se como ocupados pelo proprietário, arrendados e outros casos (por exemplo, partilha entre proprietário e inquilino) (Quadro 55).

Quadro 55 | Regime de propriedade dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO A REGIME DE PROPRIEDADE (N.º)			
	Proprietário Ocupante	Arrendado	Outros	Total
NUT I - Continente	2787428	769768	261378	3818574
NUT II - Norte	952287	269178	98200	1319665
NUT III - Cávado	104846	20861	10171	135878
Concelho de Braga	44229	14770	4203	63202

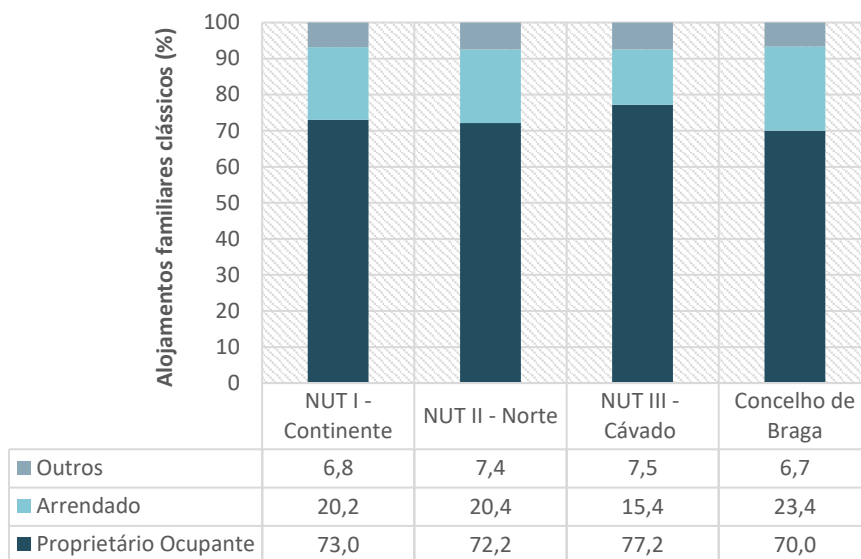
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

No território concelhio predominam os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com proprietário ocupante (44229 alojamentos), que representam 70% dos alojamentos (Gráfico 49). Não obstante, esta proporção é a mais baixa comparativamente com as unidades territoriais onde se enquadra, nomeadamente a NUT II – Norte (952287 alojamentos) com 72,2%, a NUT I – Continente (2787428 alojamentos) com 73% e a NUT III – Cávado (104846 alojamentos) com 77,2%.

Os alojamentos familiares clássicos arrendados, por sua vez, representam 23,4% no concelho de Braga (14770 alojamentos), seguido pela NUT II – Norte (269178 alojamentos) com 20,4%, pela NUT I – Continente (769768 alojamentos) com 20,2% e, com menor representatividade, pela NUT III – Cávado (20861 alojamentos) com 15,4%.

Nos restantes regimes de propriedade, o concelho de Braga (4203 alojamentos) regista 6,7% dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, enquanto a NUT I – Continente (261378 alojamentos) apresenta 6,8%, a NUT II – Norte (98200 alojamentos) regista 7,4% e, por último, a NUT III – Cávado (10171 alojamentos) contabiliza 7,5%.

Gráfico 49 | Regime de propriedade dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)

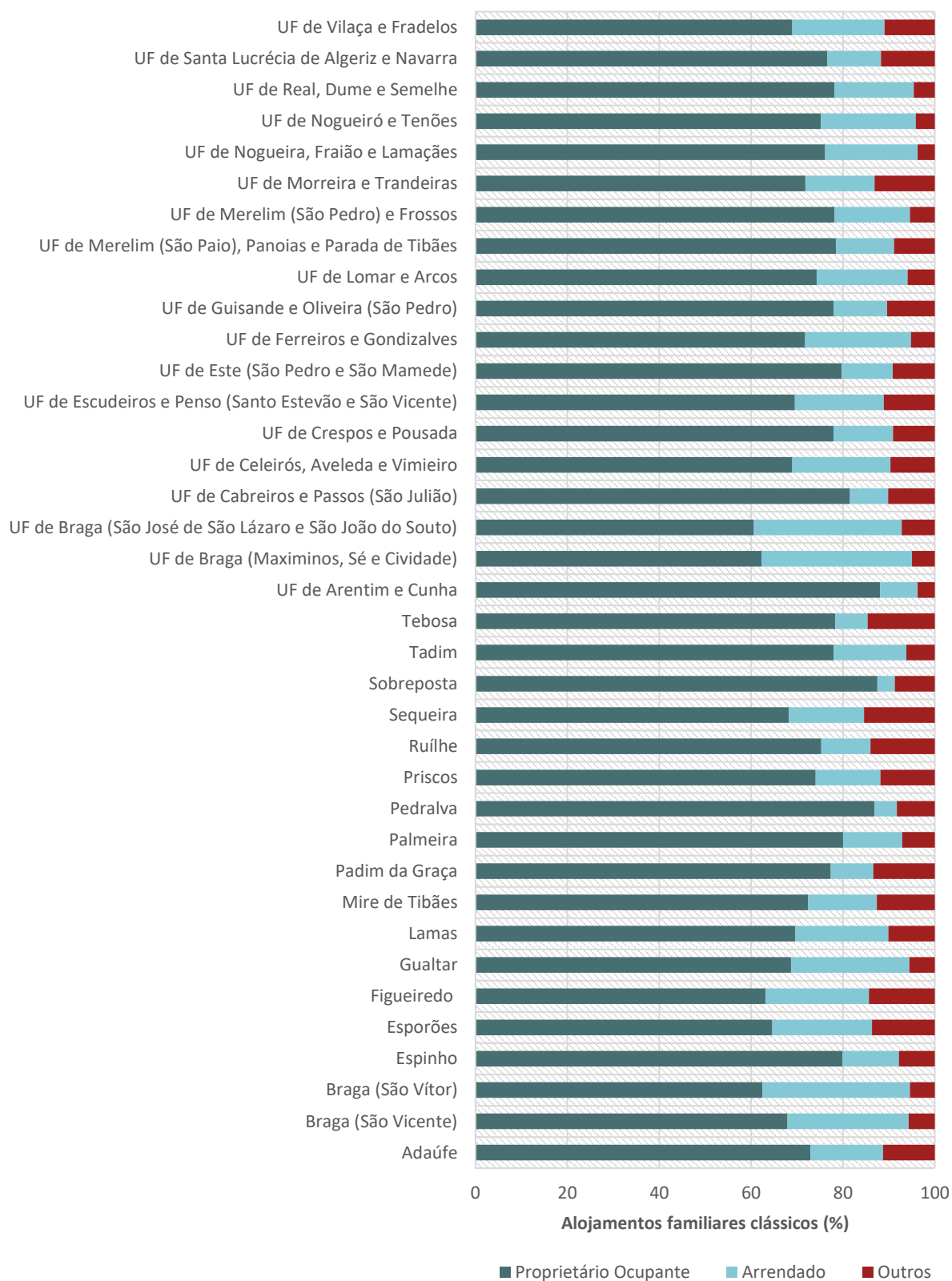


Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A freguesia Braga (São Vítor) (7103 alojamentos), a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (3536 alojamentos), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (3417 alojamentos), a freguesia de Braga (São Vicente) (3273 alojamentos), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (3227 alojamentos) e a União de freguesias de Real Dume e Semelhe (3090 alojamentos) apresentam o maior número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, pelo proprietário (Gráfico 50 e Quadro 56).

Quanto aos alojamentos arrendados, estes apresentam-se em maior número na freguesia Braga (São Vítor) (3650 alojamentos), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1793 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1714 alojamentos).

Os restantes regimes de propriedade dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, concentram-se maioritariamente na freguesia Braga (São Vítor) (614 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (382 alojamentos).

Gráfico 50 | Regime de propriedade dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quadro 56 | Regime de propriedade dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO A REGIME DE PROPRIEDADE (N.º)			
	Proprietário Ocupante	Arrendado	Outros	Total
Adaúfe	862	187	133	1182
Braga (São Vicente)	3273	1271	274	4818
Braga (São Vítor)	7103	3650	614	11367
Espinho	267	41	26	334
Esporões	340	114	72	526
Figueiredo	238	85	54	377
Gualtar	1316	493	106	1915
Lamas	179	52	26	257
Mire de Tibães	552	114	96	762
Padim da Graça	359	43	62	464
Palmeira	1416	228	125	1769
Pedralva	305	17	29	351
Priscos	325	62	52	439
Ruilhe	253	36	47	336
Sequeira	407	98	92	597
Sobreposta	322	14	32	368
Tadim	291	59	23	373
Tebosa	290	26	54	370
União das freguesias de Arentim e Cunha	427	40	18	485
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	3417	1793	271	5481
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	3227	1714	382	5323
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	530	54	66	650
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1506	466	211	2183
União das freguesias de Crespos e Pousada	325	54	38	417
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	413	115	66	594
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	987	138	113	1238
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	2223	715	160	3098
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	248	37	33	318
União das freguesias de Lomar e Arcos	1687	450	134	2271
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1338	215	151	1704
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	929	195	64	1188
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	334	70	61	465
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	3536	936	173	4645
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	1318	363	72	1753
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	3090	684	180	3954
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	236	36	36	308
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	360	105	57	522

FREGUESIA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO A REGIME DE PROPRIEDADE (N.º)			
	Proprietário Ocupante	Arrendado	Outros	Total
Concelho de Braga	44229	14770	4203	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A disponibilidade de estacionamento privados nos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, constitui também um indicador a analisar neste diagnóstico, tendo inerentes quatro classes quantitativas (sem estacionamento e um, dois e três ou mais estacionamentos) (Quadro 57).

Quadro 57 | Estacionamentos Privados dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE ESTACIONAMENTO PRIVADO (N.º)				
	Sem estacionamento	1	2	≥ 3	Total
NUT I - Continente	1761412	1227153	576363	253646	3818574
NUT II - Norte	423536	535743	255715	104671	1319665
NUT III - Cávado	31943	57258	32108	14569	135878
Concelho de Braga	13720	32077	12915	4490	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

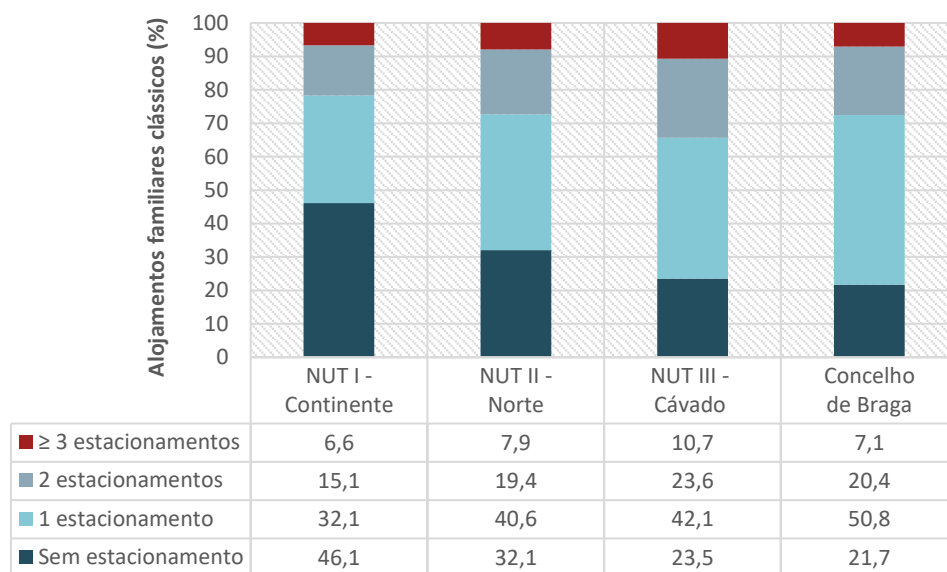
No concelho de Braga, 50,8% (32077 alojamentos) correspondem aos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com um estacionamento privado, 21,7% (13720 alojamentos) sem estacionamento privado, 20,4% (12915 alojamentos) com dois estacionamentos privados e 7,1% (4490 alojamentos) correspondem aos alojamentos com três ou mais estacionamentos privados.

Quanto às tendências observadas nas restantes unidades territoriais, na NUT III – Cávado predominam os alojamentos familiares clássicos com um estacionamento privado (42,1% - 57258 alojamentos), seguidos pelos alojamentos com dois estacionamentos (23,6% - 32108 alojamentos), sem estacionamento privado (23,5% - 31943 alojamentos) e, por último, os alojamentos com três ou mais estacionamentos privados (10,7% - 14569 alojamentos) (Gráfico 51).

Na NUT II – Norte também prevalecem os alojamentos com um estacionamento privado (40,6% - 535743 alojamentos), seguidos pelos alojamentos sem estacionamento privado (32,1% - 423536 alojamentos), com dois estacionamentos privados (19,4% - 255715 alojamentos) e, por fim, os alojamentos com três ou mais estacionamentos privados (7,9% - 104671 alojamentos).

Na NUT I – Continente, por sua vez, destacam-se os alojamentos sem estacionamento privado (46,1% - 1761412 alojamentos), seguidos pelos alojamentos com um estacionamento privado (32,1% - 1227153 alojamentos), com dois estacionamentos privados (15,1% - 576363 alojamentos) e, com menor representatividade, os alojamentos com três ou mais estacionamentos privados (6,6% - 253646 alojamentos).

Gráfico 51 | Estacionamentos Privados dos Alojamentos Familiares Clássicos no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (%) (2011)



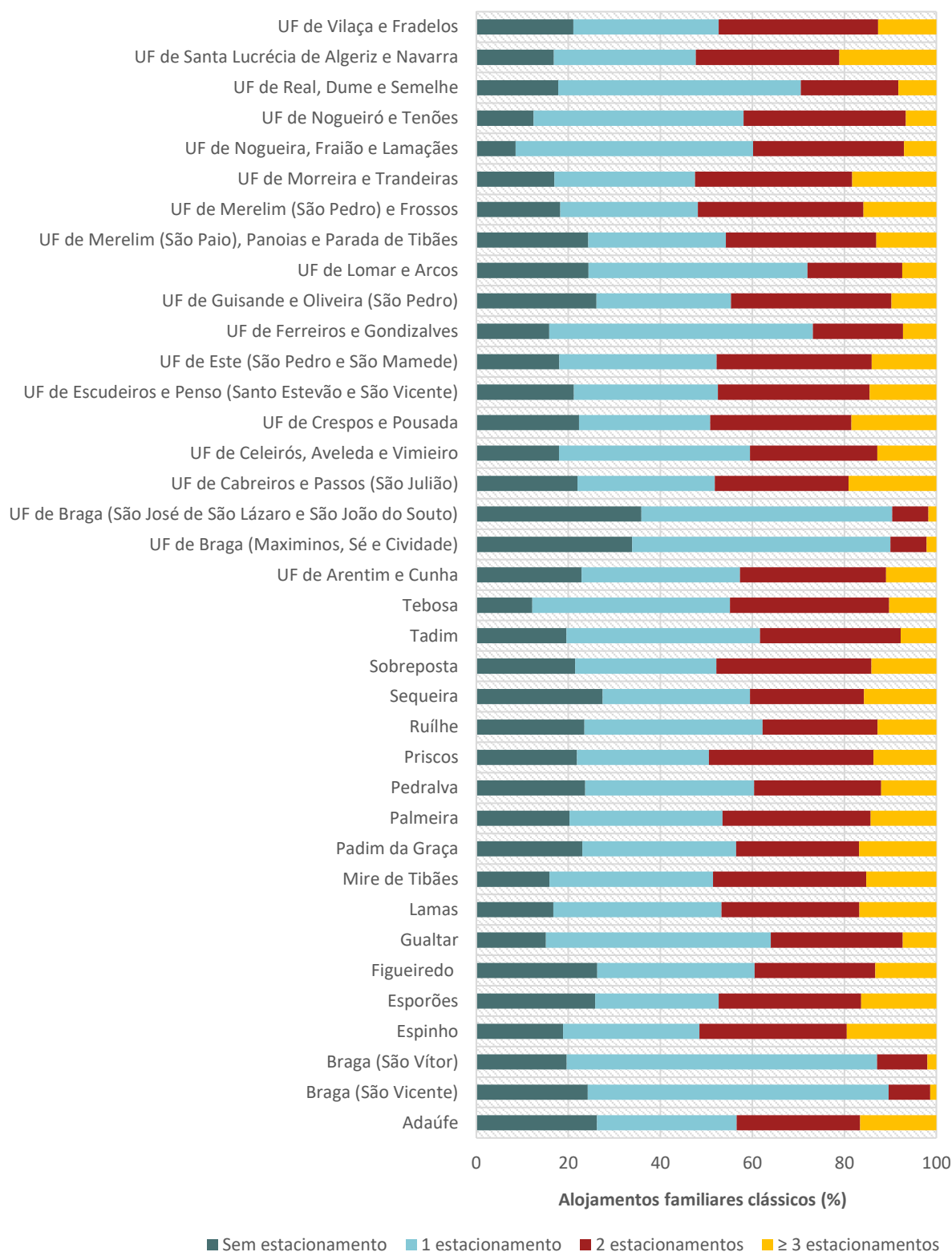
Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Ao nível das freguesias do concelho de Braga (Gráfico 52 e Quadro 58), os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, sem estacionamento privado concentram-se principalmente na freguesia de Braga (São Vítor) (2233 alojamentos), na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1910 alojamentos), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1858 alojamentos) e na freguesia de Braga (São Vicente) (1166 alojamentos).

Quanto aos alojamentos com um estacionamento privado, contabiliza-se um maior número nas freguesias de Braga (São Vítor) (7672 alojamentos), Braga (São Vicente) (3152 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (3076 alojamentos).

Os alojamentos com dois estacionamentos privados têm maior expressividade na União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (1525 alojamentos) e em Braga (São Vítor) (1238 alojamentos).

Por último, os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com três ou mais estacionamentos privados concentram-se maioritariamente na União de freguesias de Real, Dume e Semelhe e na União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (ambas com 326 alojamentos).

Gráfico 52 | Estacionamentos Privados dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (%) (2011)

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quadro 58 | Estacionamentos Privados dos Alojamentos Familiares Clássicos por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE ESTACIONAMENTO PRIVADO (N.º)				
	Sem estacionamento	1	2	≥ 3	Total
Adaúfe	310	359	317	196	1182
Braga (São Vicente)	1166	3152	437	63	4818
Braga (São Vítor)	2233	7672	1238	224	11367
Espinho	63	99	107	65	334
Esporões	136	141	163	86	526
Figueiredo	99	129	99	50	377
Gualtar	290	936	549	140	1915
Lamas	43	94	77	43	257
Mire de Tibães	121	271	254	116	762
Padim da Graça	107	155	124	78	464
Palmeira	358	589	569	253	1769
Pedralva	83	129	97	42	351
Priscos	96	126	157	60	439
Ruilhe	79	130	84	43	336
Sequeira	164	191	148	94	597
Sobreposta	79	113	124	52	368
Tadim	73	157	114	29	373
Tebosa	45	159	128	38	370
União das freguesias de Arentim e Cunha	111	167	154	53	485
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	1858	3076	431	116	5481
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	1910	2903	419	91	5323
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	143	194	189	124	650
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	392	907	604	280	2183
União das freguesias de Crespos e Pousada	93	119	128	77	417
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	126	186	196	86	594
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	223	424	417	174	1238
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	491	1775	608	224	3098
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	83	93	111	31	318
União das freguesias de Lomar e Arcos	554	1081	468	168	2271
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	415	509	558	222	1704
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	217	355	428	188	1188
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	79	142	159	85	465
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameças	397	2397	1525	326	4645
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	218	800	619	116	1753
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	703	2087	838	326	3954
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	52	95	96	65	308
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	110	165	181	66	522

FREGUESIA	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, OCUPADOS COMO RESIDÊNCIA HABITUAL, SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE ESTACIONAMENTO PRIVADO (N.º)				
	Sem estacionamento	1	2	≥ 3	Total
Concelho de Braga	13720	32077	12915	4490	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Condições de Habitabilidade

Na última década (2001-2011) constatou-se um crescimento do número de alojamentos familiares clássicos superior ao crescimento do número de famílias clássicas, de uma forma transversal a todo o País, mas com especial destaque para as regiões do litoral e da Madeira. Esta evolução poderia conduzir a que se considerasse que não existiriam em Portugal carências habitacionais. Todavia, devido às características particulares do mercado da habitação, cujos bens são imóveis e, por esse motivo, impedidos de ser deslocados para os locais onde se afigurem mais necessários, tal facto poderá não corresponder à realidade.

Deste modo, é importante analisar as condições de habitabilidade dos alojamentos e do edificado, no que concerne à adequabilidade dos mesmos à dimensão das famílias, à existência de infraestruturas básicas e às acessibilidades.

O índice de lotação²² dos alojamentos tem em consideração os alojamentos com divisões em falta relativamente aos alojamentos familiares de residência habitual.

No concelho de Braga, em 2011, o índice de lotação fixa-se nos 10,0%, inferior ao da NUT III – Cávado (10,8%), ao da NUT I – Continente (10,9%) e ao da NUT II – Norte (11,7%) (Quadro 59). Em todas as unidades territoriais, para o valor do índice de lotação contribuem os alojamentos em sobrelotação com falta de 1 divisão, em quase 50%, os alojamentos em sobrelotação com falta de 2 divisões em mais de 30% e os alojamentos sobrelotados com falta de 3 ou mais divisões em mais de 20%.

Quadro 59 | Índice de Lotação e Alojamentos Familiares Clássicos de residência habitual sobrelotados no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	ÍNDICE DE LOTAÇÃO (%)	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, DE RESIDÊNCIA HABITUAL, SOBRELOTADOS SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES EM FALTA (N.º)			
		1 Divisão	2 Divisões	≥ 3 Divisões	Total
NUT I - Continente	10,9	326630	71030	19366	2493987
NUT II - Norte	11,7	122048	26144	6085	845569
NUT III - Cávado	10,8	11515	2554	624	90636
Concelho de Braga	10,0	5141	998	209	42035

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

²² Indicador do número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento. O cálculo é feito com base nos seguintes parâmetros considerados normais: uma divisão para sala de estar; uma divisão por cada casal; uma divisão por cada outra pessoa não solteira; uma divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; uma divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas com menos de 7 anos (Estatísticas Demográficas 2011, INE).

Ao nível das freguesias, a União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (17,9%), a freguesia de Pedralva (17,1%) e a União de freguesias de Crespos e Pousada apresentam os índices de lotação mais elevados, conforme evidenciado no Quadro 60.

Quadro 60 | Índice de Lotação e Alojamentos Familiares Clássicos de residência habitual sobrelotados por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	ÍNDICE DE LOTAÇÃO (%)	DIVISÕES EM FALTA NOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, DE RESIDÊNCIA HABITUAL SOBRELOTADOS (N.º)		
		1 Divisão	2 Divisões	≥ 3 Divisões
Adaúfe	11,7	114	20	4
Braga (São Vicente)	9,7	388	72	8
Braga (São Vítor)	10,5	989	164	35
Espinho	11,7	31	7	1
Esporões	13,1	49	16	4
Figueiredo	9,3	30	2	3
Gualtar	9,7	149	34	2
Lamas	11,3	24	5	0
Mire de Tibães	9,8	60	12	3
Padim da Graça	15,5	60	10	2
Palmeira	8,3	113	26	7
Pedralva	17,1	44	14	2
Priscos	10,0	40	3	1
Ruilhe	8,6	20	5	4
Sequeira	10,4	50	9	3
Sobreposta	12,8	35	10	2
Tadim	7,5	23	4	1
Tebosa	13,0	36	10	2
União das freguesias de Arentim e Cunha	11,8	44	13	0
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	11,7	514	102	24
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	10,8	437	105	33
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	12,0	59	17	2
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	9,7	176	31	4
União das freguesias de Crespos e Pousada	17,0	57	9	5
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	12,0	56	13	2
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	10,0	105	16	3
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	9,8	248	47	8
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	17,9	43	10	4
União das freguesias de Lomar e Arcos	10,9	202	38	8
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	8,9	118	31	3
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	6,1	63	7	2
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	12,0	44	10	2
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameças	6,7	267	41	4
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	5,3	82	10	1

FREGUESIA	ÍNDICE DE LOTAÇÃO (%)	DIVISÕES EM FALTA NOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, DE RESIDÊNCIA HABITUAL SOBRELOTADOS (N.º)		
		1 Divisão	2 Divisões	≥ 3 Divisões
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	9,7	310	55	17
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	11,7	23	11	2
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	9,2	38	9	1
Concelho de Braga	10,0	5141	998	209

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Os alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, em sobrelotação concentram-se sobretudo em Braga (São Vitor) (989 alojamentos com uma divisão em falta; 164 alojamentos com duas divisões em falta; e 35 alojamentos com três ou mais divisões em falta), na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (437 alojamentos com uma divisão em falta; 105 alojamentos com duas divisões em falta; e 33 alojamentos com três ou mais divisões em falta) e na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (514 alojamentos com uma divisão em falta; 102 alojamentos com duas divisões em falta; e 24 alojamentos com três ou mais divisões em falta).

Os menores valores do índice de lotação observados associam-se à União de freguesias de Nogueiró e Tenões (5,3%), à União de freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (6,1%) e à União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (6,7%).

Enquanto infraestruturas básicas, um alojamento deve dispor de água canalizada, instalações sanitárias, sistema de esgotos e instalações de banho ou duche. Partindo deste pressuposto, seguidamente é analisada a proporção de alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, segundo a existência de infraestruturas básicas.

Tal como exposto no Quadro 61, o concelho de Braga apresenta uma proporção de 1,0% de alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, sem pelo menos uma infraestrutura básica. Note-se que este valor é significativamente inferior ao registado na NUT II – Norte (2,5%), NUT I – Continente (1,9%) e NUT III – Cávado (1,7%).

Quadro 61 | Alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, segundo a existência de infraestruturas básicas, no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	ALOJAMENTOS SEM PELO MENOS UMA INFRA. BÁSICA (%)	ALOJAMENTOS (N.º)		TOTAL
		Com todas as infra. básicas	Sem infra. básicas	
NUT I - Continente	1,9	3329241	5390	3818574
NUT II - Norte	2,5	1143066	1861	1319665
NUT III - Cávado	1,7	118223	128	135878
Concelho de Braga	1,0	56259	32	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Relativamente ao número de alojamentos familiares clássicos com todas as infraestruturas básicas, estes representam 89,0% (56259 alojamentos) no concelho de Braga, enquanto na NUT III – Cávado correspondem a 87,0% (118223 alojamentos), na NUT II – Norte contabilizam 86,6% (1143066 alojamentos) e na NUT I – Continente correspondem a 87,2% (3329241 alojamentos).

Por sua vez, a proporção de alojamentos onde não existem infraestruturas básicas, correspondem, no território concelhio, a 0,051% (32 alojamentos). Os alojamentos nestas circunstâncias representam 0,001% (128 alojamentos) na NUT III – Cávado, 0,141% (1861 alojamentos) na NUT II – Norte e a 0,141% (5390 alojamentos) na NUT I – Continente.

Os alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, com água canalizada correspondem a 99,78% (63066 alojamentos) do total de alojamentos no concelho de Braga, enquanto os alojamentos com instalações sanitárias correspondem a 99,84% (63102 alojamentos), os alojamentos com sistema de esgotos correspondem a 99,86% (63111 alojamentos) e os alojamentos com instalações de banho ou duche correspondem a 98,99% (62565 alojamentos) (Quadro 62). Nas restantes unidades territoriais, os valores para cada infraestrutura básica são ligeiramente mais baixos.

Quadro 62 | Alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, segundo a existência de pelo menos uma infraestrutura básica, no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	ALOJAMENTOS COM A EXISTÊNCIA DE PELO MENOS UMA INFRA. BÁSICA (N.º)				TOTAL
	Água Canalizada	Retrete	Sistema de Esgotos	Banho ou Duche	
NUT I - Continente	3795218	3791499	3800597	3744843	3818574
NUT II - Norte	1309649	1309616	1312169	1286675	1319665
NUT III - Cávado	135212	135360	135391	133632	135878
Concelho de Braga	63066	63102	63111	62565	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Pormenorizando a análise ao nível das freguesias (Quadro 63), a União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (246 alojamentos – 77,4%), a freguesia de Priscos (337 alojamentos – 76,8%), a União de freguesias de Arentim e Cunha (380 alojamentos – 78,4%) e a freguesia de Sequeira (477 alojamentos – 79,9%) apresentam a menor percentagem de alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, com todas as infraestruturas básicas. Pelo contrário, a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (1675 alojamentos – 95,6%), a freguesia de Sobreposta (349 alojamentos – 94,8%) e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (4367 alojamentos – 94,0%) apresentam a maior percentagem e alojamentos com as mesmas condições infraestruturais.

No total, 21 freguesias não apresentam alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, sem infraestruturas básicas. No entanto, destaque para a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) e para a União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São vicente) porque apresenta 5 e 4 alojamentos, respetivamente sem infraestruturas básicas.

É também importante salientar que no cômputo geral das freguesias, a maioria dos alojamentos (com proporções sempre acima dos 97%) possuem instalações sanitárias, assim como sistema de esgotos e água canalizada. Com efeito, são as instalações de banho ou duche que se revelam as infraestruturas menos comuns, registando-se proporções abaixo dos 96%, nomeadamente na freguesia de Pedralva (95,4%).

Quadro 63 | Alojamentos familiares clássicos, de residência habitual, sem pelo menos uma infraestrutura básica: Proporção (%) e Número (N.º) por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	ALOJAMENTOS SEM PELO MENOS UMA INFRA. BÁSICA (%)	ALOJAMENTOS (N.º)		ALOJAMENTOS COM A EXISTÊNCIA DE PELO MENOS UMA INFRA. BÁSICA (N.º)				TOTAL
		Com todas as infra. básicas	Sem infra. básicas	Água canalizada	Retrete	Sistema de esgotos	Banho ou duche	
Adaúfe	3,1	1000	3	1172	1172	1175	1145	1182
Braga (São Vicente)	0,4	4330	0	4818	4818	4818	4800	4818
Braga (São Vitor)	0,3	10297	1	11364	11363	11366	11332	11367
Espinho	1,5	308	0	333	334	333	329	334
Esporões	1,0	455	0	525	526	526	521	526
Figueiredo	1,1	327	0	374	375	377	373	377
Gualtar	0,7	1782	3	1911	1910	1911	1901	1915
Lamas	1,6	219	0	257	257	257	253	257
Mire de Tibães	2,0	662	1	757	756	759	747	762
Padim da Graça	1,5	383	1	462	463	462	457	464
Palmeira	1,2	1564	2	1763	1762	1764	1748	1769
Pedralva	4,6	326	2	343	345	343	335	351
Priscos	0,5	337	0	439	439	439	437	439
Ruilhe	1,5	277	0	333	336	335	331	336
Sequeira	2,2	477	0	591	595	595	584	597
Sobreposta	2,2	349	0	363	368	365	360	368
Tadim	1,3	334	0	373	373	373	368	373
Tebosa	1,9	303	0	368	370	369	363	370
União das freguesias de Arentim e Cunha	2,5	380	0	482	485	483	473	485
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	1,2	4690	5	5473	5471	5475	5413	5481
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	0,8	4735	0	5321	5322	5321	5282	5323
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	2,3	553	0	647	649	648	635	650
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1,3	1856	1	2177	2178	2180	2155	2183

FREGUESIA	ALOJAMENTOS SEM PELO MENOS UMA INFRA. BÁSICA (%)	ALOJAMENTOS (N.º)		ALOJAMENTOS COM A EXISTÊNCIA DE PELO MENOS UMA INFRA. BÁSICA (N.º)				TOTAL
		Com todas as infra. básicas	Sem infra. básicas	Água canalizada	Retrete	Sistema de esgotos	Banho ou duche	
União das freguesias de Crespos e Pousada	2,2	387	0	415	417	416	408	417
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	3,2	505	4	582	589	583	575	594
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	1,4	1129	1	1234	1233	1234	1221	1238
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	0,8	2755	0	3097	3096	3098	3073	3098
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	3,8	246	2	312	315	312	306	318
União das freguesias de Lomar e Arcos	0,9	2037	0	2268	2271	2268	2251	2271
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1,5	1511	1	1700	1694	1702	1678	1704
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	0,8	1064	0	1186	1187	1186	1178	1188
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	1,9	415	1	461	463	463	456	465
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	0,4	4367	2	4642	4642	4643	4625	4645
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	0,9	1675	0	1750	1752	1753	1737	1753
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	1,2	3511	2	3947	3947	3951	3908	3954
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	1,9	270	0	307	307	307	302	308
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	3,3	443	0	519	522	521	505	522
Concelho de Braga	1,0	56259	32	63066	63102	63111	62565	63202

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A acessibilidade é um indicador importante ao nível do parque habitacional, com potenciais implicações relevantes na qualidade de vida, especialmente das pessoas com mobilidade condicionada. Neste contexto, a análise deste indicador debruça-se sobre a acessibilidade da entrada dos edifícios à circulação de cadeiras de rodas e sobre a existência de elevador.

Conforme apresentando no Quadro 64, em todas as unidades territoriais, os edifícios com três ou mais alojamentos e sem entrada acessível à circulação em cadeira de rodas correspondem a mais de 50%. A maior percentagem verifica-se na NUT I – Continente (179194 edifícios) com 64,4%, seguida pela NUT II – Norte (49929 edifícios) com 62,1%, pelo concelho de Braga (1136 edifícios) com 60,1% e, por último, pela NUT III – Cávado (1433 edifícios) com 59,8%.

Quadro 64 | Número de Edifícios com três ou mais alojamentos segundo condições de acessibilidade no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	N.º DE EDIFÍCIOS (≥ 3 ALOJAMENTOS) SEGUNDO CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE						TOTAL
	Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas			Entrada inacessível à circulação em cadeira de rodas			
	Total	Com elevador	Sem elevador	Total	Com elevador	Sem elevador	
NUT I - Continente	99028	48005	51023	179194	42839	136355	278222
NUT II - Norte	30523	16062	14461	49929	13680	36249	80452
NUT III - Cávado	3092	1756	1336	4602	1433	3169	7694
Concelho de Braga	1961	1282	679	2951	1136	1815	4912

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

No que diz respeito à existência de elevador, em todas as unidades territoriais, verifica-se que em mais de 80% dos edifícios com três ou mais alojamentos existe entrada acessível à circulação em cadeira de rodas. No entanto, quando a entrada não é acessível à circulação em cadeira de rodas apenas cerca de 50% dos edifícios apresentam elevador, exceto no concelho de Braga (1136 edifícios), onde se regista 63% dos edifícios.

Ao nível das freguesias do concelho de Braga (Quadro 65), importa referir que a freguesia de Padim da Graça (2 alojamentos – 11,1%) e a União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (4 alojamentos – 17,4%) apresentam a menor percentagem de edifícios com três ou mais alojamentos com entrada acessível à circulação em cadeira de rodas. As freguesias de Mire de Tibães (2 alojamentos – 16,7%) e a União de freguesias de Crespos e Pousada (1 alojamento - 20%), por sua vez, apresentam a menor percentagem de edifícios sem entrada acessível à circulação em cadeira de rodas.

No que diz respeito à existência de elevador, os edifícios com três ou mais alojamentos com entrada acessível à circulação em cadeira de rodas, mas sem elevador, concentram-se na freguesia de Tebosa (1 alojamento), na União de freguesias de Crespos e Pousada (4 alojamentos), na freguesia de Mire de Tibães (9 alojamentos) e na União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (3 alojamentos).

Quadro 65 | | Número de Edifícios com três ou mais alojamentos segundo condições de acessibilidade por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	N.º DE EDIFÍCIOS (≥ 3 ALOJAMENTOS) SEGUNDO CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE (2011)						TOTAL
	Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas			Entrada inacessível à circulação em cadeira de rodas			
	Total	Com elevador	Sem Elevador	Total	Com elevador	Sem Elevador	
Adaúfe	8	0	8	21	0	21	29
Braga (São Vicente)	217	135	82	328	179	149	545
Braga (São Vítor)	575	415	160	680	314	366	1255
Espinho	0	0	0	2	0	2	2
Esporões	3	0	3	5	0	5	8
Figueiredo	8	0	8	9	0	9	17
Gualtar	32	22	10	125	59	66	157
Lamas	0	0	0	13	0	13	13
Mire de Tibães	10	1	9	2	0	2	12
Padim da Graça	2	0	2	16	0	16	18
Palmeira	42	11	31	23	0	23	65
Pedralva	0	0	0	0	0	0	0
Priscos	2	0	2	8	0	8	10
Ruilhe	3	0	3	8	0	8	11
Sequeira	11	0	11	9	1	8	20
Sobrepota	0	0	0	1	0	1	1
Tadim	18	9	9	10	1	9	28
Tebosa	1	0	1	0	0	0	1
União das freguesias de Arentim e Cunha	0	0	0	2	0	2	2
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	186	139	47	452	167	285	638
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	289	171	118	460	149	311	749
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	0	0	0	3	0	3	3
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	45	31	14	77	8	69	122
União das freguesias de Crespos e Pousada	4	0	4	1	0	1	5
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	4	0	4	4	0	4	8

FREGUESIA	N.º DE EDIFÍCIOS (≥ 3 ALOJAMENTOS) SEGUNDO CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE (2011)						TOTAL
	Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas			Entrada inacessível à circulação em cadeira de rodas			
	Total	Com elevador	Sem Elevador	Total	Com elevador	Sem Elevador	
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	9	0	9	31	1	30	40
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	55	33	22	184	80	104	239
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	0	0	0	3	0	3	3
União das freguesias de Lomar e Arcos	53	44	9	90	24	66	143
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	4	0	4	19	0	19	23
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	24	6	18	22	0	22	46
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	5	0	5	7	0	7	12
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	179	124	55	136	51	85	315
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	80	76	4	37	27	10	117
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	85	65	20	158	75	83	243
União das freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra	3	0	3	1	0	1	4
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	4	0	4	4	0	4	8
Concelho de Braga	1961	1282	679	2951	1136	1815	4912

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO

O estado de conservação do edificado constitui uma variável que resulta da ponderação atribuída aos níveis de necessidades de reparação observados em três elementos do edifício, nomeadamente estrutura, cobertura e paredes e caixilharia exteriores.

Dos 38892 edifícios existentes no concelho de Braga, cerca de 3,58% apresenta necessidade de grandes reparações ou encontra-se em estado muito degradado. Ainda que este valor esteja relativamente próximo ao das restantes unidades territoriais, é importante perceber que se encontra acima do valor registado na NUT III – Cávado (3,34%), contudo abaixo do valor verificado na NUT II – Norte (4,61%) e na NUT I – Continente (4,45%).

Quadro 66 | Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	EDIFÍCIOS COM NECESSIDADE DE GRANDES REPARAÇÕES OU MUITO DEGRADADOS (%)
NUT I - Continente	4,45
NUT II - Norte	4,61
NUT III - Cávado	3,34
Concelho de Braga	3,58

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A realidade concelhia não espelha, todavia, a realidade de todas as suas freguesias, sendo que 24 das 37 freguesias apresentam um valor superior ao concelho (Quadro 67). Enquanto a freguesia de Esporões (0,38%), a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (0,45%), a freguesia de Lamas (0,46%), Tadim (0,56%) e Sobreposta (0,92%) apresentam uma proporção de edifícios com grandes necessidades de reparações ou edifícios muito degradados inferior a 1%, a União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) (10,14%), a freguesia de Espinho (9,63%) e a freguesia de Priscos (8,79%) aproximam-se dos 10%.

Quadro 67 | Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados por freguesia do concelho de Braga (2011)

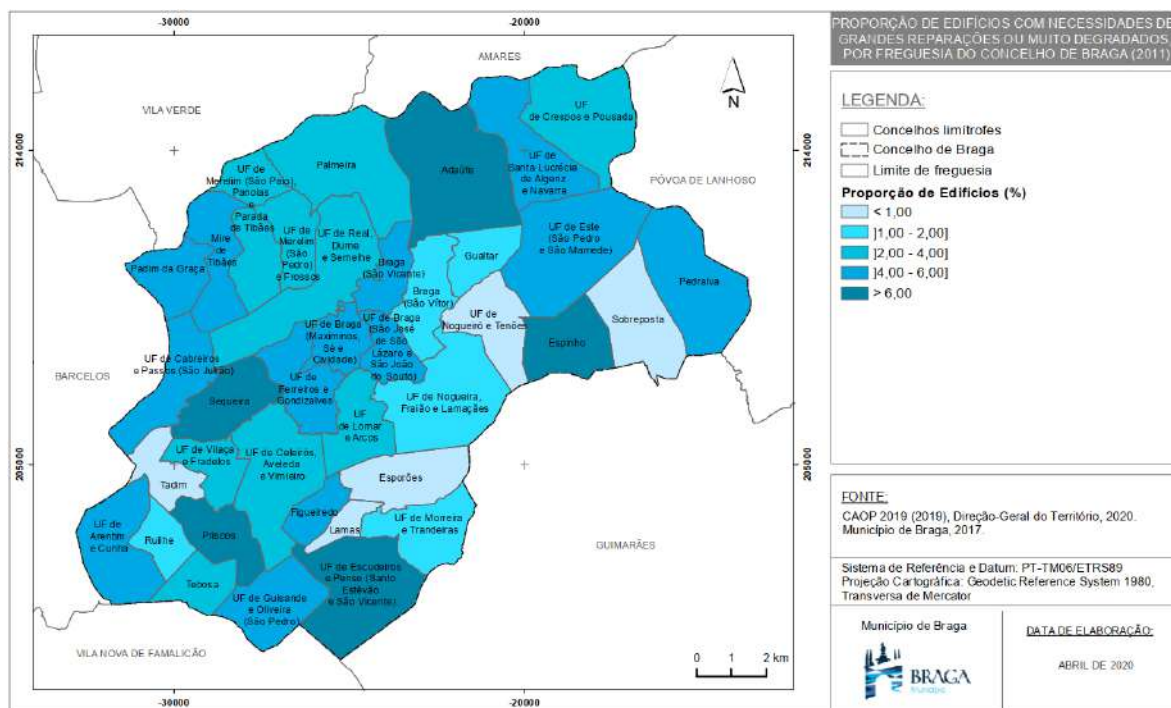
FREGUESIA	EDIFÍCIOS COM NECESSIDADE DE GRANDES REPARAÇÕES OU MUITO DEGRADADOS (%)
Adaúfe	6,48
Braga (São Vicente)	5,68
Braga (São Vítor)	1,88
Espinho	9,63
Esporões	0,38
Figueiredo	4,22
Gualtar	1,95
Lamas	0,46
Mire de Tibães	5,10
Padim da Graça	5,97
Palmeira	2,36
Pedralva	5,76
Priscos	8,79

FREGUESIA	EDIFÍCIOS COM NECESSIDADE DE GRANDES REPARAÇÕES OU MUITO DEGRADADOS (%)
Ruilhe	1,66
Sequeira	6,66
Sobreposta	0,92
Tadim	0,56
Tebosa	2,36
União das freguesias de Arentim e Cunha	5,64
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	4,60
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	4,23
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	5,43
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	2,58
União das freguesias de Crespos e Pousada	3,96
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	10,14
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	5,38
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	4,09
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	5,60
União das freguesias de Lomar e Arcos	2,53
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	2,72
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	2,58
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	1,92
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	1,78
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	0,45
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	3,38
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	4,77
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	2,14
Concelho de Braga	3,58

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

A proporção de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados por freguesia do concelho de Braga encontra-se representada espacialmente no **Erro! A origem da referência não foi encontrada..**

Mapa 25 | Proporção de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados (2011)



Pormenorizando as necessidades de reparação do edificado, é de seguida tida em conta a dimensão das mesmas. Num total de 10024 edifícios com necessidades de reparações no concelho de Braga, mais de metade correspondem a necessidades de pequena dimensão (6647 edifícios), 2447 são de média dimensão, 930 são de grande dimensão e 464 edifícios estão já considerados como muito degradados.

Numa comparação percentual com as restantes unidades territoriais, o concelho de Braga aproxima-se da realidade da NUT III – Cávado (ainda que com valores ligeiramente acima) e afasta-se ligeiramente da realidade da NUT II – Norte e da NUT I – Continente, tendência que deve ser reforçada.

Quadro 68 | Edificado segundo dimensão da necessidade de reparação no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	EDIFICADO SEGUNDO DIMENSÃO DA NECESSIDADE DE REPARAÇÃO (N.º)					
	Pequenas Reparções	Reparações Médias	Grandes Reparções	Muito degradado	Com necessidade de reparações	Total
NUT I - Continente	592485	232439	92629	56729	917553	3353610
NUT II - Norte	226588	90836	35992	19758	353416	1209911
NUT III - Cávado	23054	7819	2785	1366	33658	124414
Concelho de Braga	6647	2447	930	464	10024	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Ao nível das freguesias, em Esporões, Lamas, Sobreposta e Tadim não se encontram edifícios muito degradados e não se registam mais de 5 edifícios com necessidade de grandes reparações, enquanto na União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães e na União de freguesias de Real, Dume e Semelhe registam-se 52 e 43 edifícios muito degradados, respetivamente (Quadro 69).

Quadro 69 | Edificado segundo dimensão da necessidade de reparação por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	EDIFÍCIOS SEGUNDO DIMENSÃO DA NECESSIDADE DE REPARAÇÃO (N.º)					
	Pequena	Média	Grande	Muito degradado	Com necessidade de reparações	Total
Adaúfe	197	153	54	31	404	1311
Braga (São Vicente)	322	164	64	19	550	1462
Braga (São Vitor)	983	188	35	16	1206	2720
Espinho	66	27	27	12	120	405
Esporões	26	9	2	0	37	528
Figueiredo	41	13	6	8	60	332
Gualtar	206	46	16	13	268	1491
Lamas	20	6	1	0	27	219
Mire de Tibães	141	40	28	14	209	823
Padim da Graça	91	21	19	10	131	486
Palmeira	402	164	35	10	601	1906
Pedralva	87	38	23	5	148	486
Priscos	69	37	34	11	140	512
Ruilhe	42	9	6	1	57	421
Sequeira	188	79	29	14	296	646
Sobreposta	66	15	4	0	85	435
Tadim	28	10	2	0	40	354
Tebosa	19	13	6	3	38	382
União das freguesias de Arentim e Cunha	157	68	25	9	250	603
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	333	208	58	23	599	1761
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	476	109	70	6	655	1796
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	127	76	28	12	231	736
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	302	106	25	27	433	2017
União das freguesias de Crespos e Pousada	57	34	17	5	108	555
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	170	44	36	29	250	641

FREGUESIA	EDIFÍCIOS SEGUNDO DIMENSÃO DA NECESSIDADE DE REPARAÇÃO (N.º)					
	Pequena	Média	Grande	Muito degradado	Com necessidade de reparações	Total
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	191	97	48	23	336	1319
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	241	98	35	38	374	1787
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	53	35	14	5	102	339
União das freguesias de Lomar e Arcos	300	135	29	9	464	1502
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	594	268	78	52	940	1983
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	164	51	21	10	236	1200
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	124	28	8	1	160	468
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	145	69	27	18	241	2526
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	54	12	1	4	67	1119
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	356	99	47	43	502	2662
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	74	27	12	7	113	398
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	55	30	9	3	94	561
Concelho de Braga	2447	930	464	10024	6647	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Quanto aos edifícios com necessidade de grandes reparações, estes concentram-se, sobretudo, na União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (78 edifícios) e na freguesia de Braga (São Vicente) (64 edifícios).

Com maior número de edifícios com necessidade de pequenas ou médias reparações destacam-se a União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (594 e 268 edifícios, respetivamente), a freguesia de Braga (São Vítor) (983 e 188 edifícios, respetivamente) e a freguesia de Palmeira (402 e 164 edifícios, respetivamente).

Como revela o Quadro 70, no concelho de Braga a necessidade de reparações associa-se predominantemente às paredes e caixilharias (13167 edifícios), seguindo-se as coberturas (12371 edifícios) e, por último, a estrutura (11245 edifícios), tendência também verificada nas restantes unidades territoriais.

Quadro 70 | Edifícios segundo elemento com necessidade de reparações no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)

UNIDADE TERRITORIAL	EDIFÍCIOS SEGUNDO ELEMENTO COM NECESSIDADE DE REPARAÇÕES (N.º)			
	Na cobertura	Na estrutura	Nas paredes e Caixilharias	Total
NUT I - Continente	1112324	1032928	1191365	3353610
NUT II - Norte	427226	395139	447635	1209911
NUT III - Cávado	42503	37242	44307	124414
Concelho de Braga	12371	11245	13167	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Ao nível das freguesias, a mesma realidade mantém-se em 19 das 37 freguesias do concelho (Quadro 71). Porém, na freguesia de Sequeira (332 edifícios), na União de freguesias de Vilaça e Fradelos (162 edifícios), na freguesia de Sobreposta (115 edifícios) e na freguesia de Tebosa (57 edifícios) predominam as necessidades de reparação associadas à estrutura.

Quadro 71 | | Edifícios segundo elemento com necessidade de reparações por freguesia do concelho de Braga (2011)

FREGUESIA	EDIFÍCIOS SEGUNDO ELEMENTO COM NECESSIDADE DE REPARAÇÕES (N.º)			
	Cobertura	Estrutura	Paredes e Caixilharias	Total
Adaúfe	497	469	478	1311
Braga (São Vicente)	641	593	687	1462
Braga (São Vítor)	1678	1325	1683	2720
Espinho	146	105	144	405
Esporões	50	44	128	528
Figueiredo	110	67	84	332
Gualtar	313	321	368	1491
Lamas	40	28	44	219
Mire de Tibães	275	236	292	823
Padim da Graça	187	123	168	486
Palmeira	723	623	768	1906
Pedralva	158	140	180	486
Priscos	173	137	166	512
Ruilhe	71	66	76	421
Sequeira	329	332	316	646

FREGUESIA	EDIFÍCIOS SEGUNDO ELEMENTO COM NECESSIDADE DE REPARAÇÕES (N.º)			
	Cobertura	Estrutura	Paredes e Caixilharias	Total
Sobreposta	110	115	94	435
Tadim	71	33	80	354
Tebosa	50	57	51	382
União das freguesias de Arentim e Cunha	278	262	316	603
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	678	709	736	1761
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	764	770	878	1796
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	267	253	248	736
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	964	536	612	2017
União das freguesias de Crespos e Pousada	141	120	124	555
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	319	289	311	641
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	382	340	399	1319
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	451	398	513	1787
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	114	88	100	339
União das freguesias de Lomar e Arcos	550	513	642	1502
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	563	441	517	1983
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	304	280	308	1200
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	220	199	197	468
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	305	311	404	2526
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	78	68	79	1119
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	567	557	675	2662
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	141	135	147	398
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	113	162	154	561
Concelho de Braga	12821	11245	13167	38892

Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Por outro lado, na União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (964 edifícios), na União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (563 edifícios), na freguesia de Adaúfe (497 edifícios), na União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) (319 edifícios), na União de freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (267 edifícios), na União de freguesias de Morreira e Trandeiras (220 edifícios), na freguesia de Padim da Graça (187 edifícios), na freguesia de Priscos (173 edifícios), na freguesia de Espinho (146 edifícios), na União de freguesias de Crespos e Pousada (141 edifícios), na União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (114 edifícios) e na freguesia de Figueiredo (110 edifícios) predominam os edifícios com necessidade de reparações na cobertura.

CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

O Parque Habitacional Municipal é gerido pela empresa municipal de habitação – BRAGAHABIT, E.M., entidade que tem, em 2020, sob sua gestão um parque imobiliário composto por 749 fogos habitacionais, dos quais 571 dizem respeito a frações de propriedade municipal e 178 são arrendados no mercado, destinados a subarrendamento. Este parque é constituído por 520 habitações propriedade da BRAGAHABIT e 51 habitações propriedade do Município (Quadro 72).

Quadro 72 | Parque Habitacional Municipal do concelho de Braga (2020)

PARQUE HABITACIONAL MUNICIPAL	HABITAÇÕES (N.º)		
	Ocupadas	Devolutas ²³	Total
Bairro Social das Andorinhas	129	1	130
Bairro Social das Enguardas	67	14	81
Bairro Social da Santa Tecla	144	33	177
Complexo Habitacional Picoto	47	3	50
Dispersas pela cidade	131	2	133
Total	518	53	571

Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Conforme evidenciado no quadro anterior, à data do diagnóstico, a maioria das habitações devolutas localizam-se nos bairros sociais de Santa Tecla (33) e Enguardas (14), na sua generalidade correspondentes a situações de transição, dentro do plano de mobilidade no âmbito da requalificação dos bairros. Note-se que, no total, existem 53 fogos devolutos integrados nos aglomerados habitacionais de promoção pública (bairros sociais).

Tendo em conta o panorama geral apresentado, denota-se a inexistência de qualquer fogo disponível para atribuição.

CARACTERIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS HABITACIONAIS DE PROMOÇÃO PÚBLICA

Bairro Social das Enguardas

Localizado na freguesia de Braga (São Vitor), o Bairro Social das Enguardas foi construído no ano de 1978, sendo composto por três artérias: Rua Senhor da Paz, Rua Leões das Enguardas e Travessa dos Congregados.

Este aglomerado habitacional é constituído por 174 fogos de habitação, dos quais 81 são propriedade da BRAGAHABIT, tendo os restantes sido alienados aos inquilinos / atuais proprietários.

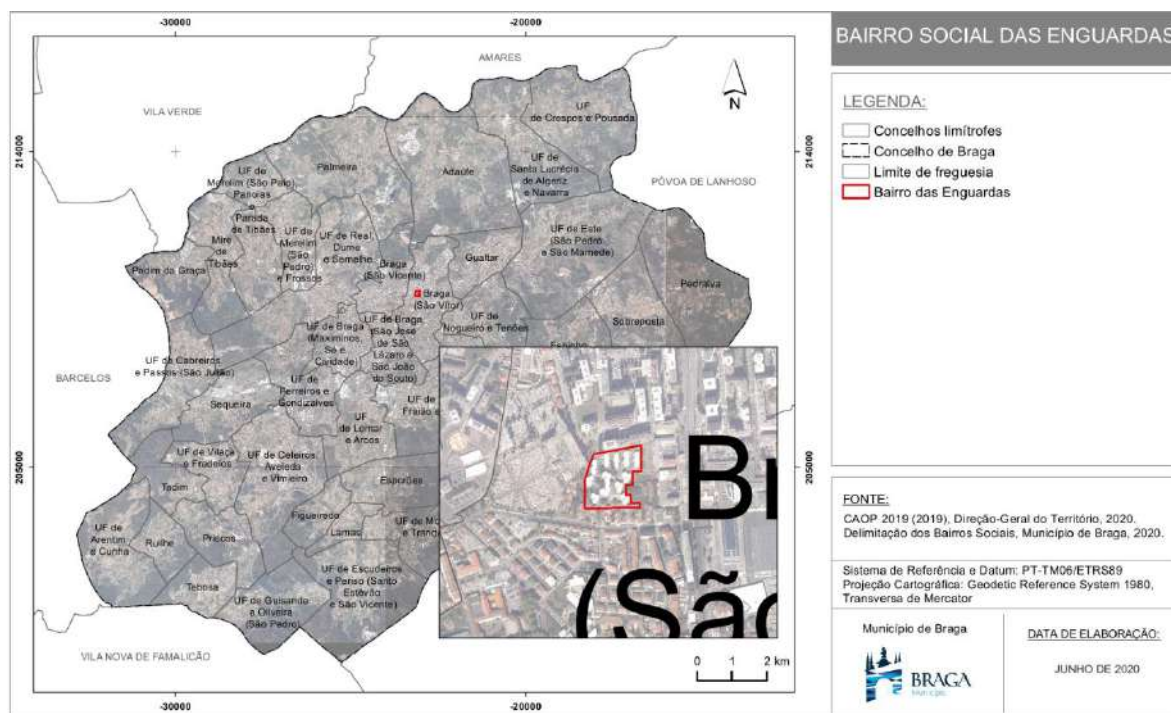
Das 81 habitações propriedade da BRAGAHABIT, 67 estão ocupadas e 14 estão devolutas. Os fogos apresentam tipologias entre T2 a T4.

²³ Os fogos devolutos contabilizados referem-se a situações de transição, isto é, a fogos que, à data de referência do diagnóstico, se encontram a ser alvo de intervenção de requalificação.

A BRAGAHABIT é ainda proprietária de seis lojas, onde estão instaladas três associações com intervenção no Bairro: Sporting Clube Leões das Enguardas (ex-carandá) – duas lojas; Associação Famílias (valência ATL) – três lojas; Associação de Moradores do Bairro das Enguardas (AMBSE) – uma loja.

O Bairro Social das Enguardas é composto por 18 entradas, distribuídas por 11 blocos (edifícios): A (1 entrada), B (1 entrada), C (2 entradas), D (2 entradas), E (3 entradas), F (1 entrada), G (1 entrada), H (1 entrada), I (2 entradas), J (2 entradas) e L (2 entradas) (Mapa 26).

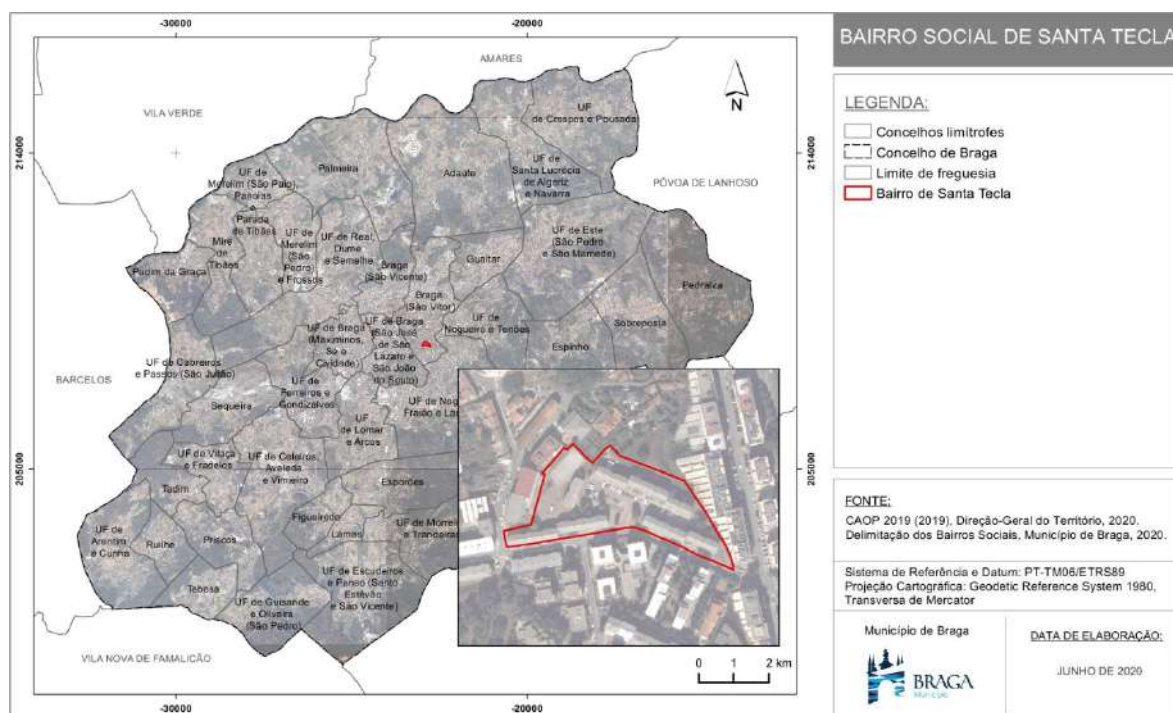
Mapa 26 | Bairro Social das Enguardas



Bairro Social de Santa Tecla

O Bairro Social de Santa Tecla, cuja construção teve início em 1979, localiza-se também na freguesia de Braga (São Vitor). Este aglomerado habitacional é composto por 4 edifícios / blocos, num total de 20 entradas: Bloco 1 – seis entradas; Bloco 2 – cinco entradas; bloco 3 – sete entradas; bloco 4 – duas entradas (Mapa 27).

Mapa 27 | Bairro Social de Santa Tecla



O bairro é constituído por 182 frações. Destas, a BRAGAHABIT é proprietária de 181 frações, sendo quatro delas não habitacionais (caves / salas polivalentes). Numa das caves está instalada a “Casa de Culto” da Congregação Cristã em Portugal.

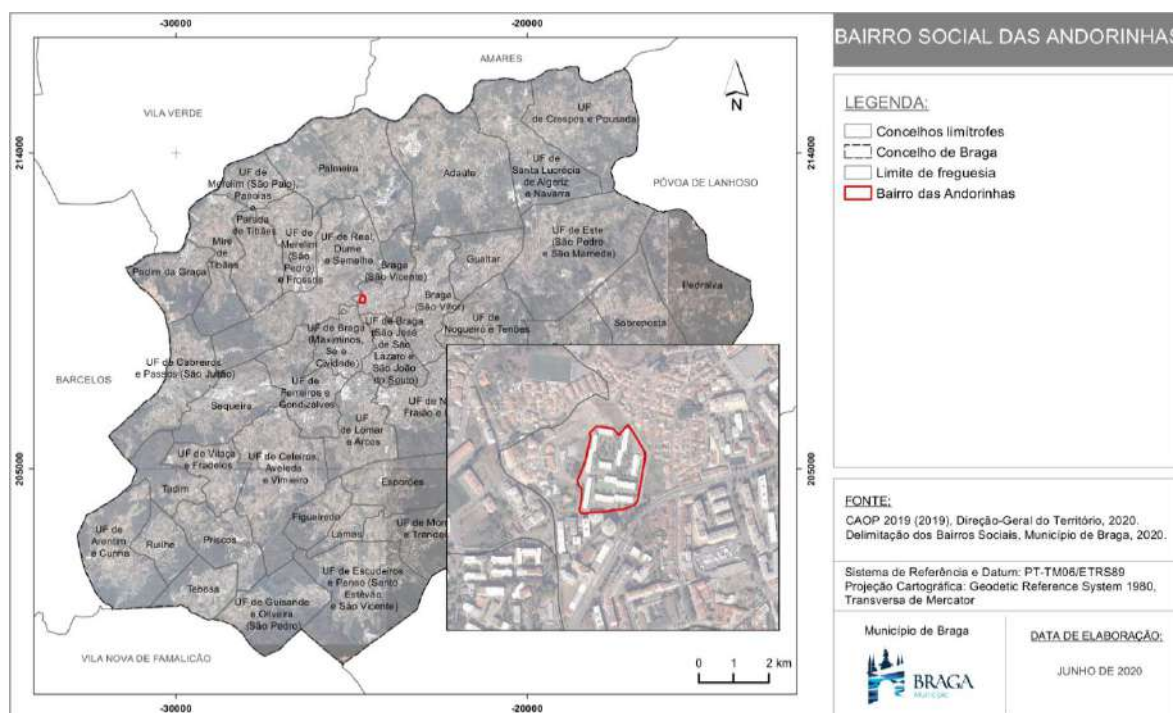
Das 177 habitações de propriedade municipal, 144 encontram-se ocupadas e as restantes 33 estão devolutas. As tipologias de fogos existentes são entre T2 a T4.

Bairro Social das Andorinhas

Com localização na freguesia de Braga (São Vicente), a primeira fase da construção do Bairro Social das Andorinhas teve início em 1984.

A urbanização é composta por 32 entradas, distribuídas por 6 blocos de apartamentos, que compõe 224 fogos (Mapa 28). Dos 224 fogos existentes, 130 são propriedade municipal, encontrando-se um atualmente devoluto. Os fogos existentes apresentam tipologias entre T2 a T4.

Mapa 28 | Bairro Social das Andorinhas



O bairro tem ainda nas suas infraestruturas um conjunto de 13 lojas. Destas, sete são de propriedade privada / particular, seis funcionam para comércio, uma para fins sociais (Associação Vicentina) e as restantes foram cedidas, por contrato de comodato, a diversas associações: Associação de Moradores das Andorinhas (2 lojas), Associação Ida e Volta, Associação de Surdos de Braga e Associação Aventura da Saúde.

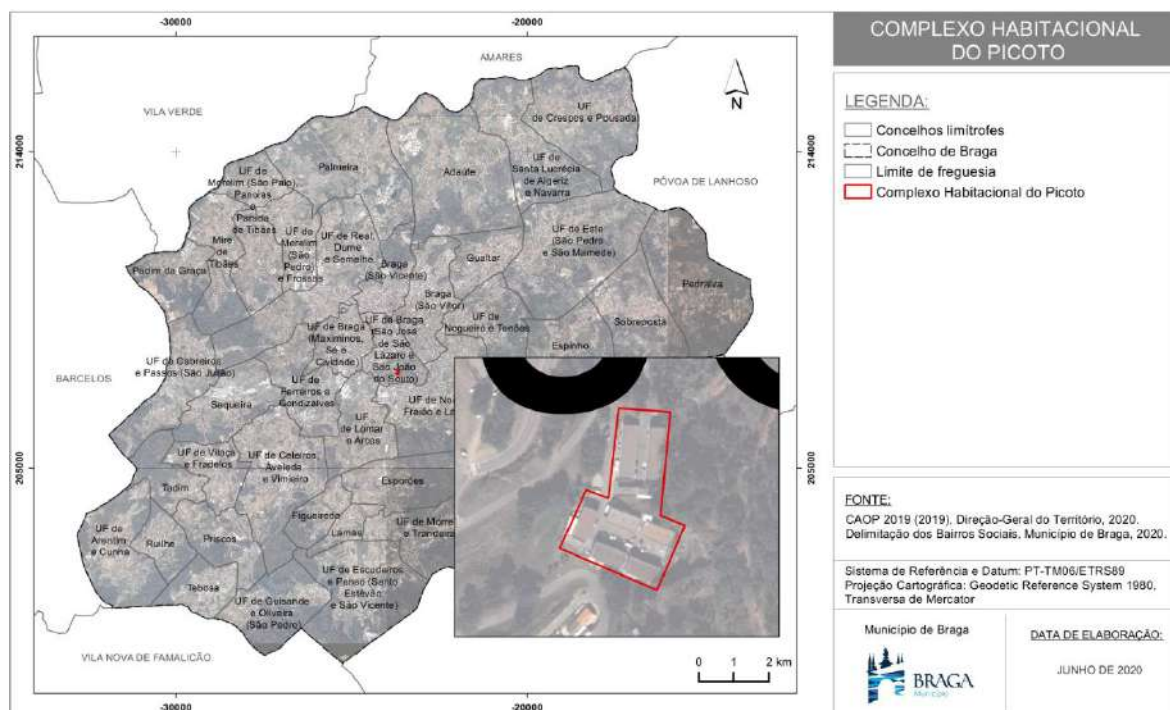
Complexo Habitacional do Picoto

O Complexo Habitacional do Picoto, localizado na União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e São João do Souto, foi construído em 1997-1998.

Este aglomerado habitacional é composto por 50 habitações, do tipo de construção em banda, com tipologias T2 e T3 (Mapa 29). Destas 50 habitações, na sua totalidade geridas pela BRAGAHABIT, 47 encontram-se ocupadas e três estão devolutas.

Note-se que o bairro conta ainda com uma sala polivalente, destinada a atividades sociais.

Mapa 29 | Complexo Habitacional do Picoto



Habitações Sociais Dispersas

Para além dos fogos enquadrados nos bairros sociais, existem atualmente 133 habitações dispersas pelo concelho, 132 das quais propriedade da BRAGAHABIT, para arrendamento de cariz social. Destas 133 habitações, seis funcionam como residência partilhada e quatro estão cedidas ao Município / Gabinete de Informação e Acolhimento para a Igualdade (GIAPI) e destinam-se a vítimas de violência doméstica. As restantes 123 destinam-se para utilização em regime de arrendamento apoiado, encontrando-se uma destas, porém, devoluta.

A aquisição destas habitações teve início em 1997, através do Programa de Luta contra a Pobreza.

A distribuição destas habitações pelas diferentes freguesias do concelho é feita do seguinte modo:

- ▶▶ U. F. Maximinos, Sé e Cidade – 55 habitações;
- ▶▶ São Vítor – 36 habitações;
- ▶▶ U. F. Ferreiros e Gondizalves – 10 habitações;
- ▶▶ U. F. S. José de S. Lázaro e S. João do Souto – oito habitações;
- ▶▶ U. F. Lomar e Arcos – sete habitações;
- ▶▶ U. F. Real, Dume e Semelhe – seis habitações;
- ▶▶ S. Vicente – uma habitação.

APOIO HABITACIONAL CONCEDIDO PELA BRAGAHABIT

No ano de 2019, a BRAGAHABIT, E.M. apoiou ao nível da habitação, nas suas diferentes modalidades / regimes de apoio, 1198 famílias, num total de 3065 pessoas.

Para além do arrendamento em habitações sociais e subarrendamento, ao abrigo do regime de Arrendamento Apoiado, foram apoiadas em regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA) 512 famílias e 59 indivíduos na modalidade de Residência Partilhada (Quadro 73).

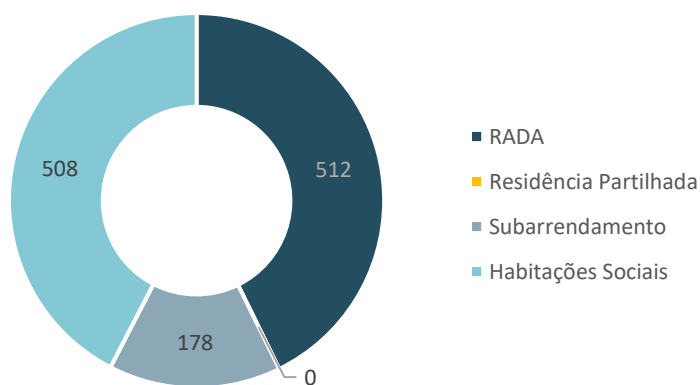
Quadro 73 | População beneficiária de apoio habitacional (2019)

REGIMES DE APOIO À HABITAÇÃO	BENEFICIÁRIOS (N.º)	
	Agregados	Pessoas
RADA	512	1036
Residência Partilhada	-	59
Subarrendamento	178	409
Habitações Sociais	508	1561
Bairro Social das Andorinhas	67	195
Bairro Social das Enguardas	144	475
Bairro Social da Santa Tecla	129	394
Complexo Habitacional Picoto	47	153
Dispersas pela cidade	121	344
Total	1198	3065

Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Quando analisado o número de famílias beneficiárias, o regime de apoio com maior expressividade no computo geral de apoios habitacionais concedidos pela BRAGAHABIT corresponde ao RADA, enquadrando um total de 512 famílias (Gráfico 53).

Gráfico 53 | Número de famílias beneficiárias por regime de apoio habitacional (2019)



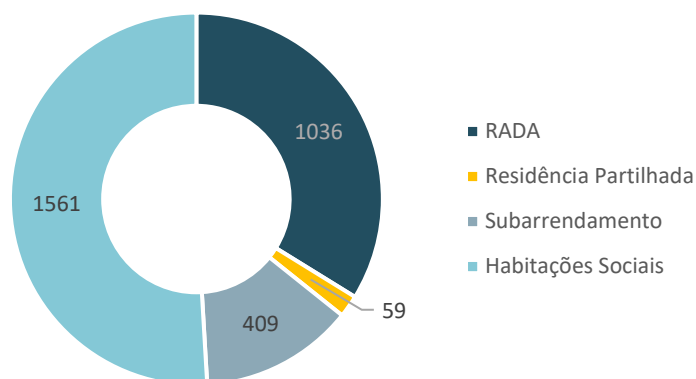
Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Também o regime de Arrendamento Apoiado, com a atribuição de um fogo de propriedade municipal (habitações sociais), assume elevada expressividade, contabilizando-se 508 famílias que usufruem deste apoio. No âmbito do regime de subarrendamento, por sua vez, são apoiadas um total de 178 famílias.

Numa análise ao nível das pessoas que beneficiam dos apoios anteriormente apresentados, é o Arrendamento Apoiado (habitações sociais) que adquire posição de maior destaque, enquadrando um total

de 1561 pessoas (Gráfico 54). Estes números sugerem que os agregados familiares beneficiários deste tipo de apoio apresentam, em média, uma dimensão superior às famílias enquadradas pelos restantes regimes de apoio.

Gráfico 54 | Número de pessoas beneficiárias por regime de apoio habitacional (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

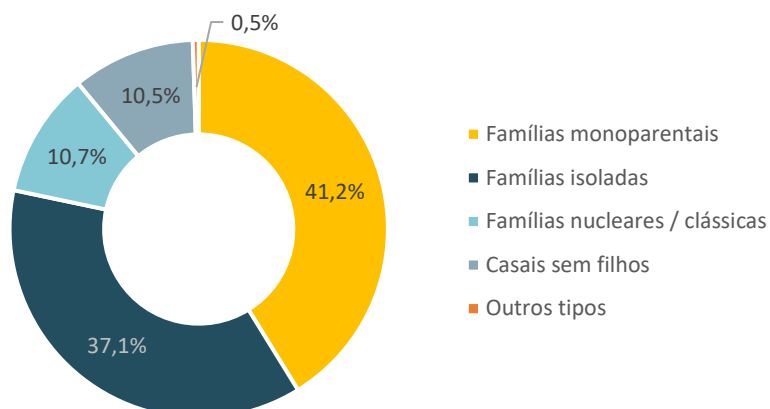
Como seria expectável, atendendo ao número de famílias beneficiárias, o número de indivíduos que usufruem do RADA é também expressivo, fixando-se nas 1036 pessoas. Seguem-se o regime de subarrendamento apoiado, concedido a 409 pessoas, e a residência partilhada, atribuída a 59 pessoas.

Famílias apoiadas em Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA)

Durante o ano de 2019 foram integradas em RADA 512 famílias, num total de 1036 pessoas.

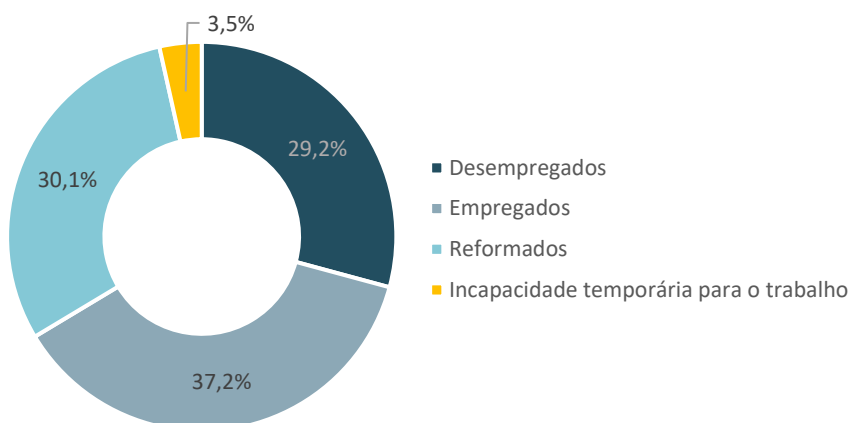
Relativamente à estrutura familiar dos agregados apoiados em RADA, verificou-se a tendência de crescente atomização do conceito de família, uma vez que a dimensão média dos agregados se situa nas 2 pessoas, e 37,1% dos agregados apoiados são pessoas que vivem sós. Em termos de estrutura etária, 59,8% das pessoas apoiadas estão em idade ativa. As crianças e jovens representam 25,8% e 14,4% são idosos.

As famílias monoparentais são o tipo de família mais comum (41,2%), seguidas dos isolados 37,1%), das famílias nucleares / clássicas (10,7%) e dos casais sem filhos (10,5%). Existem ainda outras estruturas familiares com representação residual (0,5%), de que são exemplos irmãos que coabitam, avós com netos à sua guarda, entre outras situações (Gráfico 55).

Gráfico 55 | Tipologias de famílias beneficiárias do RADA (2019)

Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Relativamente à situação face ao emprego, 29,2% dos beneficiários encontram-se em situação de desemprego, 37,2% das pessoas encontram-se a trabalhar, 30,1% estão reformados e 3,5% encontram-se em situação de incapacidade temporária para o trabalho (Gráfico 56).

Gráfico 56 | Situação face ao emprego das famílias beneficiárias do RADA (2019)

Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Note-se que apenas cerca de 25% dos desempregados beneficiavam de subsídio de desemprego e 2,9% das famílias acumulam o RADA com o RSI.

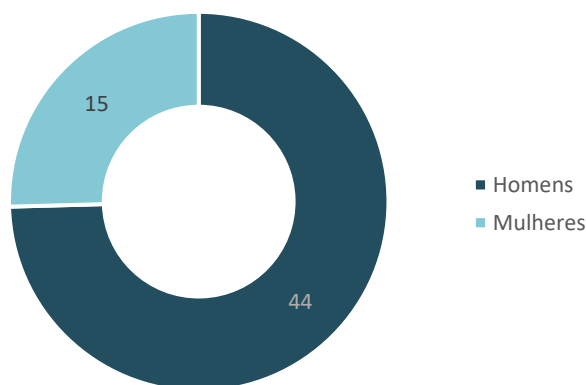
No que respeita aos rendimentos auferidos pelos agregados familiares, apurou-se que o rendimento médio das famílias se situa nos 514,4€, sendo que a família que apresenta o rendimento mais baixo aufer 75€ e a que apresenta o mais alto aufer 970€.

As rendas médias de mercado apresentadas pelos beneficiários situaram-se nos 257€, sendo que estas variam entre os 62€ e os 650€. No que subjaz aos apoios concedidos, o valor médio do subsídio atribuído foi de 89,01€, tendo oscilado entre os 37,20€ e os 165€.

Pessoas apoiadas em Residência Partilhada

No ano de 2019 foram apoiadas em regime de Residência Partilhada um total de 59 pessoas, das quais 21 pessoas vivem em residências protocoladas e sob gestão social de outras entidades (CVP, Caritas, Casa de Saúde do Bom Jesus e Projeto S.A) e 38 em residências que estão sob gestão direta da BRAGAHABIT. Destas 59 pessoas, 15 são mulheres e 44 são homens (Gráfico 57).

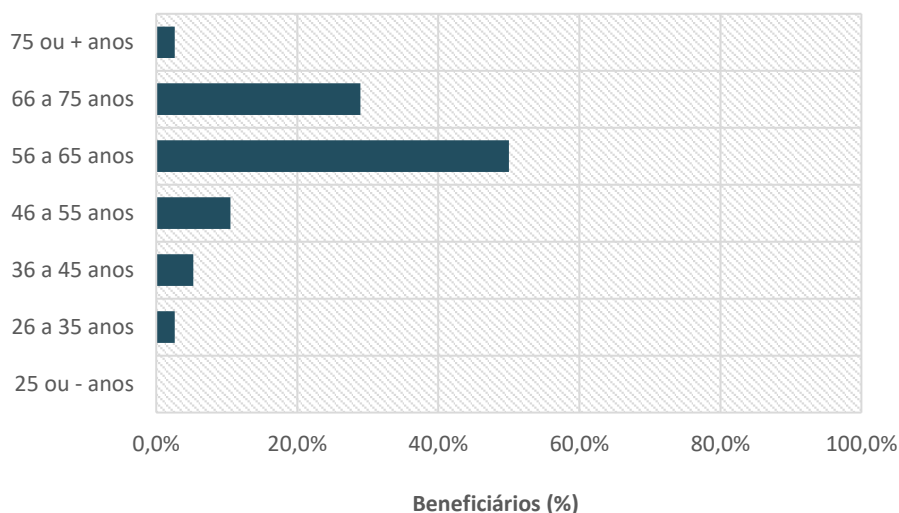
Gráfico 57 | Distribuição por género dos beneficiários do regime de residência partilhada (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Relativamente às pessoas que ocupam residências partilhadas geridas diretamente pela BRAGAHABIT, a média de idades ronda os 60 anos, sendo que as mulheres apresentam uma média de 54 anos, e os homens de 61. Analisando a distribuição de idades por escalões verificamos que metade dos residentes têm idades compreendidas entre os 56 – 65 anos. Os idosos correspondem a cerca de 32% dos residentes.

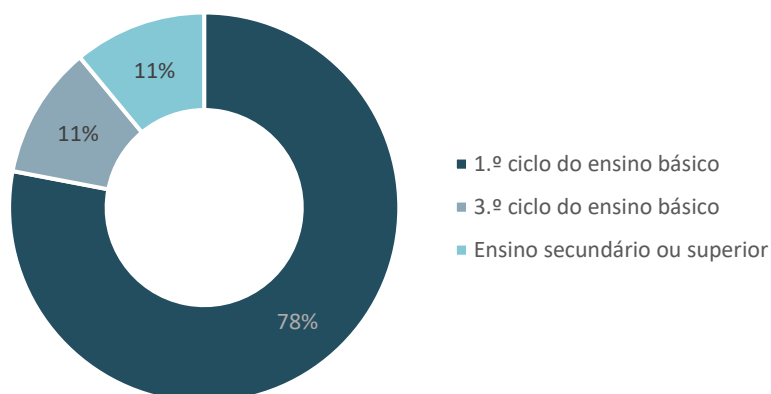
Gráfico 58 | Distribuição etária dos beneficiários do regime de residência partilhada (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Quanto às habilitações literárias, verificamos que os níveis de instrução são, no geral, muito baixos (Gráfico 59). Assim, mais de 78% dos residentes não foi além do 4º ano de escolaridade. Cerca de 11% concluíram o 9º ano, e outros tantos ultrapassaram a barreira do 9º ano.

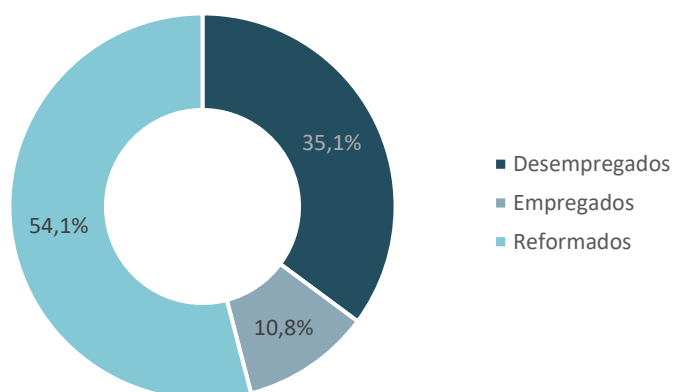
Gráfico 59 | Habilitações literárias dos beneficiários do regime de residência partilhada (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Mais de metade dos residentes encontram-se em situação de reforma (54,05%), sendo que 65% destes encontram-se reformados por invalidez. Em situação de desemprego estão 35,14% e apenas 10,81% exercem profissão.

Gráfico 60 | Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de residência partilhada (2019)



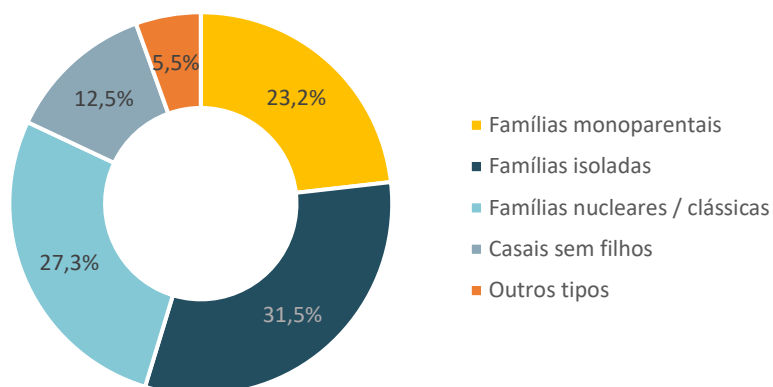
Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

No que respeita aos rendimentos auferidos, os rendimentos médios cifram-se nos 263,70€, sendo que o rendimento mais baixo é de 132€ e o mais elevado 594€. No que subjaz à proveniência desses rendimentos, 54,05% depende das pensões de reforma, 32,43% da prestação de RSI, do rendimento do trabalho depende 10,81% dos residentes e 2,7% de pensão de sobrevivência.

Famílias apoiadas em Subarrendamento

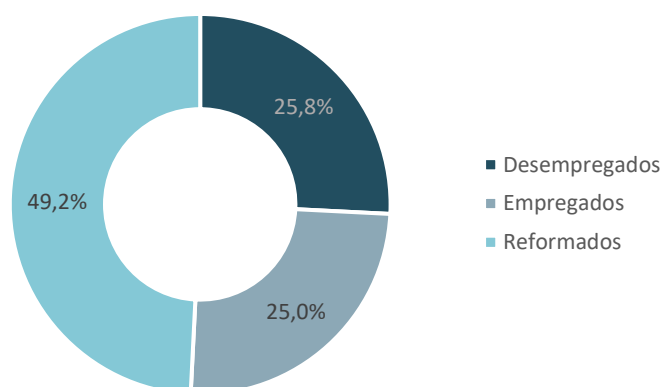
Durante o ano de 2019 foram apoiadas 178 famílias na modalidade de Subarrendamento, num total de 409 pessoas. Com efeito, a dimensão média dos agregados familiares beneficiários é de 2,3 pessoas.

Em termos de tipologias de famílias, as famílias isoladas prevalecem, correspondendo a 31,5% das famílias beneficiárias. Seguem-se as famílias nucleares / clássicas (27,3%) e as monoparentais (23,2%). Os casais sem filhos correspondem a 12,5% e as restantes (5,5%) a outros tipos de família (avó com netos, cunhados, entre outras situações) (Gráfico 55).

Gráfico 61 | Tipologias de famílias beneficiárias do regime de subarrendamento (2019)

Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Relativamente à situação face ao emprego, 49,2% dos beneficiários estão reformados, 25,8% encontram-se em situação de desemprego e 25,0% das pessoas encontram-se a trabalhar (Gráfico 60).

Gráfico 62 | Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de subarrendamento (2019)

Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

A comparticipação / renda média paga pelos subarrendatários fixou-se, em 2019, nos 92€, sendo que a mais baixa foi de 20€ e a mais alta de 250€. Relativamente aos rendimentos médios auferidos, importa referir que o valor médio mensal se situa nos 518€, por agregado.

Famílias apoiadas em Habitação social

No ano de 2019 foram apoiados 508 agregados, num total de 1531 pessoas, no âmbito do regime de Arrendamento Apoiado, mediante a atribuição de um fogo de propriedade municipal (habitação social).

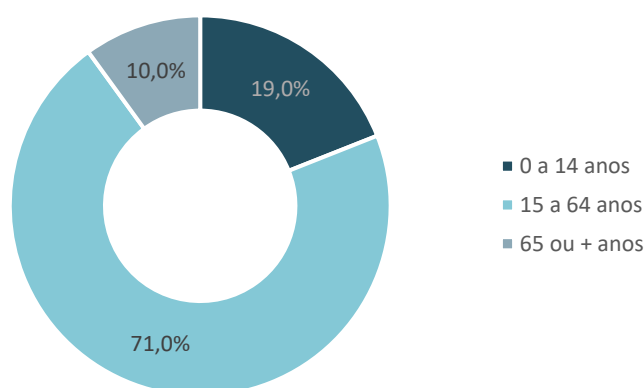
Nos pontos seguintes é apresentada uma breve caracterização dos beneficiários apoiados no âmbito deste regime, quer dos que residem nos diferentes bairros sociais, quer nas habitações de promoção pública dispersas pela cidade.

BAIRRO SOCIAL DAS ENGUARDAS

No Bairro Social das Enguardas, das frações de propriedade municipal, 67 são ocupadas por agregados em regime de renda apoiada e numa residem duas pessoas em regime de Residência Partilhada protocolada com a Caritas. Nas 67 frações residem 195 pessoas, existindo alguma expressão em relação à comunidade cigana, que representa 40% das famílias residentes (27 famílias) e 53% das pessoas residentes (104 pessoas).

Uma análise à estrutura etária desta comunidade, dividida em três grandes grupos (crianças e jovens até aos 14 anos, pessoas em idade ativa - dos 15 aos 64 anos - e pessoas com 65 anos ou mais) permite concluir que 19% da população residente tem 14 anos ou menos, 71% encontram-se em idade ativa (dos 15 aos 64) e apenas 10% são idosos (Gráfico 63).

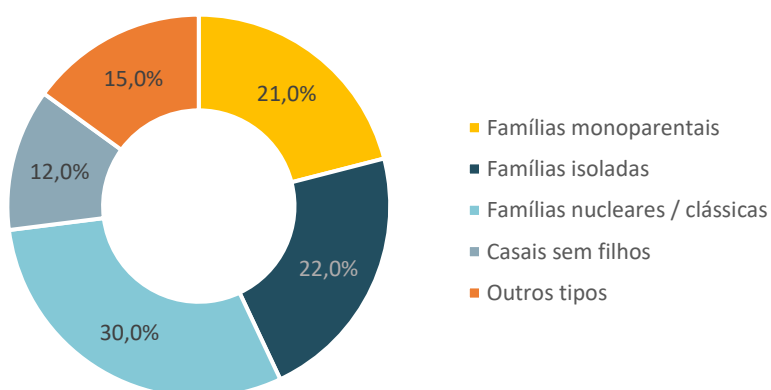
Gráfico 63 | Estrutura etária dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Enguardas (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

O tipo de agregado mais frequente corresponde às famílias nucleares (30%), seguidas dos isolados, que representam 22%. A estes, seguem-se as famílias monoparentais (21%) e os casais sem filhos (12%). Os restantes 15% dizem respeito a outras formas de organização familiar (dois núcleos e outras).

Gráfico 64 | Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Enguardas (2019)

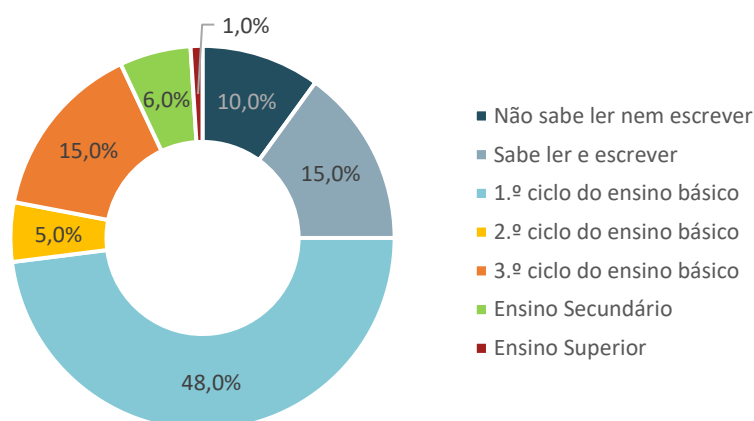


Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Relativamente à dimensão dos agregados, a dimensão média das famílias neste bairro é de 2,9 pessoas, sendo ligeiramente superior à registada no concelho de Braga (2,8, de acordo com os censos 2011).

Em termos globais, a taxa de analfabetismo entre os residentes atinge os 10%, sendo que aqueles que apenas sabem ler e escrever representam 15% da população (Gráfico 65). Os que concluíram o 1.º ciclo do ensino básico corresponde a 48% dos residentes e os que terminaram o 2.º ciclo a 5%. Os que concluíram o 3.º ciclo do ensino básico correspondem a 15%, o secundário 6% e em número residual os que atingiram ensino superior (1%).

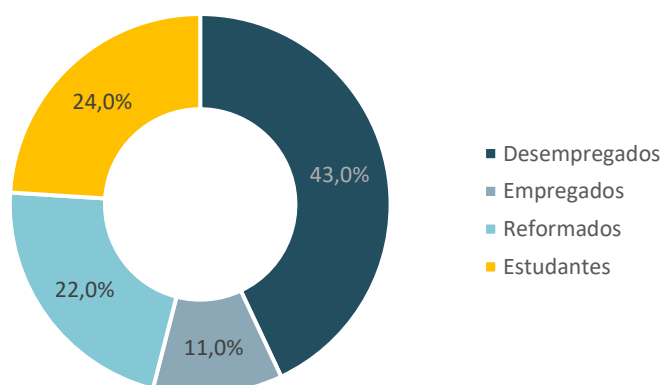
Gráfico 65 | Habilitações literárias dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Enguardas (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Relativamente à situação profissional dos residentes, prevalecem os indivíduos em situação de desemprego (43%). Seguem-se os reformados (22%) e os que exercem uma profissão remunerada (11%) (Gráfico 66). Os estudantes representam 24% da população.

Gráfico 66 | Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Enguardas (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

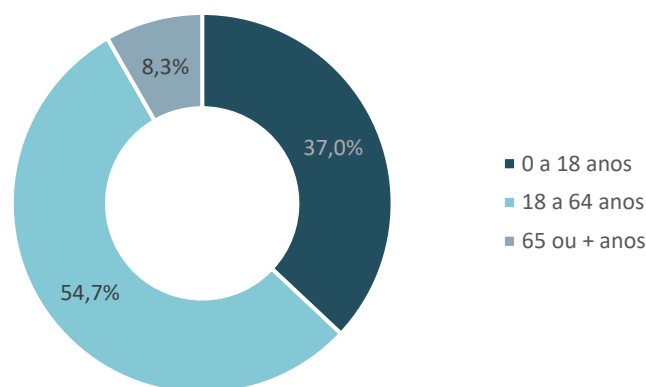
Este bairro apresenta uma renda média de 38,57€, sendo que os valores das rendas fixadas oscilam entre os 20€ e os 144€.

BAIRRO SOCIAL DE SANTA TECLA

O Bairro Social de Santa Tecla trata-se de uma comunidade onde habitam cerca de 475 pessoas, num total de 144 agregados familiares, existindo alguma expressão relativamente à comunidade cigana (60% das famílias residentes) e onde também estão representados, embora em percentagem residual, agregados de origem africana.

Uma análise à estrutura etária desta comunidade, dividida em três grandes grupos (crianças e jovens, adultos e idosos) permite concluir que 37% da população residente tem menos de 18 anos, 54,7% são adultos em idade ativa e apenas 8,3% são idosos (Gráfico 67).

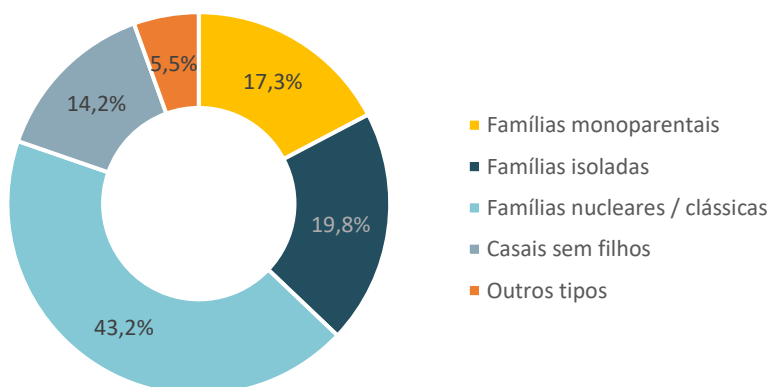
Gráfico 67 | Estrutura etária dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social de Santa Tecla (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

O tipo de agregado mais frequente são as famílias nucleares/clássicas (43,2%), seguidas dos isolados, que representam 19,8% (Gráfico 68). Seguem-se as monoparentais (17,3%) e os casais sem filhos (14,2%). Os restantes 5,5% dizem respeito a outros tipos de famílias (2 núcleos, irmãos, entre outras).

Gráfico 68 | Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social de Santa Tecla (2019)



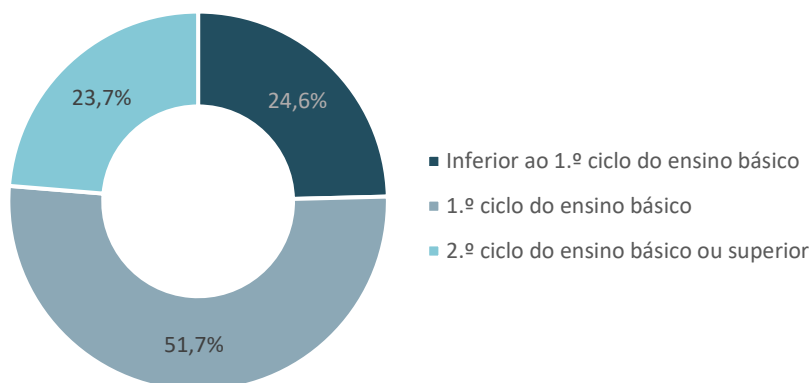
Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Relativamente à dimensão dos agregados, o número médio de elementos por agregado é de 3,2 pessoas.

Apresentam níveis de escolarização e qualificação muito baixos, sendo que a maior parte dos residentes possui apenas o 1º ciclo do ensino básico (51,7%), sendo também muito significativos aqueles que não

completaram este nível de ensino e ainda aqueles que não possuem qualquer habilitação escolar (24,6%). Apenas 23,7% da população possui o 2.º ciclo ou habilitações superiores (Gráfico 69).

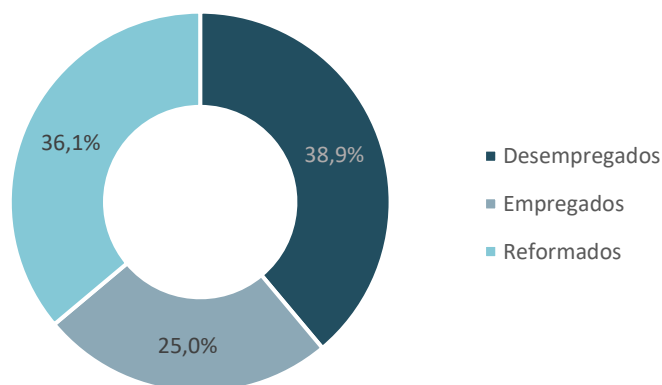
Gráfico 69 | Habilitações literárias dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social de Santa Tecla (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Relativamente à situação profissional dos residentes, note-se que o número de reformados e pensionistas é muito expressivo (36,1%), assim como a proporção de desempregados e domésticas (38,9%), seguindo-se os que exercem uma profissão remunerada (25%) (Gráfico 70).

Gráfico 70 | Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social de Santa Tecla (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

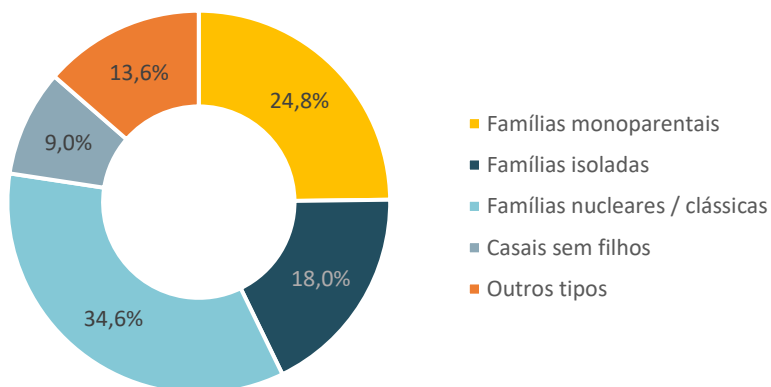
Este bairro apresenta uma renda média de 35,62€, sendo que os valores das rendas fixadas oscilam entre os 20€ e os 170€.

BAIRRO SOCIAL DAS ANDORINHAS

Nas habitações propriedade da BRAGAHABIT do Bairro Social das Andorinhas residem 129 agregados, num total de 394 pessoas, sendo que 25 são de etnia cigana. A dimensão média dos agregados é, portanto, de 3,1 pessoas.

O tipo de agregado mais comum é a família nuclear / clássica (34,6%), embora as monoparentais também assumam alguma expressão (24,8%) (Gráfico 71). Seguem-se os isolados, que correspondem a 18% dos residentes e os casais sem filhos (9%). Os restantes 13,6% dizem respeito a outros tipos de famílias (2 núcleos, irmãos, entre outras).

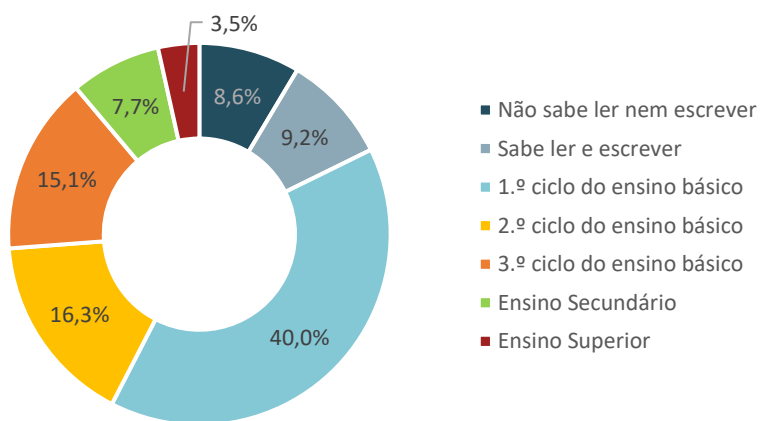
Gráfico 71 | Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Andorinhas (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Quanto às habilitações, 8,6% são analfabetos e 9,2% não conseguiram completar o 1º ciclo do ensino básico (Gráfico 72). Grande parte dos residentes (40%) possui habilitações ao nível do 1º ciclo e 16,3% do 2º ciclo. Apenas 15,1% completaram o 3º ciclo e 7,7% concluíram o secundário (12º ano completo). De referir que apenas 3,5% atingiram o patamar do ensino superior.

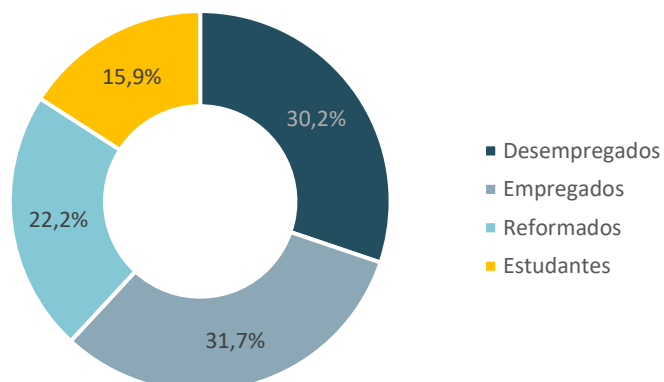
Gráfico 72 | Habilitações literárias dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Andorinhas (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Os perfis escolares baixos e as parcas qualificações dos residentes traduzem-se também em débeis relações com o mercado de trabalho, sendo que a população desempregada (30,2%) é quase proporcional à que exerce profissão (31,7%) (Gráfico 73). Os reformados representam 22,2% da população residente e os restantes 15,9% estão na condição de estudantes.

Gráfico 73 | Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Bairro Social das Andorinhas (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

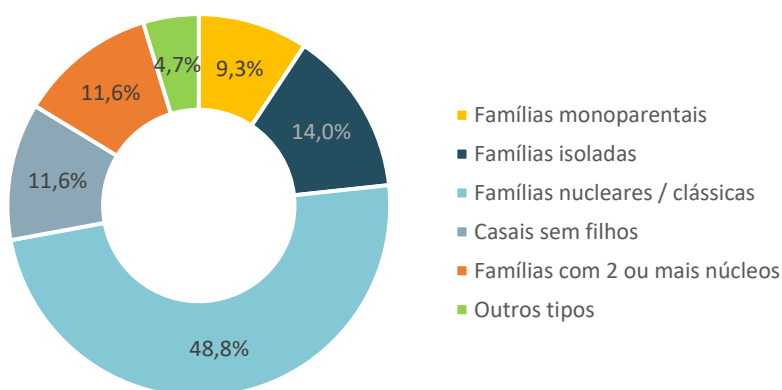
A renda média deste bairro situa-se nos 74,83€, sendo que os valores das rendas fixadas oscilam entre os 20€ e os 226€.

COMPLEXO HABITACIONAL DO PICOTO

Trata-se de uma comunidade onde habitam 47 agregados, num total de 153 pessoas, das quais 150 são de etnia cigana. De referir que todas as famílias residentes são predominantemente ciganas, residindo a especificidade deste bairro na sua homogeneidade étnica. A dimensão média dos agregados é de 3,3 pessoas.

O tipo de agregado mais comum é a família nuclear / clássica (48,8%). Seguem-se os que vivem isolados, que atingem os 14% e, em igual número, os casais sem filhos e as famílias com dois ou mais núcleos, com 11,6% cada (Gráfico 74).

Gráfico 74 | Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – Complexo Habitacional do Picoto (2019)

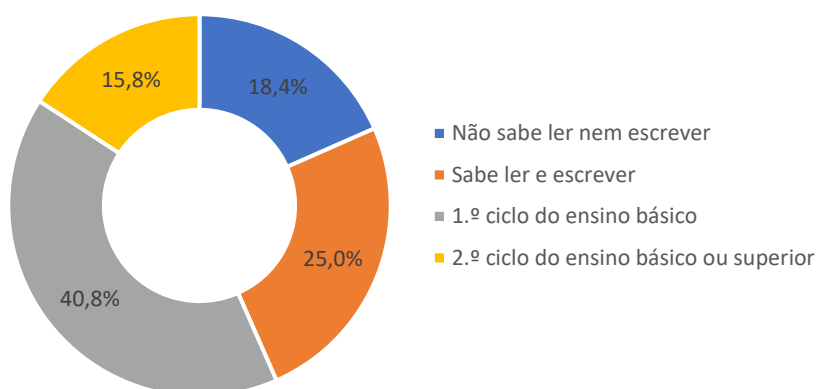


Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

As famílias monoparentais, por sua vez, representam 9,3% dos agregados residentes e as restantes configuram outros tipos de agregado (4,7%).

Esta comunidade caracteriza-se ainda por níveis de escolarização e qualificação muito baixos, sendo que grande parte dos residentes possui apenas o 1º ciclo do ensino básico (40,8%), sendo também muito significativos os que não completaram este nível de ensino (25%) e ainda aqueles que não possuem qualquer habilitação escolar (18,4%) (Gráfico 75). Com efeito, apenas 15,8% da população possui o 2º ciclo ou mais.

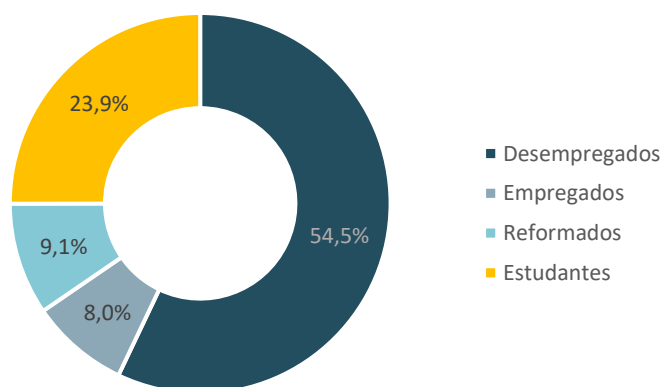
Gráfico 75 | Habilitações literárias dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Complexo Habitacional do Picoto (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Apenas uma pequena proporção da população residente apresenta rendimentos provenientes do trabalho (8%), sendo que mais de metade da população se encontra desempregada (54,5%) (Gráfico 76). Seguem-se os estudantes (23,9%) e os reformados (9,1%). Os restantes 4,5% encontram-se detidos.

Gráfico 76 | Situação face ao emprego dos beneficiários do regime de arrendamento apoiado – Complexo Habitacional do Picoto (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Este bairro apresenta uma renda média de 20,60€, sendo que os valores das rendas fixadas oscilam entre os 20€ e os 21€.

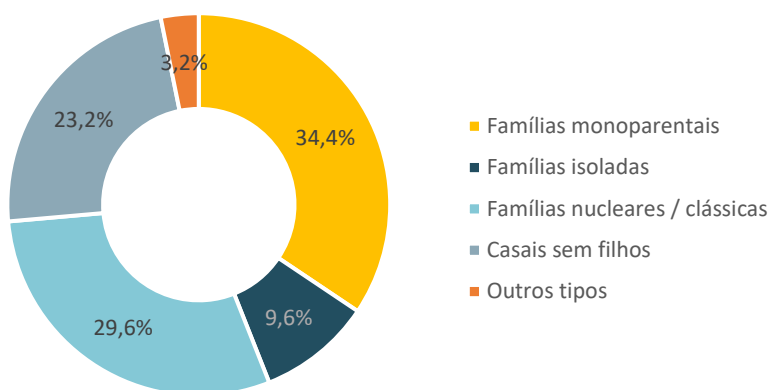
HABITAÇÕES SOCIAIS DISPERSAS

No ano de 2019 residiam em habitações dispersas pelo concelho de Braga, também em regime de arrendamento apoiado, 121 famílias, num total de 344 pessoas.

Relativamente à estrutura familiar dos agregados apoiados em habitações sociais dispersas, apurou-se que a dimensão média dos agregados se situa nas 2,8 pessoas.

As famílias monoparentais são o tipo de família mais comum (34,4%), seguidas das clássicas (29,6%), dos casais sem filhos (23,2%) e os isolados (9,6%).

Gráfico 77 | Tipologias de famílias beneficiárias do regime de arrendamento apoiado – habitações dispersas (2019)



Fonte: BRAGAHABIT, E.M. (2020).

Existem outros tipos de organização familiar com representação residual (3,2%), de que constituem exemplos irmãos que coabitam e avós com netos à sua guarda.

No que respeita aos rendimentos auferidos pelos agregados familiares, apurou-se que o rendimento médio das famílias se situa nos 539€, sendo que há famílias que não apresentam rendimentos fixos mensais.

A renda média situou-se nos 68,6€, variando entre o valor mínimo de 20€ e o máximo de 268€.

MERCADO HABITACIONAL

No panorama habitacional nacional assiste-se a duas realidades aparentemente antagónicas, pautadas, por um lado, pelo aumento substancial do número de fogos vagos e, por outro lado, pela existência de milhares de famílias sem acesso a habitação. Este paradigma sugere a existência de um mercado de habitação muito vocacionado para a construção de habitação nova, para um crescimento do número de alojamentos vagos e para a existência de alojamentos familiares que não se destinam a residência habitual.

Nas últimas décadas, a política de habitação em Portugal focou-se, em grande medida, na disponibilização de uma oferta pública de habitação para os grupos mais vulneráveis e carenciados, não havendo uma oferta com apoio público para as populações que, apesar de terem rendimentos mais elevados, não conseguem aceder a uma habitação adequada no mercado sem que isso implique uma sobrecarga excessiva sobre o orçamento familiar – seja porque residem em zonas sujeitas a uma forte pressão da procura e, portanto, com preços médios mais elevados, seja porque estão expostos a situações laborais precárias com fortes variações dos rendimentos ou ainda porque a composição do agregado levanta necessidades especiais em termos da dimensão e características dos alojamentos (SEH, 2017).

Paralelamente, o arrendamento e a reabilitação nunca tiveram um desenvolvimento e um peso no mercado próximos da média da União Europeia, sendo setores tradicionalmente subdesenvolvidos em Portugal. Dadas as características do mercado de habitação nacional, em que sobressaem a rigidez nas trajetórias residenciais, a degradação do edificado e a expressiva proporção de alojamento vagos, a reabilitação do edificado e urbana, por contraponto à construção nova e à expansão urbana, revelam-se indissociáveis da dinamização do mercado de arrendamento, enquanto respostas ao problema do acesso à habitação (SEH, 2017).

Existem, contudo, vários obstáculos ao desenvolvimento do arrendamento habitacional em Portugal, tanto do lado da oferta como da procura. Estes agudizam-se mais ainda no desenvolvimento de um segmento de oferta para arrendamento a preços acessíveis, face aos rendimentos dos agregados familiares (SEH, 2017).

Do ponto de vista da oferta, destacam-se os seguintes obstáculos:

- » Diferencial de rendibilidade entre arrendamento e compra-venda e alternativas de investimento imobiliário percecionadas como sendo de maior rendibilidade e menor risco;
- » Perceção de risco significativo de incumprimento do pagamento das rendas (ineficiência e ineficácia do sistema judicial e proteção social insuficiente dos arrendatários nas situações de quebra significativa dos rendimentos);
- » Dificuldades relacionadas com o sistema bancário e a desadequação os seus produtos e condições de empréstimo ao investimento em arrendamento habitacional;
- » Risco de instabilidade das orientações de política.

Quanto à procura, constituem principais obstáculos:

- » Falta de mobilidade residencial dos agregados familiares (72 % do parque habitacional está ocupado no regime de «casa própria»);
- » Preços excessivos das rendas dos fogos disponíveis face aos rendimentos das famílias;
- » Oferta de habitação para arrendamento insuficiente em alguns territórios;
- » Ausência de proteção contra quebra significativa de rendimento disponível;

- » Discriminação no acesso ao arrendamento, designadamente em razão de origem racial ou étnica e nacionalidade.

No contexto descrito, sobressai a necessidade de desenvolvimento de esforços para a adequação do mercado de habitação à procura. Esta adequação implica um maior equilíbrio entre a oferta de alojamentos, o número de famílias e a diversidade de quadros familiares.

Em termos económicos, o mercado habitacional em Portugal apresenta-se num processo de recuperação após o período de quebra sentido entre 2008 e meados de 2013. Em 2018, o país finalizou o ano com uma subida homóloga do índice de preços residenciais ao nível dos 15,4% e, em modo acumulativo, a subida do preço da habitação desde 2013 até 2018 registou à volta dos 46%.

A venda e o arrendamento têm acompanhado esta subida dos preços residenciais, a par com o crédito à habitação que suporta esta recuperação do mercado habitacional. Contudo, os rendimentos e o poder de compra dos portugueses não registam significativas variações, o que significa que é possível que a tendência de aumento dos preços venha a sofrer uma suavização.

Após o estudo e caracterização do parque habitacional do concelho de Braga, para a sustentação da Estratégia Local de Habitação, revela-se também necessário entender a condição atual do mercado de habitação, como decorre a sua evolução de acordo com as necessidades anteriormente identificadas e a sua concordância com a realidade económica das famílias do concelho. Esta análise terá como principal enfoque identificar eventuais constrangimento e disfunções ao nível do mercado de habitação local.

CONSTRANGIMENTOS E DISFUNÇÕES DE MERCADO

O estudo da relação económica entre as famílias e a habitação disponível teve por base indicadores estatísticos relacionados com os valores de venda e arrendamento de habitação, os encargos mensais por aquisição ou arrendamento de habitação, o número de novos contratos de arrendamento, os valores médios de avaliação bancária de alojamentos para venda e o crédito e taxa de crédito à habitação. Estes indicadores são disponibilizados pelo INE e o período de análise é variável consoante a informação disponível à data. De modo a complementar esta informação são tidos em conta os dados divulgados pelo estudo “*Acessibilidade à Habitação em Portugal*”, realizado pela empresa CENTURY 21 Portugal em colaboração com a Confidencial Imobiliário.

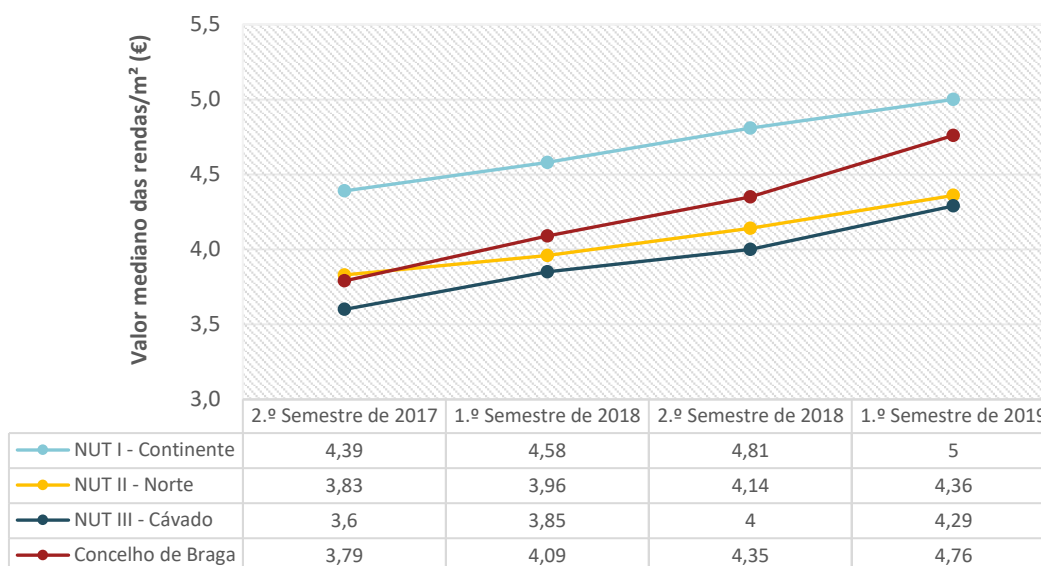
O concelho de Braga é uma das capitais de distrito com mais de 100.000 habitantes, ou seja, corresponde aos municípios mais populosos do país. Em 2011, o concelho de Braga apresentava 84.686 alojamentos, dos quais 84.525 eram alojamentos familiares.

Para a aquisição ou arrendamento de habitação os bracaraenses, com uma taxa de esforço limite de 33%, apresentavam, em 2018, uma mensalidade ideal de 456€, partindo do valor de rendimento médio líquido mensal por agregado de 1.383€. De seguida serão analisados os valores de arrendamento por m² e de venda por m² com o objetivo de perceber a adequação dos mesmos, tendo em conta o valor de rendimento médio mensal e a taxa de esforço.

No concelho de Braga, pelo dinamismo empresarial e pela presença da Universidade do Minho, o arrendamento de alojamentos familiares tem um forte papel no mercado habitacional. No 1º semestre de 2019, verificou-se um aumento significativo nos valores das rendas, com uma taxa de variação homóloga de +16,4%.

Conforme o Gráfico 78, os valores das rendas/m² de novos contratos de arrendamento desde o segundo semestre de 2017 até ao 1º semestre de 2019 têm aumentado consecutivamente em todas as unidades territoriais. A maior subida regista-se no concelho de Braga com um aumento próximo de 1€/m² (0,97€), seguido pela NUT III – Cávado com um acréscimo de 0,69€, pela NUT I – Continente com um incremento de 0,61€ e, por fim, pela NUT II – Norte com um aumento de 0,53€.

Gráfico 78 | Valor mediano das rendas/m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2017-2019)



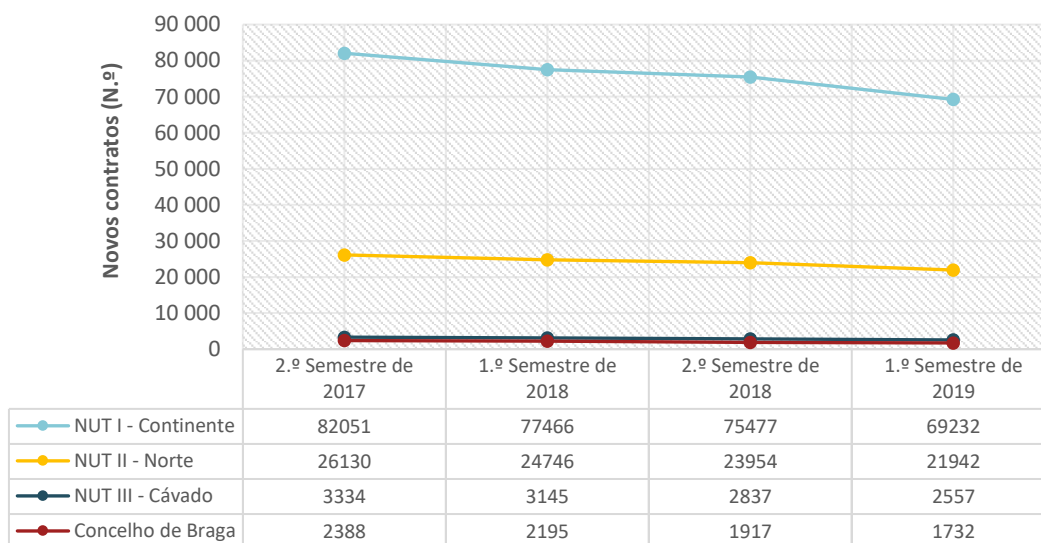
Fonte: Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local, INE (2020).

No primeiro semestre de 2019, o valor da renda/m² de novos contratos de arrendamento no concelho de Braga situava-se nos 4,8€, muito próximo dos 5,0€ nacionais. Isto significa que, à data, com a taxa de esforço limite de 33% um bracarense apresentava capacidade financeira para arrendamento de uma casa com cerca de 95m².

Tendo em conta os valores apresentados, em seguida analisa-se a evolução de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, entre o 2º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2019 (Gráfico 79).

Em oposição à subida do valor das rendas/m², o número de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares apresenta uma tendência de decréscimo a nível nacional (-10,5%; - 12819 alojamentos familiares), tal como na NUT II – Norte (-16,0%; -4188 alojamentos familiares), na NUT III – Cávado (-23,3%; -777 alojamentos familiares) e no concelho de Braga (-27,5%; -656 alojamentos familiares).

Gráfico 79 | Novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (N.º) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2017-2019)



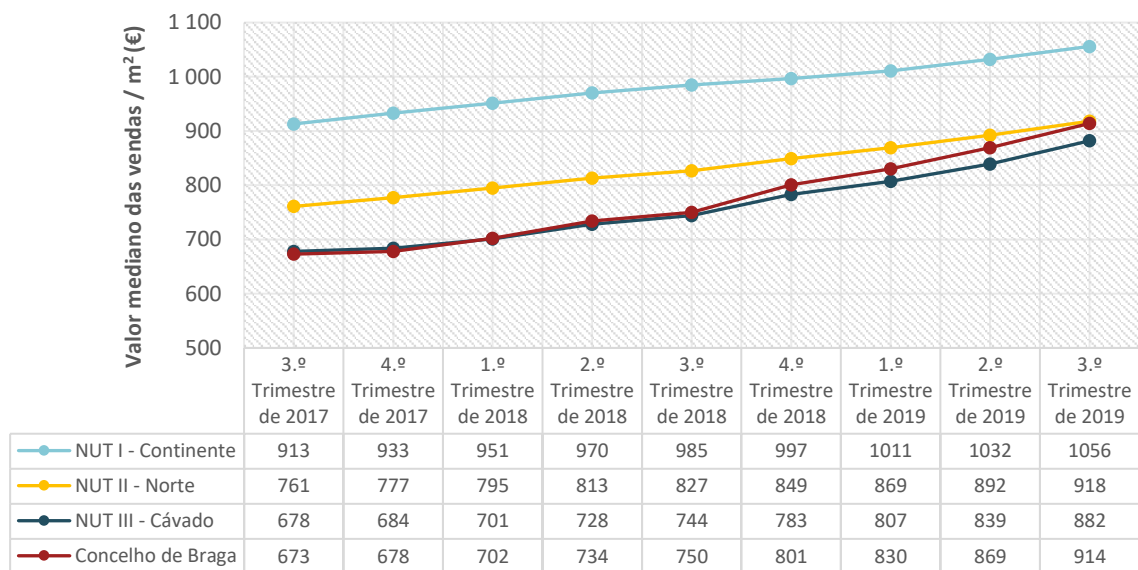
Fonte: Estatísticas de Renditas da Habitação ao nível local, INE (2020).

Enquanto uma das principais capitais de distrito do país, Braga é um dos municípios no foco de aquisição de habitação, sendo que apresenta o dinamismo e as condições de uma urbe, mas o custo de vida é ainda significativamente inferior ao dos seus semelhantes como é o caso de Aveiro, Coimbra, Setúbal ou Faro.

Conforme apresentado no Gráfico 80, os valores das vendas/m² de alojamentos familiares desde o terceiro trimestre de 2017 até ao 3º trimestre de 2019 têm aumentado consecutivamente em todas as unidades territoriais. A maior subida regista-se no concelho de Braga, com um aumento de 241€/m², seguido pela NUT III – Cávado com um acréscimo de 204€, a NUT II – Norte com um incremento de 157€ e, por fim, a NUT I – Continente com um aumento de 143€.

No terceiro trimestre de 2019, o valor da venda/m² de alojamentos familiares no concelho de Braga situava-se nos 914€, muito próximo dos 918€ da Região Norte. Isto significa que, à data, com a taxa de esforço limite de 33%, um bracarense apresentava capacidade financeira para compra de uma casa com mais de 155m².

Gráfico 80 | Valor mediano das vendas/m² de alojamentos familiares (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2017-2019)

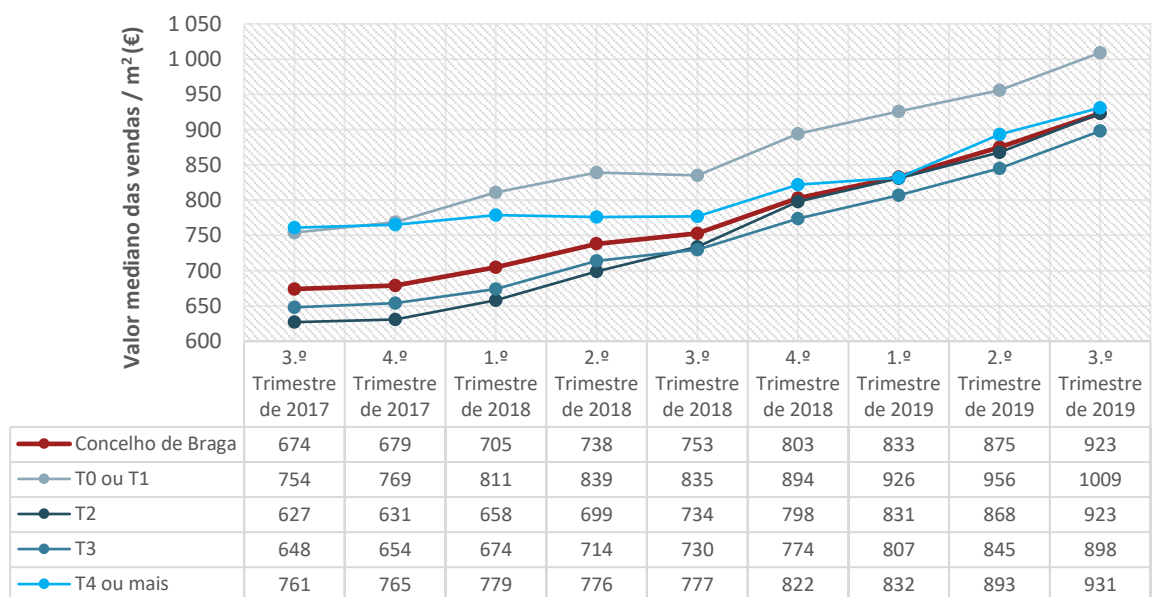


Fonte: Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE (2020).

Daqui conclui-se que, em 2019, no concelho de Braga com o atual rendimento das famílias é economicamente mais confortável adquirir habitação do que arrendar, isto de modo a garantir a menor taxa de esforço possível.

Refletindo acerca das novas tendências de venda de alojamentos familiares, em seguida analisa-se a evolução do valor mediano das vendas/m² dos alojamentos familiares por tipologia de alojamento consoante quatro categorias, nomeadamente T0 ou T1, T2, T3 e T4 ou mais (Gráfico 81).

Gráfico 81 | Valor mediano das vendas/m² de alojamentos familiares por tipologia (€) no concelho de Braga (2017-2019)



Fonte: Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE (2020).

Perante os dados observados, verifica-se que, entre 2017 e 2019, todas as tipologias de alojamento apresentam um aumento significativo do seu valor de venda. Todavia, a tendência de procura alterou-se ligeiramente, com o destaque para a procura de alojamentos familiares T0 ou T1 e uma forte aproximação das restantes categorias. No terceiro trimestre de 2019, no concelho de Braga, a venda de um alojamento familiar de tipologia T0 ou T1 registava cerca de 1009€/m², enquanto um T4 ou mais registava cerca 931€/m², um T2 registava cerca de 923€/m² e, por último, um T3 registava cerca de 898€/m².

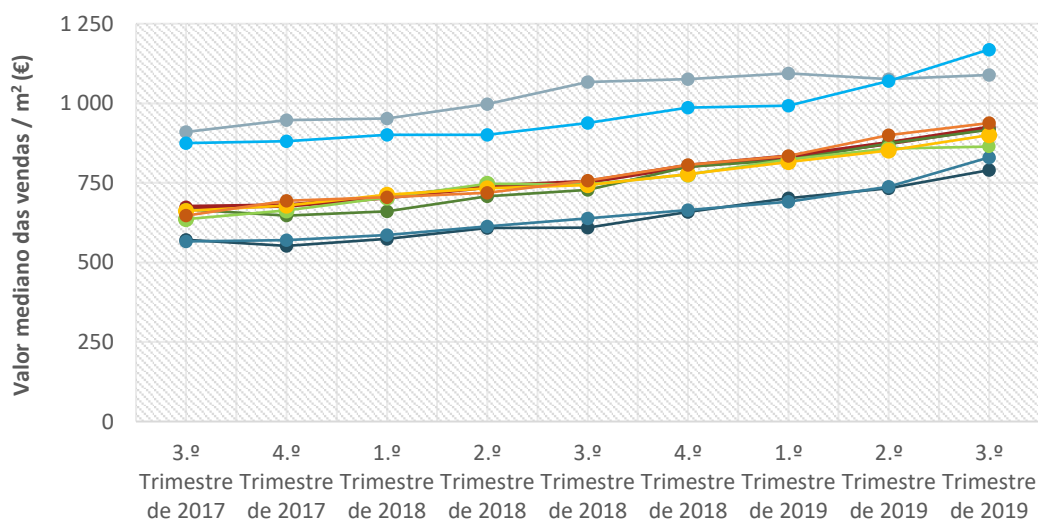
Relativamente à evolução dos preços de venda/m² dos alojamentos familiares verifica-se uma tendência de aumento dos valores em todas as freguesias do concelho de Braga (Gráfico 82).

Em 2019, a agregação das freguesias de Adaúfe, Gualtar, Este (S. Pedro e S. Mamede), Nogueiró e Tenões e a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destacam-se com os valores mais elevados, fixados em 1169€ e 1089€, respetivamente. A primeira agregação de freguesias registou o aumento mais acentuado no período em análise (294€) comparativamente com a segunda (179€).

A União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) e a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no mesmo ano, apresentam os valores mais reduzidos, respetivamente, 830€ e 790€. O aumento registado em ambas afigura-se significativo, tendo sido quantificado em 264€ e 219€, respetivamente.

As restantes freguesias aproximam-se dos valores médios do concelho.

Gráfico 82 | Valor mediano das vendas/m² de alojamentos familiares (€) por freguesia do concelho de Braga (2017-2019)

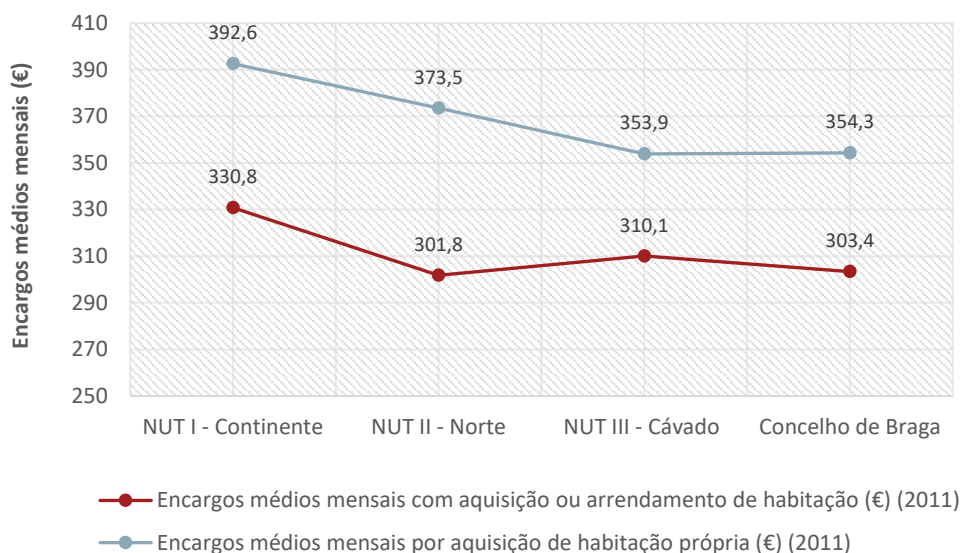


- Concelho de Braga
- União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações
- União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)
- União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)
- Agregação das freguesias de Adaúfe, Gualtar, Este (S. Pedro e S. Mamede), Nogueiró e Tenões
- Agregação das freguesias de Palmeira, Merelim (S. Paio), Panóias, Parada de Tibães, Merelim (S. Pedro), Frossos, Real, Dume e Semelhe
- Agregação das freguesias de Celeirós, Avelada, Vimieiro, Ferreiros, Godizalves, Lomar e Arcos
- Braga (São Vítor)
- Braga (São Vicente)

Fonte: Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE (2020).

Quanto aos encargos médios mensais com a habitação, os valores diferem consoante se trate de aquisição ou arrendamento. Com efeito, em 2011, os encargos médios mensais com aquisição de habitação eram significativamente mais elevados do que a média das duas modalidades em todas as unidades territoriais (Gráfico 83).

Gráfico 83 | Encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2011)



Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

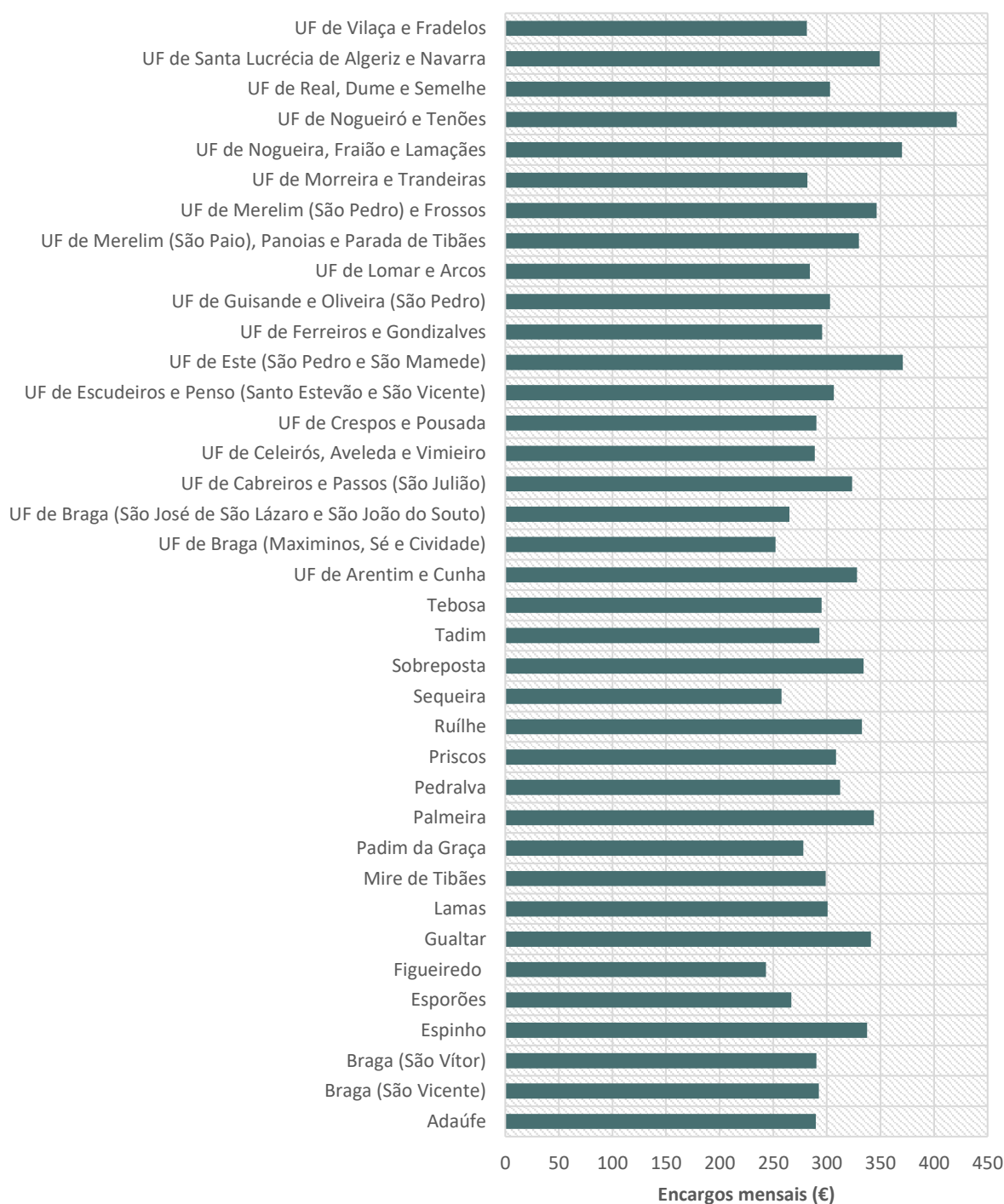
Os encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação registam o valor mais elevado na NUT I – Continente (330,79€), seguida pela NUT III – Cávado (310,11€), pelo concelho de Braga (303,38€) e, por fim, pela NUT II – Norte (301,80€).

Ao analisar unicamente os encargos médios mensais por aquisição de habitação própria a tendência altera-se e os valores mais expressivos registam-se na NUT I – Continente (392,56€), seguida pela NUT II – Norte (373,50€), pelo concelho de Braga (354,29€) e, por último, pela NUT III – Cávado (353,86€).

No concelho de Braga, em 2011, registavam-se 354,29€ de encargos médios mensais por aquisição de habitação, face aos 303,38€ com aquisição ou arrendamento de habitação. Em 2018, de acordo com o estudo “Acessibilidade à Habitação em Portugal” (CENTURY 21, 2019), a prestação mensal para aquisição de uma habitação com 90m² situava-se nos 247€, com uma taxa de esforço de 18%, enquanto a renda mensal de uma habitação com as mesmas condições se situava nos 470€, com uma taxa de esforço de 34%. Isto indica que, entre 2011 e 2018, os encargos médios mensais sofreram um aumento justificado pela subida expressiva do valor das rendas, assim como pela subida do valor das vendas.

Ao analisar os encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação, em 2011, por freguesia do concelho de Braga, verifica-se que as freguesias com o valor mais elevado registado são a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (421,30€), a União de freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) (370,87€) e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (370,05€) (Gráfico 84). Em oposição, a freguesia de Figueiredo (243,28€), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (252,09€) e a freguesia de Sequeira (257,62€), apresentavam os menores valores.

Gráfico 84 | Encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação (€) por freguesia do concelho de Braga (2011)

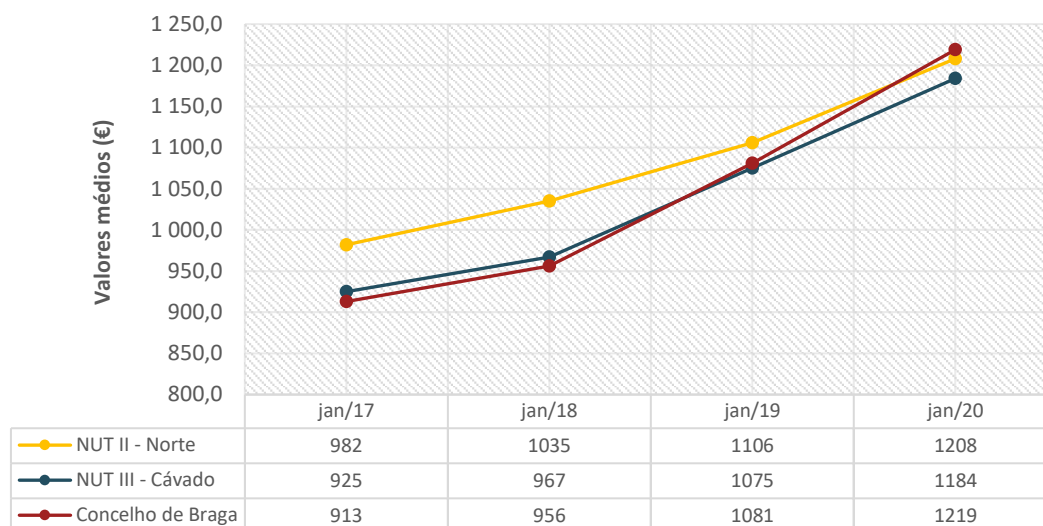


Fonte: XV Recenseamento Geral da População e Habitação, INE (2020).

Com relação à venda de habitação é também importante analisar os valores médios de avaliação bancária dos alojamentos, com o objetivo de perceber se acompanham o aumento dos valores de venda dos mesmos (Gráfico 85).

Entre o início do ano de 2017 e o início do ano de 2020, os valores médios de avaliação bancária dos alojamentos têm aumentado consecutivamente em todas as unidades territoriais.

Gráfico 85 | Valores médios de avaliação bancária (€/m²) dos alojamentos no concelho de Braga, NUT III – Cávado e NUT II – Norte (2017-2020)



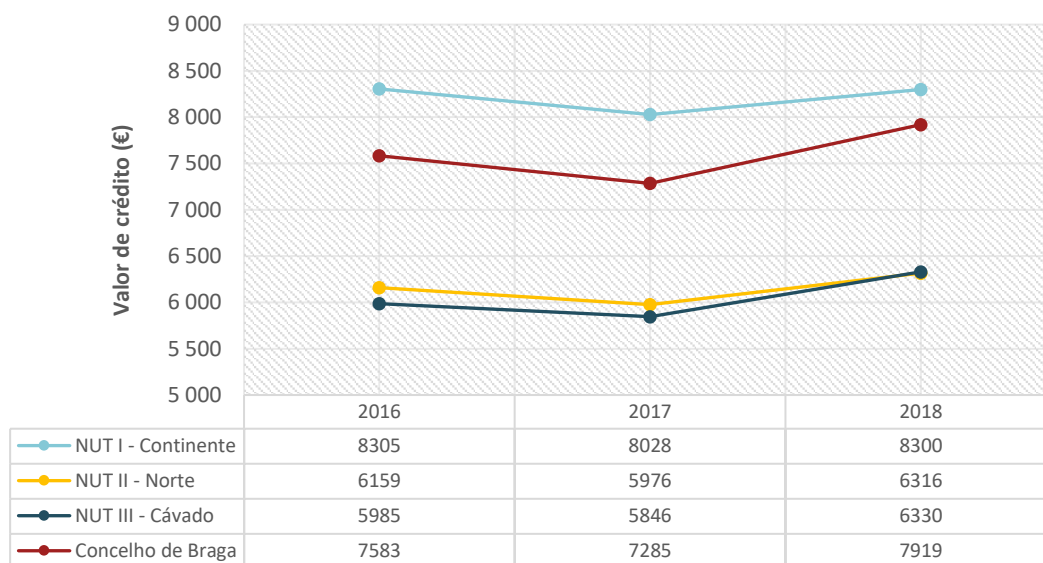
Fonte: Inquérito à avaliação bancária na habitação, INE (2020).

No início do ano de 2017, a NUT II – Norte destacava-se com os maiores valores médios de avaliação bancária (982€/m²), seguida pela NUT III – Cávado com 925€/m² e, muito próximo, pelo concelho de Braga com 913€/m². Todavia, no início do ano de 2020, é o concelho de Braga que regista o valor mais alto (1219€/m²), seguido pela NUT II – Norte (1208€/m²) e pela NUT III – Cávado (1184€/m²). O território concelhio regista assim a maior variação, tendo os valores subido 306€/m², superando o incremento verificado na NUT III – Cávado (+259€/m²) e na NUT II – Norte (+226€/m²).

O crédito à habitação e a respetiva taxa de juros são indicadores importantes para a aquisição de habitação própria e condicionam a possibilidade de compra de habitação, pelo que são igualmente alvo de análise.

Entre o ano de 2016 e o ano de 2018, os valores de crédito à habitação por habitante sofreram uma quebra a meio período em todas as unidades territoriais (Gráfico 86). Contudo, a variação global neste período é positiva em quase todas as unidades territoriais, exceto na NUT I – Continente (-5€). Em 2018, a NUT I – Continente apresentava o valor mais elevado de crédito à habitação (8300€), seguida pelo concelho de Braga (7919€), pela NUT III – Cávado (6330€) e, por último, pela NUT II – Norte (6316€).

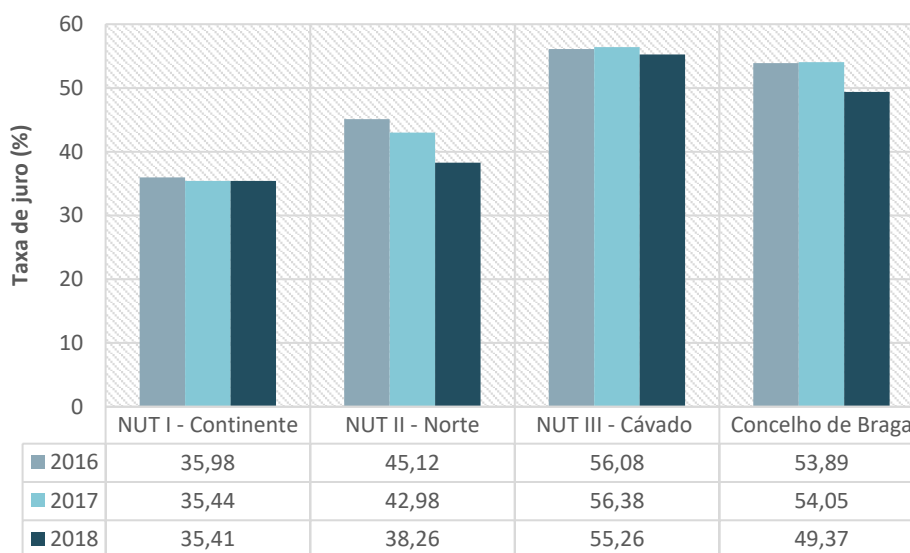
Gráfico 86 | Crédito à habitação por habitante (€) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2016-2018)



Fonte: Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras, INE (2020).

A taxa de juros do crédito à habitação, no período 2016-2018, diminuiu ligeiramente em todas as unidades territoriais (Gráfico 87). No entanto, a NUT III – Cávado e o concelho de Braga destacam-se das demais unidades territoriais por apresentarem as taxas de juro mais elevadas em todo o período.

Gráfico 87 | Taxa de juros do crédito à habitação (%) no concelho de Braga, NUT III – Cávado, NUT II – Norte e NUT I – Continente (2016-2018)



Fonte: Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras, INE (2020).

Note-se que, no ano de 2018, o concelho de Braga regista a segunda maior taxa de juros do crédito à habitação (49,37%), sendo apenas superada pela NUT III – Cávado (55,26%). Nas NUT II – Norte e NUT I – Continente, esta taxa fica-se pelos 38,26% e 35,41%, respetivamente.

SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO

A síntese de diagnóstico pretende proporcionar uma sistematização de referenciais de caracterização do parque habitacional do concelho de Braga, das suas condições de habitabilidade, do seu estado de conservação e da sua condição social, tendo em conta a dinâmica demográfica e o mercado habitacional, considerados de grande relevância para a definição da estratégia local de habitação.

Com efeito, no presente capítulo será estabelecida uma síntese dos principais fatores (oportunidades, ameaças, forças de mudança e fragilidades existentes) decorrentes do diagnóstico habitacional, com particular incidência no estado de conservação e nas condições de habitabilidade, numa perspetiva quantitativa e qualitativa. À sistematização dos principais fatores, seguir-se-á a definição de uma matriz SWOT. A definição da matriz SWOT e subsequente definição estratégica terá por base o diagnóstico realizado nos capítulos anteriores.

CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Em termos de dinâmica demográfica, o concelho de Braga regista um **crêscimo de população residente** entre 2001 e 2011, traduzido por uma variação positiva de 10,54% (17302 habitantes). Ao nível das freguesias a tendência é heterógena, sendo que 23 freguesias assinalam um acréscimo do número de residentes, enquanto as restantes 14 evidenciam uma perda de efetivos. Com o maior acréscimo do número de residentes destacam-se a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,04%), Gualtar (38,85%) e a União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (32,97%). Em oposição, são as freguesias de Ruilhe (-12,56%), Espinho (-11,47%) e Sequeira (-10,79%) assinalam as maiores quebras em termos percentuais. Em 2011, distinguem-se as freguesias de São Vítor (16,33%), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (8,03%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (7,88%), São Vicente (7,29%) e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (7,19%), por, em termos comparativos, apresentarem o maior número de residentes. Estas cinco freguesias agregam, no seu conjunto, quase metade da população residente no concelho de Braga (46,73%). Uma segunda análise da variação da população residente demonstra que, entre os anos 2011 e 2018, a mesma mantém-se positiva, porém com um acréscimo de apenas 0,2% dos efetivos.

À data dos censos de 2011, o concelho de Braga regista uma **densidade populacional** de 989,6 habitantes por km², assistindo a uma variação positiva de 10,41% em relação a 2001. Ao nível das freguesias, são as freguesias de São Vítor (7258,5 habitantes por km²), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5881,1 habitantes por km²), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (5676,9 habitantes por km²) e São Vicente (5189,7 habitantes por km²) que apresentam as maiores densidades populacionais. Em oposição, as freguesias de Pedralva (137,6 habitantes por km²), União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (159,9 habitantes por km²) e União das freguesias de Crespos e Pousada (183,6 habitantes por km²) são as que registam o menor número de residentes por unidade de área. No período 2011-2018, o concelho de Braga regista um aumento ténue do número de habitantes por km² de 0,23%.

Em termos de **distribuição etária da população residente**, regista-se uma preponderância do grupo etário dos 25 aos 64 anos (população adulta), o qual representa mais de metade do total de residentes (58,31%). Os grupos etários mais jovens (dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos) apresentam também um peso significativo no panorama demográfico geral (28,52%), ainda que tenham registado um decréscimo entre os

anos de 2001 e 2011 (-3,47% e -17,06%, respetivamente). A população idosa, ainda que menos representativa a nível geral, regista o acréscimo mais expressivo no período intercensitário (34,51%). No total, em termos percentuais, assistiu-se a uma quebra de -20,52% da população entre os 0 e os 24 anos e a um aumento de 34,51% da população com 65 e mais anos entre 2001 e 2011 e, no período entre 2011 e 2018, verifica-se uma quebra de -17,60% e um aumento de 26,32%, respetivamente.

No que concerne à **taxa de natalidade**, no último ano censitário, o concelho de Braga regista uma taxa de natalidade de 10,0‰, assinalando um decréscimo de -3,0‰ face a 2001. No ano 2018, a taxa de natalidade sofre um decréscimo ligeiro (-0,6‰), registando à data 9,6‰. Nas freguesias do concelho de Braga, no período intercensitário 2001-2011, é possível constatar que a tendência evolutiva não é homogénea, sendo que 32 freguesias evidenciam uma variação negativa desta taxa e 5 registam uma variação positiva. As variações negativas oscilaram entre os -0,39‰ observados na freguesia de Lamas e os -11,36‰ registados na União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião). Quanto às variações positivas, oscilam entre os 0,11‰ contabilizados na União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) e os 3,11‰ observados em Tadem.

Quanto à **taxa de mortalidade**, o território concelhio regista, no ano censitário de 2011, um valor de 5,9‰, o que representa um decréscimo de -0,8‰ face a 2001. No entanto, em 2018 o concelho regista uma taxa de 7,0‰, o que significa um aumento desta taxa desde 2011 (1,1‰). Ao nível das freguesias, a tendência não é uniforme, observando-se uma variação negativa desta taxa em 21 freguesias, uma variação positiva em 15 freguesias e uma freguesia sem variação (São Vicente). As variações negativas da taxa de mortalidade, no período em análise, oscilaram entre os -10,37‰ registados na freguesia de Pedralva e os -0,11‰ observados na União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameças. As variações positivas variaram entre os 6,57‰ contabilizados na freguesia de Ruíle e os 0,22‰ verificados na União das freguesias de Morreira e Trandeiras.

No período em análise, e em concreto nos anos 2001, 2011 e 2018, o **índice de juventude** no concelho de Braga é de 173,0%, 124,2% e 86,4%, respetivamente, traduzindo um decréscimo de -48,8% entre 2001 e 2011 e um decréscimo de -37,8% entre 2011 e 2018. À data dos censos de 2011, são 29 as freguesias que assinalam um índice de juventude superior a 100%, o que significa que contabilizam um maior número de jovens entre os 0 e os 14 anos do que residentes com idade igual ou superior a 65 anos. Em contrapartida, são 7 as freguesias que apresentam um índice inferior a 100% e 1 regista um valor de 100%. No mesmo ano, os maiores índices de juventude registam-se nas freguesias de Lamas (209,09%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameças (194,69%) e União das freguesias de Lomar e Arcos (180,24%). Em oposição, é na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (62,80%) e em Sequeira (69,35%) que se observam os menores índices.

Relativamente ao **índice de envelhecimento**, o concelho de Braga regista um acréscimo entre 2001 e 2011 (22,7%) assim como entre 2011 e 2018 (35,2%). Numa análise ao nível das freguesias do concelho de Braga, é possível aferir que o índice de envelhecimento é superior a 100% em 7 freguesias e 29 freguesias apresentam um índice inferior a 100% e 1 assinala um índice de 100% (Espinho). Em 2011, os índices de envelhecimento mais expressivos são registados em União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (159,24%), Sequeira (144,21%) e Adaúfe (130,26%). Em contrapartida, as freguesias de Lamas (47,83%), União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameças (51,36%) e União das freguesias de Lomar e Arcos (55,48%) assinalam os menores índices de envelhecimento a nível concelhio.

A **tipologia de famílias** predominante no concelho de Braga é a família clássica (99,84% em 2001 e 99,83% em 2011), aumentando em termos absolutos no último ano censitário. Relativamente às famílias institucionais, entre 2001 e 2011, também se regista um aumento de 24 famílias. Ao nível das freguesias, observa-se que todas sofreram um aumento de famílias clássicas entre 2001 e 2011, tendo este sido mais

expressivo na freguesia de Braga (São Vítor) (2576 famílias) e menos significativo nas freguesias de Ruílle (1 família) e Espinho (4 famílias). Relativamente às famílias institucionais, no ano 2011, a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (20 famílias), a freguesia de Braga (São Vicente) (16 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (15 famílias) e a freguesia de Braga (São Vítor) (14 famílias) apresentam o maior número de famílias desta tipologia.

Ao analisar a **composição das famílias clássicas** no concelho de Braga, em 2011, constata-se que dominam as famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas (49%), embora seguidas proximamente pelas famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas (44%). Entre 2001 e 2011, apenas se verifica a redução das famílias com 9 ou mais pessoas (-113 famílias), salientando-se o expressivo aumento das famílias com 5 ou 6 pessoas (4210 famílias). Relativamente às famílias clássicas mais numerosas, com 5 ou 6 pessoas, com mais de 200 famílias destacam-se a freguesia de Braga São Vítor (556 famílias), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (293 famílias), a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (287 famílias), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (281 famílias), a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (273 famílias), a freguesia de Braga (São Vicente) (254 famílias) e a União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (222 famílias). As famílias clássicas com 7 ou 8 pessoas apresentam alguma representatividade na freguesia de Braga (São Vítor) (29 famílias), na União de freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra (28 famílias) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (24 famílias). As escassas famílias clássicas com 9 ou mais pessoas estão principalmente representadas na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (9 famílias), na freguesia de Braga (São Vítor) (6 famílias) e na freguesia de Espinho (4 famílias).

No que subjaz à **composição das famílias clássicas com base na presença de crianças** (menos de 15 anos) e **idosos** (mais de 65 anos), verifica-se que, em 2011, predominam as famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos (32,9%), não obstante da tipologia de famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos apresentar também uma expressiva representatividade (24,9%), sendo que em conjunto representam mais de 50% das famílias clássicas do território concelhio (57,8%). Ao nível da freguesia, em termos comparativos, verifica-se uma similaridade na representatividade das famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos e das famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos. Relativamente às famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos destacam-se, com maior representatividade, a freguesia de Braga (São Vítor) (3504 famílias) e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (1670 famílias). Quanto às famílias clássicas com pessoas com mais de 65 anos, destacam-se, com maior representatividade, a freguesia de Braga (São Vítor) (2499 famílias) e a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1759 famílias).

Ainda referente às **famílias clássicas**, é essencial aludir à **condição perante o trabalho**, sendo que no território concelhio predominam as famílias clássicas sem desempregados (83%), seguidas pelas famílias clássicas com um desempregado (14,8%) e, por fim, as famílias com mais do que um desempregado (2,2%). Ao nível das freguesias, as famílias clássicas com 1 desempregado apresentam maior expressividade nas freguesias de Braga (São Vítor) (1736 famílias), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (891 famílias), União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (813 famílias), freguesia de Braga (São Vicente) (733 famílias), União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (624 famílias), União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (570 famílias) e União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (520 famílias). As famílias clássicas com mais do que 1 desempregado, por sua vez, adquirem mais representatividade na freguesias de Braga (São Vítor) (241 famílias), na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (139 famílias), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (133 famílias) e na freguesia de Braga (São Vicente) (119 famílias).

Em 2001, contabilizam-se 45902 **núcleos familiares** no concelho de Braga, valor que aumenta para 53914 no ano de 2011. Quanto à **estrutura etária dos filhos dos núcleos familiares**, predominam os núcleos com filhos de idade superior a 15 anos (44,1%), seguidos pelos núcleos com filhos de idade inferior a 15 anos (38,8%) e, por último, os núcleos com filhos de idade inferior a 6 anos (17,8%). Ao nível das freguesias, os núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos destacam-se na freguesia de Braga (São Vítor) (1712 núcleos familiares) e na União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (873 núcleos familiares). Relativamente aos núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos, as freguesias em destaque pela maior expressividade são a freguesia de Braga (São Vítor) (3485 núcleos familiares) e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (1660 núcleos familiares). As freguesias mais representadas na categoria de núcleos familiares com filhos com mais de 15 anos, por sua vez, correspondem a Braga (São Vítor) (3518 núcleos familiares) e à União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (1980 núcleos familiares).

A **projeção demográfica**, realizada para o concelho segundo o método das componentes por coortes, contemplando a análise do comportamento de variáveis como a mortalidade, a fecundidade e as migrações, indica uma diminuição da população residente no município até ao ano de 2031, traduzida por uma perda total de 9684 residentes face à população de referência (2011). O decréscimo do número de mulheres em idade fértil e, consequentemente, do número de crianças e jovens, prevê-se particularmente expressivo, refletindo um agravamento progressivo da tendência de envelhecimento populacional.

CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

No que concerne à população empregada por **setor de atividade económica**, 69,4% exerce atividade no setor terciário, 30,0% no setor secundário e apenas 0,6% no setor primário. À escala das freguesias, é possível aferir que o setor primário é o menos representativo nas 37 freguesias, com valores percentuais sempre inferiores a 5% da população empregada. Relativamente aos restantes setores, o setor terciário predomina em 31 freguesias e o setor secundário em apenas 6 freguesias, designadamente em Padim da Graça (57,4%), Tebosa (55,0%), Figueiredo (53,6%), União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (51,9%), Pedralva (50,8%) e União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (50,0%). A representatividade do setor terciário, por sua vez, oscila entre 42,1% verificados na freguesia de Padim da Graça e os 82,3% registados na União das freguesias de Nogueiró e Tenões.

Ainda com relação à população empregada, afigura-se relevante atender também à sua distribuição pelos vários **grupos de profissões**, sendo que no concelho de Braga o grupo com maior representatividade é o grupo dos *“especialistas das atividades intelectuais e científicas”* (19,97%). Segue-se o grupo dos *“trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”* (18,06%), os *“trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”* (17,11%), os *“trabalhadores não qualificados”* (12,05%) e os *“técnicos e profissões de nível intermédio”* (11,08%).

Em termos de distribuição da população empregada por **atividade económica**, à data dos censos de 2011, é o setor das *“indústrias transformadoras”* que emprega uma maior proporção da população (19,16%), seguindo-se os setores do *“comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”* (18,96%), da *“educação”* (12,74%), da *“construção”* (9,31%) e das *“atividades de saúde humana e apoio social”* (7,83%).

No que subjaz ao tecido empresarial local, são estudadas as **empresas por atividade económica** no concelho, verificando-se o predomínio de empresas respeitantes ao *“comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”* (4231 empresas). Ainda com significativa representatividade assumem-se

as empresas das “*atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*” (2392 empresas) e das “*atividades administrativas e dos serviços de apoio*” (2025 empresas).

No último ano censitário, a **população ativa** no concelho de Braga representava 52,02% do total da população residente, o equivalente a 94411 indivíduos. Destes, 81971 residentes encontravam-se empregados e os restantes 12440 enfrentavam uma situação de desemprego.

Analisando o número de indivíduos **ativos por grupo etário**, constata-se que a maior proporção da população ativa tem idade compreendida entre os 25 e os 54 anos, correspondendo, no seu conjunto, a 80,78% do total de indivíduos ativos no concelho de Braga. Relativamente à população inativa, esta predomina sobre a população ativa nos restantes grupos etários, com especial relevância para os indivíduos entre os 15 e os 19 anos e com 65 ou mais anos. No que se refere à distribuição da população desempregada por grupo etário, é nas faixas etárias mais jovens (até aos 30 anos) que se constata uma maior dificuldade de integração do mercado de trabalho.

Quanto à **população inativa**, no território concelhio, mais de 50% desta população encontra-se na **situação** de “*reformados, aposentados ou na reserva*”, seguindo-se os residentes “*estudantes*” (24,5%).

O concelho de Braga registou, no período intercensitário (2001-2011), um ténue aumento da **taxa de atividade** (51,9% em 2001 para 52,0% em 2011). Para além desta variação positiva, o território concelhio regista, em 2001 e 2011, taxas superiores às verificadas nas unidades territoriais onde se enquadra. Ao nível das freguesias, a evolução da taxa de atividade não apresenta uma tendência homogénea. Com efeito, 18 freguesias assistiram a uma variação positiva desta taxa, com os aumentos a variar entre os 0,21% observados na União das freguesias de Arentim e Cunha e os 4,58% verificados na União das freguesias de Crespos e Pousada. Em contrapartida, foram 19 as freguesias que registaram uma quebra na taxa de atividade, com os decréscimos a oscilarem, entre os -0,22% observados na União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos e os -4,06% verificados na freguesia de Lamas.

À data dos censos de 2011, Braga regista uma **taxa de desemprego** de 13,2%. Quanto à evolução das taxas de desemprego por freguesia, os dados evidenciam uma tendência uniforme, com as 37 freguesias do concelho a apresentar um incremento desta taxa no período intercensitário. Note-se que o menor aumento desta taxa ocorre na União das freguesias de Crespos e Pousada (2,26%) e o mais expressivo em Padim da Graça (15,14%).

O território concelhio contabiliza, em 2011, um total de 12440 residentes em **situação de desemprego**, dos quais 9949 procuram um novo emprego (79,98%) e 2491 procuram o primeiro emprego (20,02%). Em todas as freguesias predomina a procura de um novo emprego, com destaque para as freguesias de Espinho (88,52%), União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (88,41%) e Figueiredo (88,24%), onde a proporção de desempregados à procura de novo emprego excede os 88%. Quanto aos desempregados à procura do primeiro emprego, distinguem-se as freguesias de Tadim (28,33%), Adaúfe (25,66%) e União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (25,53%), com valores percentuais acima dos 25%.

Ainda no que concerne à estrutura do emprego, o **principal meio de vida** da população residente no território concelhio, a partir dos 15 anos de idade, é o trabalho (53,25%), o segundo é a reforma/ pensão (21,45%) e o terceiro é a cargo da família (15,63%). O subsídio de desemprego também assume relativa significância como fonte de rendimento, abrangendo 3,83% da população residente no concelho. Ao nível das freguesias, o trabalho surge como o principal meio de vida em todas as freguesias, com destaque para a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameiras (61,84%) e União das freguesias de Nogueiró e Tenões (58,40%), onde se verificam os valores percentuais mais expressivos. A reforma/ pensão, em termos de volume da população, tem destaque nas freguesias de Sequeira (29,59%), União das freguesias de Braga (São José de

São Lázaro e São João do Souto) (28,94%) e Ruilhe (28,53%), por serem aquelas em que este é mais significativo. O meio de vida a cargo da família evidencia-se particularmente em Esporões (18,50%), União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos (18,11%), Figueiredo (17,75%), Padim da Graça (17,37%) e Espinho (17,15%).

Na ótica do quadro educativo geral, a **taxa de analfabetismo** decresceu no último período intercensitário 2001-2011 (-2,4%), apresentando o território concelhio uma taxa de analfabetismo (3,35%) claramente inferior às observadas nas NUT III – Cávado (4,49%), NUT II – Norte (5,00%) e NUT I – Continente (5,19%).

No que se refere ao **grau de instrução mais elevado completo**, verifica-se que o 1.º ciclo do ensino básico é o nível de instrução mais representativo, na medida em que uma maior percentagem da população residente apresenta este grau completo (21,19%). A proporção da população residente sem qualquer grau de instrução também apresenta um peso significativo (16,70%). O concelho regista ainda as maiores proporções de população residente com o ensino superior completo, contabilizando 16,10% da população residente. Numa análise ao nível da freguesia, é possível aferir que em 32 freguesias predomina a população residente com o 1.º ciclo do ensino básico completo, enquanto nas 5 restantes é o ensino superior que adquire maior representatividade, nomeadamente a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (35,7%), a União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (28,9%), São Vítor (23,3%), Gualtar (22,3%) e São Vicente (19,1%).

Em relação ao **rendimento médio mensal**, em 2011, Braga apresentava um valor de ganho médio mensal de 964,00€. Em 2017, os valores aumentam ligeiramente, para um valor de ganho médio mensal de 1038,70€. No enquadramento da NUT III – Cávado, o concelho de Braga apresentava, em 2011, o maior valor do ganho médio mensal comparativamente com os restantes concelhos integrantes desta unidade territorial.

PARQUE EDIFICADO

Em termos da caracterização do parque edificado, o concelho de Braga apresenta um aumento do **número de edifícios clássicos** no último período intercensitário, traduzido numa variação positiva de 19,05%, o equivalente a um acréscimo de 6224 edifícios, contabilizando-se, no ano 2011, 38892 edifícios. No mesmo ano, as freguesias com um maior número de edifícios clássicos são Braga (São Vítor) (2720 edifícios clássicos), a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (2662 edifícios clássicos) e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (2526 edifícios clássicos). Em oposição, as freguesias com um menor número de edifícios clássicos correspondem a Lamas (219 edifícios clássicos e 289 alojamentos), Figueiredo (332 edifícios clássicos e 436 alojamentos), União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (339 edifícios clássicos e 375 alojamentos) e Tebosa (382 edifícios clássicos e 430 alojamentos). É importante salientar que excecionalmente a União de freguesias de Braga (Maximino, Sé e Cividade) e União de freguesias Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) apresentam, no último período intercensitário, uma pequena diminuição no número de edifícios clássicos (-37 e -393 edifícios, respetivamente).

Ao relacionar o edificado existente no concelho de Braga com a população residente, em 2011, verifica-se uma razão de 4,7 pessoas por edifício, enquanto relativamente às famílias clássicas observa-se uma razão de 1,6 famílias por edifício.

Em relação à **época de construção** dos edifícios clássicos, regista-se uma predominância de edifícios clássicos construídos entre 1981 e 1990, que representam 17,8% dos edifícios clássicos, no ano 2011. Em conjunto com os edifícios construídos entre 1971-1980, estes perfazem 33% dos edifícios clássicos e, contabilizando os edifícios construídos entre 1996-2005, correspondem a mais de metade dos edifícios clássicos (56,4%). Na freguesia de Braga (São Vicente) (1044 de 1462 edifícios), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e

Cidade) (1287 de 1761 edifícios), na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1547 de 1796 edifícios) e na União de freguesias de Crespos e Pousada (402 de 555 edifícios) predominam, de forma geral, os edifícios clássicos construídos entre 1919 e 1995, com valores entre os 10% e 20%. A União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (57 de 398 edifícios) com 14,3%, destaca-se pela representatividade dos edifícios clássicos construídos antes de 1919, em comparação com as restantes freguesias.

No que concerne à **estrutura construtiva das paredes** dos edifícios clássicos, no último ano censitário, predominam os edifícios com estrutura de paredes em betão (24896 edifícios) que representam 64,0% dos edifícios clássicos. As freguesias de Adaúfe (81 edifícios), Braga (São Vicente) (66 edifícios), Braga (São Vitor) (65 edifícios) e Sequeira (61 edifícios) contabilizam mais de 50 edifícios clássicos com estrutura de paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta. A União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (86 edifícios), a União de freguesias de Real, Dume e Semelhe (78 edifícios), a freguesia de Braga (São Vicente) (51 edifícios) e a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (35 edifícios) destacam-se pelo número acrescido de edifícios clássicos com outro tipo de estrutura construtiva das paredes.

Quanto à **utilização** dos edifícios clássicos, mais de 90% são de utilização habitacional exclusiva (35485 edifícios). Por sua vez, os edifícios clássicos com utilização habitacional parcial correspondem a 7,9% (3060 edifícios) e os edifícios clássicos com utilização habitacional residual correspondem a 0,9% (347 edifícios). Na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (480 edifícios) os edifícios clássicos utilizados parcialmente como habitação ultrapassam os 25%, enquanto na freguesia de Braga (São Vicente) (294 edifícios), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (344 edifícios) e na freguesia de Braga (São Vitor) (481 edifícios) ultrapassam os 15%. Já na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5,5%; - 98 edifícios), na União de freguesias de Celeirós, Avelada e Vimieiro (2,9%; - 58 edifícios) e na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (1,8%; - 32 edifícios), os edifícios clássicos que preferencialmente apresentam outras utilizações para além da habitação registam valores superiores a 1%.

Em 2011, o **número de pisos** dos edifícios clássicos predominante é 1-2 pisos, os quais representam 65,6% do total de edifícios clássicos do concelho de Braga, o equivalente a 25521 edifícios. Os 10560 edifícios clássicos com 3-4 pisos correspondem a 27,2% e os restantes 2811 edifícios clássicos apresentam cinco ou mais pisos, correspondendo a 7,2% dos edifícios clássicos do concelho. Em oposição à tendência concelhia, na União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (1249 edifícios), na freguesia de Braga (São Vitor) (1015 edifícios), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (808 edifícios) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São José do Souto) (674 edifícios) predominam os edifícios clássicos com 3-4 pisos. Em 7 freguesias ultrapassam-se os 100 edifícios clássicos com 5 ou mais pisos, com destaque para a freguesia de Braga (São Vitor) (887 edifícios).

No que se refere ao **número de alojamentos por edifício clássico**, contabilizavam-se 31025 edifícios com apenas 1 alojamento, perfazendo 79,8% dos edifícios clássicos do território concelhio. Com 2-6 alojamentos contabilizam-se 4978 edifícios, que representam 12,8%, e com 7 a 12 alojamentos contabilizam-se 1853 edifícios, o equivalente a 4,8% do total de edifícios clássicos. Os restantes 1036 edifícios clássicos com 13 ou mais alojamentos correspondem apenas a 2,7% dos edifícios. A freguesia de Braga (São Vitor) (1255 edifícios), a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), (749 edifícios), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (638 edifícios) e a freguesia de Braga (São Vicente) (545 edifícios) apresentam o maior número de edifícios com três ou mais alojamentos.

ALOJAMENTOS

Dos 84686 alojamentos contabilizados no concelho de Braga, em 2011, **161 alojamentos são coletivos** e apenas **28 alojamentos são familiares não clássicos**. A freguesia de Braga (São Vítor) (16619 alojamentos) apresenta o maior número de alojamentos e, em oposição, a freguesia de Lamas (289 alojamentos) contabiliza o menor número de alojamentos. A União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (39 alojamentos), a freguesia de Braga (São Vítor) (28 alojamentos), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (19 freguesias), a freguesia de Braga (São Vicente) (18 alojamentos) e a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (12 alojamentos) registam a existência de mais de 10 alojamentos coletivos. Na União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves e na freguesia de Braga (São Vítor) encontram-se, respetivamente, 8 e 5 alojamentos familiares não clássicos. Nas restantes 12 freguesias com alojamentos familiares não clássicos, são contabilizados entre 1 e 2 alojamentos.

Ao relacionar os alojamentos com o edificado existente no concelho de Braga, em 2011, verifica-se uma razão de 2,2 alojamentos por edifício. Quanto à relação entre a população residente e os alojamentos familiares clássicos observa-se uma razão de 2,14 pessoas por alojamento, enquanto relativamente às famílias clássicas observa-se uma razão inferior a 1 família por alojamento.

Quanto à **forma de ocupação** dos 84525 alojamentos familiares, no mesmo ano, predominam os alojamentos familiares de residência habitual, com 63230 alojamentos (74,8%), enquanto os 10634 alojamentos familiares vagos correspondem a 12,6% do total de alojamentos familiares. O maior número de alojamentos vagos é contabilizado em Braga (São Vítor) (2321 alojamentos), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (1260 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1152 alojamentos). Note-se, ainda, que as freguesias com mais de 15% de alojamentos familiares vagos correspondem a Priscos (107 de 567 alojamentos), Gualtar (538 de 3021 alojamentos), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (1260 de 7503 alojamentos) e União de freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (1152 de 7349 alojamentos).

Relativamente à **área útil dos** 63202 alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, predominam os alojamentos com uma área útil entre 100-200m² (53,3%), contabilizando-se 33656 alojamentos com estas características. Note-se que os alojamentos com mais de 100m² representam cerca de 64,8% (40938 alojamentos) e os alojamentos com menos de 100m² correspondem a cerca de 29,6% (22264 alojamentos), sendo que 3579 alojamentos apresentam menos de 50m². Os alojamentos com área útil inferior a 50m² assumem maior expressividade na freguesia de Braga (São Vítor) (635 alojamentos), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (371 alojamentos) e na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (302 alojamentos).

No que diz respeito ao **número de divisões** dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, predominam os alojamentos com 4 e 5 divisões, arrecadando, em conjunto, uma proporção acima dos 60% (39437 alojamentos). Também com alguma representatividade surgem os alojamentos familiares clássicos com 6 divisões (entre 13% e 17%), os alojamentos com 3 ou 7 divisões (entre 5% e 9%) e com 8 divisões (entre 3% e 5%). Com proporções abaixo dos 3% encontram-se as restantes classes de dimensão. Em termos absolutos, a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (16 alojamentos) destaca-se pela maior quantidade de alojamentos com apenas uma divisão e a freguesia de Braga (São Vítor) (155 alojamentos) destaca-se pela maior quantidade de alojamentos com duas divisões. Os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, com maior número de divisões (seis ou mais) concentram-se maioritariamente em Braga (São Vítor) e na União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lameações.

O **regime de propriedade** dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, predominante no território concelhio é o de proprietário ocupante, que representa cerca de 70% do total de alojamentos (44229 alojamentos), enquanto em regime de arrendamento se contabilizam cerca de 14770 alojamentos (23,4% dos alojamentos). Em outros regimes de propriedade contabilizam-se 4203 alojamentos, o equivalente a 6,7%. Em termos comparativos, ao nível das freguesias, é na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) e na freguesia de Braga (São Vítor) que o regime de arrendamento adquire mais representatividade, com proporções entre 32% e 33%.

No que refere à **disponibilidade de estacionamento privados**, predominam os alojamentos com um estacionamento (50,8%), seguidos pelos alojamentos que não dispõem de estacionamento (21,7%) e pelos alojamentos com dois estacionamentos (20,4%). Os restantes 7,1% correspondem a alojamentos com três ou mais estacionamentos privados. As freguesias de Braga (São Vítor) (2233 alojamentos), União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (1910 alojamentos), União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (1858 alojamentos) e Braga (São Vicente) (1166 alojamentos) apresentam o maior número de alojamentos sem estacionamento privado. A União de freguesias de Real, Dume e Semelhe e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lameiras (ambas com 326 alojamentos) contabilizam, pro sua vez, o maior número de alojamentos com três ou mais estacionamentos privados.

CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Em relação ao **índice de lotação dos alojamentos** familiares clássicos, ocupados como residência habitual, o concelho de Braga, em 2011, apresentava 10% de alojamentos com divisões em falta, sendo que cerca de 50% correspondem a alojamentos em sobrelotação com uma divisão em falta, mais de 30% a alojamentos com duas divisões em falta e os restantes 20% a alojamentos com três ou mais divisões em falta. Ao nível das freguesias, a União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (17,9%), a freguesia de Pedralva (17,1%) e a União de freguesias de Crespos e Pousada apresentam os índices de lotação mais elevados.

Os alojamentos familiares clássicos em **sobrelotação** concentram-se sobretudo em Braga (São Vítor) (989 alojamentos com uma divisão em falta; 164 alojamentos com duas divisões em falta; e 35 alojamentos com três ou mais divisões em falta), na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (437 alojamentos com uma divisão em falta; 105 alojamentos com duas divisões em falta; e 33 alojamentos com três ou mais divisões em falta) e na União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (514 alojamentos com uma divisão em falta; 102 alojamentos com duas divisões em falta; e 24 alojamentos com três ou mais divisões em falta).

Quanto à proporção de **alojamentos sem a existência de pelo menos uma infraestrutura básica**, em 2011, o concelho de Braga registava 1% dos alojamentos, sendo que 32 alojamentos não dispõem de infraestruturas básicas, 637 não apresentam instalações de banho ou duche, 136 não possuem água canalizada, 100 não dispõem de instalações sanitárias e 91 não apresentam sistema de esgotos. Das 26 freguesias que se situam acima do valor concelhio em termos de proporção de alojamentos sem existência de pelo menos uma infraestrutura básica, destacam-se as freguesias de Pedralva (4,5%), União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (3,8%), União de freguesias de Vilaça e Fradelos (3,3%), União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) (3,2%) e Adaúfe (3,1%) por apresentarem valores acima de 3%. Em termos absolutos, a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (5 alojamentos), a União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) (4 alojamentos) e Adaúfe (3 alojamentos) apresentam o maior número de alojamentos que não se encontram dotados de infraestruturas básicas.

Relativamente à **acessibilidade dos edifícios** com 3 ou mais alojamentos (4912 edifícios), no mesmo ano, predominavam os edifícios com entrada inacessível à circulação em cadeira de rodas (60,1%; 2951 edifícios), dos quais 37,0% (1815 edifícios) correspondem a edifícios sem elevador. Dos edifícios com três ou mais alojamentos com entrada acessível à circulação em cadeira de rodas (39,9%; 1961 edifícios), cerca de 13,8% (679 edifícios) não apresenta elevador. As freguesias de Espinho, Lamas, Sobreposta, União de freguesias de Arentim e Cunha, União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) e União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) não apresentam edifícios com três ou mais alojamentos com entrada acessível à circulação em cadeira de rodas ou elevador. Os edifícios com três ou mais alojamentos com entrada acessível à circulação em cadeira de rodas, mas sem elevador concentram-se na freguesia de Tebosa (1 alojamento), na União de freguesias de Crespos e Pousada (4 alojamentos), na freguesia de Mire de Tibães (9 alojamentos) e na União de freguesias de Santa Lucrécia de Algezir e Navarra (3 alojamentos).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O **índice de envelhecimento dos edifícios**, em 2011, regista 69,8% no território concelhio, fixando-se substancialmente abaixo dos valores observados na NUT III – Cávado (76,0%), NUT II – Norte (154,1%) e NUT I – Continente (178,4%). A realidade concelhia não é, contudo, transversal a todas as suas freguesias, sendo que 12 apresentam um índice de envelhecimento superior ao concelhio. Destacam-se a União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (691,5%), a freguesia de Braga (São Vicente) (338,6%), a União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) (295,4%) e a freguesia de Braga (São Vítor) (171,0%) por apresentarem um valor superior a 100%. A União de freguesias de Nogueiró e Tenões, em contrapartida, apresenta o menor índice de envelhecimento, fixando-se nos 17,5%.

No que subjaz à **proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados**, dos 38892 edifícios existentes no concelho de Braga, cerca de 3,58% apresenta necessidade de grandes reparações ou encontra-se em estado muito degradado. Esta realidade também não é transversal a todas as freguesias, sendo que em 24 é contabilizado um valor superior ao concelhio. Enquanto a freguesia de Esporões (0,38%), a União de freguesias de Nogueiró e Tenões (0,45%), a freguesia de Lamas (0,46%), Tadim (0,56%) e Sobreposta (0,92%) apresentam uma proporção de edifícios com grandes necessidades de reparações ou edifícios muito degradados inferior a 1%, a União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) (10,14%), a freguesia de Espinho (9,63%) e a freguesia de Priscos (8,79%) aproximam-se dos 10%.

Num total de 10024 edifícios com **necessidades de reparações** no território concelhio, mais de metade correspondem a necessidades de pequena dimensão (6647 edifícios), 2447 são de média dimensão, 930 são de grande dimensão e 464 edifícios estão já considerados como muito degradados. Ao nível das freguesias, em Esporões, Lamas, Sobreposta e Tadim não se encontram edifícios muito degradados e não se registam mais de 5 edifícios com necessidade de grandes reparações, enquanto na União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães e na União de freguesias de Real, Dume e Semelhe registam-se, respetivamente, 52 e 43 edifícios muito degradados. Os edifícios com necessidade de grandes reparações concentram-se, sobretudo, na União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (78 edifícios) e na freguesia de Braga (São Vicente) (64 edifícios). Com maior número de edifícios com necessidade de pequenas ou médias reparações destacam-se a União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (594 e 268 edifícios, respetivamente), a freguesia de Braga (São Vítor) (983 e 188 edifícios, respetivamente) e a freguesia de Palmeira (402 e 164 edifícios, respetivamente).

No que refere aos **elementos com necessidade de reparações**, predominam necessidade de reparações associada às paredes e caixilharias (13167 edifícios), seguindo-se as coberturas (12371 edifícios) e, por último, a estrutura (11245 edifícios). Esta tendência mantém-se em 19 freguesias do concelho. Porém, na freguesia de Sequeira (332 edifícios), na União de freguesias de Vilaça e Fradelos (162 edifícios), na freguesia de Sobreposta (115 edifícios) e na freguesia de Tebosa (57 edifícios) predominam as necessidades de reparação associadas à estrutura. Por outro lado, na União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro (964 edifícios), na União de freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães (563 edifícios), na freguesia de Adaúfe (497 edifícios), na União de freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) (319 edifícios), na União de freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião) (267 edifícios), na União de freguesias de Morreira e Trandeiras (220 edifícios), na freguesia de Padim da Graça (187 edifícios), na freguesia de Priscos (173 edifícios), na freguesia de Espinho (146 edifícios), na União de freguesias de Crespos e Pousada (141 edifícios), na União de freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (114 edifícios) e na freguesia de Figueiredo (110 edifícios) predominam os edifícios com necessidade de reparações na cobertura.

OFERTA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

O **Parque Habitacional Municipal** é gerido pela empresa municipal de habitação – BRAGAHABIT, E.M., entidade que tem atualmente sob sua gestão um parque imobiliário composto por **749 fogos habitacionais**, dos quais **571** dizem respeito a **frações de propriedade municipal** e **178** são **arrendados no mercado**, destinados a subarrendamento. Este parque é constituído por 520 habitações propriedade da BRAGAHABIT e 51 habitações propriedade do Município.

A distribuição do número de fogos habitacionais pelos diferentes bairros sociais existentes no território concelhio é a seguinte:

- » Bairro Social das Andorinhas – 130;
- » Bairro Social das Enguardas – 81;
- » Bairro Social da Santa Tecla – 177;
- » Complexo Habitacional Picoto – 50;
- » Dispersas pela cidade – 133.

Quanto ao estado das habitações sociais, a maioria das habitações devolutas localizam-se nos bairros sociais de Santa Tecla (33) e Enguardas (14), na sua generalidade destinadas a transição, dentro do plano de mobilidade no âmbito da requalificação dos bairros. Note-se que, no total, existem 53 fogos devolutos integrados nos aglomerados habitacionais de promoção pública (bairros sociais). Destaca-se a inexistência de qualquer fogo disponível para atribuição.

No que subjaz aos apoios habitacionais concedidos pela BRAGAHABIT, E.M., no ano de 2019, nas diferentes modalidades / regimes de apoio, foram apoiadas um total de 1198 famílias, abrangendo 3065 pessoas. Para além do arrendamento apoiado (atribuição de habitações sociais), do qual beneficiaram 508 famílias (1561 pessoas), e do subarrendamento, que abrangeu 178 famílias (409 pessoas), foram apoiadas em regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA) 512 famílias (1036 pessoas) e 59 indivíduos na modalidade de Residência Partilhada.

OFERTA DE HABITAÇÃO ESTATAL

Foram ainda identificados 61 fogos no Bairro Social das Enguardas geridos pelo **Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.**

MERCADO HABITACIONAL

Relativamente ao **arrendamento de alojamentos**, no primeiro semestre de 2019, o valor das rendas/m² de novos contratos de arrendamento registava 4,76€/m² no concelho de Braga, valor acima do contexto regional e muito próximo do contexto nacional. Entre 2017 e 2019 a tendência constata-se um aumento dos valores das rendas/ m². No mesmo período, a par da tendência nacional e regional, Braga assiste a uma diminuição de 27,5% de **novos contratos de arrendamento** de alojamentos familiares.

Com relação à **venda de alojamentos**, no primeiro semestre de 2019, o valor da venda/m² de alojamentos familiares no concelho de Braga situava-se nos 914€/m², valor próximo do contexto regional, porém abaixo do contexto nacional. A tendência é de subida significativa desde o segundo semestre de 2017.

No segundo semestre de 2019, no concelho de Braga a venda de um alojamento familiar de tipologia T0 ou T1 registava cerca de 1009€/m², enquanto um T4 ou mais registava cerca 931€/m², um T2 registava cerca de 923€/m² e, por último, um T3 registava cerca de 898€/m². Quanto aos valores medianos das vendas/m² de alojamentos familiares por freguesia do concelho de Braga, em 2019, a agregação das freguesias de Adaúfe, Gualtar, Este (S. Pedro e S. Mamede), Nogueiró e Tenões e a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destacam-se com os valores mais elevados (1169€ e 1089€, respetivamente). Em oposição, à União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) e à União de freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) correspondem os valores mais reduzidos (830€ e 790€, respetivamente).

Em 2018, a prestação mensal para aquisição de uma habitação com 90m² no território concelhio situava-se nos 247€, com uma taxa de esforço de 18%, enquanto a renda mensal de uma habitação com as mesmas condições se situava nos 470€, com uma taxa de esforço de 34%. Desde 2011 até 2018, os encargos médios mensais sofreram um aumento, justificado pela subida expressiva do valor das rendas assim como pela subida do valor das vendas.

Considerando o exposto, à data de referência do diagnóstico, no concelho de Braga, é economicamente mais confortável adquirir habitação do que arrendar, tem em vista a garantia de uma menor taxa de esforço mensal das famílias.

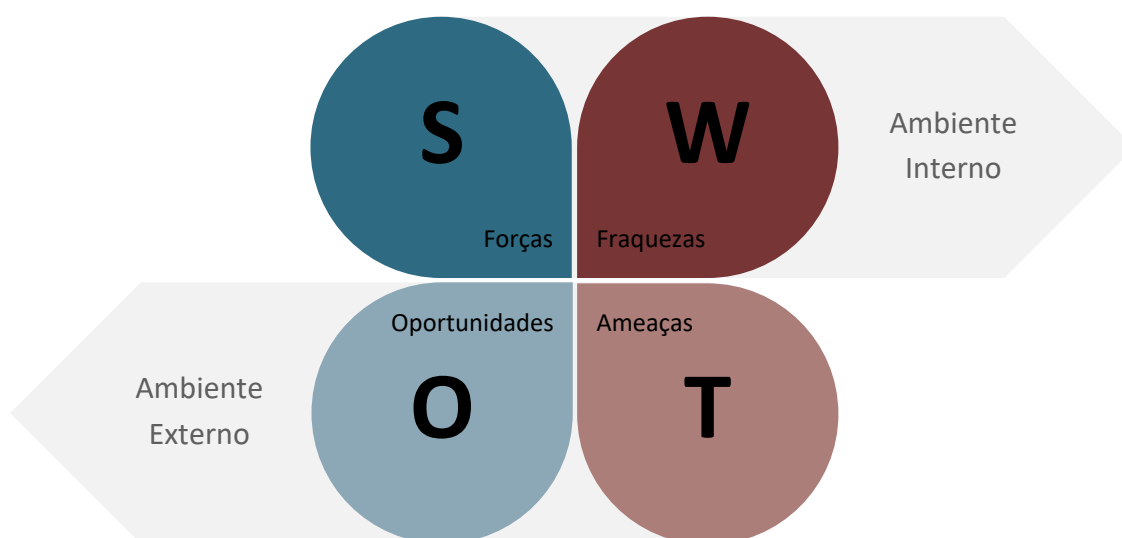
MATRIZ SWOT

A análise SWOT representa uma ferramenta analítica que visa a sistematização de uma base coerente e estruturada de um conjunto de realidades organizadas sob a forma de “oportunidades e ameaças” e de “potencialidades e fragilidades”, sendo frequentemente utilizada na realização de diagnósticos e na avaliação de potenciais. A sigla SWOT deriva do inglês e representa as iniciais das palavras *Strenghts* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças).

A análise SWOT combina duas escalas de análise (Figura 10) essenciais:

- » **Componente endógena do desenvolvimento (ambiente interno):** traduzida em potencialidades (valores próprios positivos do território que contribuem para sua distinção) que deverão ser fomentadas, e fragilidades (valores próprios negativos que determinam a degradação do território) que deverão ser minimizadas.
- » **Contexto territorial externo (ambiente externo):** que se divide entre oportunidades (fatores externos que poderão potenciar as características próprias do território) que deverão ser aproveitadas, e ameaças (fatores externos que poderão contribuir para a desagregação e a degradação da integridade e dos valores existentes) que deverão ser contrariadas.

Figura 10 | Escalas de análise subjacentes à matriz SWOT



No âmbito da Estratégia Local de Habitação para o Município de Braga, à luz das atuais dinâmicas verificadas no território, pretende-se desenvolver uma análise SWOT que traduza as principais conclusões do diagnóstico realizado (Quadro 74) e, deste modo, sustente e fundamente as propostas de programação de soluções habitacionais.

Quadro 74 | Matriz SWOT

S Forças	W Fraquezas	O Oportunidades	T Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Tendência para o aumento populacional, representativa do carácter polarizador do concelho; ◦ Saldo natural positivo, com o número de nascimentos a superar o número de óbitos; ◦ Taxa de natalidade superior à verificada a nível regional e nacional; ◦ Aumento do parque habitacional (alojamentos) concelho; ◦ Forte visibilidade e capacidade atrativa da cidade de Braga em matéria de oferta de serviços, eventos e oferta cultural; ◦ Centro histórico relativamente bem conservado; ◦ Posição geoestratégica do concelho de Braga, como ponto central de núcleos turísticos, possibilitando a atração de uma maior quantidade de indivíduos. ◦ Existência de um vasto conjunto de instrumentos de política municipais de incentivo à reabilitação urbana e de apoio à habitação; ◦ Baixo índice de envelhecimento do edificado concelho quando comparado com o contexto regional e nacional; 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Tendência para o envelhecimento populacional, traduzido pela quebra das classes etárias mais jovens e aumento da população idosa; ◦ Dificuldade acrescida de integração das classes etárias mais jovens (até aos 30 anos) no mercado de trabalho; ◦ Elevada percentagem de edifícios com três ou mais alojamentos inacessíveis à circulação em cadeira de rodas; ◦ Proporção considerável de alojamentos familiares clássicos sem estacionamento; ◦ Índice de sobrelotação significativo, com percentagem considerável de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com três ou mais divisões em falta; ◦ Concentração do edificado e de investimento no centro da cidade e fenómenos de desertificação nas freguesias mais periféricas; ◦ Desajuste entre a evolução dos valores das rendas/m² e vendas/m² e o valor do rendimento médio mensal; 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Posicionamento geoestratégico do Concelho no Norte de Portugal; ◦ Posicionamento estratégico favorável para promover a mediação nas políticas sectoriais de âmbito intermunicipal; ◦ Procura constante de habitação relacionada com a presença de importantes polos de ensino superior; ◦ Presença no território de agentes e instituições de I&D, nomeadamente do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologias, que atrai a fixação de população com altas qualificações; ◦ Possibilidade de articulação de políticas e estratégias e de estabelecimento de sinergias ao nível da Quadrilátero e CIM Cávado; ◦ Reforço das relações de colaboração e estímulo a uma cultura de cooperação entre os agentes locais de habitação (públicos e privados); ◦ Incremento da coordenação entre políticas sectoriais e territoriais, envolvendo os níveis de decisão locais e centrais; 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Crise socioeconómica provocada pela pandemia de Covid-19 e respetivas repercussões na capacidade financeira das famílias para acesso a habitação condigna; ◦ Necessidade de ajustamento da oferta à procura habitacional em contexto de aumento do fluxo imigratório; ◦ Desfasamento entre o rendimento médio mensal e os preços praticados na venda e arrendamento face à elevada procura; ◦ Perspetiva de aumento do desequilíbrio entre os preços do mercado habitacional e os rendimentos das famílias; ◦ Desequilíbrios de dotação de equipamentos com eventuais repercussões na coesão territorial; ◦ Proximidade ao grande polo de atração representado pela cidade do Porto; ◦ Dificuldade de mobilização dos privados e de conciliação dos interesses dos proprietários no âmbito da oferta de arrendamento acessível;

S Forças	W Fraquezas	O Oportunidades	T Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Diversidade arquitetónica e arqueológica; ◦ Baixa proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados; ◦ Utilização predominante de materiais de elevada resistência e durabilidade na estrutura construtiva do edificado; ◦ Parque edificado com natureza predominantemente habitacional; ◦ Elevada capacidade de acolhimento de população residente no parque edificado; ◦ Predomínio de alojamentos familiares clássicos; ◦ Parque edificado ativo, com preeminência de alojamentos familiares de residência habitual; ◦ Valor residual da proporção de alojamentos sem a existência de pelo menos uma infraestrutura básica. 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Marcada discrepância entre as taxas de esforço para aquisição e arrendamento de habitação; ◦ Falta de diversidade e qualidade na oferta do parque habitacional; ◦ Significativa proporção de alojamentos familiares vagos; ◦ Estado de abandono de alguns equipamentos municipais inativos; ◦ Elevado número de habitações devolutas no parque habitacional municipal; ◦ Inexistência de fogos do parque habitacional municipal disponíveis para atribuição no âmbito dos regimes de apoio; ◦ Oferta pública de habitação insuficiente para a procura deste tipo de apoio habitacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Crescente aposta nacional e regional do setor do turismo (de habitação); ◦ Vasta rede de equipamentos existentes em bom estado de conservação e disponíveis para usufruto da população; ◦ Possibilidade de reconversão de alguns equipamentos municipais inativos (e.g. escolas) em habitação de promoção pública; ◦ Potencial de aposta e afirmação de uma estrutura intermodal de circulação; ◦ Tendência de imigração de população residente de diversos continentes e subsequente dinamismo no mercado habitacional; ◦ Vasto conjunto de instrumentos financeiros passíveis de mobilização pelo Município, parceiros sociais e privados, criados no âmbito da atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação; ◦ Fim do atual Quadro Comunitário de Financiamento 2014-2020 e início do novo (Portugal 2030). 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Burocracia (afasta investidores e credibilidade das instituições); ◦ Dificuldades relacionadas com sistema bancário e a desadequação os seus produtos e condições de empréstimo ao investimento em arrendamento habitacional; ◦ Risco de instabilidade das orientações de política nacionais; ◦ Ausência de proteção contra quebra significativa de rendimento disponível.

DIAGNÓSTICO GLOBAL DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS

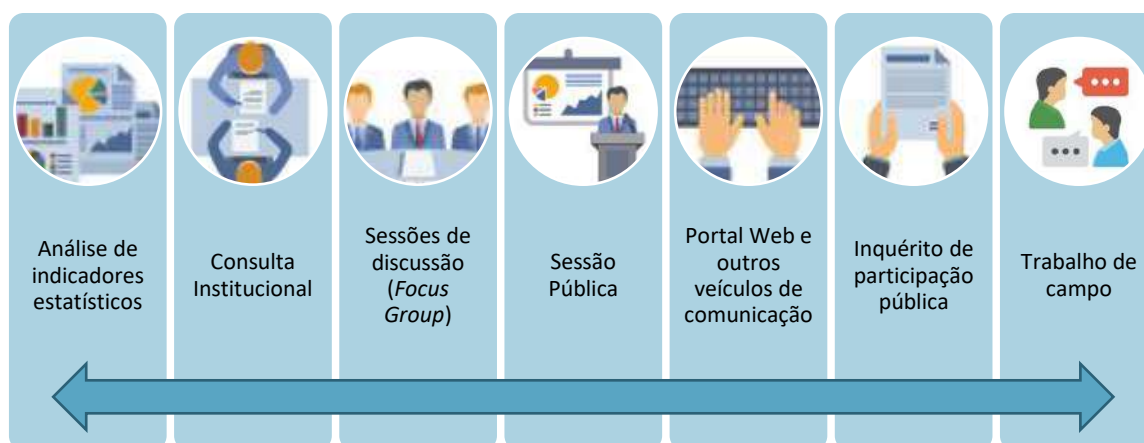
NOTA METODOLÓGICA

O levantamento das necessidades habitacionais (situações de habitação indigna) existentes no concelho de Braga procurou sustentar-se numa abordagem integrada e diversificada, envolvendo um vasto conjunto de atores locais que, enquanto agentes da política de habitação, assumem um papel fundamental, quer no reconhecimento da realidade habitacional do concelho, quer na priorização de soluções e na definição da estratégia municipal.

Assumindo os pressupostos anteriores, aquando do planeamento dos trabalhos foram delineadas um conjunto de ações e identificado o grupo de agentes locais que se entendia relevante envolver no processo, a saber: Juntas / Uniões de Freguesia; Comissão da Assembleia Municipal para Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo; Conselho Estratégico para a Regeneração Urbana de Braga (CERPUB); Conselho Local de Ação Social (CLAS); Rede Social; Arquidiocese de Braga e Paróquias; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; IEFP de Braga; Santa Casa da Misericórdia de Braga; Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga; IPSS do concelho de Braga; Movimento cooperativo; Habitat; Cáritas.

A auscultação dos agentes locais foi realizada com o recurso a um conjunto complementar de meios e ações, com o objetivo de tornar o processo o mais integrado, participativo e corresponsabilizado possível (Figura 11).

Figura 11 | Meios e instrumentos utilizados no processo de levantamento de necessidades e auscultação pública



Para além de um diagnóstico exaustivo e pormenorizado, sustentado na análise de um vasto conjunto de indicadores de natureza estatística (dinâmica demográfica, atividades económicas, parque habitacional, oferta pública de habitação e mercado habitacional), procedeu-se à consulta institucional das entidades / agentes considerados-chave para o processo pela sua proximidade e/ou atividade junto da população. Paralelamente, foram dinamizadas sessões de discussão orientada (*focus group*) para recolha de contributos específicos dessas entidades, bem como realizado um evento público.

Importa salvaguardar que a análise dos indicadores de natureza estatística (dinâmica demográfica, atividades económicas, parque edificado e mercado habitacional) se sustentou nos dados mais atuais disponibilizados pelas entidades da tutela para as escalas de análise desejáveis, nomeadamente ao nível do concelho e das

freguesias. Por esse motivo, parte dos dados reportam-se aos censos de 2011, tendo-se procurado, sempre que possível, complementar a análise com dados mais atuais, nomeadamente decorrentes das estimativas anuais, ainda que pudessem não estar disponíveis à escala da freguesia. Procurou-se também complementar e enriquecer a análise com dados provenientes dos serviços municipais. Em termos de dinâmica demográfica, foi ainda desenvolvido um exercício prospetivo da evolução da população residente.

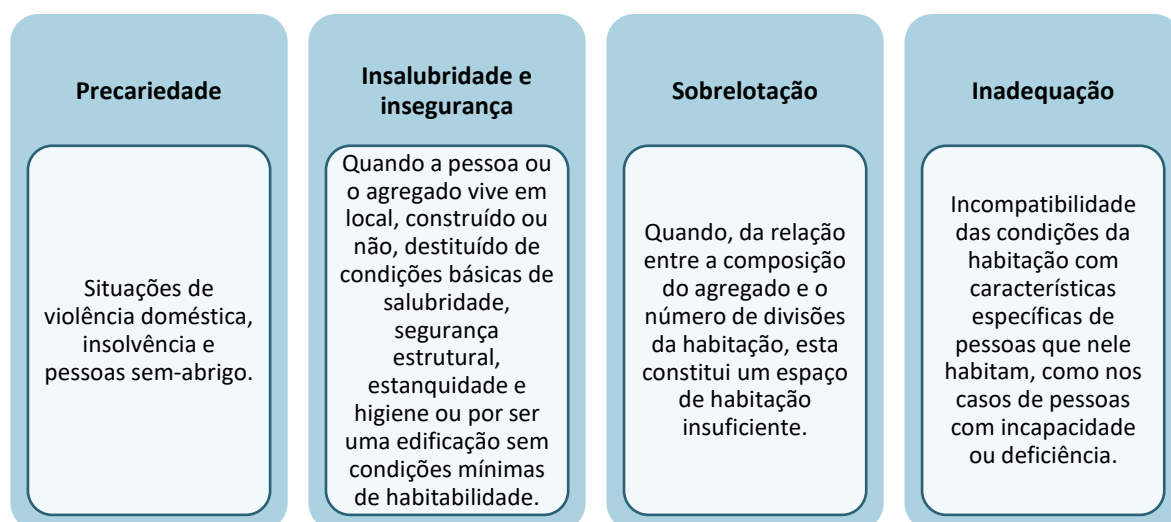
A consulta institucional e as sessões de discussão orientada (*focus group*) junto de entidades e agentes suprarreferidas, decorreu durante o 1.º trimestre de 2020, sendo, portanto essa a data de referência dos dados resultantes desse processo.

Não obstante o conhecimento privilegiado que as entidades consultadas têm junto do território, no sentido de maximizar a abrangência do diagnóstico, foi desenvolvido um inquérito dirigido à população em geral, a partir do qual qualquer cidadão poderia reportar situações de habitação indigna, quer estas se referissem ao próprio agregado, quer se referissem a outras situações do seu conhecimento (i.e. familiares, amigos, vizinhos, etc.). Como apoio à divulgação do inquérito e apelo à participação pública, foi desenvolvido um portal web especificamente direcionado para o processo, produzidos cartazes divulgativos e realizadas comunicações nos meios de comunicação social. Consideraram-se para efeitos de diagnóstico as respostas ao inquérito recebidas entre a sua publicitação (final do ano de 2019) e o final do ano de 2020.

Posteriormente, e para as algumas situações reportadas que suscitavam dúvidas ou onde se verificavam lacunas de informação substanciais, foi realizado trabalho de campo, no sentido de melhor caracterizar e tipificar as necessidades habitacionais em presença. Este trabalho realizou-se durante o mês de junho de 2020.

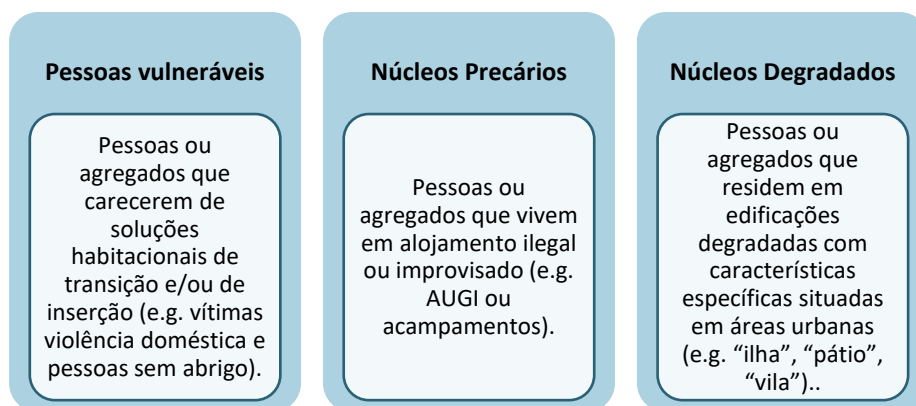
Por fim, procedeu-se à sistematização e tratamento minucioso do conjunto de situações sinalizadas, assumindo-se como referência o enquadramento ao nível das tipologias de habitação indigna preconizadas no Programa 1.º Direito (Figura 12), o reconhecimento da existência de situações específicas (Figura 13) e o agrupamento das situações segundo características comuns predominantes.

Figura 12 | Tipificação de situações de habitação indigna segundo o 1.º Direito



Fonte: Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho.

Figura 13 | Tipificação de situações específicas segundo o 1.º Direito



Fonte: Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho.

Face ao exposto, saliente-se que o quadro de necessidade habitacionais do concelho de Braga resulta dos resultados do conjunto de ações anteriormente descritas.

QUADRO DE NECESSIDADES HABITACIONAIS

O processo de levantamento de necessidades e auscultação pública (diagnóstico) permitiu **estimar o potencial número de agregados com necessidades de apoio à habitação** e passíveis de enquadramento no Programa 1.º Direito, quer integrados numa resposta do Município de Braga (entidade beneficiária), quer enquanto beneficiários diretos. Este trabalho de levantamento de necessidades resultou, assim, na sinalização de 735 situações de habitação indigna, cuja tipificação geral e agrupada é realizada no Quadro 75.

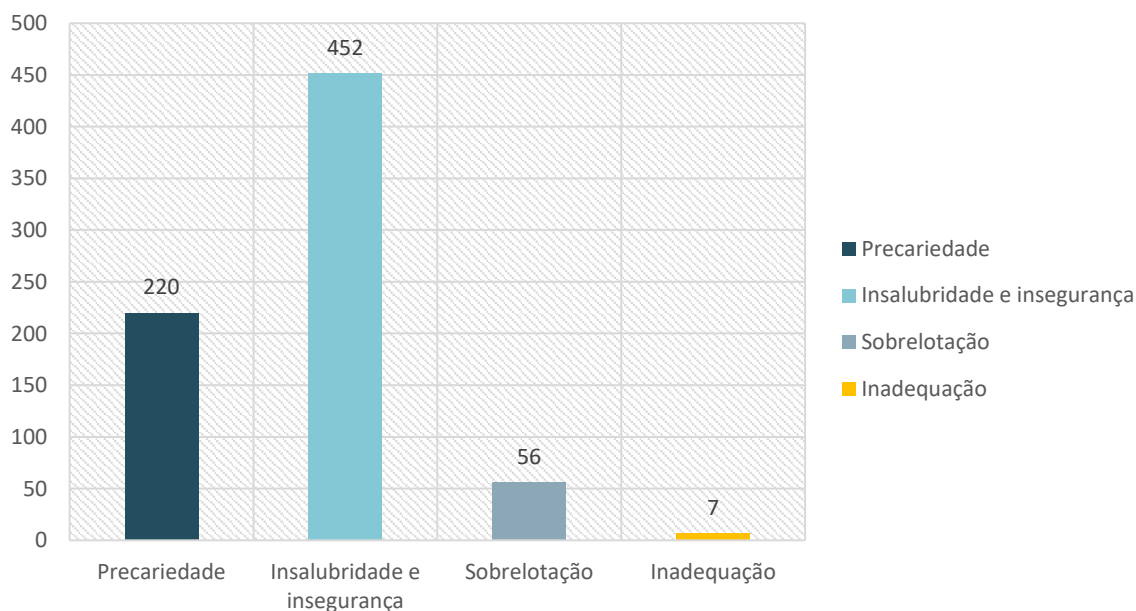
Quadro 75 | Panorama geral das carências habitacionais no concelho de Braga, por condição indigna prevalente e grupo de necessidades habitacionais (2020)

GRUPO DE NECESSIDADES HABITACIONAIS	SITUAÇÕES POR CONDIÇÃO INDIGNA PREVALECENTE (N.º)				
	Precariedade	Insalubridade e insegurança	Sobrelocação	Inadequação	Total
1. Agregados com pedidos de habitação ativos em lista de espera (BragaHabit)	135	15	46	0	196
2. Agregados residentes em habitações integradas em núcleos degradados (Complexo Habitacional do Picoto)	0	47	0	0	47
3. Agregados residentes em habitações públicas com significativo grau de degradação, integrados em conjuntos habitacionais de promoção pública (bairros sociais)	0	170	0	0	170
4. Agregados residentes em habitações públicas com significativo grau de degradação, integrados em conjuntos habitacionais privados	0	118	0	0	118
5. Outras situações de vulnerabilidade social que carecem de resposta habitacional	85	102	10	7	204
5.1 Pessoas vulneráveis (vítimas de violência doméstica, indivíduos sem-abrigo, jovens em processo de autonomização)	69	7	0	0	76

GRUPO DE NECESSIDADES HABITACIONAIS	SITUAÇÕES POR CONDIÇÃO INDIGNA PREVALECENTE (N.º)				
	Precariedade	Insalubridade e insegurança	Sobrelotação	Inadequação	Total
5.2. Agregados residentes em habitação própria e permanente, em condições indignas e não integradas em conjuntos habitacionais de promoção pública	5	55	2	4	66
5.3. Residentes em regime de arrendamento, em habitações em condições indignas, não integrados em conjuntos habitacionais de promoção pública ou do 3º setor	11	40	8	3	62
Total	220	452	56	7	735

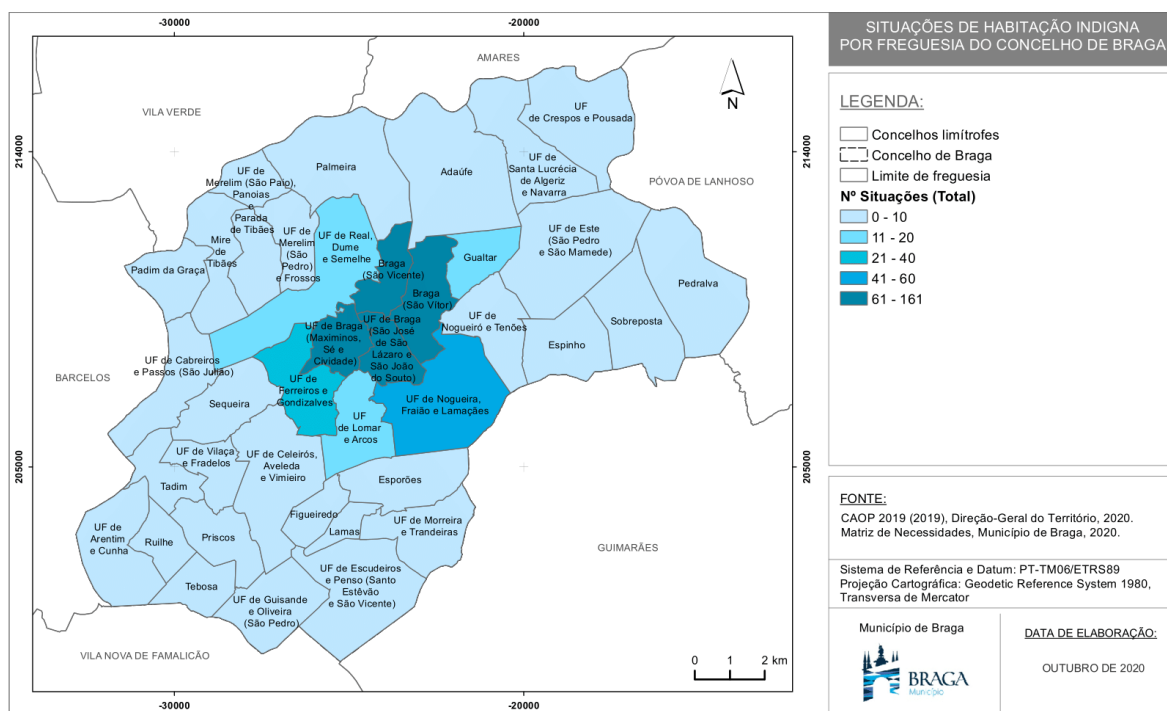
Das 735 situações de habitação indigna sinalizadas no concelho de Braga, prevalecem as referentes a agregados que residem em situações de insalubridade e insegurança (452 agregados), isto é, que residem em fogos sem condições mínimas de habitabilidade ou sem segurança estrutural (Gráfico 88). Seguem-se as situações de precariedade (220 agregados), correspondentes a situações de violência doméstica, insolvência, pessoas sem abrigo e não renovação de contrato de arrendamento (em casos de agregados uni titulados, agregados que integram pessoas com deficiência ou arrendatários com idade superior a 65 anos). Também as situações de sobrelotação têm significativa representatividade no território concelhio, tendo sido identificados 56 agregados nestas circunstâncias. Com menor representatividade no panorama geral de necessidades habitacionais, referem-se as situações de inadequação (7 agregados), decorrentes de incompatibilidade das condições da habitação com características específicas das pessoas que nela habitam.

Gráfico 88 | Número de pessoas ou agregados em condições habitacionais indignas no concelho de Braga, por condição prevalente (2020)



A análise da distribuição das situações de carência habitacional sinalizadas pelas diferentes freguesias do concelho de Braga evidencia uma prevalência deste tipo de necessidades nas freguesias mais centrais, coincidentes, grosso modo, com o Centro Histórico de Braga e com o seu primeiro anel de expansão urbana (Mapa 30). O número de situações tende, portanto, a diminuir nas freguesias mais periféricas do concelho.

Mapa 30 | Número de pessoas ou agregados em condições habitacionais indignas no concelho de Braga (2020)



Seguindo a tendência global verificada no concelho, na generalidade das freguesias, são as condições de insalubridade e insegurança que prevalecem, seguindo-se as situações de precariedades, sobrelotação e, por fim, de inadequação (Quadro 76).

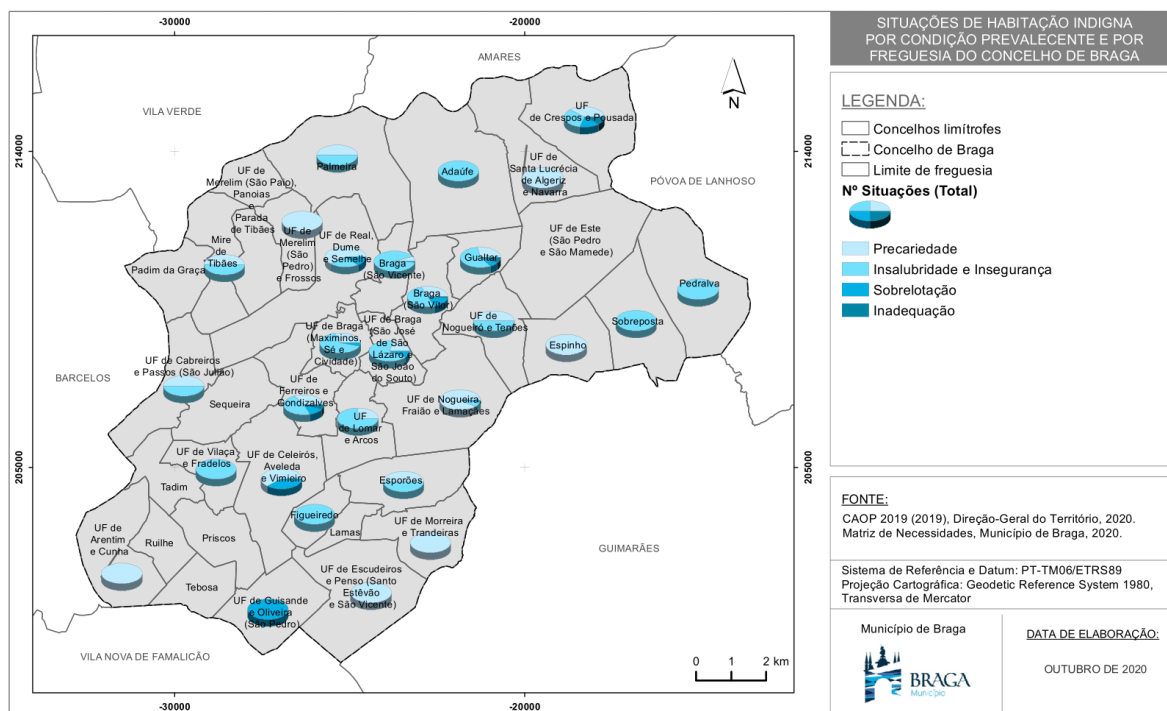
Quadro 76 | Número de pessoas ou agregados em condições habitacionais indignas no concelho de Braga, por freguesia e por condição prevalente (2020)

FREGUESIA	CONDIÇÃO PREVALECENTE			
	Precariedade	Insalubridade e insegurança	Sobrelotação	Inadequação
Adaúfe	0	7	0	0
Braga (São Vicente)	8	133	2	0
Braga (São Vitor)	51	82	27	2
Espinho	2	0	0	0
Esporões	2	2	0	0
Figueiredo	0	2	0	0
Gualtar	4	8	1	1
Lamas	0	0	0	0
Mire de Tibães	1	1	0	0
Padim da Graça	0	0	0	0
Palmeira	1	1	0	0
Pedralva	0	2	0	0
Priscos	0	0	0	0
Ruilhe	0	0	0	0
Sequeira	0	0	0	0
Sobreposta	0	2	0	0
Tadim	0	0	0	0

FREGUESIA	CONDIÇÃO PREVALECENTE			
	Precariedade	Insalubridade e insegurança	Sobrelocação	Inadequação
Tebosa	0	0	0	0
União das freguesias de Arentim e Cunha	1	0	0	0
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	1	1	0	0
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	3	0	2	0
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	4	3	2	1
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	1	0	0	0
União das freguesias de Crespos e Pousada	0	0	0	0
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)	12	16	4	2
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	0	0	1	0
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	3	9	0	0
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	44	90	5	0
União das freguesias de Lomar e Arcos	0	0	0	0
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	1	0	0	0
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	1	0	0	0
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	42	3	1	0
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	3	3	0	0
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	10	5	2	1
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	1	0	0	0
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	24	81	9	0
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	0	1	0	0
Concelho de Braga	220	452	56	7

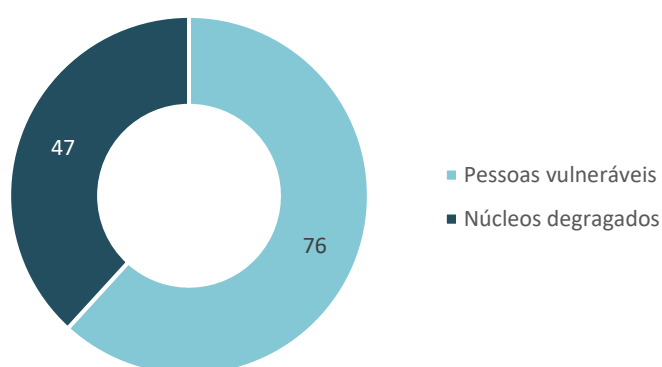
No Mapa 31 é representada espacialmente a distribuição das situações de habitação indigna identificadas, por freguesia do concelho de Braga e por condição prevalente.

Mapa 31 | Situações de habitação indigna sinalizadas, por freguesia do concelho de Braga e por condição prevalente (2020)



No quadro geral de necessidades sinalizadas no território concelhio, e atendendo ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 372018, de 4 de junho, existem situações específicas que se consideram ser indignas, nomeadamente quando se referem a pessoas vulneráveis, núcleos precários e núcleos degradados. Duas destas tipologias específicas de habitação indigna estão presentes no concelho, tendo sido sinalizadas 76 pessoas especialmente vulneráveis e 47 pessoas / agregados residentes em área urbana degradada, correspondendo esta última ao Complexo Habitacional do Picoto (Gráfico 89).

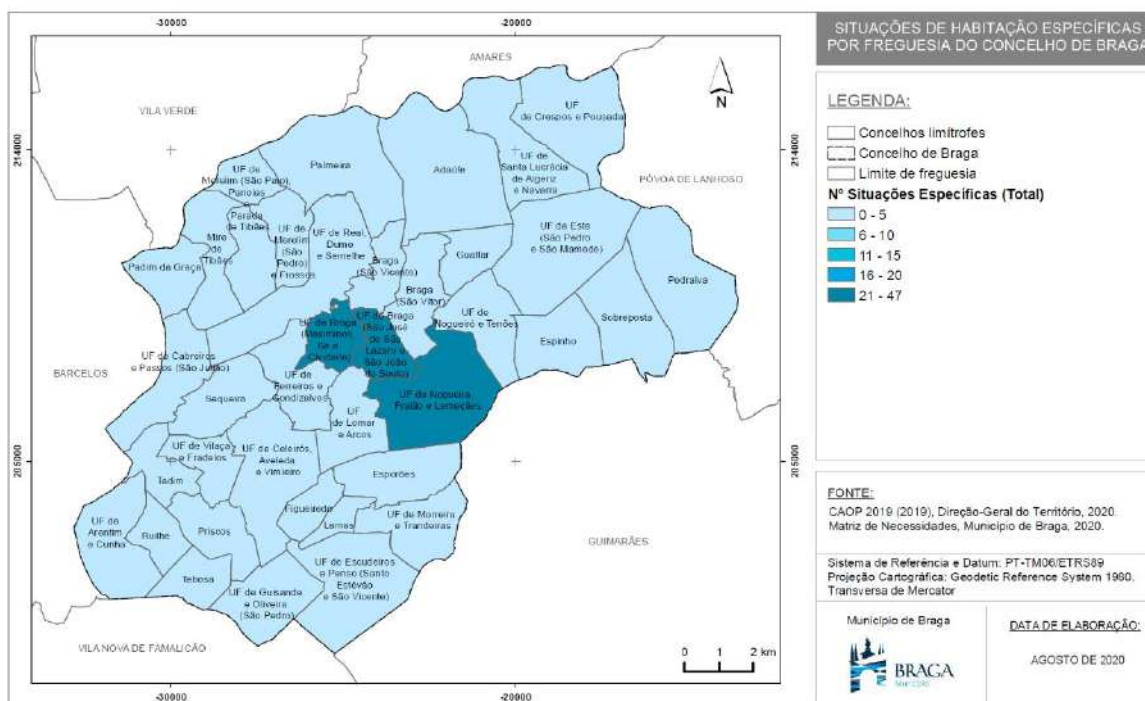
Gráfico 89 | Número de pessoas ou agregados em situações específicas no concelho de Braga, por tipologia (2020)



Numa análise pormenorizada à escala da freguesia, denota-se que estas situações se concentram, sobretudo, na União de freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (47 situações), na União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (41 situações) e na União das freguesias de Maximinos, Sé e Cidade (22 situações) (Mapa 32). Na primeira freguesia, onde se encontra localizado o Complexo Habitacional do Picoto, as situações identificadas reportam-se aos agregados que aí residem. Quanto às duas

outras freguesias supramencionadas, as situações reportadas correspondem a pessoas especialmente vulneráveis.

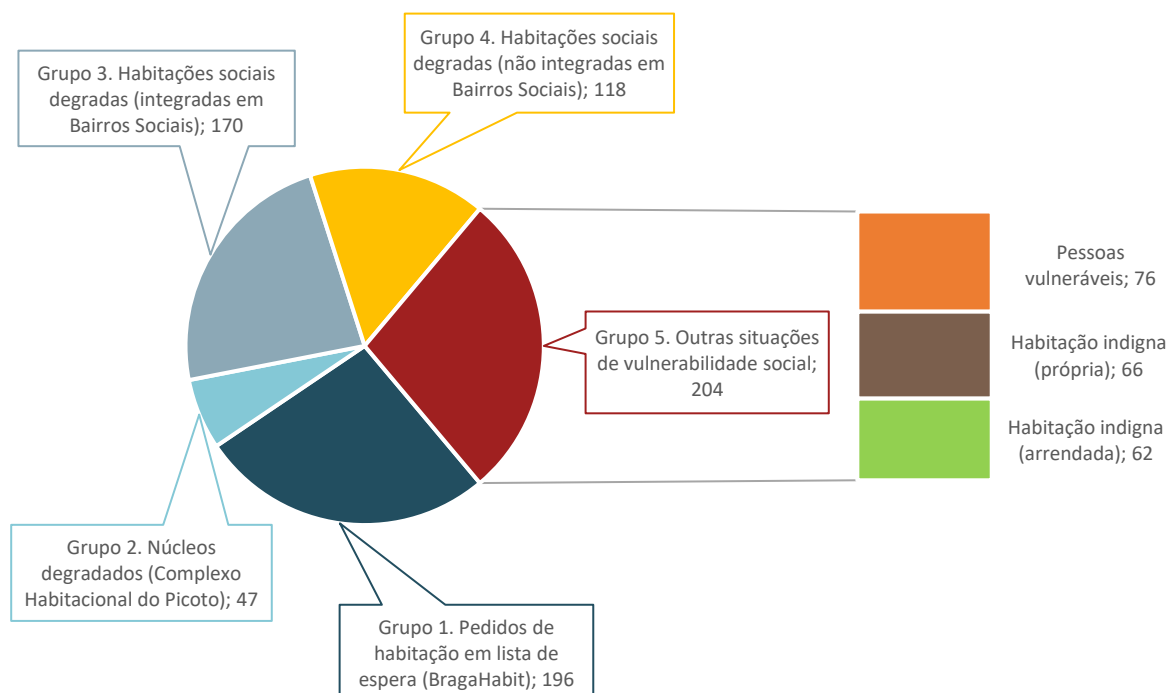
Mapa 32 | Número de pessoas ou agregados em situações específicas no concelho de Braga (2020)



Nas restantes freguesias do concelho, o número de pessoas / agregados em situações específicas indignas é residual ou nulo.

Independentemente do tipo de habitação indigna prevalecente, atendendo às suas características intrínsecas, as 735 situações de carência habitacional diagnosticadas foram reunidas em diferentes grupos, num total de cinco, conforme representado no Gráfico 90.

Gráfico 90 | Número de pessoas ou agregados em condições habitacionais indignas no concelho de Braga, por grupo de necessidades habitacionais (2020)



Nos pontos seguintes apresentam-se com maior detalhe cada um dos grupos acima representados, com a respetiva quantificação e caracterização das situações sinalizadas.

Grupo 1: Agregados com pedidos de habitação ativos em lista de espera (BragaHabit)

Este primeiro grupo enquadra os pedidos de apoio habitacional endereçados à BRAGAHABIT que se encontravam em lista de espera, à data de referência do respetivo diagnóstico (primeiro trimestre de 2020), devido à capacidade limitada de resposta por parte desta entidade face ao elevado número de pedidos que dão entrada e são avaliados pela equipa.

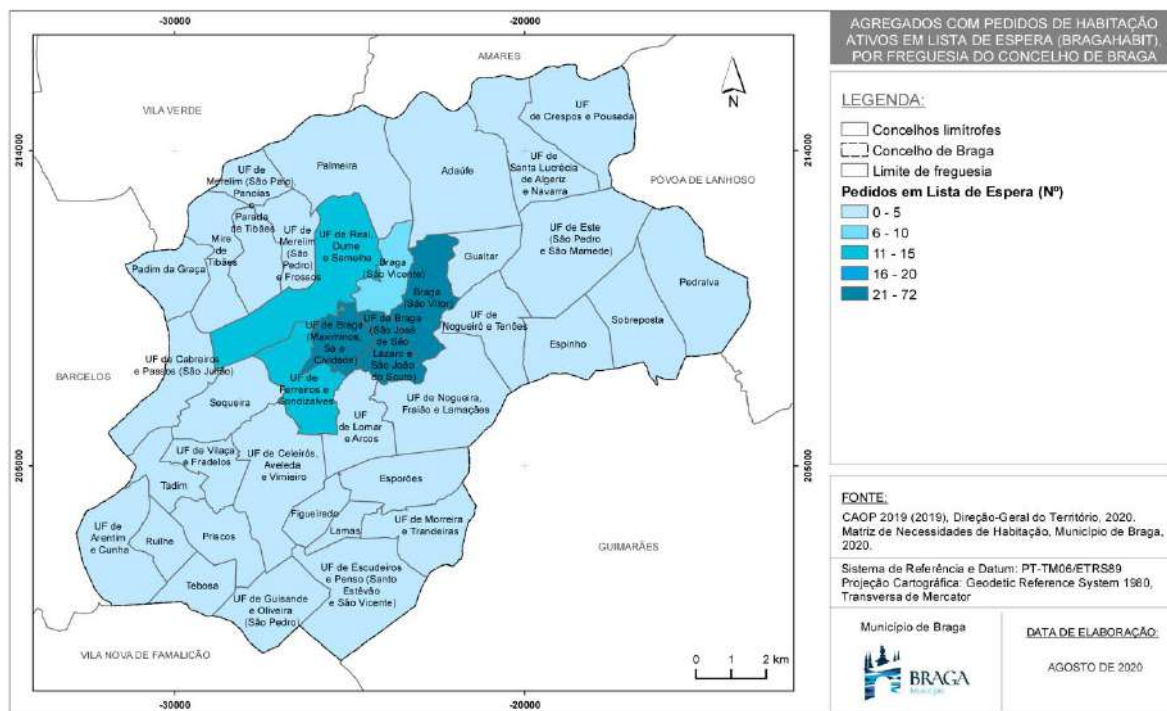
No total, são 196 os agregados com pedidos de apoio habitacional em lista de espera na BragaHabit, correspondendo a 26,70% do total de necessidades habitacionais sinalizadas no concelho.

A dimensão média dos agregados é de 2,90 pessoas, com a maioria a apresentar dependentes, numa proporção média de 1,38 dependentes por agregado.

No que respeita aos rendimentos auferidos pelos agregados familiares, apurou-se que o rendimento médio dos agregados se situa nos 451,21€. Parte destes candidatos a apoio habitacional residem atualmente em habitação em regime de arrendamento, cujas rendas, em média, se situam nos 234,40€.

A distribuição espacial dos agregados com pedidos de habitação ativos em lista de espera na BragaHabit pelas diferentes freguesias do concelho de Braga é apresentada no Mapa 33.

Mapa 33 | Agregados com pedidos de habitação ativos em lista de espera (BragaHabit), por freguesia do concelho de Braga (2020)



Importa referir que neste grupo prevalecem as situações de habitação indigna do tipo precariedade (68,88%; 135 agregados), seguindo-se as situações de sobrelotação (23,47%; 46 agregados) e, por fim, as situações de insalubridade e insegurança (7,65%; 15 agregados). Não foram identificados agregados cuja condição prevalecente fosse a inadequação.

Grupo 2: Agregados residentes em habitações integradas em núcleos degradados (Complexo Habitacional do Picoto)

O segundo grupo abrange os agregados que residem em habitações integradas no Complexo Habitacional do Picoto, aqui entendido como núcleo degradado, na medida em que corresponde a uma “*área urbana degradada cujas edificações, pelas suas características específicas de vetustez, organização espacial e construção ou risco, constitui núcleo habitacional com uma identidade própria e diferenciada no espaço urbano*”.

Este grupo integra 47 agregados em situação de habitação indigna, o equivalente a 6,39% do total de situações identificadas no território concelhio.

A dimensão média dos agregados é de 3,55 pessoas, com a maioria a apresentar dependentes, numa proporção média de 1,55 dependentes por agregado.

No que respeita aos rendimentos auferidos pelos agregados familiares, apurou-se que o rendimento médio das famílias se situa nos 437,91€. Usufruindo os agregados inseridos neste grupo do regime de arrendamento apoiado, as rendas fixam-se em valores entre os 20€ e os 22€.

Todos os agregados enquadrados neste grupo apresentam como condição indigna prevalecente a insalubridade e insegurança e têm incidência espacial no Complexo Habitacional do Picoto (União de freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto).

Grupo 3: Agregados residentes em habitações públicas com significativo grau de degradação, integrados em conjuntos habitacionais de promoção pública (bairros sociais)

Compõem o terceiro grupo os agregados que residem em habitações públicas integradas conjuntos habitacionais de promoção pública (Bairros Sociais), em condições consideradas indignas, fruto do fraco estado de conservação dos fogos habitacionais. Tratam-se, portanto, na sua totalidade, de agregados que residem de forma permanente em situação de insalubridade e insegurança.

Neste grupo contabilizam-se 170 agregados, perfazendo 23,13% do total das carências habitacionais identificadas no concelho.

Os agregados aqui enquadrados apresentam uma dimensão média de 2,58 pessoas, prevalecendo as situações de inexistência de dependentes. A proporção de dependentes foi estimada em 0,74 dependentes por agregado.

No que respeita à caracterização socioeconómica, o rendimento médio dos agregados ronda os 655,0€, enquanto as rendas médias, ao abrigo do regime de arrendamento apoiado, se ficam pelos 66,21€.

As 170 situações de carência habitacional que integram este grupo distribuem-se pelas freguesias de São Vicente (127 agregados do Bairro Social das Andorinhas) e de São Victor (23 agregados do Bairro Social das Enguardas e 20 agregados do Bairro Social de Santa Tecla).

Grupo 4: Agregados residentes em habitações públicas com significativo grau de degradação, integrados em conjuntos habitacionais privados

À semelhança do grupo anterior, também o quarto grupo é composto exclusivamente por agregados que residem de forma permanente em situação de insalubridade e insegurança. No entanto, este grupo reporta-se a agregados que residem em habitações públicas não integradas em conjuntos habitacionais de promoção pública, isto é, que residem em habitações sociais dispersas pelo território concelhio.

Globalmente, são 118 os agregados que residem nas circunstâncias anteriormente descritas, o equivalente a 16,05% das necessidades habitacionais do território bracarense.

A distribuição espacial dos agregados residentes em habitações públicas com significativo grau de degradação, integrados em conjuntos habitacionais privados, é apresentada no Mapa 34.

AGREGADOS RESIDENTES EM HABITAÇÕES PÚBLICAS COM SIGNIFICATIVO GRAU DE DEGRADAÇÃO INTEGRADOS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS PRIVADOS POR FREGUESIA DO CONCELHO DE BRAGA

LEGENDA:

- Concelhos limítrofes
- Concelho de Braga
- Limite de freguesia

Agregados (Nº)

- 0 - 2
- 3 - 4
- 5 - 6
- 7 - 8
- 9 - 58

FONTE:
CAOP 2019 (2019). Direção-Geral do Território, 2020.
Matriz de Necessidades de Habitação, Município de Braga, 2020.

Sistema de Referência e Datum: PT-TM06/ETRS89
Projeção Cartográfica: Geodetic Reference System 1980, Transversa de Mercator

Município de Braga

DATA DE ELABORAÇÃO:
AGOSTO DE 2020

No que respeita aos aspetos socioeconómicos destes agregados, note-se que, em média, o rendimento médio destas famílias se situa nos 578,78€, enquanto as rendas, embora significativamente discrepantes, apresentam valores médios de 69,08€, apurados pelo regime de arrendamento apoiado.

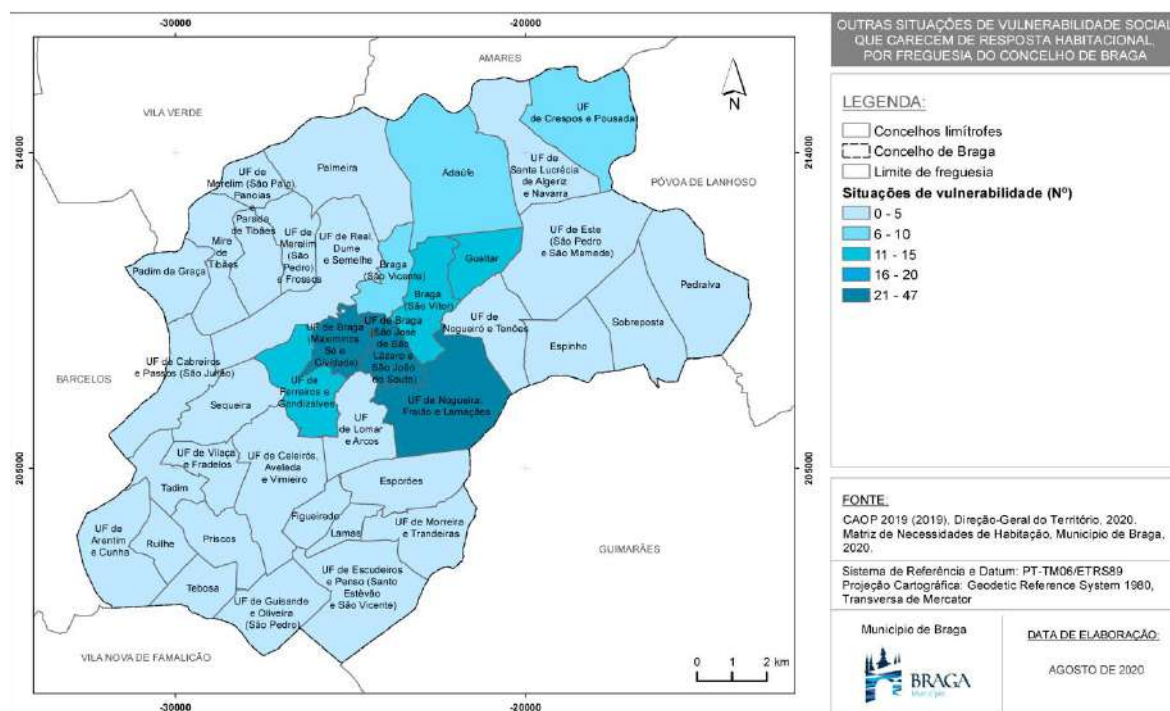
O quinto grupo integra as situações de habitação indigna que não têm enquadramento em nenhum dos anteriores, isto é, situação de habitação indigna que, não constando nas listas de espera para apoios habitacionais pela BRAGAHABIT ou não estando integradas em habitações sociais, foram sinalizadas pelo grupo de agentes locais auscultado no processo, com destaque para as equipas dos Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), o Instituto de Segurança Social, I.P. e as Juntas de Freguesia. Note-se que, beneficiando de especial proximidade e de um conhecimento privilegiado da população que por elas é servida, estas entidades identificaram situações que não são acompanhadas pela BRAGAHABIT e que, portanto, estão à margem dos apoios, vivendo efetivamente em condições habitacionais indignas.

Este grupo, de âmbito mais alargado, reúne o maior número de situações de habitação indigna, contabilizando 204 situações, o equivalente a 27.76% do total de necessidades sinalizadas no concelho.

Em termos de tipologias, prevalecem as situações de habitação indigna do tipo insalubridade e insegurança (50,00%; 102 agregados), seguindo-se as situações de precariedade (41,67%; 85 agregados) e, com representatividade residual, as situações de sobrelotação (4,90%; 10 agregados) e de inadequação (3,43%; 7 agregados).

A distribuição espacial das situações de vulnerabilidade social que carecem de resposta habitacional, enquadradas no presente grupo, é apresentada no Mapa 35.

Mapa 35 | Outras situações de vulnerabilidade social que carecem de resposta habitacional, por freguesia do concelho de Braga (2020)



Constituindo este um grupo mais vasto no que há natureza das situações nele enquadradas diz respeito, identificaram-se três subgrupos distintos, que a seguir se caracterizam.

SUBGRUPO 5.1 PESSOAS VULNERÁVEIS (VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, INDIVÍDUOS SEM-ABRIGO, JOVENS EM PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO)

Este subgrupo integra as situações de vulnerabilidade social que correspondem a situações específicas, nomeadamente pessoas vulneráveis (vítimas de violência doméstica, sem-abrigo, jovens em processo de autonomização, etc). Tratam-se, fundamentalmente, de necessidades habitacionais reportadas pelas equipas dos SAAS e, portanto, de pessoas ou agregados que beneficiam de acompanhamento social.

Este subgrupo agrega um total de 76 situações de habitação indigna, sendo que em 69 prevalece a situação de precariedade e nas restantes sete, prevalece a situação de insalubridade e insegurança.

As situações reportadas distribuem-se por dez freguesias do concelho de Braga, com destaque para a União de freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (41 situações) e a União de freguesias de Maximinos, Sé e Cidade (22 situações), onde se concentram o maior número de casos.

Importa mencionar que as situações de habitação indigna aqui agrupadas se referem, fundamentalmente, a pessoas isoladas e cujos rendimentos, quando existentes, tendem a corresponder ao Rendimento Social de Inserção (189,66€).

SUBGRUPO 5.2. AGREGADOS RESIDENTES EM HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, EM CONDIÇÕES INDIGNAS E NÃO INTEGRADAS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DE PROMOÇÃO PÚBLICA

Incorporam este subgrupo os agregados que residem em habitação própria e permanente, em condições indignas. Em termos gerais, correspondem a situações reportadas pelas Juntas de Freguesia, pelos próprios cidadãos e pelas equipas dos SAAS.

Em termos globais, contabilizam-se 66 situações de habitação indigna neste subgrupo, prevalecendo as situações de insalubridade e insegurança (83,33%; 55 agregados), seguidas da precariedade (7,58%; 5 agregados), inadequação (6,06%; 4 agregados) e, por fim, sobrelotação (3,03%; 2 agregados).

As situações em causa distribuem-se por 16 freguesias do concelho, adquirindo particular representatividade na União de freguesias de Maximinos, Sé e Cividade (21 agregados), em Adaúfe (7 agregados), na União de freguesias de Crespos e Pousada (7 agregados) e em União de freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto (6 agregados) e em Gualtar (6 agregados). Nas restantes freguesias, o número de agregados nestas circunstâncias é igual ou inferior a três.

A dimensão média dos agregados foi estimada em 2,69 pessoas por agregado, com uma proporção média de 0,95 dependentes.

Ainda que para parte das situações não se disponha de informação que sustente uma caracterização socioeconómica mais detalhada, os dados existentes permitiram determinar um rendimento médio destes agregados de 477,21€.

SUBGRUPO 5.3. RESIDENTES EM REGIME DE ARRENDAMENTO, EM HABITAÇÕES EM CONDIÇÕES INDIGNAS, NÃO INTEGRADOS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DE PROMOÇÃO PÚBLICA OU DO 3º SETOR

Este subgrupo é composto pelos agregados que residem em habitação arrendada, grande parte dos quais sem contrato de arrendamento, em condições indignas. Tal como sucedeu com o grupo anterior, também neste as necessidades habitacionais foram sinalizadas pelas Juntas de Freguesia, pelos próprios cidadãos e pelas equipas dos SAAS.

São 62 as situações enquadradas neste subgrupo, nas quais prevalecem condições de insalubridade e insegurança (64,52%; 40 agregados), seguidas de situações de precariedade (17,74%; 11 agregados), sobrelotação (12,90%; 8 agregados) e inadequação (4,84%; 3 agregados).

As situações sinalizadas distribuem-se por 13 freguesias do concelho de Braga, verificando-se os números mais expressivos na União de freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto (21 agregados), em São Victor (10 agregados), em Gualtar (8 agregados) e na União de freguesias de Ferreiros e Gondizalves (6 agregados). Nas restantes freguesias, contabilizam-se cinco ou menos agregados nestas circunstâncias.

Os agregados familiares apresentam uma dimensão média de 2,05 pessoas. Adquirindo as pessoas que vivem isoladas uma maior representatividade neste subgrupo, a proporção de dependentes fica-se pelos 0,42 dependente por agregado.

No que subjaz aos aspetos socioeconómicos, foi apurado um rendimento médio global por agregado de 339,86€ e uma renda média de 124,13€.

Outras situações de carência habitacional

Para além dos grupos de necessidades anteriormente caracterizados, e que constituem o enfoque nuclear de atuação da Estratégia Local de Habitação, foram ainda identificadas no território concelhio um conjunto de outras situações de carência habitacional, resultantes da análise dos indicadores de natureza estatística no contexto do diagnóstico, em particular os associados às condições de habitabilidade da população residente e ao estado de conservação do edificado habitacional. Tais situações decorrem, portanto, do cruzamento prospetivo de um conjunto de indicadores de diagnóstico, reportando-se à data de referência dos dados que estão subjacentes à análise de cada indicador (maioritariamente o último momento censitário – ano de 2011).

Face ao exposto, as situações de carência habitacional que aqui se enquadram correspondem a um grupo mais genérico, sem possibilidade de associação a um agregado em específico. Não obstante, salvaguarde-se a possibilidade de algumas destas situações poderem já constar identificadas nos grupos específicos descritos nos pontos anteriores, na medida em que poderão ter sido reportadas, quer pelos agentes locais auscultados, quer pelos cidadãos através do inquérito de participação pública.

Como outras situações de carência habitacional consideram-se então, fundamentalmente, as seguintes:

- ▶▶ **Situações de sobrelotação dos alojamentos familiares – 6348 alojamentos** (1 divisão em falta – 5141 alojamentos; 2 divisões em falta – 998 alojamentos; e 3 ou mais divisões em falta – 209 alojamentos)
- ▶▶ **Alojamentos sem infraestruturas básicas – 32 alojamentos;**
- ▶▶ **Alojamentos não clássicos – 28 alojamentos;**
- ▶▶ **Edificado muito degradado – 464 edifícios.**

Ainda que se tratando este de um grupo de necessidades mais vasto, a sua consideração na delineação e programação da política e estratégia local de habitação revela-se essencial.

POLÍTICA LOCAL DE HABITAÇÃO

A **ambição política e estratégica do município**, em matéria de habitação, procura **abranger um vasto conjunto de instrumentos formais previstos na NGPH**, mas também **instrumentos regulamentares e programas de iniciativa e âmbito municipal**. Esse quadro estratégico mais amplo será devidamente traduzido num instrumento pragmático e integrador, de âmbito municipal, em articulação com as linhas de política local complementares (planeamento e ordenamento territorial, reabilitação urbana, sustentabilidade, inclusão social, integração de comunidades desfavorecidas e atratividade).

Não obstante esse cômputo estratégico mais amplo, o presente documento, que consubstancia a ELH do concelho de Braga, **cumprir um papel prioritário de responder a conjunto de situações de grave carência habitacional** identificadas no território concelhio, nomeadamente às pessoas que vivem em situações indignas e que não dispõem de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional adequada.

A estratégia habitacional do concelho de Braga, assim como a política que lhe estará inerente, assumirá o **desígnio de constituir um instrumento participado, dinâmico e integrado**, assente num compromisso de corresponsabilização da autarquia, dos parceiros sociais e de todos os cidadãos. A estratégia deverá confluir para o alcance do “futuro desejado” em matéria habitacional, mobilizando os apoios e incentivos legais previstos na NGPH e integrando, de forma sustentável, as realidades emergentes no território.

Com base nas conclusões do diagnóstico realizado e, em particular do quadro de necessidades habitacionais, proceder-se-á, no presente capítulo, à definição da missão e visão estratégicas subjacentes à política local de habitação. Seguir-se-á uma apresentação das soluções preconizadas para dar resposta às necessidades habitacionais sinalizadas no diagnóstico, o estabelecimento de prioridade de intervenção no âmbito do quadro de necessidades e, finalmente, um exercício de espacialização das soluções propostas.

MISSÃO E VISÃO ESTRATÉGICAS

Como reconhecimento e extensão devida ao direito constitucionalmente consagrado à habitação, constitui missão da Política Local de Habitação do concelho de Braga:

“*Garantir que todos os cidadãos residentes em Braga tenham acesso, para si e para a sua família, a uma habitação condigna, em condições de higiene, conforto e privacidade adequadas e a preços ajustados às suas possibilidades*”

A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego. Partindo deste pressuposto, no âmbito da Lei de Bases da Habitação, é estabelecido que *“todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade,*

religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde” (artigo 2.º da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro).

A promoção e defesa da habitação devem ser prosseguidas através de políticas públicas, bem como de iniciativa privada, cooperativa e social, subordinadas ao interesse geral.

Comprometido com os pressupostos supramencionados, o Município de Braga assume como missão a garantia da universalidade do direito à habitação no respetivo território, de forma a que todos os residentes tenham acesso a uma habitação condigna e a preços ajustados às suas possibilidades.

Numa lógica de concertação com a missão definida, bem como com os princípios gerais preconizados no artigo 3.º da Lei de Bases da Habitação, a política local de habitação de Braga assume como visão estratégica:

“Braga, território comprometido com a efetivação do direito à habitação, onde todos têm acesso a uma habitação condigna e a preços ajustados às suas possibilidades”

Esta visão estratégica comunga do compromisso assumido pelo município em prol da universalidade e equidade no acesso à habitação, do reforço da coesão territorial, da promoção da proximidade e da participação do cidadão e do reforço da cooperação com os parceiros sociais e outros agentes locais.

Considerando o exposto, o Município procura desenvolver a sua atuação de forma transversal e coordenada, interagindo e integrando os vários agentes da política local de habitação, de modo a tornar Braga um território onde haja acesso à habitação por parte de toda a população, equilíbrio entre os vários segmentos de ofertas habitacionais, qualificação do edificado, integração das comunidades menos favorecidas e coesão socioterritorial.

É também por isso, e por assumir a visão de *“Braga, território comprometido com a efetivação do direito à habitação, onde todos têm acesso a uma habitação condigna e a preços ajustados às suas possibilidades”* que a autarquia tem pautado o processo de delineação da estratégia local de habitação por uma metodologia colaborativa e aberta à participação de todos.

Esta visão estratégica representa, assim, a grande meta orientadora da atuação municipal em matéria habitacional e, particularmente, das soluções habitacionais que vierem a ser apontadas para o horizonte de implementação da ELH de Braga.

A concretização da missão e da visão estratégicas implicará a programação e execução de uma política de habitação coerente e conforme com os objetivos e as medidas definidas nos instrumentos de gestão do território em vigor no concelho e articulada com as políticas setoriais, nomeadamente ao nível da localização das atividades económicas, do emprego, das acessibilidades e dos transportes. Desta forma, procurar-se-á garantir uma atuação integrada, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território bracarense.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos da política local de habitação têm como principal desígnio concorrer para o alcance da visão estratégica anteriormente definida, na medida em que esta representa o futuro ambicionado para o território concelhio em matéria habitacional.

Em conformidade com a abordagem aos pontos anteriores, depreende-se a existência de um esquema conceptual geral inerente ao processo de planeamento estratégico, o qual parte da definição da missão e da visão estratégicas, que sustenta o estabelecimento de objetivos estratégicos e culmina com a definição de medidas de intervenção (Figura 14).

Figura 14 | Esquema conceptual estratégico



Para a concretização da missão e visão estratégicas, e em consonância com os objetivos nucleares da NGPH, foram definidos **três objetivos estratégicos**, que alicerçam respetivamente um conjunto de medidas de intervenção (Quadro 77).

Quadro 77 | Objetivos estratégicos e medidas de intervenção da política local de habitação

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MEDIDAS
I - Assegurar o acesso a uma habitação condigna, com particular apoio a quem mais precisa	I.1. Qualificar o parque habitacional municipal, ajustando a oferta qualitativa e quantitativamente às necessidades existentes
	I.2. Apoiar e acompanhar o acesso dos beneficiários ao Programa 1º Direito
	I.3. Assegurar uma bolsa habitacional de prevenção para situações de emergência, possibilitando o alojamento temporário em situações de risco (soluções de transição e inserção)
II - Garantir o acesso à habitação, em particular aos que não têm resposta por via do mercado	II.1. Apoiar a autopromoção de habitação
	II.2. Dinamizar o mercado de arrendamento, incentivando a participação pública e privada da oferta de arrendamento acessível
III - Promover uma política habitacional coesa, colaborativa, participada e próxima dos cidadãos	III.1. Estabelecer nos IGT de âmbito municipal medidas de discriminação positiva e regras de cedência de solos ou fogos para fins de habitação social, arrendamento acessível e/ou de custos controlados
	III.2. Prever soluções regulamentares específicas para o incentivo da reabilitação e reconversão do parque edificado
	III.3. Garantir uma estrutura municipal de orientação, esclarecimento e apoio dos cidadãos em matéria de habitação e reabilitação urbana, incentivos e instrumentos mobilizáveis

Nos pontos seguintes procede-se a uma breve descrição de cada objetivo e das medidas estratégicas que lhe estão inerentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO I – ASSEGURAR O ACESSO A UMA HABITAÇÃO CONDIGNA, COM PARTICULAR APOIO À QUEM MAIS PRECISA

O primeiro objetivo estratégico pressupõe a resolução das situações de grave carência habitacional existentes no território bracarense, correspondentes às pessoas que não dispõem de uma habitação adequada, residindo de forma permanente em situação indigna (precariedade, insalubridade e insegurança, sobrelotação ou inadequação), e que se encontram em situação de carência financeira.

Medida 1.1 – Qualificar o parque habitacional, ajustando a oferta qualitativa e quantitativamente às necessidades existentes

O quadro de necessidades habitacionais resultante do diagnóstico desenvolvido apontou um vasto conjunto de situações de habitação indigna, impondo-se a necessidade de dar resposta a tais situações, mediante a implementação de soluções habitacionais ajustadas.

A resposta ao conjunto de situações em causa, assumindo-se como desafio ambicioso para a autarquia, exigirá a mobilização de recursos e capacidades municipais de promoção direta, de atuação em parceria com outras entidades e de intervenção no mercado de arrendamento.

A ação concertada a levar a cabo culminará na qualificação e valorização do parque habitacional público, promovendo a melhoria das condições de habitabilidade dos alojamentos, a qualidade estrutural dos edifícios, o conforto, a eficiência energética (sustentabilidade) e as condições de acessibilidade universal. Incluirá, complementarmente, a ampliação do parque habitacional de promoção pública, mediante soluções de aquisição de habitações para arrendamento e/ou arrendamento para subarrendamento.

Medida 1.2 – Apoiar e acompanhar o acesso dos beneficiários ao Programa 1.º Direito

A presente medida assenta na difusão da informação, de organização, orientação e acompanhamento da intervenção dos beneficiários diretos ao Programa 1.º Direito, por parte do Município de Braga.

Conforme definição prevista no Programa 1.º Direito, a autopromoção consiste na promoção pelo próprio agregado elegível, através de empreitada contratada diretamente pelo mesmo, da reabilitação ou construção de prédio unifamiliar destinado a proporcionar-lhe uma habitação adequada. Esta é, portanto, uma das soluções habitacionais previstas no supracitado Programa, sendo identificado como requisito que a construção seja promovida com projeto previamente aprovado e seja acompanhada por técnico especializado.

Esta medida afigura-se relevante para o território concelhio, enquadrando um dos subgrupos de necessidades habitacionais resultantes do diagnóstico, nomeadamente os agregados residentes em habitação própria e permanente, em condições indignas e não integradas em conjuntos habitacionais de promoção pública.

Medida I.3 – Assegurar uma bolsa habitacional de prevenção para situações de emergência, possibilitando o alojamento temporário em situações de risco (soluções de transição e inserção)

O pressuposto de garantia de uma boa gestão do parque habitacional público concorre para a existência de uma bolsa dinâmica de alojamentos capaz de dar resposta às necessidades mais graves e urgentes de uma forma célere, eficaz e justa. Neste contexto, assumem particular enfoque as soluções habitacionais de emergência, de transição ou de inserção, capazes de responder a situações de risco eminentes, de que constituem exemplos as vítimas de violência doméstica, os indivíduos sem-abrigo e os jovens em processo de autonomização. Também aqui se inclui a resposta para situações excecionais decorrentes de catástrofes ou desastres naturais.

Existindo este tipo de resposta no território concelhio, importará assegurar a sua continuidade, mas também extensão da respetiva dimensão em termos de capacidade de absorção.

A operacionalização desta medida implica, naturalmente, a estreita articulação e cooperação com as entidades envolvidas na resposta a tais situações, como sejam os agentes de proteção civil e a Rede Social do território concelhio.

OBJETIVO ESTRATÉGICO II – GARANTIR O ACESSO À HABITAÇÃO, EM PARTICULAR AOS QUE NÃO TÊM RESPOSTA POR VIA DO MERCADO

O segundo objetivo estratégico ambiciona contribuir para a efetivação do acesso de todos os bracaraenses a uma habitação adequada, incluindo os agregados familiares de rendimentos intermédios que não consegue aceder a uma habitação adequada no mercado, sem que tal implique uma sobrecarga excessiva sobre o seu orçamento familiar – seja porque residem em zonas sujeitas a uma forte pressão da procura e, portanto, com preços médios mais elevados, seja porque estão expostos a situações laborais precárias com fortes variações dos rendimentos ou ainda porque a composição do agregado levanta necessidades especiais em termos da dimensão e características dos alojamentos.

Medida II.1 – Apoiar a autopromoção de habitação

Conforme já explanado anteriormente, a autopromoção consiste na promoção pelo próprio agregado, através de empreitada contratada diretamente pelo mesmo, da reabilitação ou construção de prédio unifamiliar destinado a proporcionar-lhe uma habitação adequada.

Em complemento e articulação com a “Medida I.2 – Apoiar e acompanhar o acesso dos beneficiários ao Programa 1.º Direito”, a presente medida prevê o estudo e criação de incentivos específicos para a promoção da modalidade da autopromoção de habitação, quer decorrentes de instrumentos de natureza fiscal e financeira e políticas de iniciativa municipal, quer do estabelecimento de parcerias com agentes locais.

Medida II.2 – Dinamizar o mercado de arrendamento, incentivando a participação pública e privada da oferta de arrendamento acessível

A presente medida visa o incentivo das entidades locais públicas e privadas à oferta de arrendamento acessível, nomeadamente mediante a mobilização dos vários instrumentos de política / financeiros adotados no âmbito da NGPH. Pretende-se, por conseguinte, incentivar uma oferta alargada de habitação para

arrendamento a preços acessíveis, dando resposta às famílias, cujos rendimentos e inerentes taxas de esforço não permitem o acesso à habitação a preços de mercado.

A NGPH reconhece que os municípios têm a capacidade demonstrada de desempenhar um papel importante na promoção da acessibilidade à habitação nos seus territórios, que podem e devem beneficiar dos programas do Estado nesse domínio, bem como complementá-los. Esta articulação pode permitir e viabilizar descidas dos preços das rendas, bem como aumentar a dimensão e oferta dos programas municipais.

Face ao exposto, e para além da sensibilização, informação e mediação junto dos agentes locais para mobilização dos apoios e instrumentos do Estado neste domínio, identificam-se ainda como potenciais ações a promover pela autarquia no âmbito desta medida:

- ▶▶ Redução significativa ou eliminação da componente de custo do terreno / edifício;
- ▶▶ Redução ou isenção de taxas municipais para imóveis destinados ao arrendamento acessível;
- ▶▶ Imposição de quota de arrendamento acessível em novos empreendimentos;
- ▶▶ Promoção direta de habitações em arrendamento acessível;
- ▶▶ Utilização dos dispositivos legais disponíveis para compelir à reabilitação de imóveis habitacionais devolutos.

Portanto, instrumentos de âmbito municipal como a redução ou isenção de impostos e taxas, poderão ser utilizados de forma articulada para maximizar os resultados da medida, quer em termos de a dinamização do mercado de arrendamento e aumento da oferta de alojamentos disponíveis, quer ao nível de uma melhor utilização dos recursos habitacionais existentes.

Não obstante a desejável mobilização dos privados para a implementação desta medida, deverá a utilização do património do Estado, devoluto e reabilitado, para fins de arrendamento acessível, ser o primeiro passo a ser tomado.

Por fim, não poderá qui ser descurado o papel relevante que o município poderá assumir na intermediação entre a oferta e a procura de alojamento, conferindo, por essa via, um maior nível de confiança / segurança às relações de arrendamento.

OBJETIVO ESTRATÉGICO III – PROMOVER UMA POLÍTICA HABITACIONAL COESA, COLABORATIVA, PARTICIPADA E PRÓXIMA DOS CIDADÃOS.

O terceiro objetivo estratégico tem como desígnio fundamental assegurar a uma política habitacional proativa no concelho de Braga, com base em informação e conhecimento partilhado, na monitorização e avaliação de resultados e na operacionalização de mecanismos de participação ativa e propositiva da comunidade.

Por via da consensualização de conteúdos entre Pelouros distintos, pretende-se prevenir a criação de fenómenos de exclusão socioterritorial, facilitar a mobilidade dos agregados familiares entre os diferentes territórios e segmentos de oferta habitacional, e promover a reabilitação do parque edificado municipal, com eventual reconversão para fins habitacional como meio de aumento do número de fogos para promoção social ou arrendamento acessível.

Medida III.1 – Estabelecer nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) de âmbito municipal medidas de discriminação positiva e regras de cedência de solos ou fogos para fins de habitação social, arrendamento acessível e/ou de custos controlados

Complementarmente à necessidade de intervenção pública para melhorar o acesso a habitação a todos os cidadãos, particularmente aos de maior carência social e económica, mas também aos de rendimento intermédio, já enquadrados noutras medidas de intervenção, impõe-se também a necessidade de uma política de solos, de planeamento e urbanismo integrada, que introduza mecanismos de equilíbrio no desenvolvimento urbano com oferta adequada de habitação para todos os segmentos de rendimento da população, sem colocar em risco a viabilidade das operações urbanísticas.

A legislação vigente estabelece, de facto, o dever de articulação da política de habitação com o Plano Diretor Municipal (PDM) e com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal. Esta articulação é assumida como crucial, quer para a garantia das condições de disponibilidade de solos e alojamentos, quer para a integração urbanística das soluções a desenvolver e implementar.

Note-se que a Lei de Bases de Habitação preconiza que a política de habitação implica a disponibilização e reserva de solos de propriedade pública em quantidade suficiente para assegurar a regulação do mercado habitacional, a intervenção pública nos domínios da habitação e reabilitação urbana e a localização de infraestruturas, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização. Os municípios devem integrar a política municipal de habitação nos IGT, acautelando a previsão de áreas adequadas e suficientes destinadas ao uso habitacional, e garantir a gestão e manutenção do património habitacional municipal, assegurando a sua manutenção.

Para execução dos pressupostos desta medida, os instrumentos de gestão territorial dispõem de um conjunto de mecanismos, como os sistemas perequativos, os sistemas de incentivos e o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística, que podem ser mobilizados. Um dos exemplos desta mobilização, prende-se com a reserva, sempre que possível, nos novos empreendimentos e nas unidades de execução, de uma percentagem de terrenos e de fogos destinados a habitação social, acessível e/ou de custos controlados.

Face ao exposto, será relevante estudar e implementar mecanismos jurídicos, urbanísticos e económicos, uns de carácter obrigatório e outros enquanto incentivos (discriminação positiva e benefícios), que possam ir ao encontro dos fins descritos.

Medida III.2 – Prever soluções regulamentares específicas para o incentivo da reabilitação e reconversão do parque edificado

A política local de habitação pretende-se coesa, colaborativa e corresponsabilizada, pelo que as medidas que a suportam recaem não apenas na esfera pública, requerendo também a integração e envolvimento ativo dos privados (i.e. proprietários, investidores, IPSS).

Também aqui se incluem quer a reabilitação do edificado privado, quer a sua reconversão para fins habitacionais.

Um contributo fundamental para a operacionalização desta medida são as ARU delimitadas no território concelhio e cuja área concentra, de acordo com o diagnóstico realizado, uma parte substancial das necessidades habitacionais sinalizadas no concelho e um número significativo de edifícios devolutos,

envelhecidos e/ou com necessidades de reparação. Estas áreas beneficiam de um conjunto de incentivos fiscais, regulamentares e financeiros, cujos resultados se têm vindo a fazer notar nos últimos anos.

Contudo, a totalidade dos perímetros urbanos não está abrangida por ARU, pelo que importa encetar um estudo ao nível regulamentar municipal que vise incentivar todos os agentes para a problemática do acesso à habitação em condições acessíveis. Este estudo poderá incidir sobre a agilização dos processos de licenciamento, reduções de taxas municipais ou atribuição de taxas mais atrativas para quem reabilita e arrenda, ou na criação de programas municipais dedicados ao acesso à habitação e reabilitação urbana.

Medida III.3 – Garantir uma estrutura municipal de orientação, esclarecimento e apoio dos cidadãos em matéria de habitação e reabilitação urbana, incentivos e instrumentos mobilizáveis.

Complementarmente às medidas anteriormente descritas, a presente medida objetiva garantir uma estrutura municipal de orientação, esclarecimento e apoio dos cidadãos em matéria de habitação e reabilitação urbana, com especial enfoque na orientação para encetação de processo de candidatura para acesso aos incentivos e instrumentos de apoio habitacional. Para tal, será necessária a disponibilização de recursos técnicos capacitados, assim como a mobilização de recursos físicos, antevendo-se como possibilidade a criação de uma estrutura de proximidade ancorada na BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga – E.M., onde já são submetidos os pedidos no âmbito dos regimes de apoio municipais.

O PROGRAMA LOCAL DE HABITAÇÃO

Do quadro estratégico geral exposto, depreende-se que o Programa 1.º Direito constitui instrumento privilegiado para mobilização e concretização das medidas previstas no “Objetivo Estratégico I – Assegurar o acesso a uma habitação condigna, com particular apoio a quem mais precisa”, independentemente de o apoio poder ser dado indiretamente (promoção pelo Município ou eventuais parceiros), ou diretamente (enquanto beneficiários diretos).

Constitui uma exigência do artigo 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, que a Estratégia Local de Habitação contemple um **programa de ação** que identifique:

- ▶▶ As soluções habitacionais que o município pretende ver desenvolvidas em função do diagnóstico das carências habitacionais existentes e das suas opções estratégicas ao nível da ocupação do solo e do desenvolvimento do território;
- ▶▶ A programação das soluções habitacionais por forma a cumprir o objetivo de proporcionar uma resposta habitacional a todas as pessoas e agregados objeto do diagnóstico num período máximo de seis anos;
- ▶▶ A ordem de prioridade das soluções habitacionais a promover por forma a dar resposta habitacional a todas as pessoas e agregados que vivem no seu território em condições habitacionais indignas;
- ▶▶ A demonstração do enquadramento da ELH nos princípios do programa 1.º Direito, consagrados no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2018.

O Programa Local de Habitação (Quadro 78) que se apresenta visa dar resposta a estes requisitos.

Quadro 78 | Programa Local de Habitação do concelho de Braga

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MEDIDAS	AÇÕES / SOLUÇÕES	PRIORIDADE / RECURSOS	INDICADORES PARA MONITORIZAÇÃO
I - Assegurar o acesso a uma habitação condigna, com particular apoio a quem mais precisa	I.1. Qualificar o parque habitacional municipal, ajustando a oferta qualitativa e quantitativamente às necessidades existentes	Requalificação do parque habitacional municipal a todo o tempo	Média / Gestão do Município e BragaHabit	◦ data - requalificação de __ fogos (identificar locais)
		Requalificação do parque habitacional da IGFSS, IP a todo o tempo	Média / Gestão do IGFSS, IP.	◦ data - requalificação de __ fogos (identificar locais)
		Ampliação da oferta de fogos municipais	Alta / Gestão do Município e BragaHabit (44 fogos nas Enguardas e 59 fogos em Ferreiros)	◦ data - ampliação da oferta de __ fogos (identificar locais)
		Manutenção dos programas municipais existentes para acesso à habitação	Média / Gestão do Município e BragaHabit. (regime de arrendamento apoiado, RADA, residências partilhadas)	◦ ano - quantidade de apoios concedidos; volume de investimento associado
		Estudo das possibilidades de reconversão do parque edificado para ampliação da oferta habitacional municipal.	Alta / Município irá ponderar a possibilidade de reconversão de parte do seu património edificado para fins habitacionais (escolas encerradas e afins)	◦ data - aprovação do estudo data - ampliação da oferta de __ fogos (identificar locais)
	I.2. Apoiar e acompanhar o acesso dos beneficiários ao Programa 1.º Direito	Criação de um gabinete de apoio para habitação e reabilitação urbana	Alta / Gabinete prestará esclarecimentos e auxílio na formalização do acesso a programas existentes, designadamente ao 1.º Direito	◦ ano - n.º atendimentos efetuados; n.º de apoios concedidos; volume de investimento associado
	I.3. Assegurar uma bolsa habitacional de prevenção para situações de emergência, possibilitando o alojamento temporário em situações de risco (soluções de transição e inserção)	Manutenção das infraestruturas existentes para este fim	Média / Manutenção da cooperação existente entre as entidades que integram a Rede Social do Município	◦ ano - oferta de __ fogos
II - Garantir o acesso à habitação, em particular aos que não têm	II.1. Apoiar a autopromoção de habitação	Estudo das possibilidades de reconversão do parque edificado para ampliação da oferta habitacional municipal	Alta / Município irá ponderar a possibilidade de reconversão de parte do seu património edificado para fins habitacionais (escolas encerradas e afins)	◦ data - aprovação do estudo data - ampliação da oferta de __ fogos (identificar locais)
		Estudo para criação de incentivos específicos para a autopromoção de habitação, decorrentes de instrumentos de natureza fiscal e financeira, políticas de iniciativa municipal, parcerias com agentes locais, cooperativas	Média / Município disporá de um prazo de dois anos para estudo de novas disposições regulamentares que fomentem o acesso a habitação acessível	◦ ano - identificação das alterações normativas introduzidas; identificação dos resultados obtidos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MEDIDAS	AÇÕES / SOLUÇÕES	PRIORIDADE / RECURSOS	INDICADORES PARA MONITORIZAÇÃO
resposta por via do mercado		Criação de um gabinete de apoio para habitação e reabilitação urbana	Alta / Gabinete prestará esclarecimentos e auxílio na formalização do acesso a programas existentes	◦ ano - n.º atendimentos efetuados; n.º de apoios concedidos; volume de investimento associado
	II.2. Dinamizar o mercado de arrendamento, incentivando a participação pública e privada da oferta de arrendamento acessível	Estudo para criação de incentivos específicos para a reabilitação e reconversão do parque edificado, decorrentes de instrumentos de natureza fiscal e financeira, políticas de iniciativa municipal, parcerias com agentes locais, cooperativas	Média / Município disporá de um prazo de dois anos para estudo de novas disposições regulamentares que fomentem o acesso a habitação acessível	◦ ano - identificação das alterações normativas introduzidas; identificação dos resultados obtidos
		Ampliação da oferta de fogos municipais	Alta / Município dispõe de projetos em curso para oferta no mercado de arrendamento acessível (perspetiva-se criação de 200 unidades de alojamento)	◦ data - ampliação da oferta de ___ fogos
		Estudo das possibilidades de reconversão do parque edificado para ampliação da oferta habitacional municipal	Alta / Município irá ponderar a possibilidade de reconversão de parte do seu património edificado para fins habitacionais (escolas encerradas e afins)	◦ data - aprovação do estudo ◦ data - ampliação da oferta de ___ fogos (identificar locais)
III - Promover uma política habitacional coesa, colaborativa, participada e próxima dos cidadãos	III.1. Estabelecer nos IGT de âmbito municipal medidas de discriminação positiva e regras de cedência de solos ou fogos para fins de habitação social, arrendamento acessível e/ou de custos controlados	Está em curso a articulação de conteúdos com o processo de revisão do PDM	Média / Município dispõe de dois anos para término do processo de revisão	◦ ano - identificação das alterações normativas introduzidas; identificação dos resultados obtidos
	III.2. Prever soluções regulamentares específicas para o incentivo da reabilitação e reconversão do parque edificado	Estudo para criação de incentivos específicos para a reabilitação e reconversão do parque edificado, decorrentes de instrumentos de natureza fiscal e financeira, políticas de iniciativa municipal, parcerias com agentes locais, cooperativas	Média / Município disporá de um prazo de dois anos para estudo de novas disposições regulamentares que fomentem o acesso a habitação acessível	◦ ano - identificação das alterações normativas introduzidas; identificação dos resultados obtidos
		Avaliar impacto da aplicação do RJRU em Braga e reequacionar medidas	Alta / Município tem obrigações no âmbito das ARU que precisa de dar resposta	◦ ano - identificação das alterações normativas introduzidas; identificação dos resultados obtidos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MEDIDAS	AÇÕES / SOLUÇÕES	PRIORIDADE / RECURSOS	INDICADORES PARA MONITORIZAÇÃO
	III.3. Garantir uma estrutura municipal de orientação, esclarecimento e apoio dos cidadãos em matéria de habitação e reabilitação urbana, incentivos e instrumentos mobilizáveis.	Criação de um gabinete de apoio para habitação e reabilitação urbana	Alta / Gabinete prestará esclarecimentos e auxílio na formalização do acesso a programas existentes	◦ ano - n.º atendimentos efetuados; n.º de apoios concedidos; volume de investimento associado
		Criação de um Observatório Local de Habitação e Reabilitação Urbana	Média / Esta estrutura recolherá dados e elaborará relatórios mensais para apoio à tomada de decisão	◦ ano - n.º relatórios mensais

Constituem situações prioritárias as que visem a minimização de situações de habitação indigna, maioritariamente abrangidas pelo “Objetivo Estratégico I – Assegurar o acesso a uma habitação condigna, com particular apoio a quem mais precisa”.

O diagnóstico evidenciou a existência de uma rede alargada de agentes: o Município, empresa municipal BragaHabit, os beneficiários diretos dos programas, os proprietários privados, as IPSS, Cooperativas, Cruz Vermelha, Juntas de Freguesia, entre outros.

Conciliando o objetivo estratégico com os diversos agentes mobilizáveis, a ELH defende uma aplicação diversificada do 1.º Direito, reconhecendo como entidades beneficiárias do 1.º Direito:

- » Os beneficiários diretos (pessoas e agregados em situação habitacional indigna);
- » O Município, BragaHabit, Juntas de Freguesia, IGFSS, e demais entidades da Administração que se mostrem disponíveis;
- » A Santa Casa da Misericórdia, IPSS, Cruz Vermelha;
- » Os proprietários de frações ou prédios, e as cooperativas de habitação e construção.

Todos são chamados a contribuir para a minimização / eliminação das situações de habitação indigna diagnosticadas, num primeiro período de 6 anos, por acesso às soluções habitacionais previstas no artigo 27.º deste programa.

Enquadramento nos princípios do 1.º Direito

No que concerne aos 12 princípios constantes no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, a ELH de Braga comunga dos mesmos, como se demonstra:

Princípio da acessibilidade habitacional, segundo o qual uma pessoa ou um agregado tem direito a que sejam criadas condições para que os custos com o acesso a uma habitação adequada e permanente sejam comportáveis pelo seu orçamento sem comprometer a satisfação de outras das suas necessidades básicas.

A ELH prevê dois objetivos estratégicos que incidem na preocupação de se assegurar o acesso à habitação, em condições dignas e compatíveis com os rendimentos dos agregados familiares: Objetivo Estratégico I – Assegurar o acesso a uma habitação condigna, com particular apoio a quem mais precisa; e Objetivo Estratégico II – Garantir o acesso à habitação, em particular aos que não têm resposta por via do mercado.

Princípio do planeamento estratégico local, em função do qual as soluções habitacionais a promover ao abrigo do 1.º Direito devem estar alinhadas com as estratégias municipais e supramunicipais de política local de habitação, no quadro das opções definidas pelos municípios para o desenvolvimento dos seus territórios, em especial ao nível da ocupação do solo, da requalificação e da modernização do parque imobiliário urbano, da coesão socioterritorial e económica, da igualdade e não discriminação e da sustentabilidade os espaços urbanos.

Constituem medidas da ELH a dinamização do mercado de arrendamento por via da participação pública e privada na oferta de arrendamento acessível, a salvaguarda da necessária compatibilização dos seus objetivos com as propostas a verter na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal em curso, e ainda o estudo de soluções regulamentares específicas para o incentivo da reabilitação e reconversão do parque edificado, independentemente desse parque estar (ou não) inserido em ARU.

Princípio da integração social, no sentido de o apoio ao acesso à habitação não significar o apoio a qualquer solução habitacional, devendo ser favorecidas soluções de ocupação dispersas em zonas habitacionais existentes ou que garantam a diversidade social e estejam inseridas no tecido urbano, assim se promovendo a integração da pessoa ou do agregado nas comunidades residentes e evitando-se fenómenos de segregação e de exclusão socioterritorial.

Quer os objetivos estratégicos quer as medidas preconizadas assentam no pressuposto que as respostas a providenciar às carências detetadas têm de ter em consideração os anseios dos respetivos beneficiários, atendendo não só a fatores sociais, mas também às intrínsecas relações de mobilidade que uma deslocalização do local de residência acarreta.

Princípio da estabilidade, segundo o qual deve existir uma atuação conjugada dos diferentes atores institucionais envolvidos na facilitação do acesso à habitação por parte das pessoas mais desprotegidas, bem como ao nível da sua proteção, integração e autonomização, por forma a que estas sejam providas, não apenas de uma habitação, mas das condições habitacionais, financeiras e sociais necessárias à sua autonomização e à estabilidade das soluções apoiadas ao abrigo do 1.º Direito.

São intervenientes na concretização da ELH e do PLH o Município de Braga, representado por várias unidades orgânicas (habitação, ação social, planeamento, fiscalização), a BragaHabit, o terceiro setor e os municípios que pretendam ser beneficiários dos apoios aqui definidos. Face a este enquadramento, e em particular às competências já adquiridas pela BragaHabit e Rede Social, crê-se que este princípio se encontra salvaguardado.

Princípio da cooperação, pelo qual todos os atores, sejam públicos ou privados, devem promover a definição e concretização de procedimentos convergentes e articulados entre eles de modo a assegurar que as soluções habitacionais ao abrigo do 1.º Direito integram medidas complementares de acompanhamento técnico e social, antes, durante e após a respetiva promoção, no sentido de maximizar a sua eficácia, coerência e estabilidade.

Constitui prática instalada no Município de Braga uma estreita cooperação entre os serviços municipais, BragaHabit e entidades que integram a Rede Social, cooperação que tem alicerçado a política de habitação municipal ao longo do tempo, mesmo antes da imposição legal de redução a escrito de Estratégia Local de Habitação. Neste contexto, considera-se que este princípio se encontra enraizado nos diversos atores.

Princípio da participação, no sentido de ser assegurado que os destinatários das habitações financiadas ao abrigo do 1.º Direito são chamados, diretamente ou através de associações que os representem, a participar na definição e implementação das soluções habitacionais e sociais que lhes são destinadas, em particular quando estão em causa interesses específicos de pessoas e grupos mais vulneráveis, nomeadamente as comunidades ciganas e as pessoas em situação de sem abrigo.

A metodologia seguida para a elaboração da ELH incluiu alargada discussão com os vários intervenientes e interessados ao 1.º Direito, nomeadamente por consulta institucional, sessões de discussão (*focus group*), sessões públicas, criação de portal web, realização de inquéritos e trabalho de campo.

Para além desta metodologia participada, encontra-se prevista medida que garanta a existência de uma estrutura municipal de orientação, esclarecimento e apoio dos cidadãos em matéria de habitação e reabilitação urbana, incentivos e instrumentos mobilizáveis.

Princípio da equidade, segundo o qual deve ser assegurada uma justa repartição do esforço operacional e financeiro exigido a todas as entidades, públicas e privadas, envolvidas na promoção de soluções habitacionais que permitam garantir o acesso à habitação por parte de pessoas financeiramente carenciadas e a viver em situação habitacional indigna.

Os programas gerados pela Nova Geração de Políticas de Habitação encontram-se regulamentados tendo este princípio em consideração.

A implementação da ELH, nas medidas em que aplica os referidos programas, irá refletir este princípio. Mas não só, também nas restantes medidas esboçadas a equidade e a proporcionalidade são sempre pressupostos intrínsecos às mesmas, sob pena de violação do Código de Procedimento Administrativo.

Princípio da perequação, pelo qual o município competente deve adotar os mecanismos necessários para assegurar uma justa redistribuição dos benefícios e dos encargos decorrentes de operações urbanísticas promovidas no âmbito e para efeito de soluções habitacionais financiadas com o apoio do Estado ao abrigo do 1.º Direito.

Este princípio será considerado nas medidas III.1 e III.2 da ELH. Enquanto tais medidas não forem concretizadas, o princípio da perequação encontra-se intrinsecamente ligado aos princípios da cooperação e da equidade, podendo-se desta forma concluir que as candidaturas ao 1.º Direito que sejam anteriores à concretização das medidas III.1 e III.2 estão igualmente sujeitas ao princípio da perequação.

Princípio da reabilitação do edificado, segundo o qual o apoio público ao abrigo do 1.º Direito deve privilegiar a disponibilização de habitações através da reabilitação do edificado, em vez da construção de nova edificação, como forma de contribuir para a valorização do parque habitacional, para a requalificação e revitalização das cidades e para a sustentabilidade e uso eficiente dos recursos.

As medidas I.1, I.2, I.3, II.2 e III.2 constantes da ELH podem, e devem ser concretizadas não só através da requalificação do parque edificado existente, mas também pela sua reconversão para habitação, como exemplificado nas ações propostas.

Princípio do incentivo ao arrendamento, no sentido de que o apoio público ao abrigo do 1.º Direito deve privilegiar o acesso a uma habitação arrendada em detrimento da aquisição de habitação, como forma de contribuir para o equilíbrio entre regimes de ocupação e a promoção e regulação do mercado de arrendamento.

Decorre do OE I da ELH que existe o interesse na renovação e ampliação do parque habitacional municipal para efeitos de arrendamento, ao que acresce a iniciativa de apoiar e acompanhar o acesso dos beneficiários ao 1.º Direito, medida que integra as modalidades de beneficiação e apoio ao mercado de arrendamento.

Princípio das acessibilidades, de acordo com o qual as obras de reabilitação ou de construção em frações e prédios destinados a habitação devem integrar soluções de melhoria da acessibilidade, exigíveis nos termos das normas técnicas legalmente aplicáveis, que proporcionem a pessoas com mobilidade e autonomia condicionadas condições de facilidade e de conforto nos acessos à sua habitação e na circulação no interior da mesma.

A ELH, na qualidade de regulamento administrativo, não pode ignorar o princípio da legalidade plasmado no Código de procedimento Administrativo, pelo que todas as operações urbanísticas solicitadas, sejam elas ao

abrigo do 1.º Direito ou não, têm de dar resposta às normas de acessibilidade, nos termos desse regime jurídico.

No âmbito da eliminação de barreiras arquitetónicas no espaço público o Município de Braga tem promovido significativos esforços, os quais estão sempre dependentes do tempo necessário para estudar as melhores soluções e da obtenção de financiamento para a respetiva concretização.

Princípio da sustentabilidade ambiental, segundo o qual, na promoção das intervenções de reabilitação e de construção apoiadas ao abrigo do 1.º Direito, são de adotar equipamentos, tecnologias e ou processos conducentes a uma utilização racional da energia e da água e à maximização da eficiência no uso das mesmas, no sentido de evitar desperdícios, otimizar os consumos e favorecer a sustentabilidade energética e hídrica.

Este princípio encontra-se subjacente à missão e visão estratégicas preconizadas na ELH, na medida em que o acesso a uma habitação condigna e a preços ajustados às possibilidades dos cidadãos implica que não seja só o preço de aquisição ou de arrendamento que seja ajustado ao rendimento do agregado, mas que os custos decorrentes da sua plena utilização e manutenção também o sejam.

Neste contexto, o modo de reduzir custos fixos com a utilização da habitação, em água, luz e aquecimento pressupõe que as obras a realizar tenham em consideração a adoção de equipamentos, tecnologias e ou processos construtivos que deem resposta ao princípio da sustentabilidade ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estratégia Local da Habitação do Município de Braga consubstancia a política municipal de habitação para o território concelhio a prosseguir num horizonte temporal de seis anos, constituindo igualmente o elemento enquadrador e de suporte à candidatura do Município a apoios no âmbito dos instrumentos financeiros estabelecidos na legislação.

A ambição política e estratégica do município em matéria de habitação procura abranger e mobilizar diferentes instrumentos formais previstos na NGPH, assim como instrumentos regulamentares e programas de iniciativa e âmbito municipal. Não obstante, num cômputo estratégico mais amplo, este documento cumpre um papel prioritário e específico de responder a um conjunto de situações de grave carência habitacional identificadas no território concelhio, nomeadamente às pessoas que vivem em situações indignas e que não dispõem de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional adequada.

A estratégia habitacional do concelho de Braga, assim como a política que lhe estará inerente, assumiu o desígnio de constituir um instrumento participado, dinâmico e integrado, assente num compromisso de corresponsabilização da autarquia, dos parceiros sociais e de todos os cidadãos. Com efeito, a estratégia procura confluir para o alcance do “futuro desejado” em matéria habitacional, mobilizando os apoios e incentivos legais previstos na NGPH e integrando, de forma sustentável, as realidades emergentes no território.

O minucioso diagnóstico realizado permitiu estabelecer um quadro de necessidades habitacionais, com base no qual foi definida como missão estratégica para o território concelhio, a de *“Garantir que todos os cidadãos residentes em Braga tenham acesso, para si e para a sua família, a uma habitação condigna, em condições de higiene, conforto e privacidade adequadas e a preços ajustados às suas possibilidades”*. Numa lógica de concertação com a missão definida, assumiu-se como visão estratégica para os próximos anos: *“Braga, território comprometido com a efetivação do direito à habitação, onde todos têm acesso a uma habitação condigna e a preços ajustados às suas possibilidades”*. Esta visão estratégica representará a grande meta orientadora da atuação municipal em matéria habitacional.

A concretização da missão e da visão estratégicas implica a programação e execução de uma política de habitação coerente e conforme com os objetivos e as medidas definidas nos instrumentos de gestão do território em vigor no concelho e articulada com as políticas setoriais, nomeadamente ao nível da localização das atividades económicas, do emprego, das acessibilidades e dos transportes. Em alinhamento com este pressuposto, foram delineados três objetivos estratégicos, que alicerçam um conjunto de 8 medidas de intervenção, cuja expectativa é de que concorram assertivamente para o alcance do “futuro desejado” em matéria habitacional para o concelho de Braga.

Como nota final, note-se que estratégia apresenta uma natureza dinâmica, enquanto esforço contínuo de ajustamento às necessidades prospetivas e efetivas dos bracarenses e do território concelhio, bem como de resposta às eventuais alterações das dinâmicas demográficas, socioeconómicas e do desenvolvimento local. Com efeito, pode ser revista a cada seis meses da sua implementação, permitindo, por essa via, corrigir trajetórias ou antecipar constrangimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTURY 21 (2019). Acessibilidade à Habitação em Portugal. 1.ª Edição, Lisboa.

IHRU, I.P. (2018). Levantamento nacional das necessidades de realojamento habitacional. Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf

INE, I.P. (2013). O Parque habitacional e a sua reabilitação - análise e evolução 2001-2011. Edição 2013, Lisboa. ISBN 978-989-25-0246-5.

Portal da Habitação (2018). NGPH. Disponível em <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/ngph.html>

Secretaria de Estado da Habitação (2017). Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação: Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=95621259-fdd4-4099-82f3-2ff17c522882>

Secretaria de Estado da Habitação (2018). Estratégias Locais de Habitação. Disponível em https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/docs/programas_financiamento/Estrategias_Locais.pdf